



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MÁRCIO MARINHO MARTINS

**IMPERIALISMO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM  
RONDÔNIA (2003-2023): A EXPANSÃO DESCOMUNAL DAS IES  
PRIVADAS E A DOMINAÇÃO UNILATERAL DOS MONOPÓLIOS  
EMPRESARIAIS**

Campinas/SP

2024

MÁRCIO MARINHO MARTINS

**IMPERIALISMO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM  
RONDÔNIA (2003-2023): A EXPANSÃO DESCOMUNAL DAS IES  
PRIVADAS E A DOMINAÇÃO UNILATERAL DOS MONOPÓLIOS  
EMPRESARIAIS**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade Estadual de Campinas como parte  
dos requisitos exigidos para a obtenção do título  
de. Doutor em Educação, na área de Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Regina Martins Jacomeli

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA  
TESE DEFENDIDA PELO ALUNO MÁRCIO MARINHO  
MARTINS, E ORIENTADA PELA Prof.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> MARA REGINA  
MARTINS JACOMELI

Campinas

2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

M366i Martins, Márcio Marinho, 1980-  
Imperialismo e privatização do ensino superior em Rondônia (2003-2023) : a expansão descomunal das IES privadas e a dominação unilateral dos monopólios empresariais / Márcio Marinho Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Mara Regina Martins Jacomeli.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Imperialismo. 2. Privatização. 3. Educação superior. 4. Monopólios. 5. Rondônia. I. Jacomeli, Mara Regina Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** Imperialism and privatization of higher education in Rondônia (2003-2023): : the unusual expansion of private heis and the unilateral domination of business monopolies

**Palavras-chave em inglês:**

Imperialism  
Privatization  
College education  
Monopolies  
Rondônia (Brazil)

**Área de concentração:** Educação

**Titulação:** Doutor em Educação

**Banca examinadora:**

Mara Regina Martins Jacomeli [Orientador]  
Cesar Aparecido Nunes  
Evaldo Piolli  
Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi  
Luiz Carlos de Freitas

**Data de defesa:** 29-04-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2363-2153>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1760443402233737>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

**IMPERIALISMO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM  
RONDÔNIA (2003-2023): A EXPANSÃO DESCOMUNAL DAS IES  
PRIVADAS E A DOMINAÇÃO UNILATERAL DOS MONOPÓLIOS  
EMPRESARIAIS**

MÁRCIO MARINHO MARTINS

**COMISSÃO JULGADORA:**

Mara Regina Martins Jacomeli  
Prof. Dr. Evaldo Piolli  
César Aparecido Nunes  
Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi  
Luiz Carlos de Freitas

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de  
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

## **DEDICO**

A Mauro Miranda de Souza (*in memoriam*)

Às duas mulheres especiais:

Marilsa, companheira do combate e da ternura.

Dona Fátima, minha mãe, ribeirinha. Exemplo de vida simples e trabalho duro.

Aos povos em luta revolucionária no mundo, que estão a varrer o imperialismo da face da terra.

## AGRADEÇO

Aos colegas do grupo de pesquisa HISTEDBR da Unicamp pela acolhida.

Ao professor Sanfelice (*in memoriam*) pelas diversas oportunidades de diálogo.

Aos professores Lalo, Regis e Theresa Adrião que possibilitaram ampliar as perspectivas do trabalho nos debates ao longo das aulas.

Aos colegas e professores que participaram da disciplina de APP, em especial ao professor Saviani, professora Olinda Noronha, professora Fabiana de Cássia Rodrigues e os colegas Robson Machado e Brito.

Em especial, agradeço ao professor José Claudinei Lombardi (Zezo), pelas importantes lições nos debates em sala de aula e nos espaços de discussão.

À minha querida orientadora, professora Mara Regina Martins Jacomeli por permitir o desenvolvimento desse trabalho de forma autônoma, mas também sugerindo e avaliando. Obrigado pela confiança depositada.

À minha companheira e incansável lutadora do povo, pela extrema paciência, apoio e incentivo no período de escrita deste trabalho. Suas observações e críticas foram fundamentais.

A todos os meus familiares e companheiros de luta, que acompanharam e incentivaram a conclusão desse trabalho.

Aos professores Evaldo Piolli, César Aparecido Nunes, Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi e Luiz Carlos de Freitas pelas contribuições dadas na etapa de qualificação.

Quem explica os problemas políticos, econômicos e sociais da sociedade contemporânea? Quem comenta a moderna literatura política revolucionária, reacionária ou reformista? Nossos catedráticos parecem estar vivendo à margem, sem contato, sem comunicação com a realidade, parecem viver à margem dos novos tempos. Parecem ignorar os pensadores, teóricos e críticos desses novos tempos. Talvez alguns se achem mais ou menos bem inteirados, mais ou menos bem informados. Mas, nesse caso a pesquisa não lhes suscita inquietação. Neste caso, a atualidade mundial deixa-os indiferentes. Neste caso a juventude tem sempre o direito de acusá-los de insensibilidade e de impermeabilidade. [...]. Os catedráticos preocupam-se única e exclusivamente pela bibliografia de seu curso. Seu voo mental, geralmente, não vai além do âmbito rotineiro de sua cátedra. Todos são conservadores definidos ou conservadores potenciais, reacionários latentes, que em política doméstica suspiram impotentes e nostalgicamente para a velha ordem das coisas. Medíocres mentalidades de advogados, gerados nos alvéolos ideológicos do civilismo; temperamentos burocráticos, sem asas e sem vértebras, organicamente pequenos, acomodaticios covardes, índole de classe média, vulgares, antiquados, limitados e estéreis, sem grandes ideais, forjados para o horizonte burguês de um representante de uma corte suprema, de um diplomata ou de um alto cargo consultivo numa rendosa empresa capitalista. Esses intelectuais sem uma verdadeira filiação ideológica, amantes de tendências aristocráticas de doutrinas de elite, preocupados com reformas minúsculas e com diminutos ideais burocráticos têm o estigma da mediocridade. Ao lado desta gente negativa, com fobia de povo, com fobia de multidão, maníaca de estetismo e de decadentismo, confinada no estudo escrito das ideias pretéritas, a juventude sente-se órfã de mestres e órfã de ideias.

JOSE CARLOS MARIÁTEGUI (“Crise de mestres, crise de ideias”, publicado em Claridad, 1919).

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os pressupostos históricos, econômicos e políticos da privatização do ensino superior brasileiro, o controle do capital especulativo na educação e a expansão e monopolização do ensino superior privado em Rondônia no período 2003-2023. A problemática da pesquisa centra-se em desvendar as políticas educacionais para o ensino superior nesse período, suas vinculações com as diretrizes dos organismos multilaterais do imperialismo e como essas políticas se desenvolveram, visando concretizar o controle do setor privado do ensino superior pelo capital estrangeiro, considerando a especificidade do caso rondoniense. Nossa opção metodológica foi pelo Materialismo Histórico-Dialético, que nos permitiu entender as contradições existentes do período estudado, a relação entre estrutura e superestrutura, uma vez que a história é um processo contínuo. Aplicamos as categorias históricas e políticas Modo de Produção Capitalista e Imperialismo e as categorias do método Totalidade e Contradição. Primeiramente, buscamos compreender os aspectos econômicos e históricos que incidem sobre os processos de privatização da educação estatal/pública e do papel do Estado no contexto de crise do capitalismo. Essa pesquisa identificou que na última década ocorreu crescimento vertiginoso das instituições privadas de Ensino Superior, potencializado pelas condicionantes jurídicas garantidas pelas políticas educacionais, pelo financiamento estatal e propaganda massificada. O aumento da participação privada na educação superior, foi amplificado pela abertura de capitais de vários grupos educacionais na bolsa de valores, o que atraiu capital especulativo de grandes grupos econômicos com sede nas potências imperialistas, que de forma gradual foram se apossando das IES privadas brasileiras. Em Rondônia, esse processo se deu de forma mais acelerado, garantindo aos grandes conglomerados educacionais, controlados pelo capital especulativo e grandes grupos empresariais locais o maior percentual de matrículas na rede privada, se comparados ao restante do país.

**Palavras-Chave:** Imperialismo. Privatização. Educação Superior. Monopólios. Rondônia

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the historical, economic and political assumptions of the privatization of Brazilian higher education, the control of speculative capital in education and the expansion and monopolization of private higher education in Rondônia in the period 2003-2023. The research problem focuses on unveiling educational policies for higher education in this period, their links with the guidelines of multilateral imperialist organizations and how these policies developed, aiming to implement the control of the private sector of higher education by foreign capital, considering the specificity of the Rondônia case. Our methodological option was Historical-Dialectical Materialism, which allowed us to understand the existing contradictions of the period studied, the relationship between structure and superstructure, since history is a continuous process. We apply the historical and political categories Capitalist Mode of Production and Imperialism and the categories of the Totality and Contradiction method. Firstly, we seek to understand the economic and historical aspects that affect the processes of privatization of state/public education and the role of the State in the context of the crisis of capitalism. Our research identified that in the last decade there has been a dizzying growth in private Higher Education institutions, boosted by the legal conditions guaranteed by educational policies, state financing and mass advertising. The increase in private participation in higher education was amplified by the opening of capital of several educational groups on the stock exchange, which attracted speculative capital from large economic groups based in the imperialist powers, which gradually took over Brazilian private HEIs. In Rondônia, this process took place more quickly, guaranteeing large educational conglomerates, controlled by speculative capital and large local business groups, the highest percentage of enrollments in the private network, compared to the rest of the country.

**Keywords:** Imperialism. Privatization. College education. Monopolies. Rondônia

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Tabela 1. Evolução do número de instituições de educação superior por dependência administrativa no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) .....	68
Tabela 2. Evolução da matrícula em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa no Brasil, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) .....	69
Tabela 3. Renúncia fiscal e bolsas ocupadas do ProUni ao ano (2005-2017) .....	74
Tabela 4. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1985/1990 .....	108
Tabela 5. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1991/1996 .....	120
Tabela 6. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1997/2002 .....	121
Tabela 7. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 2003/2008 .....	123
Tabela 8. Rondônia - Matrículas em Ensino Superior – Graduação 2009/2014 .....	131
Tabela 9. Rondônia - Matrículas em Ensino Superior – Graduação 2015/2020 .....	138
Tabela 10. Maiores empresas educacionais (Ensino Superior) em receita líquida – 2022 .....	162
Quadro 1. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 1980 – 1990.....	107
Quadro 2. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 1991 – 2000 .....	116
Quadro 3. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 2001 – 2010 .....	124
Quadro 4. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 2011 – 2022.....	132
Quadro 5. Polos de EAD de IES privadas e presença nos municípios de Rondônia .....	139
Figura 1. Conexões Financeiras Internacionais .....	149
Figura 2. Cogna – proprietários, subsidiárias e marcas .....	153
Figura 3. Yduqs – proprietários, subsidiárias e marcas .....	154
Figura 4. Ser Educacional – proprietários, subsidiárias e marcas .....	155
Figura 5. Afya – proprietários, subsidiárias e marcas .....	156
Figura 6. Ânima – proprietários, subsidiárias e marcas .....	159
Figura 7. Vitru – proprietários, subsidiárias e marcas .....	160
Figura 8. Número de instituições que concentram matrículas do Ensino Superior .....	161

## LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
AESA	Associação de Ensino Superior da Amazônia
AJEC	Associação Jiparanaense de Educação e Cultura
AMERON	Associação dos Magistrados do estado de Rondônia
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARES	Associação Rondoniense de Ensino Superior
AVALIES	Avaliação das Instituições de Ensino Superior
AVEC	Associação Vilhenense de Educação e Cultura
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNC Formação	Base Nacional de Formação de Professores
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBESP	Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular
CDESS	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável
CEE/RO	Conselho Estadual de Educação de Rondônia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFE	Conselho Federal de Educação
CGDC	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CIA	Central Intelligence Agency
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPUOS	Comitê para o Uso Pacífico do Espaço
COREN/RO	Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEMEC/RO	Delegacia Regional do MEC
EAD	Educação a Distância
EC	Emenda Constitucional
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FAAR	Faculdades Associadas de Ariquemes
FACIMED	Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal
FAEC	Faculdade de Educação de Colorado do Oeste
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FAEMA	Faculdade de Educação e Meio Ambiente

FAEMA	Faculdade de Educação e Meio Ambiente
FAJIPA	Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná
FAJIPA	Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná
FAM	Faculdade Regional do Amazonas
FAMAC	Faculdade de Machadinho do Oeste
FAMAR	Faculdade Marechal Cândido Rondon
FANORTE	Instituição de Ensino Superior de Cacoal
FAP	Faculdade de Pimenta Bueno
FARO	Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia
FAROL	Faculdade de Rolim de Moura
FARON	Faculdade Marechal Rondon
FASA	Faculdade Santo André
FATEC	Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia
FATEO-PVH	Faculdade Metodista de Teologia e Ciências Humanas da Amazônia
FATESM	Faculdade de Tecnologia São Mateus
FCR	Faculdade Católica de Rondônia
FEC	Faculdade de Educação de Cacoal
FELK	Fundação Escola Lince Kempim
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIAR	Faculdades Integradas de Ariquemes
FIES	Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior
FIMCA	Faculdades Integradas Maria Coelho Aguiar
FIOURO	Faculdade de Informática de Ouro Preto D'Oeste
FIP	Faculdade de Porto Velho
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSL	Faculdade São Lucas
FSP	Faculdade São Paulo
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia
FUNDACENTRO	Fundação Universitária do Município de Porto Velho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEC	Instituto Porto Velho de Educação e Cultura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MLCT&I	Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Programa Nacional de Publicização
PPP	Parceria Público-Privada
PROIES Superior	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REDUCA	Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação
REGES	Rede Gonzaga de Ensino Superior
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESI	Serviço Social da Indústria
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOPEC	Sociedade Pimentense de Educação e Cultura Ltda
SPD	Partido Social-Democrata alemão
TPE	Movimento Todos Pela Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Universidade de Brasília

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESC	Faculdade de Educação de Cacoal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICENTRO	Faculdade de Educação de Jaru
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIJIPA	Faculdade Panamericana de Ji-Paraná
UNINORTE	Centro Universitário Uninorte de Rio Branco/AC
UNIP	Universidade Paulista
UNIPEC	Faculdade de Educação
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Centro Universitário Rio Madeira
UNIRON	Uniao das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. IMPERIALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES DE CAPITALISMO BUROCRÁTICO .....</b>	<b>26</b>
2.1. Imperialismo .....	26
2.2. Imperialismo, Semicolonialismo e Capitalismo Burocrático .....	35
2.3. Capitalismo burocrático: semifeudalidade e semicolonialismo.....	39
2.4. A Universidade Latino-Americana e brasileira .....	47
<b>3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 1995 A 2022: A MARCHA DA PRIVATIZAÇÃO.....</b>	<b>64</b>
3.1. A mercantilização do ensino superior no Governo FHC .....	65
3.2. As políticas de desmonte do ensino superior nos governos petistas (2003 -2016)....	71
3.3. Os governos Temer e Bolsonaro: asfixia, desestruturação e privatização do ensino superior .....	79
<b>4. O CAPITAL ESPECULATIVO E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>82</b>
4.1. Monopólio, oligopólio e capital financeiro na educação .....	84
4.2. O “nada de novo” (neo)liberalismo e seu receituário privatista .....	89
4.3. Empresariamento da educação: Todos pela Educação ou poucos lucrando com a educação?.....	92
<b>5. O ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA: O AVANÇO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E O CONTROLE DOS MONOPÓLIOS.....</b>	<b>97</b>
5.1. Contextualização histórica .....	97
5.2. O Ensino Superior em Rondônia nas décadas de 1980 e 1990.....	106
5.3. O Ensino Superior em Rondônia e o avanço da privatização .....	115
5.4. A expansão dos monopólios na rede privada de ensino superior em Rondônia.....	132
5.5. A educação a distância é o carro chefe da privatização do Ensino Superior .....	140
5.6. Os conglomerados educacionais e suas conexões financeiras internacionais .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>192</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente tese trata do resultado de pesquisa sobre a privatização do ensino superior no período de 2003 a 2023, suas vinculações com as diretrizes de organismos multilaterais e como essa política desenvolveu-se a partir do monopólio do setor privado do ensino superior pelo capital estrangeiro em todo o território brasileiro.

Os ataques ao ensino estatal/público superior alcançaram crescente expressividade no cenário nacional, num momento em que o Estado, com a colaboração de um parlamento ultraconservador, buscou atender de forma eficiente aos interesses do capital privado na educação brasileira, aprovando normativas jurídicas que representaram o “golpe de misericórdia” na educação pública, já fustigada nas últimas décadas em razão do cumprimento, pelos sucessivos governos, da agenda dos organismos multilaterais do imperialismo, que impõe a privatização e “a priorização de padrões tecnológicos como propulsores de uma educação voltada para os processos mercadológicos exigidos pelo grande capital monopolista” (Martins; Jacomeli, 2019, p. 3298).

Não há como discutir educação, sem discutir o papel do Estado. Marx e Engels (1989), consideraram que o Estado nada mais é do que a forma de organização preferida pela classe burguesa, cujo objetivo central é garantir seus interesses e posses. O Estado, desde sua origem é um produto das classes, onde este cumpre o papel de manter a ordem estabelecida pela classe dominante, mas se apresentando como um “poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’” (Engels, 2009, p. 209). Ora, se o Estado está a serviço da classe dominante, a educação é um espaço de reprodução da ideologia dominante, e de forma simultânea, também é espaço de manifestação de “antagonismos sociais e de luta de classes” (Martins; Jacomeli, 2019, p. 3298).

Assim, para chegar à essência do fenômeno da privatização do ensino superior buscaremos compreender a totalidade das relações econômicas e sociais que a produzem, suas contradições, as ideologias subjacentes e a *práxis* da luta de classes em defesa de uma educação que sirva aos interesses dos trabalhadores. Para isso, optamos pelo método do Materialismo Histórico-Dialético, por compreendermos ser um instrumento de captação dos fenômenos sociais, da realidade enquanto *práxis* e na interpretação que possibilita uma intervenção transformadora (Frigotto, 1994, p. 73).

Em um contexto de “definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, o materialismo histórico-dialético apresenta-se como o enfoque metodológico mais apropriado e que mais contribui para o desenvolvimento de pesquisas neste campo de investigação” (Gomide; Jacomeli, 2016, p. 66). Neste sentido, buscamos compreender os

aspectos econômicos e históricos que incidem sobre os processos de privatização da educação estatal/pública e do papel do Estado no contexto de crise do capitalismo.

A nível nacional, nas últimas décadas, ocorreu crescimento vertiginoso das instituições privadas de Ensino Superior, potencializado pelas condicionantes jurídicas garantidas pelas políticas educacionais, pelo financiamento estatal e propaganda massificada. O aumento da participação privada na educação superior, foi amplificado pela abertura de capitais de vários grupos educacionais na bolsa de valores, o que atraiu capital especulativo de grandes grupos econômicos com sede nas potências imperialistas, que de forma gradual foram se apossando das IES privadas brasileiras (Martins; Jacomeli, 2019). Ao mesmo tempo, grupos privados com origem no Brasil passaram a adotar a abertura de capital, através da negociação na bolsa de valores, ou em alguns casos, através de sua atuação dentro dos espaços de decisão do Estado para que a legislação atendesse a seus interesses. Entre os principais monopólios da Educação Superior, estão a *Yduqs*, *Cogna*, *Ser Educacional*, *Ânima*, *Cruzeiro do Sul*, *Uninter*, *Vitru Education*, *Uninove* e *Laureate Internacional Universities*, que recentemente foi adquirida pela *Ânima*. Ocorrerá uma corrida e disputa encarniçada dos monopólios que avançaram em um setor que ainda tinha certa “pulverização”, com pequenas instituições privadas de ensino superior e redes de caráter regional (Martins; Jacomeli, 2019).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2018, cerca de 88,2% das instituições de ensino superior (IES) eram privadas e 75,4% dos universitários brasileiros estavam matriculados em instituições particulares (INEP, 2019), a grande maioria em cursos noturnos ou a distância (EAD). No governo Bolsonaro houve uma expansão de matrículas na modalidade a distância atingindo mais de 3 milhões em 2021, o que representou uma participação de 41,4% do total de matrículas em cursos de graduação (Inep, 2021).

Conforme dados do INEP (2021), 75% dos estudantes do ensino superior estão matriculados nas instituições privadas. Dentre as novas matrículas no ano de 2022, apenas 12% se dão nas instituições estatais/públicas, percentual muito distante da meta de 40% das novas matrículas estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), definida em lei (lei 13.005/14).

A adaptação da legislação na Era FHC garantiu as condicionantes para avançar a privatização em áreas como saúde e educação: a Lei Federal 9790/1999 que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip); a Lei Federal Nº 9.801/1999 que tratou da exoneração de servidores públicos por excesso de despesa e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que impôs limites de gastos com pessoal para cada esfera do governo e impulsionou a terceirização (Soares, 2021, p. 59).

Em 2016, identificamos que a antiga Kroton (incluída aqui a Estácio de Sá, Anhanguera, Unopar, etc.) detinha 23% do “mercado” da Educação Superior e tinha como grupo financiador/controlador o fundo privado *Advent Internacional* (EUA). Contudo, quem se apresentava como principal proprietário e dirigente do grupo era Rodrigo Calvo Galindo. A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (ASSUPERO) ou Grupo Objetivo de José Carlos DI Genio era a segunda maior rede privada e controlava 6% das matrículas nacionais e o controle de 24 IES. A terceira maior rede privada era a *Laureate International Universities* (EUA) que controlava mais de 250 mil matrículas e 12 instituições de ensino. A Ser Educacional, deste seleto grupo de monopólios, aparentemente pertence a Janguê Diniz (PE), mas tinha como principal financiador o grupo *Cartesian Capital Group* (EUA).

A Rede Ânima Educação, tinha à época, como principais acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, sendo seu capital administrado pelo *Fundo Dynamo*. O Grupo Cruzeiro do Sul Educacional tinha como um dos principais controladores a *private equity Actis*, grupo inglês, gestor de fundos privados. A FAEL (Faculdade Educacional da Lapa), à época uma das maiores faculdades privadas no ramo de Educação a Distância, desde 2014 detinha 75% de controle acionário, nas mãos do principal monopólio Americano de Educação, a *Apollo Education*<sup>1</sup>. Esta empresa, mesmo com uma participação relativamente pequena por conta do porte da sua aquisição (a FAEL tinha à época pouco mais que 15 mil alunos) apresentava-se na disputa de monopólios<sup>2</sup>, uma vez que o grupo *Apollo* era o terceiro maior monopólio do mundo, ficando atrás apenas de Kroton<sup>3</sup> (atual Cogna) e New Oriental.

Outro monopólio que expandia sua atuação era o Grupo Somos Educação (antigo Abril Educacional). O grupo era controlado pelo *Fundo de Investimentos Tarpon*, e dirigido por José Carlos Magalhães e Eduardo Mufarej. Este Fundo é o mesmo que controla a BRF (Perdigão/Sadia). A Somos Educação controlava 22 “empresas educacionais”, como colégios,

---

<sup>1</sup> À época foi dada ampla repercussão para esta aquisição da Fael pela *Apollo Group*. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/12/maior-grupo-de-educacao-dos-eua-compra-faculdade-do-parana.html>.

<sup>2</sup> Posteriormente, a Fael foi adquirida pela Ser Educacional, acirrando ainda mais a disputa entre os conglomerados educacionais. A aquisição foi noticiada em diversos veículos de comunicação e as transações iniciadas em março de 2021 e concluídas em 2022. Informação disponível em: <https://www.sereducacional.com/noticias/ser-educacional-adquire-fael-por-r280-milhoes>. Acesso em 20 de nov. 2022.

<sup>3</sup> Segundo histórico da Kroton (atual Cogna), “No início dos anos 2000 e com a mudança do marco regulatório do setor de educação, surge a primeira Faculdade Pitágoras, com novo sistema de ensino e uma metodologia exclusiva criada em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo – a Apollo International, com sede no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América. Tal parceria durou até 2005 quando a Apollo International decidiu vender sua participação aos fundadores.”. Quatro anos depois da saída da Apollo, a então denominada Kroton Educacional “recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent Internacional*”. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/sobre-a-kroton/historico/>. Acesso em 20 de nov. 2022.

cursoinhos pré-vestibulares, presenciais ou online, escola de idiomas, canais educacionais, como por exemplo, a rede Anglo, ETB, Sistema Ser, Sistema Geo, Sistema Motivo e *Red Balloon*.

As IES privadas procuraram se estabelecer em regiões de maior demanda populacional, vinculando baixo investimento empresarial com maior lucratividade. Essa lógica mercantil se estendeu a todos os estados brasileiros, havendo um grande crescimento também na Amazônia. No estado de Rondônia, onde em 2005 havia 123 cursos de graduação presenciais em instituições de ensino superior privado, no ano de 2013, segundo o Censo da Educação Superior, esse número saltou para 212 cursos de graduação, um crescimento de 72,36% (Martins, Jacomeli, 2019). Esses dados já apontavam uma tendência: a necessidade de os monopólios oferecerem o máximo de cursos possíveis, buscando “captar clientes”. A presença desses grandes grupos econômicos se intensificou, num primeiro momento em Rondônia, com a modalidade do ensino a distância. Os polos de EAD dos grandes grupos empresariais se multiplicam, num criminoso processo de venda de cursos de qualidade duvidosa.

O panorama apresentado acima, foi objeto de nossa pesquisa, que buscou decifrar as engrenagens que possibilitaram a expansão da privatização do ensino superior no Brasil nos últimos 20 anos, espaço temporal em que uma parte considerável dos pesquisadores ficou apreciando as políticas afirmativas de inclusão, sem se dar conta de que essas são parte das macropolíticas “de privatização orientadas pelos organismos multilaterais do imperialismo” (Martins, Jacomeli, 2019).

## **Objetivo geral**

Analisar os pressupostos históricos, econômicos e políticos da privatização do Ensino Superior Brasileiro, suas vinculações com as diretrizes de organismos internacionais, o controle do setor privado do ensino superior pelo capital estrangeiro e a expansão e monopolização do Ensino Superior privado em Rondônia como parte do processo de privatização no período de 2003-2023.

## **Objetivos específicos**

- Identificar e analisar as principais políticas educacionais do Estado Brasileiro que contribuíram para a expansão do Ensino Superior privado de 2003 até os dias atuais;
- Discutir e relacionar a influência do Banco Mundial e outros organismos internacionais nas políticas educacionais do Estado Brasileiro;

- Analisar e comparar as principais contradições entre a expansão da oferta de vagas no Ensino Superior e nas instituições privadas, por meio das políticas de cotas e financiamento público e o processo de privatização desse nível de ensino;
- Identificar a presença e o controle do capital financeiro e monopolista no processo de privatização da educação superior brasileira;
- Investigar o avanço da oferta de vagas de Ensino Superior em Rondônia e contrastar com o processo de privatização em curso.

Buscamos neste trabalho uma abordagem metodológica que nos possibilitasse compreender os fatos históricos e a realidade enquanto *práxis*, suas contradições internas e externas no fenômeno a ser estudado. Nossa opção de método é pelo Materialismo Histórico-dialético, que nos permitiu entender as contradições internas da estrutura social do período estudado, a relação entre estrutura e superestrutura, uma vez que a história é um processo contínuo (Martins; Jacomeli, 2019). Nossa preocupação se deu com a constante integração empírico-teórica, de forma a estabelecer mediações, conexões e contradições dos fatos que constituem a problemática da nossa pesquisa (Souza, 2010). O materialismo histórico-dialético estabelece a relação entre ideia e real, de modo que o método parte sempre da investigação preliminar do real e do concreto, enquanto totalidade de determinações e relações, nos permitindo compreender a dinâmica social, formular conceitos, enquanto expressão de múltiplas determinações do real reconstruído no pensamento e, ainda, elevar o pensamento abstrato “do mais simples ao mais complexo”, enquanto processo dialético de movimento e de contradição (Marx, 1982, p. 14-15).

O ponto de partida é o de apreender o real imediato, enquanto representação do todo, convertendo-o em objeto de análise, transformando-o em concreto pensado, uma vez que “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (Marx, 1988, p. 26).

#### 1) FONTES DOS DADOS:

Nosso campo de investigação está relacionado às bases de dados das instituições governamentais, instituições de ensino superior estatais/públicas e privadas. Para esta pesquisa utilizamos como fontes de dados: análise documental e bibliográfica. O uso destes instrumentos será detalhado a seguir, nos procedimentos de pesquisa.

#### 2) PROCEDIMENTOS DE PESQUISA:

A coleta de dados foi desenvolvida utilizando-se dos seguintes instrumentos:

#### **a) Análise documental**

A análise documental, conforme proposto por Gil (2002, p. 46), teve por base “documentos outros que não aqueles localizados em bibliotecas”. Dentre eles: legislação nacional (Leis, Portarias, Decretos, Resoluções, Diretrizes, etc.), diretrizes e outras normativas publicadas pelo Ministério da Educação, documentos de órgãos internacionais e legislação educacional brasileira. Foram objetos de análise os documentos elaborados: 1) pelo Ministério da Educação (MEC); 2) As diretrizes e documentos do Banco Mundial e outros organismos multilaterais para a Educação brasileira; 3) A legislação brasileira sobre o Ensino Superior.

#### **b) Pesquisa Bibliográfica**

Por meio de pesquisa bibliográfica realizamos um levantamento e análise criteriosa da literatura clássica sobre a temática, articulada aos dados empíricos levantados por meio da pesquisa documental.

### **3) ANÁLISE DOS RESULTADOS:**

A análise dos dados teve como eixo central a aplicação do materialismo histórico-dialético mediante o qual buscamos elucidar a realidade objetiva e subjetiva por meio das categorias básicas: *totalidade*, *contradição* e *ideologia*. Utilizamos ainda, duas categorias analíticas que desvelam o quadro das relações contemporâneas: *Modo de Produção Capitalista* e *Imperialismo*. Estas são categorias utilizadas por Lombardi, que considera serem as melhores categorias da concepção materialista da história (Lombardi, 2003, p. ix).

A análise foi realizada da seguinte forma:

1 - Utilizamos as categorias históricas e políticas *Modo de Produção Capitalista* e *Imperialismo* em todo o trabalho a partir dos clássicos marxistas e de estudos recentes que tratam sobre o processo de reestruturação produtiva, educação e trabalho em diferentes concepções. Segundo Karel Kosik (2011, p. 189), “A análise das categorias econômicas não é destituída de pressupostos: o seu pressuposto é a concepção da realidade como processo prático de produção e reprodução do homem social”. Para aplicá-los, inicialmente buscamos na teoria marxista o conceito de Estado. O Estado é um produto da sociedade para legitimar e perpetuar a divisão de classes, instrumento de exploração de uma classe sobre outra (Engels, 1995), funcionando como mecanismo de dominação, de coação, formado especialmente para manter a opressão sobre as classes dominadas (Marx; Engels, 1989). O modo de produção capitalista ostenta várias contradições que se agudizaram em sua etapa imperialista. O fenômeno do

imperialismo foi analisado a partir dos produção teórica de Lenin (1979), como etapa superior do capitalismo, ou seja, a etapa em que o desenvolvimento do capitalismo ocorre com o domínio dos monopólios e do capital financeiro. Na etapa imperialista, a exportação de capital adquire grande importância e, sobretudo, se estabelece a partilha e repartilha de territórios entre um punhado de nações capitalistas.

2 - Apresentamos o percurso histórico da educação brasileira e as Políticas Educacionais de expansão da privatização, evidenciando as opções políticas do gerenciamento do Estado brasileiro a partir de 2003, bem como a ação dos agentes do imperialismo, seus objetivos estratégicos e suas orientações para os países semicoloniais. Para isso, as categorias do método Totalidade e Contradição foram utilizadas para a análise desses fenômenos econômicos, históricos e políticos em que se desenvolve a privatização da educação superior brasileira. A problemática que envolve a privatização é complexa e deve ser analisada em sua totalidade, ou seja, a partir do desvelar das “leis” que a produzem, bem como da ação concreta dos sujeitos históricos que dela são parte. (Kosik, 1976, p. 42).

Para Marx, “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1985, p.14). Portanto, para apreendemos a totalidade do concreto é necessário buscar uma síntese explicativa para as diversas articulações do real pela “unidade do diverso”, já que este é a contradição existente no fenômeno (Souza, 2010, p. 18). Nosso desafio foi o de confrontar o real e o particular, pois é partir do particular que chegamos à totalidade completa. Portanto, para compreender o fenômeno estudado, procuramos conhecer como se processou a privatização do Ensino Superior no período, partindo da realidade objetiva que é o estado de Rondônia, onde a problemática apresenta-se intensa.

Para Marx a contradição é tida como unidade dos contrários. Desta forma, o fundamental no método dialético para alcançar a concreticidade é apreender as contradições existentes no fenômeno: o concreto e o abstrato, a qualidade e a quantidade, o particular e o geral, o simples e o complexo, a essência e a aparência (Souza, 2010, p. 18). O princípio da contradição é central na compreensão da realidade, pois em todas as coisas existem forças em movimento que se opõem e que de forma simultânea formam uma unidade de contrários (Engels, 1979, p. 102 *apud* Souza, 2010, p 18). A análise das contradições foi alicerçada na teoria marxista por meio da qual buscamos compreender a essência da luta contra a privatização (fenômeno social), ou seja, que “leis” históricas e sociais, quais forças reais a constitui enquanto tal, uma vez que “o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos” (Kosik, 1976, p. 45).

3- Por fim, nos apoiamos na categoria Ideologia para analisar o conteúdo ideológico das políticas educacionais para o Ensino Superior. A ideologia é fator determinante na luta de classes, que se estabelece na luta pela educação e conseqüentemente a luta pelo poder. Concordamos com Gomide e Jacomeli (2016), que

[...] a realidade sobre a qual a concepção materialista se debruça, traz consigo todas suas contradições, conflitos e transformações, evidenciando que as ideias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e que, por isso, são representações do real (Gomide; Jacomeli, 2016, p. 65).

O conceito de ideologia de Marx guiou a análise que realizamos para uma perspectiva histórica e materialista. A obra teórica de Marx é a mais completa análise sobre a origem e o papel da ideologia na sociedade de classes. Marx considera a ideologia como conjunto de ideias que são a expressão dos interesses das classes. Existe a ideologia burguesa e a ideologia proletária, ou seja, “a ideologia depende do lugar em que o indivíduo ocupa no processo de produção” (Souza, 2010, p. 24). Para Marx e Engels, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”. As condições materiais de existência determinam a consciência, a identidade, a cultura, a forma de pensar; a partir das condições históricas, sociais e econômicas (Marx; Engels, 1989, p. 9). Essas relações sociais, econômicas e políticas determinam a consciência social.

A tese está organizada em cinco seções. A primeira, trata-se da introdução do trabalho, apresentando a problemática, os objetivos, os caminhos explorados na aplicação do método e a organização do trabalho.

A segunda seção apresenta e discute os conceitos de *imperialismo* e *capitalismo burocrático* a partir dos estudos de Lenin (2011) e (Mao Tsetung, 2008, p. 2). Por imperialismo, utilizamos a conceituação dada por Lenin (1916) em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* que identifica como sendo a etapa de desenvolvimento capitalista onde se dá a concentração e centralização da produção por meio do monopólio, o fortalecimento do capital financeiro, período em que a exportação de capital ganha grande importância, a divisão internacional do trabalho se estabelece e, sobretudo, período em que ocorre a partilha e repartilha de territórios entre as grandes potências capitalistas, onde esses territórios são dominados como semicolônias (Lenin, 2011).

Assim, buscamos nessa seção, discutir a tese defendida por Lenin e o debate de interpretações no seio do Movimento Comunista Internacional nas primeiras décadas do século XX. A análise de Lenin se contrapôs aos economicistas burgueses e as posições oportunistas e revisionistas no seio do Movimento Comunista Internacional à época, cujas figuras centrais

eram Bernstein e Kautsky que conduzia a II Internacional à direita, sob a forma do social-chauvinismo, como a linha de aprovação no parlamento dos créditos de guerra e o apoio a burguesias de seus países às vésperas da primeira grande guerra (1914-1918). Destacamos as teses lançadas por Bernstein de “socialismo evolutivo” (Bernstein, 1997, p. 24-26) e de Kautsky (1979, p. 37), que sistematizou suas teses de que o capitalismo chegaria a uma fase de “ultra imperialismo”, onde um acordo internacional pacifista do capital poria fim as disputas imperialistas. Na atualidade há uma negação das teses marxista-leninistas acerca do processo de concentração de capital e do imperialismo, enquanto teses “superadas” e/ou a tentativa de revisá-las, porém, é ainda a melhor e mais correta análise da problemática como demonstraremos ao longo do trabalho.

Apresentamos e discutimos o conceito de Capitalismo Burocrático formulado por Mao Tsetung (2008), que tem sido utilizado para buscar a compreensão das relações de dominação imperialista nos países que não conseguiram desenvolver suas forças produtivas que possibilitassem destruir as relações semifeudais e lançar as bases fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo em seus territórios, como é o caso do Brasil (Souza, 2014, p 56). A semifeudalidade é um dos pilares do capitalismo burocrático, razão pela qual buscamos discutir as bases na formação econômica de nosso país, que não levou a cabo a revolução burguesa e mantém o problema agrário como contradição principal, mantendo relações semifeudais no âmbito interno e a condição de semicolônia decorrente da submissão econômica ao imperialismo, especialmente o norte-americano. Com base na tese leninista do imperialismo, Mao Tsetung (1979) desenvolveu as teses da revolução nacional-democrática como Revolução de Nova Democracia. O debate sobre o tipo de capitalismo e as formas de dependência existente entre as semicolônias e o imperialismo é fundamental para compreender os processos de privatização e o avanço dos monopólios no âmbito da educação brasileira.

Ainda na segunda seção, esboçamos uma breve revisão bibliográfica acerca da origem e desenvolvimento das Universidades na América Latina e no Brasil, destacando o debate sobre o conceito de público. Não temos a pretensão aqui em aprofundar o debate sobre os modelos de universidade que se implantaram, mas apenas historicizar a oferta do ensino superior, a fim de compreender a realidade atual.

Na terceira seção, apresentamos e discutimos as políticas educacionais para o ensino superior e as relações entre público e privado que se estabeleceu no ensino superior brasileiro com as reformas implementadas a partir do governo FHC em 1995, até o Governo Bolsonaro em 2022, identificando o papel histórico do Estado brasileiro com relação ao financiamento e à manutenção do ensino superior, a partir de suas relações com o imperialismo por meio da atuação dos organismos multilaterais. Todos os governos da chamada Nova

República buscaram atender – em maior ou menor grau – os interesses privados na educação brasileira, editando normas que seguiam a agenda dos órgãos multilaterais do imperialismo, impondo progressivamente a privatização para atender os interesses do grande capital.

Na quarta seção, tratamos do capital especulativo e a mercantilização da educação superior, discutindo, primeiramente, o conceito de monopólio e oligopólio e sua relação com nosso objeto de pesquisa, e como se expressa o controle do capital financeiro na educação. A mercantilização do ensino superior foi apresentada a partir da análise do processo de empresariamento da educação nos países dominados pelo imperialismo. No Brasil, a interferência mais direta do movimento empresarial se deu a partir de 2006, quando foi criado o Movimento Todos pela Educação (TPE), que tem orientado ou formulado no âmbito do MEC, as principais políticas educacionais de viés privatistas nos últimos anos.

Por fim, na quinta e última seção, apresentamos uma contextualização histórica de Rondônia, os caminhos e descaminhos da educação neste espaço geográfico, o surgimento e desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior, entre elas a Universidade Federal de Rondônia. Nesta seção, também incluímos, os resultados e análise da pesquisa sobre o ensino superior em Rondônia, o avanço das instituições privadas, o controle dos monopólios educacionais e suas vinculações com o capital especulativo internacional.

## 2. IMPERIALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES DE CAPITALISMO BUROCRÁTICO

### 2.1. Imperialismo

Por imperialismo utilizamos a conceituação dada por Lenin (1916) em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* que identifica como sendo a etapa de desenvolvimento capitalista onde se dá a concentração e centralização da produção por meio do monopólio, o fortalecimento do capital financeiro, adquirindo preponderância a exportação de capital, a divisão internacional do trabalho e, sobretudo, a partilha dos territórios entre as grandes potências capitalistas, tornando-os dominados como semicolônias (Lenin, 1979).

Partimos do pressuposto já apontado por Lombardi, que considera a “melhor categoria para entender a atual fase das relações capitalistas e as diferenças entre povos e nações, certamente não é globalização, mas imperialismo” (Lombardi, 2003, p. ix). Antes, porém, faz-se necessário realizar aqui uma defesa da tese defendida por Lenin e o debate de interpretações no seio do Movimento Comunista Internacional nas primeiras décadas do século XX.

Para Lenin, o “capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’” (Lenin, 2011, p. 110). A análise de Lenin se contrapôs aos economicistas burgueses e as posições oportunistas<sup>4</sup> e revisionistas no seio do Movimento Comunista Internacional à época, cujas figuras centrais eram Bernstein e Kautsky. Lenin observava que, em um contexto em que o movimento revolucionário e comunista crescia no mundo inteiro, os oportunistas e revisionistas como Kautsky, dissimulavam “a profundidade das contradições do imperialismo e o caráter inevitável da crise revolucionária que ele engendra – ainda são correntes que se encontram extraordinariamente espalhadas no mundo inteiro.” (Lenin, 2011, p. 113).

Ocorria na II Internacional, com Bernstein e Kautsky à frente, um processo de guinada à direita, sob a forma do social-chauvinismo, como a linha de aprovação no parlamento dos créditos de guerra e o apoio a burguesias de seus países às vésperas da primeira grande

---

<sup>4</sup> Lenin (2011) afirmara que combater o “imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo”. O oportunismo se desenvolvera ao longo do século XX, como revisionismo hostil ao marxismo, retirando sua essência revolucionária. Essa simbiose entre imperialismo e oportunismo visam frear a luta de classes. A ideologia pequeno burguesa foi progressivamente sendo incorporada ao movimento operário sob a aparência de “marxismo”, constituindo assim uma aristocracia operária, a principal base do oportunismo. No Brasil, para conter o avanço do movimento revolucionário a principal expressão do oportunismo é sem dúvida o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que galgou dirigir as massas proletárias para assumir o gerenciamento de turno em 2003 e que aprofundou ainda mais o desmonte do ensino superior público/estatal em nosso país.

guerra (1914-1918). Mas o processo de desenvolvimento do revisionismo já se iniciara antes, com as teses lançadas por Bernstein de “socialismo evolutivo”. No prefácio da obra “Socialismo Evolucionário”<sup>5</sup>, publicada em 1899, Bernstein reafirma sua disposição de contrapor-se à teoria de Marx, fazendo a defesa de suas posições já manifestadas anteriormente em uma série de artigos publicados pela *Neue Zeit*<sup>6</sup>, reunidos sob o nome “Problemas do Socialismo”.

Ao longo desta obra, Bernstein passa a atacar a posição dos marxistas acusando-os de adeptos de uma teoria da “catástrofe” baseada no *Manifesto do Partido Comunista*, considerada por ele “um erro em todos os aspectos” e que “já passaram de moda”. Em suas teses revisionistas, passa a questionar se “a conquista do poder político pelo proletariado só poderá efetuar-se através de uma catástrofe política” de uma revolução social (Bernstein, 1997, p. 25). Ao longo de sua obra, o termo “catástrofe” e “cataclisma social” são empregados para a defesa de que havia no capitalismo condições de progresso por meio de reformas obtidas pela chamada “democracia social” apostando na atuação parlamentar, a exemplo da Alemanha, que possibilitaria um “progresso de suas classes trabalhadoras nas cidades e nos campos”, uma vez que aí se daria “uma segurança muito maior, para um sucesso duradouro, no processo de avanço firme do que nas possibilidades oferecidas por um choque desastroso ou catastrófico” (Bernstein, 1997, p. 24-26). Essa suposta “evolução” abrandaria a voracidade dos capitalistas por lucro e conseqüentemente aumentar-se-ia um “progresso social” e uma revolução social perderia o sentido:

Assim, o desenvolvimento atinge um ponto em que o monopólio do capital se converte numa grilheta para o método de produção que nele floresceu, quando a centralização dos métodos de produção e a socialização do trabalho se tornaram incompatíveis com a sua roupagem capitalista. Isso converte-se, então, em renda. Os expropriadores e usurpadores são expropriados pela massa da nação. A propriedade privada capitalista desaparece com eles. (Bernstein, 1997, p. 45).

Para Bernstein, esse processo de “evolução” do capitalismo ocorreria de uma forma que o apelo à uma revolução social se tornaria uma “frase sem sentido” (Bernstein, 1997, p. 156). Além disso, o discurso bernsteiniano é a de defender a manutenção da política colonial dos países imperialistas, de forma que social-democracia alemã deveria “encarar sem preconceito” a questão colonial, uma vez que “será desejável podermos recolher uma parte desses produtos das nossas próprias colônias” (Bernstein, 1997, p. 132 e 133). Contra as

<sup>5</sup> A obra *Socialismo Evolucionário* foi publicada em 1899 e publicada no Brasil pela Editora Zahar. Bernstein, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Tradução de Manuel Teles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>6</sup> Revista teórica da social-democracia alemã, *Die Neue Zeit* [O novo tempo], teve sua primeira edição lançada em 1º de janeiro de 1883. A série de artigos de Eduard Bernstein sobre os “Problemas do socialismo” foi publicada pela revista entre os anos de 1896 e 1898.

posições revisionistas de Bernstein, inúmeros dirigentes do Partido Social-Democrata alemão apresentaram suas posições contrárias, destacando-se Rosa Luxemburgo.

Rosa Luxemburgo responde a Bernstein numa série de artigos no jornal *Leipziger Volkszeitung*, publicados ao longo dos anos de 1898 e 1899, e são reunidos na publicação *Reforma social ou revolução?*<sup>7</sup>, publicada em *Leipzig*, em abril de 1899. Sua posição era a de que a luta por reformas (lutas econômicas) são instrumentos para politizar as massas e elevarem sua consciência de classe, mas que não alteram o caráter básico do capitalismo, nem resolvem suas contradições, uma vez que, em situações de guerras e crises cíclicas o proletariado se via perdendo os direitos conquistados (Luxemburgo, 2009, p. 29).

A dura crítica de Rosa Luxemburgo, além de se tornar uma defesa contundente das teses de Marx e Engels, considerava uma concepção oportunista e não um equívoco, nas formulações de Bernstein, identificadas por ela como “uma vulgarização superficial” e “pequeno burguesa”, e que qualquer exame mais minucioso do “desenvolvimento da democracia na história”, chegará a conclusões totalmente diferentes (Luxemburgo, 2009, p. 24).

As teses revisionistas de Bernstein foram criticadas nos congressos da social-democracia alemã de Hannover (1899), Lubeck (1901) e Dresden (1903). Também o Congresso da II Internacional de 1904, em Amsterdã, foi marcado por este debate e, novamente, as teses revisionistas foram derrotadas. Contudo, não só Bernstein, mas outros adeptos do revisionismo continuaram no interior do Partido Social-Democrata alemão (SPD) e na II Internacional. Com um discurso supostamente revolucionário e uma prática que fortalecia uma linha oportunista revisionista para obtenção de resultados imediatos, o SPD não expulsou Bernstein e passou a adotar “uma fraseologia revolucionária” e “uma prática reformista, consubstanciada no apego ao método pacífico e à via institucional” (Andrade, 2007, p. 20).

A lógica das posições capitulacionistas da social-democracia era a de que através de reformas se modificaria “gradualmente o caráter da base real e da superestrutura política” e que, portanto, a centralidade de ações seria visando “obter o maior número de reformas e as mais vantajosas possíveis”, não havendo problemas em criar alianças com partidos da “esquerda burguesa”, sendo estas alianças indispensáveis para o sucesso de sua estratégia (Waldenberg, 1982, p. 238).

Na luta em torno das posições revisionistas, Karl Kautsky oscilou de posições que vão a um modesto “combate” à Bernstein, seguindo um caminho cada vez maior de distanciamento das posições tidas como “ortodoxas”. Contudo, Kautsky representava o

---

<sup>7</sup> LUXEMBURGO, Rosa. **Textos Escolhidos**. Tradução e apresentação: Isabel Loureiro. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

principal dirigente e intelectual do SPD e da II Internacional e suas posições influenciavam não só outros dirigentes alemães como reforçavam as posições reformistas no seio de partidos e organizações proletárias.

Tornou-se cada vez mais evidente as posições revisionistas e capitulacionistas dos dirigentes da II Internacional. No Congresso de Basileia, realizado na Suíça em 1912, os 555 delegados de diversos partidos, discutiram a questão da luta contra o perigo da guerra mundial imperialista. No dia da abertura do congresso, realizou-se uma concorrida manifestação antimilitarista e um comício internacional de protesto. Com entusiasmo e apreensão, um manifesto assumia o compromisso de lutar contra a guerra, no qual, uma das resoluções, era a de Vladimir Ilitch Lenin, apresentada anteriormente em 1907 no Congresso da Internacional em Stuttgart, “caso a guerra fosse desencadeada, os partidos socialistas deveriam fazer da situação caótica que ela criaria, o fermento da revolução socialista” (De Moraes, 2018, p. 391). A maioria dos dirigentes da II Internacional optaram pelo caminho oportunista de votar os créditos de guerra.

Alguns dirigentes da II Internacional honraram este compromisso. O francês Jean Jaurès, orador principal no Congresso de Basileia, junto com a alemã Clara Zetkin, pôs-se à frente da luta para barrar o avanço do belicismo, que em nome da defesa da pátria exacerbava o ódio entre os povos. Ele foi assassinado por um extremista de direita na tarde de 31 de julho de 1914, quando a guerra explodia. Na Alemanha, além de Zetkin, destacaram-se nesta luta Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck. Majoritariamente, porém, deflagrada a guerra, os dirigentes da maioria oportunista da social-democracia desarmaram politicamente a classe operária, passando a pregar, em nome do patriotismo, o resignado caminho do matadouro. Com honrosas e corajosas exceções, os deputados da social-democracia renegaram os solenes compromissos assumidos perante a Internacional, votando em seus respectivos parlamentos a favor dos créditos bélicos e apoiando os governos de seus países na transformação da força de trabalho em carne de canhão. A social-democracia alemã saiu na frente, aprovando no Reichstag o orçamento de guerra do Kaiser. Na França, o comportamento mais lamentável foi o de Jules Guesde, ao lado de Jaurès o maior nome do socialismo francês. Ele não somente aderiu à “Union sacrée” (bloco bélico de todos os partidos para enfrentar a Alemanha), mas foi ministro do governo de guerra de 1914 a 1916. (De Moraes, 2018, p. 391).

Carregando o epíteto de renegado, Kautsky não foi tão longe na trilha do social-patriotismo, contudo, sua “oposição” formal corroboraram ainda mais para uma posição de direita que progressivamente prevalecera na II Internacional. O que Bernstein fazia abertamente, Kautsky fazia às escondidas. Mas progressivamente sua posição ficou mais evidente no transcurso da primeira grande guerra, em sua crítica aos bolcheviques que conduziam a revolução na Rússia e sua “reinterpretação” de Marx.

Em 1924, Georg Lukács escrevera – referindo-se à celebração do setuagésimo aniversário de Kautsky – que este não falava, mas “realmente praticava a revisão do marxismo,

a transformação da dialética revolucionária em um evolucionismo pacífico” e que, portanto, “nada mais lógico e adequado que todos os reformistas do mundo se juntassem e celebrassem seu setuagésimo aniversário”. Entre os presentes nesta celebração estava Bernstein (Lukács, 1924).

Neste contexto, Lenin dedica o esforço por denunciar a capitulação da II Internacional e a analisar os fatores objetivos relacionados a deflagração da primeira grande guerra e sua relação com as mudanças econômicas capitalistas com a publicação de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), em um contexto de grande efervescência revolucionária sob a direção do Partido Bolchevique, culminará a vitória da Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Este é um período, e segue sendo, onde “a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo” (Lenin, 1977, p. 683).

O movimento proletário revolucionário, em geral, e o movimento comunista, em particular, que crescem no mundo inteiro, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do “kautskismo”. E isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a “democracia” em geral – que de forma alguma aspiram ao marxismo, mas que, exatamente como Kautsky e Cia., dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e o caráter inevitável da crise revolucionária que ele engendra – ainda são correntes que se encontram extraordinariamente espalhadas no mundo inteiro (Lenin, 2011, p. 113).

Lenin escrevera um conjunto de obras<sup>8</sup> nesse período que evidenciam a traição da II Internacional, onde a maioria de seus dirigentes havia respaldado a guerra desencadeada pelas burguesias nacionais. Contudo, não é nosso objetivo aqui aprofundar o debate acerca da falência da II Internacional, mas evidenciar que o conjunto de seus dirigentes, sobretudo Kautsky, buscaram falsear a obra teórica de Marx e a apresentar teses que levava a uma interpretação errada de *O Capital*, reduzindo o conjunto da obra a uma “ciência materialista do desenvolvimento da sociedade”, interpretação superficial e empirista que retardou a compreensão das novas relações produzidas no capitalismo monopolista e no imperialismo. (Fetscher, 1982, p. 265 e 288). Segundo Salvadori (1982), houve inúmeras avaliações e interpretações do papel de Kautsky:

---

<sup>8</sup> A luta contra as posições oportunistas travadas por Lenin está expressa em um conjunto de obras. Há de se destacar a luta em torno das posições sobre os rumos da revolução russa contra populistas, “marxistas legais”, economicistas, empiriocriticistas e mencheviques; e nos debates da II Internacional contra as posições social-chauvinistas e social-pacifistas que jogaram à própria sorte o proletariado e toda e qualquer perspectiva revolucionária. Destaco aqui: *Que Fazer?* (1902), *Marxismo e Revisionismo* (1908), *O Socialismo e a Guerra* (1915), *O oportunismo e a falência da II Internacional* (1916), *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1916), *O Programa Militar da Revolução Proletária* (1916), *O imperialismo e a cisão do socialismo* (1916), *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1918).

[...] 1) houve quem visse em Kautsky o continuador *par excellence* de Marx e Engels no curso de toda a sua atividade de teórico e de estudioso; 2) quem, como Lenin, considerou-o um “mestre de marxismo” durante um certo período, até o momento em que traiu o marxismo; 3) quem, como primeiro Rosa Luxemburgo e depois Mehring, chegou à conclusão de que Kautsky estudou bastante Marx, mas sem entender o nexo entre teoria e prática revolucionária reduzindo por isso o marxismo a um doutrinário “filisteu”; 4) quem, como Karl Korsch, definiu a obra de Kautsky como uma verdadeira deformação do “espírito” do marxismo, em consequência da incompreensão radical das “categorias” de Marx e de sua matriz dialética e hegeliana; 5) quem, finalmente, como os revisionistas alemães depois da polêmica do final do século sobre a relação entre desenvolvimento social e teoria marxista, acusou Kautsky de se ter tornado o pontífice de uma doutrina reduzida a falsa consciência da realidade, incapaz de sobreviver a não ser como ideologia, ou seja, como não ciência da realidade (Salvadori, 1982, p. 299-300).

Kautsky (1979, p. 37) escrevia que era necessário que “a revolução social se submetesse aos princípios de ação da democracia; isto é, que a revolução social não vá além do ponto a que a maioria da massa do povo está determinada a ir”. Em setembro de 2014, Kautsky sistematizou suas teses de que o capitalismo chegaria a uma fase de “ultra imperialismo” onde um acordo internacional pacifista do capital poria fim as disputas imperialistas (Salvadori, 1982, p. 334). Contudo, conforme se avançava a primeira guerra, as teses de Kautsky se desmanchavam como um castelo de cartas, conforme apontava Lenin (2011):

O movimento proletário revolucionário, em geral, e o movimento comunista, em particular, que crescem no mundo inteiro, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do “kautskismo”. E isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a “democracia” em geral – que de forma alguma aspiram ao marxismo, mas que, exatamente como Kautsky e Cia., dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e o caráter inevitável da crise revolucionária que ele engendra – ainda são correntes que se encontram extraordinariamente espalhadas no mundo inteiro (Lenin, 2011, p. 113).

As dissimulações do kautskismo e sua defesa da democracia burguesa não só falseavam as contradições interimperialistas, mas também deturpam o conceito de ditadura do proletariado, transformando “Marx num vulgar liberal”, onde, apoiando-se em frases soltas “acerca da democracia pura, escondendo e esbatendo o conteúdo de classe da democracia burguesa, esquivando-se acima de tudo à violência revolucionária por parte da classe oprimida”, fazendo “desaparecer a violência revolucionária por parte da classe oprimida contra os opressores”, batendo o “recorde mundial da deformação liberal de Marx” (Lenin, 1979, p. 14).

É oportuno neste trabalho, mesmo que, sem grande profundidade, considerar os debates entre as posições marxistas e revisionistas, sendo estas últimas as que ganharam

notoriedade e vida no espaço acadêmico<sup>9</sup>. Já dizia Lenin, que a ciência e a filosofia burguesas não querem nem ouvir falar de marxismo, “declarando-o refutado e destruído; tanto os jovens homens de ciências, que fazem carreira refutando o socialismo, como os velhos decrépitos, que guardiães dos legados de toda a espécie de “sistemas” caducos, se lançam sobre Marx com o mesmo zelo” (Lenin, 1977, p. 40). Se a ciência burguesa busca refutar Marx e distorcer sua obra teórica, o que dizer então das formulações de Lenin, uma vez que este

[...] é o maior crítico do capitalismo deliquescente, do imperialismo grávido e *al pari* com intermináveis revoltas, guerras e revoluções. Ele é o político de partido e do Partido; arauto da moderna revolução socialista e da ditadura do proletariado; crítico intransigente da democracia burguesa; implacável defensor da luta sem quartel contra os oportunistas, reformistas, anarquistas, trotskistas, mencheviques, liberais e demais facções, correntes e tendências políticas inimigas do comunismo e servis ao capitalismo (Freitas, 2005, p. 25).

Inúmeras formulações foram desenvolvidas para “reinterpretar” o desenvolvimento da etapa superior do capitalismo, visando, em muitos casos revisar as teorias de Lenin acerca do imperialismo. Teorias que se desenvolverão visando apresentar que, com o surgimento de “mecanismos supranacionais”, de um novo sistema monetário após a segunda grande guerra, a criação de blocos econômicos, que cimentava uma dominação mais “econômica” do que militar e que as potências imperialistas perdem sua força em detrimento de “um novo e emergente ciclo de acumulação: a centralização transnacional do capital” em uma escalada inédita. Neste contexto que surgem teorias como a do imperialismo do livre mercado dos historiadores britânicos J. Gallagher e R. Robinson (1953) e nas décadas seguintes obras de Economia Política como “Depois do Imperialismo”, de Michael Barratt Brown; “Capitalismo Monopolista”, de Paul Baran e Paul Sweezy; “O Capitalismo Tardio”, de Ernest Mandel; “A Economia Mundial Capitalista”, de Christian Palloix, e “A Acumulação em Escala Mundial”, de Samir Amin (Mello, 2007).

Segundo Souza (2014, p. 46.), vários teóricos “tentam superar a teoria leninista de imperialismo, propondo a teoria da globalização”. A autora cita, como exemplo, Antônio Negri, Michael Hardt, Benjamin Barber, Daniele Conversi, Samuel P. Huntington” entre outros. Ainda segundo Souza (2014, p. 46), a título de exemplificação, os pós-modernos Hardt e Negri na obra *Império e Multidão*, “contestam a noção de imperialismo e a substituem por império,

---

<sup>9</sup> Segundo Lenin, a ciência burguesa (tanto a oficial como a liberal) vê no marxismo uma espécie de "seita perniciosa". Ele ainda arremata: “E não se pode esperar outra atitude, pois, numa sociedade baseada na luta de classes não pode haver ciência social "imparcial"”, uma vez que “toda a ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada, enquanto o marxismo declarou uma guerra implacável a essa escravidão”. (Lenin, V. I. *As três fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*. Obras Escolhidas em seis tomos, Edições "Avante!", 1977, t.1, pp 35-39)

propondo a luta por uma ‘cidadania global’”, tendo como referências teóricas os ideólogos pós-modernos Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari que negam a luta de classes<sup>10</sup>. Há no conjunto dessas “novas” teorias, duas variantes: a primeira delas é a clara intenção de negar as teses marxista-leninistas acerca do processo de concentração de capital e do imperialismo, enquanto teses “superadas”<sup>11</sup> e a segunda variante é a de requestrar inúmeras teses que já foram apontadas por Marx e por Lenin.

Para Marx, em *O Capital*, o modo de produção capitalista, tem como tendência geral a concentração de capital, sendo os monopólios o seu resultado lógico. Este processo é contraditório, uma vez que a alta taxa de concentração e centralização só é possível por meio da destruição da pequena propriedade e do aumento das relações de exploração das classes trabalhadoras. Segundo Marx, “num dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último quando todos os capitais aí aplicados fossem fundidos num único capital individual.”<sup>12</sup> e mais adiante considera que as “massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais

---

<sup>10</sup> Esta intelectualidade francesa foi definitivamente desmascarada com a desclassificação de documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA), que antes eram sigilosos, sobre a relação daquela agência de espionagem do imperialismo norte-americano em influenciar, financiar e promover, sobretudo “o núcleo da revista *Annales*, da *École des Hautes Études*, e os que tomavam como referência Michel Foucault, Jacques Derrida, Roland Barthes, no que era atribuído como uma “guerra cultural” anticomunista, que irão progressivamente influenciar a chamada “teoria pós-moderna”. Estas formulações irão influenciar os assim chamados “novos movimentos sociais” e dentre estes, os movimentos identitários. O principal documento que veio à público há alguns anos, intitula-se **“França: a defecção dos intelectuais de esquerda”**. Sobre esta temática, ver o artigo: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/46597/a-cia-le-a-teoria-francesa-sobre-o-trabalho-intelectual-de-desmantelamento-da-esquerda-cultural>. O documento original, desclassificado como sigiloso, que trata sobre esta relação pode ser encontrado em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp86s00588r000300380001-5>.

<sup>11</sup> Com o título “O financiamento da CIA para promover a cultura apolítica”, o artigo de James Petras, faz uma análise do livro *Who Paid the Piper: The CIA and the Cultural Cold War* (Quem paga a orquestra: a CIA e a guerra fria cultural), de Frances Stonor Saunders (que está disponível em e-book em <https://redstartpublishers.org/CulturalColdWar.pdf> e foi publicado no Brasil pela editora Record em 2008 como título: *Quem pagou a conta? A Cia na Guerra Fria Cultural*). A obra trata como os intelectuais como Hannah Arendt, George Orwell, Isaiah Berlin, Sidney Hook, Daniel Bell, Irving Kristol, Melvin Lasky, Stephen Spender, Dwight MacDonald, Roberto Lowell, Mary McCarthy e muitos outros (e suas revistas), foram financiados pela CIA para combater intelectuais comunistas e o movimento revolucionário. A Agência americana atuou e influenciou em um grande número de organizações culturais, através de seus agentes ou por meio de organizações filantrópicas, como as fundações Ford e Rockefeller, de onde se financiavam congressos culturais, financiavam a arte abstrata para combater a arte com conteúdo social, promoviam autores, sobretudo os que se diziam da “esquerda democrática”, “anti-stalinistas”, “pesquisadores desinteressados da verdade, humanistas iconoclastas” e “intelectuais de espírito livre”. O livro faz referência à “ajuda financeira de US\$ 145 mil” feita por Peter Bell, o representante da Fundação Ford no Brasil para FHC. O artigo de Petras foi publicado originalmente em *Monthly Review*, vol. 51, nº 6, novembro de 1999, publicado no Brasil pela primeira vez pela Revista *Princípios* nº 56 e republicado no site: <https://www.novacultura.info/post/2021/12/17/o-financiamento-da-cia-para-promover-a-cultura-apolitica>.

<sup>12</sup> Esta passagem é seguida de uma Nota de Engels, à quarta edição, (nota 77b) no qual observa que “Os mais recentes ‘trustes’ ingleses e americanos já apontam para esse objetivo, procurando unificar numa grande sociedade por ações, dotada de um monopólio efetivo, ao menos todas as grandes empresas ativas num ramo de negócios. (F. E.)”

rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social” (Marx, 2013, p. 460). Ainda, em *O Capital*, no livro III, Marx observa os efeitos desse processo que:

Produz uma nova aristocracia financeira, uma nova classe de parasitas sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações e ao lançamento e comércio de ações (Marx, 2017, p. 526).

A tendência ao processo de concentração de capital no contexto do imperialismo é marcada por um processo de pugnas e conluios entre as potências que inevitavelmente levam às guerras. Estas disputas, conforme Lenin e Bukharin, não eram apenas pelo controle de áreas agrárias, mas também de áreas industriais e a guerra era considerada como um concomitante necessário da dominação do capital financeiro, sendo sintomática de uma luta para redividir o mundo e não simplesmente para expandir-se por territórios ainda não explorados (Bottomore, 2012).

O que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro. Não é um fenômeno casual o fato de, em França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido, do capital financeiro, que coincidiu com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 1880, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial). O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, já estando concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdá como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.) (Lenin, 2011, p. 221).

O século XX como período de gênese, desenvolvimento e maturidade do imperialismo, leva a limites extremos as contradições do modo de produção capitalista, sendo as principais: contradição entre capital e trabalho, contradição entre os diversos grupos financeiros e as diversas potências imperialistas na disputa por territórios e fontes de matéria prima, a contradição entre um punhado de nações dominantes e centenas de milhões de povos e nações oprimidas; que são reflexo da condição de Estado-rentista, estado do capitalismo parasitário e em decomposição (Lenin, 2011, p. 218-235).

[...] o imperialismo nos séculos XIX e XX representava a subordinação das populações das Nações oprimidas ao capital financeiro e à repartição do mundo entre cinco ou seis grandes potências, contemporaneamente representa a subordinação dos

países “pobres” às demandas esfaimadas dos sete países mais “ricos” que participaram de todas as guerras imperialistas do século XX. (Freitas, 2012, p. 44).

Se as disputas interimperialistas desencadearam as duas grandes guerras, a crise do imperialismo, sua decomposição e declínio, reflete-se mais claramente nos problemas nos quais o imperialismo dos EUA está cada vez mais mergulhado, mesmo ainda sendo a única superpotência imperialista hegemônica em escala mundial<sup>13</sup>. Diante das recorrentes crises de superprodução, da crescente pauperização das massas e da crescente acumulação de capital, o imperialismo busca novas oportunidades de investimento para continuar sua exploração produtiva e, ao mesmo tempo, intensificando a exploração da força de trabalho assalariada, aumentando a mais-valia absoluta e relativa e a pilhagem dos povos através da exportação de capital, da dívida, da inflação e da redução dos serviços públicos às grandes massas, ao mesmo tempo em que aumenta todo tipo de subsídios e infraestruturas para as empresas dos grandes monopólios de capital financeiro.

## **2.2. Imperialismo, Semicolonialismo e Capitalismo Burocrático**

Uma análise da totalidade das relações que determinam o fenômeno educacional no Brasil, deve-se levar em conta o tipo de capitalismo que se desenvolve nos países semicoloniais no contexto do imperialismo. Neste tópico, nossa análise considera o processo histórico de desenvolvimento da América Latina e Brasil, recorrendo aos clássicos que buscaram interpretar o tempo presente à luz dos acontecimentos do passado.

Com mais de cinco séculos da chegada dos colonizadores europeus, o continente em que vivemos foi palco de um processo de conquista e dominação dos povos originários que amargaram o genocídio, a escravidão e o saque de seus recursos naturais, sobretudo, os metais preciosos, que impulsionaram o desenvolvimento comercial e manufatureiro que se desenvolvia

---

<sup>13</sup> Na situação política internacional nos últimos anos, a hegemonia dos EUA é questionada pela superpotência atômica Rússia e outras potências como a China e Alemanha. Esta última busca hegemônizar-se na Europa, onde outras contradições interimperialistas opõem outras potências às citadas aqui. Em uma tentativa inútil de superar a crise a longo prazo, a burguesia está recorrendo a um fim parcial da política econômica chamada “neoliberalismo” e está promovendo uma política econômica de maior intervenção do Estado na economia como expressão do capitalismo monopolista de Estado. As tensões dos últimos anos entre as potências imperialistas apontam uma tendência para uma grande guerra para uma nova partilha de territórios e regiões de influência. A superpotência hegemônica, os EUA, busca manter sua supremacia, enquanto o social-imperialismo chinês se prepara cada vez mais para travar uma luta pelo controle de semicolônias, seu sonho de se tornar uma superpotência e disputar a hegemonia mundial. A Rússia imperialista procura desesperadamente defender ou, se for o caso, restabelecer o domínio semicolonial e a zona de influência do período do social-imperialismo, agitando a bandeira dos velhos czares da “Grande Rússia”. Essa luta por uma nova partilha encontrou suas expressões sangrentas no passado recente na Jugoslávia, Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria. Agora está se manifestando com uma nova fase de guerra na Ucrânia. A opressão e exploração semicolonial e colonial da Ucrânia remonta ao período do revisionismo que restaurou o capitalismo na União Soviética e deve ser entendida no processo de decomposição e falência do social-imperialismo soviético dos anos 1960 aos anos de 1980.

no velho continente. Os territórios reivindicados pelas Coroas espanhola e portuguesa em um primeiro momento, também foram objeto de disputa de holandeses, franceses e ingleses, com estes dois últimos despontando no século XIX como as principais potências imperialistas. O Novo Mundo também durante esse período foi o destino de escravos africanos<sup>14</sup>, em um negócio rentável em que se destacaram ingleses, holandeses e franceses.

Para estender e consolidar seu domínio sobre os territórios conquistados, Portugal e Espanha encorajaram aqueles que eles queriam vir a povoá-los, conceder-lhes vários privilégios e vantagens – desde que se instalassem nas novas posses – em detrimento de obrigações também estabelecidas pelas monarquias, como, por exemplo, o monopólio do comércio colonial.

A colonização do Novo Mundo deu origem a sistemas econômicos que dependiam fortemente das economias das metrópoles e posteriormente das potências imperialistas. Durante o período colonial, as principais atividades econômicas giravam em torno da exportação de produtos primários e matérias-primas e a importação de manufaturas e outros produtos de outros continentes explorados. É neste contexto, que se desenvolvem as classes dominantes centrais na estrutura de dominação colonial: as oligarquias agrárias, comerciantes e detentores da exploração mineral à serviço dos impérios ultramarinos.

O debate sobre a natureza da economia colonial no continente americano vai além do campo do materialismo histórico. Contudo, este debate foi protagonizado por marxistas que tomaram como ponto de partida o conceito de “modo de produção” e “formação socioeconômica”, buscando analisar a questão das origens do capitalismo e sua vinculação com atraso econômico latino-americano, apontando um caráter de “capitalismo colonial” ou uma predominância feudal ou semifeudal da colonização. Este debate não se restringiu apenas na caracterização econômica da colonização, mas também, sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

A polêmica sobre a transição do feudalismo para o capitalismo foi debatida a partir da década de 1950 e teve a contribuição valiosa de estudiosos como Eric Hobsbawm, Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton, Pierre Vilar, Albert Sobul, Christopher Hill e principalmente Maurice Dobb e Paul Sweezy<sup>15</sup>. Estes dois últimos, economistas, divergiam quanto aos fatores

---

<sup>14</sup> Segundo Ribeiro; Silva (2017), cerca de 12,5 milhões de indivíduos foram embarcados e transportados em condições degradantes em navios de mais de uma dezena de nações para a América e Antilhas. Os autores fazem referência ao banco de dados Voyages (<slavevoyages.org>), lançado em 2008 e com uma versão em língua portuguesa desde 2015, que é importante ferramenta digital que compila e disponibiliza publicamente registros do tráfico de escravos, comércio interno entre colônias, remoções forçadas, rebeliões e resistências.

<sup>15</sup> Para melhor compreensão deste debate recomenda-se o estudo das obras: MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanco do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004; DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980; SANTIAGO, Theo (Org.) **Capitalismo: transição**. Rio de

que contribuíram para o declínio do feudalismo. O inglês Maurice Dobb considerava que o principal fator de crise do feudalismo fora o conflito de classe entre senhores feudais e servos. Contudo, Dobb não desconsidera as influências da expansão comercial europeia nesse processo histórico. Já o economista norte-americano Paul Sweezy, considerava que o renascimento comercial ocorrido entre séculos XI e XIV impulsionaram o desenvolvimento das cidades e a consequente alteração nas relações feudais que foram se desintegrando com o processo cada vez mais dinâmico da expansão comercial europeia a partir das grandes navegações e o processo colonização das terras do Novo Mundo. Adentrando esse debate, Pierre Vilar (1975) apontou a necessidade de não se “empregar sem precaução a palavra burguesia” e evitar a utilização do termo capitalismo **“enquanto não se trate da sociedade moderna, onde a produção maciça de mercadorias repousa sobre a exploração do trabalho assalariado**, daquele que nada possui, realizada pelos possuidores dos meios de produção” (Vilar, 1975, p. 36, grifo nosso).

Esta polêmica também adentrou a discussão acerca de como caracterizar os aspectos sociais, econômicos e políticos que se desenvolviam na colonização das Américas e influenciou o debate da intelectualidade latino-americana, sobretudo os que se afiliavam no marxismo. Entre as diversas interpretações, houveram os que apontavam para uma tese de que no Novo Mundo a colonização era caracterizada desde o início por um “capitalismo”, outros consideraram que aqui prevaleceu elementos feudais ou semif feudais e, outros ainda, um “modo de produção escravista colonial”. De certa medida, os debates sobre a “transição” e sobre a caracterização da economia colonial tinham como perspectiva compreender como se desenvolveu o capitalismo na América Latina e no Brasil. Optamos aqui, por fazer referência a este debate, por entender que ele é parte de um esforço de várias gerações de revolucionários e intelectuais que, em sua maioria, buscavam apontar perspectivas de superação de desigualdades sociais e da sociedade de classes.

É inegável o impacto da Revolução Russa de 1917 em nosso continente e como as ideias da sua chefatura, Vladimir Lenin, influenciaram os marxistas latino-americanos. Vemos como uma geração de intelectuais se debruçavam para aprofundar-se na compreensão do marxismo e, ao mesmo tempo, compreender e transformar a realidade de seus países. Entre eles, destacamos o peruano José Carlos Mariátegui<sup>16</sup>, que mais do que um acadêmico, atuou como dirigente e militante na conformação do Partido Comunista do Peru (PCP).

---

Janeiro, Eldorado, 1975; SWEEZY, Paul et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Esta última obra inclui a primeira republicação dos textos completos do debate original dos autores citados no corpo do texto.

<sup>16</sup> Mariátegui nasceu em 1894 e morreu em 1930. Apesar de sua morte prematura o autodidata que se transformou em escritor, jornalista e ativista político, publicou um considerável conjunto de textos que estão reunidos em 16 Tomos, a maioria publicada apenas em espanhol. Em setembro de 1926, publica o primeiro número da revista *Amauta* - palavra quéchua que significa sacerdote, sábio. A Revolução Socialista de Outubro influenciou de

Mariátegui é internacionalista, e sua maneira de aplicar o marxismo não nega de forma alguma a importância da experiência revolucionária mundial, especialmente a revolução russa, enquanto um "alvorecer de uma nova era". Para Mariátegui, o marxismo é universal e sua aplicação depende das circunstâncias objetivas da realidade, não significando nenhuma mudança de princípios e estratégias uma vez que é "um método fundamentalmente dialético" que se "baseia inteiramente na realidade dos fatos" (Mariátegui, 1972). Mariátegui não concebia uma revolução como algo distante das classes, sobretudo do proletariado, enquanto aplicação criadora da teoria revolucionária, o que se constata no texto elaborado por ele em 1928 para o Programa do Partido Socialista Peruano<sup>17</sup>: "O Partido Socialista adapta sua práxis às circunstâncias concretas do país", obedecendo a "uma ampla visão de classe", onde as "circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial" (Mariátegui, 2010).

Em diversos textos, buscando compreender e analisar problemas históricos no Peru, Brasil, Equador, Bolívia e outros países da América Latina, Mariátegui aponta que a permanência do problema agrário e do sistema brutal de exploração semifeudal imposto contra milhões de camponeses, é fruto de um processo histórico que remonta a estrutura de exploração colonial e, ao mesmo tempo, o contexto em que se desenvolve o capitalismo na América Latina na era do Imperialismo. Tendo como base o pensamento de Mariátegui, desenvolve-se na América Latina discussões acerca do caráter do capitalismo aqui desenvolvido. Dentre essas análises destacou-se o conceito de capitalismo burocrático.

---

forma decisiva sua transformação em dirigente revolucionário. Com problemas de saúde teve sua perna amputada em 1924. Apesar das limitações de saúde, dedicou-se por impulsionar o movimento operário e estudantil, culminando com a fundação do Partido Socialista Peruano em 1928, partido este que em 1930 alterou seu nome para PCP. Em 1928 publica sua obra que será a mais difundida em vários idiomas: os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007). Na atualidade Mariátegui foi recém descoberto por setores da esquerda reformista trotskista e pós-moderna que tenta atribuir a ele um "romantismo" e uma suposta postura divergente com a III Internacional. Contudo, Mariátegui não só demonstrou seu internacionalismo proletário ao publicar inúmeros textos bolcheviques em *Amauta*, como passou a integrar o Conselho Geral da Liga contra o Imperialismo (Fundada em 1927), organismo gerado da III Internacional, o que deixa claro sua vinculação orgânica com a Internacional vermelha. Sua postura anti-revisionista e anti-reformista está presente no conjunto de sua obra e nas suas relações, como exemplificado por ele mesmo em carta ao amigo e escritor argentino Samuel Glusberg em 1927, em que expressa sua profunda divergência com outro escritor argentino, Leopoldo Lugones (Lugones posteriormente apoiou em 1930 um golpe de Estado na Argentina dirigido pelo general Leopoldo Uriburu que tinha orientação nacionalista/fascista). Mariátegui, em 1927, expressou sua divergência: [...] *estou politicamente no polo oposto ao de Lugones. Sou um revolucionário. [...] O setor político que jamais entenderei é o outro: o do reformismo medíocre, o do socialismo domesticado, o da democracia farisaica. Além disso, se a revolução exige violência, autoridade, disciplina, estou a favor da violência, da autoridade, da disciplina. Aceito-as em bloco, com todos os seus horrores, sem reservas covardes. Em Lugones sempre admirei o artista, o pensador que se expressa sem equívocos e sem oportunismo. Ideologicamente, estamos em campos adversos. Lamento que ele fortaleça os conservadores com seu nome e com sua ação.* O original em Espanhol e outras cartas do autor podem ser encontradas em: <http://revistas.up.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/165/167>. Acesso em 10.02.2022.

<sup>17</sup> O Programa do Partido Socialista Peruano foi redigido por Mariátegui em 1928 e aprovado pelo Comitê Central do Partido em 1929. O texto em espanhol pode ser encontrado em: Mariátegui, José Carlos. **La tarea americana**. 1a ed. Buenos Aires: Prometeo Libros: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

### 2.3. Capitalismo burocrático: semifeudalidade e semicolonialismo

O conceito de capitalismo burocrático tem sua raiz nas formulações de Mao Tsetung no curso da Revolução Chinesa, momento em que analisou o processo de atraso do capitalismo chinês sob o domínio do imperialismo. Considerava que “el imperialismo, con todo el poderío financiero y militar que tiene en China, es la fuerza que apoya, alienta, cultiva y conserva las supervivencias feudales, con toda su superestructura burocrático-militarista (Mao Tsetung, 2008, p. 2).

Guzmán (1974) aprofundou a formulação de capitalismo burocrático desenvolvido por Mao Tsetung. Explicou que sob uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, se desenvolve um capitalismo tardio, que nasce atado à semifeudalidade. Para ele, o capitalismo burocrático se desenvolve ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país dominado; capitais estes oriundos dos capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros.

Para Souza (2010; 2014), o conceito de capitalismo burocrático tem sido utilizado para buscar a compreensão das relações de dominação imperialista nos países que não conseguiram desenvolver suas forças produtivas suficientemente para destruir as relações semifeudais e assim, lançar as bases fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo em seus territórios, como é o caso do Brasil. Conforme Souza (2010, p. 45) “o conceito de capitalismo burocrático se aplica à análise de todos os países que não fizeram a revolução burguesa e mantêm o problema agrário”. Sobre isso, Mariátegui explica:

O problema agrário se apresenta, antes de qualquer coisa, da liquidação do feudalismo no Peru. Essa liquidação deveria ser feita pelo regime democrático-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas no Peru não tivemos, nos cem anos de república, uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal - camuflada ou disfarçada de burguesia republicana - conservou suas posições. A política de desamortização da propriedade agrária iniciada pela revolução da independência - como uma consequência lógica de sua ideologia - não levou ao desenvolvimento a pequena propriedade. A velha classe latifundiária não havia perdido seu predomínio. A sobrevivência de um regime de latifúndio produziu, na prática, a manutenção do latifúndio. Sabe-se que a desamortização atacou principalmente os bens das comunidades. E o fato é que, em um século de república a grande propriedade agrária foi reforçada e engrandecida, a despeito do liberalismo teórico da nossa constituição e das necessidades práticas de desenvolvimento de nossa economia capitalista. As expressões do feudalismo sobrevivente são duas: latifúndio e servidão (Mariátegui, 2008, p. 68).

A análise do desenvolvimento do imperialismo deve ser feita a partir da compreensão de como ocorre a linha latifundiária no campo, na indústria e no ideológico<sup>18</sup>, pois o imperialismo controla as relações socioeconômicas, políticas e culturais. A análise marxista do Capitalismo Burocrático considera que o tipo de capitalismo que o imperialismo impulsiona num país atrasado, é semifeudal e semicolonial. Souza (2014, p. 54) caracteriza o capitalismo burocrático:

O capitalismo burocrático tem duas colunas: semicolonialismo e semifeudalidade (grande propriedade, semisservidão, gamonalismo). São indissolúveis, são ligadas. Em determinados momentos uma terá mais peso que a outra. Porém, não podemos nunca separar estas duas características em um país de capitalismo burocrático. O semicolonialismo é externo e a semifeudalidade é interna.

Mariátegui (2008, p. 54) afirma que a semifeudalidade se caracteriza pela existência do latifúndio, da semisservidão e do gamonalismo, que no Brasil denominamos coronelismo. Segundo o autor, o termo não designa apenas a categoria dos grandes latifundiários, mas todo um fenômeno que não caracteriza apenas o problema agrário, mas toda a estrutura e organização estatal que sustenta as relações de semisservidão, que “compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc.” (Mariátegui, 2008, p. 54).

O processo de semifeudalidade foi constatado e discutido por Hobsbawm (2017): O próprio desenvolvimento do capitalismo em escala mundial gerou ou regenerou em vários lugares e em vários momentos relações sociais dependentes que não são capitalistas”. Para o autor, “algumas dessas relações podem ser reconhecidas como feudais, ou seja, indistinguíveis daquelas que prevalecem em sociedades inquestionavelmente feudais” (Hobsbawm, 2017, p. 77).

Lenin, em suas obras *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) e *O capitalismo e a agricultura nos Estados Unidos da América* (1915), afirma que o tamanho da propriedade fundiária, o assalariamento, a mecanização e a taxa de investimentos de capital por hectare definem o nível de desenvolvimento do capitalismo no campo. Não é apenas o comércio que define as relações capitalistas (Lenin, 1988; 1980). Marx considera que “não só o comércio,

---

<sup>18</sup> O imperialismo “Introduz a linha latifundiária no campo mediante leis agrárias expropriatórias que não apontam para destruir a classe latifundiária feudal e sua propriedade senão desenvolvê-los progressivamente mediante a compra e pagamento da terra pelos camponeses. A linha burocrática na indústria aponta para controlar e centralizar a produção industrial, o comércio, etc., pondo-os cada vez mais em mãos monopolistas a fim de propiciar uma acumulação mais rápida e sistemática do capital, em detrimento da classe operária e demais trabalhadores, naturalmente, e em benefício dos maiores monopólios e do imperialismo em consequência. Neste processo tem grande importância o arrocho a que se submete os trabalhadores, como se vê na lei industrial. A linha burocrática no ideológico consiste no processo para moldar a todo o povo, mediante meios massivos de difusão, especialmente, na concepção e ideias políticas, particularmente, que servem ao capitalismo burocrático. (Guzmán, 1974, p. 2).

mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato, ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital” (Marx, 1985, p. 245). Para Marx, o traço histórico distintivo principal do modo capitalista de produção é o desenvolvimento da indústria moderna e trabalho assalariado, que determinam a circulação de mercadorias. É uma análise a-histórica, pois na Antiguidade, o comércio já era amplamente desenvolvido e o modo de produção era o escravista. A caracterização de um regime econômico não se dá pela simples circulação de mercadorias, mas pelo sistema de produção, conforme explicado por Guimarães (1968, p. 27):

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo porque numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo porque os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens.

As relações semifeudais foram identificadas por Lenin ao analisar as relações de parceria, de pagamento em produtos (na segunda década do século XX), no sul dos EUA:

Os Estados Unidos da América do Norte, escreve o senhor Guímmmer, é um ‘país que jamais conheceu o feudalismo, cujas sobrevivências econômicas ignora’ [...]. Tal afirmação contradiz totalmente a verdade, pois as sobrevivências econômicas da escravidão não diferem absolutamente em nada das do feudalismo, e no Sul antes escravista dos Estados Unidos estas sobrevivências seguem sendo muito fortes.” (Lenin, p. 1980, p. 17).

[...]tipicamente russa, “genuinamente russa”, a do sistema de pagamento em trabalho, ou seja, a parceria. [...] entre os brancos a porcentagem de arrendatários é de 39,2%, enquanto entre os negros é de 75,3%! No USA, o fazendeiro branco típico é proprietário de sua terra e o fazendeiro negro típico é arrendatário. [...]. Mas isto não é tudo. De nenhum modo se trata de arrendatários no sentido europeu, civilizado, capitalista moderno da palavra. Prevaecem **as parcerias semifeudais** ou, o que desde o ponto de vista econômico é o mesmo, **semiescravos**” (Lenin, 1980, p. 18, grifos nossos).

Conforme Hobsbawm (2017, p. 49), esse processo ocorreu em toda a América Latina, de forma muito mais intensa:

Chamar a maior parte da América Latina rural de medieval não é uma metáfora, mas a pura verdade, pois em muitos casos ainda subsiste o mundo mental da Idade Média europeia, que é, afinal, o mundo que os conquistadores do século XVI trouxeram com eles. Um renascimento religioso ou rebelião camponesa no sertão brasileiro (que começa a poucas dezenas de quilômetros da cidade grande) ainda é, muitas vezes, uma heresia medieval, liderada por um profeta do lugar que adota o modelo dos frades franciscanos. Os violeiros ainda recitam versos épicos sobre Rolando e Carlos Magno para ouvintes iletrados. Mas, mesmo sem essa herança, não é um equívoco chamar de medieval uma sociedade em que senhores feudais dirigem propriedades em ruínas, muitas vezes cultivadas por servos, em que as comunidades camponesas vivem numa economia de subsistência, muitas vezes quase sem usar dinheiro, ligadas entre si pela

dependência feudal e pela ajuda mútua entre vizinhos, que é sua instituição social básica (Hobsbawm, 2017, p. 49).

As relações de semifeudalidade são descritas pelo autor, como é o caso da Colômbia, Peru, Chile, Brasil, entre outros. “O quadro geral do campo colombiano é, portanto, composto por comunidades camponesas extraordinariamente atrasadas, isoladas, ignorantes e submetidas a velhos costumes, dominadas por latifundiários feudais e seus capangas (Hobsbawm, 2017, p. 69). Analisando o caso do Brasil, afirma: No Brasil, o café foi originalmente uma cultura de mão de obra escrava e, depois da abolição, foi plantado por uma combinação de colonos (às vezes pouco diferentes da mão de obra servil), meeiros e, cada vez mais, pelo trabalho livre (Hobsbawm, 2017, p. 80).

A tese marxista da semifeudalidade no Brasil sobressai nas análises de Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Leôncio Basbaum, Josué de Castro e Inácio Rangel<sup>19</sup>, que evidenciam a essência latifundiária da propriedade rural brasileira e da concentração dos meios de produção. Ainda que possuam limitações é a melhor interpretação sobre a formação econômica do Brasil. Souza (2010) realizou uma análise da tese da semifeudalidade a partir da historiografia brasileira e da questão agrária ao longo da história do Brasil e afirma que:

A estrutura agrária concentradora exerceu papel fundamental no tipo de capitalismo que se desenvolveu aqui. Quando Portugal optou por colocar nas mãos de fidalgos os imensos latifúndios que surgiam a partir das *capitanias hereditárias*, ficaram evidentes os traços iniciais da economia de ordem feudal. O modo de produção implantado na colônia se fundamentou no monopólio da terra e, como não havia servos da gleba, foi utilizado o escravo, que imprimiu uma característica ao peculiar sistema econômico brasileiro. Essas relações foram fortalecidas no final do Império, com o advento da produção cafeeira, que não trouxe nenhuma alteração na estrutura semifeudal da economia brasileira. Os ex-escravos, agora “livres”, ficaram como agregados, meeiros e arrendatários dos ex-senhores ou foram para as cidades trabalhar nos serviços braçais. Essa estrutura semifeudal se manteve devido a essa classe dominante ser, além de proprietária das terras e dos meios de produção, também detentora do poder político para garantir seus interesses [...]. Surgiram os *coronéis*, na sua forma decadente e degenerada. Em decorrência da ruína de seus feudos, eles passaram a residir nas cidades, de onde dirigem toda a região, apoiados militarmente pelos *cabras e jagunços*, cuja atividade criou um cenário de sangue em todo o campo brasileiro [...] O coronelismo foi aperfeiçoando seus métodos de dominação ao longo da história. O domínio imperialista teve como resultado a evolução do caráter semifeudal da sociedade brasileira, mas não o destruiu. O Brasil permanece mantendo seu caráter semifeudal e semicolonial, pois a independência política é apenas uma questão formal (Souza, 2010, p. 350).

---

<sup>19</sup> Segundo Souza (2010), os estudos desses autores convergem para a tese de semifeudalidade, principalmente as obras: GUIMARÃES, Alberto Passos, **Quatro séculos de Latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; RANGEL, Inácio. **A inflação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978; BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: das origens a 1889**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

As relações semifeudais ainda são encontradas no campo brasileiro. As três características principais da semifeudalidade, apontadas por Mariátegui (2008) são: grande propriedade da terra (latifúndio), semisservidão e Gamonalismo (coronelismo). Essas características se destacam, especialmente na Regiões Norte e Nordeste do país. Se analisarmos o campo brasileiro a partir desse estudo a situação não é diferente: Da população brasileira empregada na agricultura, 61% é formada por camponeses sem-terra. Existem no Brasil entre 5 e 7 milhões de famílias camponesas sem-terra, segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Apenas 1% dos proprietários agrários detém 48% das terras. É assim que se dá o processo de semifeudalização das relações de produção no campo atualmente, hoje controlado por grandes empresas na forma do agronegócio, que nem por isso são modernas, uma vez que apenas 3% dos assalariados do campo têm sua carteira de trabalho assinada, em relações precárias e informais de trabalho. Ainda permanecem no campo relações de meia, terça, arrendamento e outras formas de pagamento em produto.

O semicolonialismo que sustenta o conceito de capitalismo burocrático desenvolve-se a partir da teoria leninista sobre o imperialismo, fundamentada, destacadamente, em seu magistral trabalho *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Nele, Lenin, afirma que a concentração e centralização da produção levou a um salto na concentração e centralização do capital, dando origem ao regime de monopólios; que nele o capital bancário fundiu-se com o capital industrial originando o capital financeiro, o qual hegemonizou o sistema econômico do capital monopolista; de que à exportação de mercadorias somou-se e passou a predominar a exportação de capital e a política colonial alcançada por meio da guerra de rapina para a subjugação das nações “atrasadas”; de que com isso começou e terminou a partilha do mundo, dando início às guerras pela repartilha do mundo entre potências, superpotências. (Lenin, 2011).

Ao tratar do traço distintivo da época do imperialismo, disse Lenin: “O mundo ficou dividido em um punhado de Estados usurários e uma maioria gigantesca de Estados devedores”. Que os monopólios “adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas” (Lenin, 2011, p. 209).

Para Lenin (2011), a “posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário”. Lenin (2011) deixa patente que o domínio colonial é o preferencial, mas há formas intermediárias de dominação, quando inúmeros países gozam de independência, mas na realidade se encontram envolvidos nas teias da dominação financeira, diplomática e, por que não dizer, cultural. Estas formas transitórias de dependência, são chamadas como semicoloniais:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática (Lenin, 2011, p. 212).

Essa dominação imperialista se desenvolve por meio da atuação do capital financeiro que impõe abusivas taxas de juros, via estabelecimento de empresas que se apropriam das matérias-primas, intensificam a exploração dos trabalhadores, flexibilizando direitos trabalhistas; sonegando impostos, financiados por empréstimos concedidos pelo Estado para explorar recursos naturais e matérias-primas, além de exercer o controle da ciência, da tecnologia, da cultura e da educação, como explica Souza (2010):

Esses mecanismos utilizados pelo imperialismo garantem a dependência tanto das colônias, por meio de ocupação do território pela potência estrangeira, como das semicolônias, e se caracterizam pelo processo de submissão à potência estrangeira por meio do seu controle da estrutura e dos aparelhos do Estado, das políticas públicas, dos mecanismos de regulação financeira, de empréstimos para infraestrutura, etc. Tudo isto resulta na completa perda da soberania política pela nação. Para sobreviver, o imperialismo precisa avançar cada vez mais sobre os países sob seu domínio, conforme a partilha do mundo, regulando essa dominação pela força, pela guerra, que torna o imperialismo moderno o mais sanguinário e perverso no controle dos mercados, dos recursos naturais, da exploração do trabalho, etc., a exemplo da atual ofensiva norte-americana no Oriente Médio (Souza, 2010, p. 35).

Nessa fase, o imperialismo busca o controle ideológico da classe dominada por meio de conceitos que reafirmam seus interesses econômicos e negam a luta de classes. Quando a dominação ideológica feita por meio dos programas e dos acordos não é suficiente em conter os antagonismos, “aplica-se a política do *big stick*, na forma da repressão militar” (Souza, 2010, p. 42) ou se estruturam golpes de Estado para que se instaure governos fantoches.

Outra estratégia adotada na América Latina é o endividamento externo, que é, “sem dúvida, um dos fatores de aumento do nível de dependência desses países, colocando-os numa condição semicolonial” (Souza, 2010, p. 42). A título de exemplificação, temos, no ano de 2021, o Brasil pagando 50,78% do orçamento federal em juros e amortizações da dívida que representa R\$1,96 trilhão de recursos públicos. Em 2022, foi 46,30% do orçamento, ou seja, R\$1,878 (trilhão) destinado à dívida brasileira.

Com base na tese leninista do imperialismo, Mao Tsetung desenvolveu as teses da revolução nacional-democrática, analisando a natureza e consequências dessa dominação imperialista nas relações de classes e formulou o conceito de capitalismo burocrático, como resultante da fusão do capital financeiro com o capital de origem feudal desses países,

engendrando um tipo de capitalismo que tem por base a conservação das relações anacrônicas de monopólio da propriedade da terra, definindo a revolução nacional-democrática como Revolução de Nova Democracia.

Sobre o conceito de Revolução de Nova Democracia, Mao Tsetung (1975) defende que, antes da primeira grande guerra (1914-1918) e da Revolução Socialista de Outubro (1917), as revoluções democrático-burguesas integravam-se na “velha categoria da revolução democrático-burguesa mundial da qual constituíam uma parte” (Souza, 2010).

Nesta era toda revolução nas colônias e semicolônias dirigindo-se contra o imperialismo, quer dizer, contra a burguesia internacional, o capitalismo internacional, já não se integra mais nessa velha categoria de revolução democrático-burguesa mundial, mas sim numa categoria nova. Já não constitui uma parte da velha revolução mundial burguesa ou capitalista, mas sim parte da nova revolução mundial, a revolução mundial socialista-proletária. [...]. Embora tais revoluções nos países coloniais e semicoloniais, ainda que sejam fundamentalmente democrático-burguesas no seu caráter social, durante a primeira etapa ou degrau, e embora sua missão objetiva seja limpar a estrada para o desenvolvimento do capitalismo, elas já não são mais revoluções do tipo antigo dirigidas pela burguesia no intuito de estabelecer uma sociedade capitalista e um Estado sob a ditadura dessa burguesia. Elas pertencem ao tipo novo de revolução dirigida pelo proletariado e visando, na primeira etapa, o estabelecimento de uma sociedade de democracia nova e de um Estado de ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias (Mao Tsetung, 1975, p. 560 e 561 *apud* Souza, 2010).

Para Mao Tsetung (1975, p. 568 e 569), a burguesia nacional dos países semicoloniais – pós primeira guerra e revolução de outubro – é incapaz de dirigir as revoluções democrático-burguesas, porque é débil, vinculada ao latifúndio e ao imperialismo. Neste contexto, “o alvo da revolução não é a burguesia em geral, mas sim a opressão estrangeira e o jugo feudal; que as medidas tomadas nessa revolução visam, em geral, não à abolição, mas sim a proteção da propriedade privada”. A burguesia nacional é, portanto, vacilante, e somente a classe operária e o campesinato (principalmente pobre sem-terra ou com pouca terra) serão capazes de conduzi-la ao socialismo (Mao Tsetung, 1979, p. 388). É, portanto, uma revolução democrática-burguesa de novo tipo ou Revolução de Nova Democracia, sendo parte da revolução proletária mundial, uma fase de transição, ininterrupta ao socialismo. Nessa fase o objetivo é pôr fim às relações semicoloniais e semifeudais. Vejamos:

A revolução de democracia nova é parte da revolução socialista-proletária mundial, está resolutamente oposta ao imperialismo, isto é, ao capitalismo internacional. Politicamente, significa ditadura conjunta das classes revolucionárias sobre os imperialistas, traidores e reacionários [...]. Economicamente, tem o objetivo a nacionalização do grande capital e das grandes empresas dos imperialistas, dos traidores e dos reacionários, assim como a distribuição pelos camponeses das terras da classe dos senhores de terras, preservando ao mesmo tempo as empresas capitalistas privadas em geral e não liquidando a economia dos camponeses ricos. Desse modo, o novo tipo de revolução democrática, embora abrindo caminho ao capitalismo, cria as condições prévias do socialismo [...] é uma fase de transição cujo objetivo é acabar com a sociedade

colonial, semicolonial e semifeudal e preparar as condições para o estabelecimento da sociedade socialista, quer dizer, é o processo duma revolução de democracia nova (Mao Tsetung, 1975, p. 530 *apud* Souza, 2010).

A Revolução Agrária é, portanto, o iniciar da Revolução de Nova Democracia nos países de capitalismo burocrático. Uma Revolução Agrária é a expropriação de terras que estão concentradas nas mãos dos latifundiários, diferente do modelo de “Reforma Agrária” tutelada pelo Estado onde a desapropriação de terras capitaliza os latifundiários.

A terra para os que a trabalham significa a transferência da terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses, transformação da propriedade privada dos senhores de terras feudais em propriedade privada dos camponeses e emancipação destes das relações agrárias feudais, tornando-se possível a conversão do país agrícola em país industrial (Mao Tsetung, 1979, p. 389, *apud* Souza, 2010).

Para Mao Tsetung, “o princípio ‘a terra para os que a trabalham’ tem o caráter de uma reivindicação democrático-burguesa, não proletária socialista”. Aplicando essa premissa ao caso brasileiro, podemos identificar que o caráter da revolução em nosso país é democrático-burguesa de “novo tipo”. O capitalismo burocrático brasileiro, conforme De Carvalho (2006), possui três contradições fundamentais:

Como bem compreendemos, no Brasil existem muitas contradições de classes, mas aquelas que são as fundamentais são três: entre a imensa maioria da nação e o imperialismo; entre campesinato pobre, principalmente e sistema latifundiário; e entre proletariado e burguesia. São estas três porque as diferentes e fundamentais classes dominantes e dominadas do país, que em sua condição semicolonial, de oprimido pelo imperialismo, principalmente ianque, constitui-se um processo nacional incompleto[...]. Segundo as leis gerais do desenvolvimento econômico-social do país, a revolução caracteriza-se por ser nacional democrática, agrária antifeudal e anti-imperialista ininterrupta ao socialismo. Tem duas etapas que se processam de forma ininterrupta, sendo que a primeira demanda resolver as contradições entre campesinato e sistema latifundiário, e entre nação e imperialismo, em que confiscar o capitalismo burocrático é a chave para assegurar sua passagem ininterrupta para a segunda etapa. E nesta dar solução cabal à contradição entre proletariado e burguesia monopolista (De Carvalho, 2006, p. 57).

Nota-se na concepção da Revolução de Nova Democracia, que a questão agrária é, principal razão pela qual na revolução nos países de capitalismo burocrático (semifeudal e semicolonial), o campesinato, quando dirigido pelo proletariado, é uma força motriz.

Em resumo, compreendemos, que na época do imperialismo só existem países imperialistas (como potências e superpotência, que se desenvolvem entre conluio e pugnas) e países dominados e oprimidos que são o butim da repartilha entre os primeiros. Assim, o capitalismo que existe nesses países é um capitalismo tardio, atrasado, de tipo burocrático, na condição principal hoje, em sua maioria, de países semicoloniais-semifeudais.

Estas semicolônias do imperialismo são mantidas num estado de extremo atraso em seu desenvolvimento nacional, servindo para o pleno desenvolvimento das economias das potências imperialistas. Ao Brasil, com seu potencial de produção agrícola e pecuária, determinou-se sua função, na divisão internacional do trabalho, de produzir matérias-primas oriundas do campo que servem para a indústria das potências imperialistas, bem como para commodities gerando exorbitante lucratividade de empresas multinacionais que controlam a produção e as bolsas de valores do mundo inteiro (Freitas, 2021, p. 146).

Em síntese, essa é a situação de dependência desses países, em razão da existência do imperialismo como fase superior e última do capitalismo, que é capital monopolista, capital parasitário em decomposição e capital agonizante. O debate sobre o tipo de capitalismo e as formas de dependência existente entre as semicolônias e o imperialismo, é fundamental a fim de elevar a compreensão sobre o caráter da dominação do grande capital sobre nosso país e em especial sobre os monopólios no âmbito da educação brasileira.

#### **2.4. A Universidade Latino-Americana e brasileira**

Este subtítulo esboça uma breve revisão bibliográfica acerca da origem e desenvolvimento das Universidades na América Latina e no Brasil. Não temos a pretensão aqui em aprofundar o debate sobre os modelos de universidade que se implantaram, mas apenas historicizar a oferta do ensino superior, como forma de dialogar com nosso objeto de pesquisa. Por oportuno, consideramos pertinente o recorte feito por Christophe Charles e Jacques Verger (1996) para delimitar a conceituação de Ensino Superior e Universidade:

As universidades representaram apenas uma pequena parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, Ensino Superior. A partir do invento da escrita, muitas civilizações, antigas ou exteriores à Europa ocidental, criaram, sob uma forma e outra, um ensino superior. [...] Se aceitarmos atribuir à palavra Universidade o sentido relativamente preciso de 'comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior', parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo, pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda Europa e, a partir do século XVI, sobretudo, dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória (Charles; Verger, 1966, p.7-8).

As primeiras universidades na América Latina foram criadas no período colonial na América Espanhola: Universidade de São Domingos (1538), São Marcos, no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738). Diferente do

projeto colonial espanhol, a colonização portuguesa na América não criou universidades e, ao contrário, desincentivou e as proibiu, conforme apontou Cunha (2000, p. 152):

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia.

Na análise de Cunha (2000, p. 152), a decisão portuguesa “pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas”, sobretudo, “a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América”. Outro fator apontado pelo autor é o de que a disponibilidade de docentes em cada um dos países era diferente, uma vez que na Espanha, no século XVI, existiam “oito universidades famosas em toda a Europa, enquanto Portugal dispunha de apenas uma: a de Coimbra, e mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte”.

Com número maior de habitantes, universidades e população mais letrada, a Espanha “podia transferir recursos docentes para suas colônias sem prejudicar o ensino de suas universidades”, diferente da situação portuguesa. A colonização espanhola, também se deparou com “povos de cultura superior, no sentido antropológico do termo, o que dificultava a disseminação da cultura dos conquistadores” (Cunha, 2000). Como forma de combater a cultura dos diversos povos, exigia-se refinado exercício de dominação, uma vez que, em sociedades como os Astecas<sup>20</sup> e Incas<sup>21</sup>, sua complexa estrutura social tinha espaços de formação, reprodução cultural e produção de conhecimento científico.

Salamanca e Alcalá de Henares, as duas universidades espanholas mais famosas da época, foram os modelos que inspiraram a fundação das Universidades no Novo Mundo, dando

---

<sup>20</sup> Na sociedade asteca a educação ocupava espaço importante, uma vez que, além do aprendizado cotidiano familiar as crianças frequentavam sistemas de educação, com escolas por bairro (*maceultin*) destinadas aos filhos de homens comuns ou na *Calmecac*, destinados aos filhos da classe dominante (*pipiltin*), que era uma educação mais elaborada e superior, era ministrada pelos sacerdotes, que ensinavam entre outras coisas, “hinos antigos, poemas e relatos históricos, doutrinas religiosas, o calendário, astronomia, astrologia, preceitos legais e a arte de governar”. (Leon-Portilla, 1997, p. 45). Um trabalho que oferece informações detalhadas destas escolas é a Dissertação de Mestrado de Adriana Araújo Madeira: MADEIRA, Adriana Araujo. A Educação Mexica: o papel das escolas oficiais no controle e organização da sociedade. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-26102012-155142/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

<sup>21</sup> Os trabalhos do antropólogo John Ears apontam os inúmeros elementos acerca do desenvolvimento tecnológico da civilização Inca. Deste autor, destacamos a obra **Tecnologia Andina: una introducción** (1990). Da mesma forma, Rosana Bond demonstra – com riqueza de detalhes e apontando outras fontes – a tecnologia empregada pelos Incas nos observatórios astronômicos, procedimentos cirúrgicos, conhecimentos matemáticos e estatísticos. (Bond, 2004, p. 106-120).

origem a dois tipos diferentes de programas universitários e, de certa forma, influenciaram a divisão do ensino universitário latino-americano em universidades estatais e privadas, estas últimas, principalmente católicas (Tunnermann, 1991, p. 38). No caso da Espanha:

A criação de universidades nas Índias, bem como de colégios de educação superior, foi inicialmente iniciativa das ordens mendicantes, sancionada por decretos da coroa. A partir de 1538, o Colégio Tomás de Aquino dos dominicanos de Santo Domingo adotou o nome de universidade. Em 1551, foi fundada a Universidade de São Marcos em Lima, e em 1554 a Universidade Real e Pontifícia de Cidade do México. Outras universidades se seguiram a essas, como as de San Carlos Borromeo na Guatemala e de San Francisco Javier em Nova Granada. No século XVII, mais universidades foram criadas em Córdoba, em La Plata, em Cuzco e em Santiago do Chile. O caso da vila de Quito, que tinha não menos que três universidades nessa época, é um sinal revelador de certa saturação, produto da rivalidade entre as ordens religiosas: havia uma universidade dominicana, uma agostiniana e uma jesuíta. Mas no conjunto das Índias, em torno do século XVII, os jesuítas obtiveram supremacia na área (Lafaye, 1999, p. 606).

Criar universidades fazia parte da “ação oficial no campo cultural” do projeto colonial espanhol, que necessariamente não era “totalmente repressiva” e tinha como objetivo a “assimilação cultural” dos indígenas. Neste contexto, “os membros do clero detinham um monopólio no cuidado e educação dos índios”, visando sua “cristianização” e “latinização”, sendo que os “evangelizadores eram ao mesmo tempo professores de idiomas” (Lafaye, 1999, p. 604-605). Segundo Tunnermann (1998), explicações de cunho bastante pragmático apontam como fatores que determinaram a criação das universidades:

a) la necesidad de proveer localmente de instrucción a los novicios de las órdenes religiosas que acompañaron al conquistador español, a fin de satisfacer la creciente demanda de personal eclesiástico creada por la ampliación de las tareas de evangelización; b) la conveniencia de proporcionar oportunidades de educación, más o menos similares a las que se ofrecían en la metrópoli, a los hijos de los peninsulares y criollos, a fin de vincularlos culturalmente al imperio y, a la vez, preparar el personal necesario para llenar los puestos secundarios de la burocracia colonial, civil y eclesiástica. Por otro lado, las dificultades de las comunicaciones, arriesgadas y costosas, aconsejaban impartir esa instrucción en las mismas colonias; c) la presencia, en los primeros años del período colonial, en los colegios y seminarios del Nuevo Mundo, de religiosos formados en las aulas de las universidades españolas, principalmente Salamanca, deseosos de elevar el nivel de los estudios y de obtener autorización para conferir grados mayores. De ahí que las gestiones para conseguir los privilegios universitarios fueron con frecuencia iniciadas por estos religiosos de alta preparación académica (Tunnermann, 1998, p. 44).

Segundo Jacques Lafaye (1999, p. 607) a “educação superior foi um aspecto essencial de uma política geral de tratar os vassallos do novo reino em pé de igual com os da Península Ibérica”. Esta política aplicada nas possessões espanholas na América, implicava uma “discriminação mais de tipo social do que racial”, privilegiando que os indígenas “nobres” fossem matriculados juntamente com os espanhóis e crioulos e excluindo os “índios plebeus”

do acesso ao ensino superior. Se por um lado a universidade na América Latina, mesmo importando modelos europeus, desempenhou um papel importante no desenvolvimento das sociedades e, por outro lado, em determinados períodos, foi instrumento dos governos e das classes dominantes atuando conforme seus interesses (Garcia Guadilla, 2008, p. 25).

Ainda durante o período colonial, as universidades na América Espanhola sofreram processos de reforma influenciadas pelo espírito do iluminismo e da “política esclarecida” delineada pelo rei Carlos III, através da promulgação das novas constituições de 1771, que era uma versão em espanhol do enciclopedismo francês. A universidade colonial respondeu a “uma concepção e a um propósito muito bem definido, o que lhe permitiu ser uma instituição unitária”, enquanto “uma totalidade e não um simples agregado de partes, com a sua própria visão do mundo, do homem e da sociedade” e era “uma instituição completa, segundo com as normas de seu tempo”. Mesmo que estejamos “em total desacordo com a ideologia escolástica, com predileções eclesiásticas ou com o teológico” esta “unidade institucional foi mantida durante todo o período colonial”. A incorporação do método experimental e as reformas que ocorreram no final do século XVIII não desmantelou a unidade conceitual sobre a qual o edifício repousava, sendo “renovada” sem rupturas. A universidade na América espanhola “não poderia ser outro senão um reflexo da cultura ibérica da época”, ou seja, as limitações da Espanha em relação à ciência, a sua inferioridade industrial e científica, apesar de seu extraordinário desenvolvimento na literatura e as artes tiveram influência em como se desenvolveu estas instituições no Novo Mundo (Tunnermann, 1998, p. 50-54).

No Brasil, o marco da construção do que viria ser um “sistema” educacional se dá com a chegada da Companhia de Jesus em 1549. Saviani (2008, p. 92) denomina este primeiro processo de “pedagogia brasílica” (1549-1599), com a implantação dos primeiros colégios e sob o “Plano de Nóbrega” que buscava “adequar-se às condições específicas da colônia”. Com poucos recursos da Coroa Portuguesa nos primeiros anos e posteriormente com a instituição do estatuto da “redízima” em 1564<sup>22</sup>, que determinou que “um décimo da receita obtida pela coroa portuguesa na colônia era destinado à manutenção dos colégios jesuítas”. Posteriormente, “na versão do *Ratio Studiorum*<sup>23</sup>, cujos cânones foram adotados pelos colégios jesuítas no mundo inteiro”, passaram a ser obrigatórios em todos os colégios dessa Ordem a partir de 1599 (Saviani, 2008, p. 92).

---

22 A Coroa portuguesa adotou o plano da redízima em 1564, em que instituiu que 10% (dez por cento) de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira deveriam ser destinados à manutenção dos colégios jesuítas.

23 O *Ratio Studiorum* possui 467 regras e era uma sistematização da pedagogia jesuítica. Passou por várias versões até ser editada e promulgada em 1599. Era de caráter universalista e elitista. Universalista por ter sido um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivesse e elitista, pois era dedicada somente a educação dos filhos dos colonos (SAVIANI, 2011).

Assim, ao longo dos dois primeiros séculos, de 1549 até 1759, data da expulsão dos jesuítas, a pedagogia cristã, de orientação católica, gozou de uma hegemonia incontestável no ensino brasileiro. Portanto, a teoria da educação que orientou as primeiras atividades pedagógicas em nosso território corresponde à pedagogia derivada da concepção humanista tradicional na sua vertente religiosa (SAVIANI, 2008, p. 93).

A presença jesuíta, “não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente a mais importante pelo vulto da obra realizada e, sobretudo, pelas consequências que dela resultaram para a nossa cultura e civilização” (Azevedo, 1971, p. 509). O papel das ordens religiosas, em especial a dos jesuítas, era a de assegurar a conversão dos indígenas, sobretudo por meio das “escolas elementares” que atendiam também os filhos dos colonos. Os colégios, visavam principalmente os “servidores da Ordem” na preparação do sacerdócio, e onde se passou a “ministrar o ensino das ciências humanas, as letras e as ciências teológicas” (Romanelli, 1985, p. 37).

Pode-se dizer que com a criação em 1572 dos cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, tivemos o início do ensino superior no Brasil<sup>24</sup>. Este “segundo grau” ou *studia superiora*, compreendia os cursos de Filosofia e Teologia, com duração de três anos e quatro anos, respectivamente (Cunha, 2008, p. 27). Mesmo com a ausência de uma universidade na colônia lusitana, o que chamamos de “ensino superior” é definido por Cunha (2007):

Inicialmente, está claro, para mim, que chamamos de ensino superior ensino de Filosofia, Teologia e Matemática (o do colégio da Bahia), do período colonial; o ensino de Anatomia e Cirurgia nos hospitais militares, criados em 1808; o curso de Engenharia implícito na Academia Militar (mais tarde, o ensino "civil" da Engenharia); o ensino de Direito; e outros, ministrados em aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias, faculdades e, já no século XX, nas universidades. (Cunha, 2007, p. 18).

Concordamos com Ribeiro (1986) na afirmação de que “os colégios jesuíticos foram o instrumento de formação da elite colonial”, sendo esta, preparação para o trabalho intelectual. A formação oferecida por meio dos graus acadêmicos obtidos nos colégios, tornaram-se tão importantes na classificação social, quanto a propriedade de terras e escravos. Este processo de formação de uma elite intelectual, adequou-se “quase que completamente à política colonial”, já que “a orientação universalista jesuítica” era baseada na literatura antiga e

---

<sup>24</sup> Segundo Cunha (2007, p. 33-34), “Embora estudos do Colégio da Bahia (no que se refere ao curso de artes) fossem idênticos aos do colégio dirigido pelos jesuítas na cidade de Évora, em Portugal, o grau conferido por aquele não tinha o mesmo ‘valor’ deste último” e os alunos da Bahia eram obrigados a “repetir o curso em Coimbra ou em Évora” ou “prestar exames de ‘equivalência’”, demandando reivindicações da Câmara Municipal da Bahia pelo reconhecimento dos cursos.

na língua latina, além da necessidade de “complementação dos estudos na MetrÓpole” (Ribeiro, 1986, p. 29 e 31), o que mantinha a relação de dependência com o projeto português. Esta oferta de ensino, destinava-se:

[...] a cumprir tripla função: de um lado, formar padres para a atividade missionária, de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da Justiça, da Fazenda e da Administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes. A integração dessas funções assim variadas ficava garantida pela presença, no currículo desses colégios, das ideologias e das práticas letradas comuns à cultura das classes dominantes, às diversas especialidades da burocracia estatal e à organização da própria ordem religiosa que as ensinava (Cunha, 2007, p. 25-26).

Mesmo com a expulsão dos jesuítas em 1759, visando centralizar a administração colonial no período pombalino e, no aspecto educacional, com a implantação das aulas régias<sup>25</sup>, buscou-se introduzir as ideias laicas de inspiração iluminista, a influência católica manteve-se, já que o regime de Padroado perdurou até o ano de 1890 já no período republicano. Esta mudança é assim descrita por Saviani (2008):

A partir de 1759, começam a ser implantadas as reformas pombalinas da instrução pública, que se contrapõem ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução. Temos, então, a influência da pedagogia do humanismo racionalista, embora se deva reconhecer que o Estado português era, ainda, regido pelo estatuto do padroado, vinculando-se estreitamente à Igreja católica. Nessas circunstâncias, a substituição da orientação jesuítica deu-se não exatamente por ideias laicas formuladas por pensadores formados fora do clima religioso, mas mediante uma nova orientação, igualmente católica, formulada por padres de outras ordens religiosas, com destaque para os oratorianos. A sistemática pedagógica introduzida pelas reformas pombalinas foi a das aulas régias, isto é, disciplinas avulsas ministradas por um professor nomeado e pago pela coroa portuguesa com recursos do “subsídio literário” instituído em 1772. Essa teoria da educação inspirada no “iluminismo lusitano”, cujo principal arauto foi o Marquês de Pombal, recebe, em consequência, a denominação de “pedagogia pombalina” (Saviani, 2008, p. 92-93).

Contudo, a expulsão dos jesuítas foi desastrosa, pois “desarticulou o sistema educacional da Colônia” com o fechamento de “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores”. No caso do ensino superior, o fechamento dos colégios jesuítas “correspondeu à abertura de aulas de matérias isoladas” e apenas “cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro e em Olinda” (Cunha, 2007, p. 52-54). No que se refere a uma Universidade propriamente dita, Darcy Ribeiro é duro ao afirmar que o “Brasil contou apenas,

---

<sup>25</sup> Segundo Saviani, “o funcionamento das aulas régias não impediu os estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas, tendo sido, inclusive, criadas algumas dessas instituições no espírito das reformas pombalinas” (Saviani, 2011, p. 108).

durante o período colonial, com um arremedo de universidade na Bahia, que ministrava cursos propedêuticos para o sacerdócio e para estudos de direito e medicina, a completar-se em Portugal” (Ribeiro, 1969, p. 76). Este “arremedo de universidade” corresponde às cátedras isoladas criadas por D. João VI:

No Brasil, o príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois (Cunha, 2000, p. 153).

Conforme o autor, no primeiro momento, essas unidades de ensino eram de extrema simplicidade, em locais improvisados organizados pelos próprios professores e, posteriormente, as escolas, as academias e as faculdades, que surgiram mais tarde, a partir das cátedras isoladas, que passaram a possuir “direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não-docentes, meios de ensino e local próprios”. (Cunha, 2000, p. 154).

De todo modo, o ensino superior brasileiro como o conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia. As instituições de ensino superior atualmente existentes resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas ao início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve. Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação. (Cunha, 2000, p. 153).

O ensino superior desenvolveu-se pelo processo de multiplicação de faculdades isoladas, sendo incorporadas às universidades tardiamente e é, sobretudo, durante todo o período imperial (1822-1889), que o ensino superior ganhou mais densidade, tornando-se todo estatal até a Proclamação da República, em 1889. (Cunha, 2000, p. 155-156). Segundo Fávero (2000), a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, marcou “o início da criação de diversas instituições de ensino superior, tais como a Academia Real Militar (1810), que deu origem à Escola Politécnica; ao Curso de Agricultura (1812), anexo ao Real Jardim Botânico; de Química (1817) e de Matemática Superior (1809) em Pernambuco, entre outros” (Fávero, 2000, p. 9).

Em sua “História da Educação Brasileira”, Maria Luísa S. Ribeiro (1986, p. 21-22), realiza uma periodização da história da educação brasileira, dividida da seguinte forma: 1º período: 1549 a 1808 - consolidação do modelo agrário-exportador dependente; 2º período: 1808 a 1850 - crise do modelo agrário-exportador dependente e início da estruturação do modelo agrário-comercial-exportador dependente; 3º período: 1850 a 1870 - consolidação do

modelo agrário-comercial-exportador dependente; 4º período: 1870 a 1894 - crise do modelo agrário-comercial-exportador dependente e tentativa de incentivo à industrialização; 5º período: 1894 a 1920 - ainda o modelo agrário-comercial-exportador dependente; 6º período: 1920 a 1937 - nova crise do modelo agrário-comercial-exportador dependente e início da estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização; 7.º período: 1937 a 1955 - o modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização; 8.º período: 1955 a 1964 - crise do modelo nacional-desenvolvimentista da industrialização. Segundo a autora, a divisão desses períodos utilizou como critérios os “instantes de relativa estabilidade dos diferentes modelos” e os “instantes de crise mais intensa e que causaram as substituições dos modelos referidos”, sendo períodos de “efervescência” de ideias que apontam “deficiências existentes” e “propagam novas formas de organização escolar”.

Em termos de história da Universidade brasileira, é apenas a partir do 5º período proposto por Ribeiro (1986) que se vislumbra um processo de desenvolvimento do Ensino Superior, correspondente à transição do Brasil Império para as primeiras décadas da república. Conforme Cunha (Cunha, 2000, p. 161), “nenhuma instituição com status de universidade existiu no período colonial nem no imperial”, sendo que neste “último período, dezenas de propostas de criação de universidades foram feitas, nenhuma tendo sucesso”. Este cenário, se altera nas primeiras décadas da república, uma vez que:

As transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Essas mudanças e essa multiplicação foram determinadas por dois fatores relativamente independentes. Um fator foi o aumento da procura de ensino superior produzido pelas transformações econômicas e institucionais. Outro fator, este de caráter ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo "ensino livre", e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares. (Cunha, 2000, p. 157).

Em 1909, durante a prosperidade econômica na Amazônia em virtude do primeiro ciclo da borracha, foi criada a primeira universidade brasileira, resultado de “iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional”. Contudo, o fim do ciclo econômico também levou “ao fim da instituição, em 1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada em 1962 à recém-criada Universidade Federal do Amazonas” (Cunha, 2000, p. 162).

O conjunto de reformas pelas quais passou a organização escolar brasileira nas primeiras décadas do século XX revelaram “uma oscilação entre a influência humanística clássica e a realista ou científica” (Ribeiro, 1986, p. 77). A política de desoficialização do

ensino, apontada pela Reforma Rivadávia Corrêa em 1911<sup>26</sup>, “abriu caminho para a criação de outras duas universidades, também elas resultantes das tentativas de grupos privados que não tiveram sucesso”, como foi a Universidade de São Paulo, criada em 1911 e dissolvida em 1917, a Universidade de Curitiba, em 1912, mas dissolvida pela “proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes”; e, por fim, em 1920, “a primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o status de universidade”, a Universidade do Rio de Janeiro. (Cunha, 2000, p. 162).

Na América Latina uma das lutas que melhor representou este cenário, é sem dúvida, a que ocorreu em Córdoba, na Argentina, em 1918, quando “a juventude universitária de Córdoba tomava o mais firme reduto da reação conservadora” (Ponce, 1926, p. 88). Segundo Novaes (2012, p. 188-190), o “Cordobazo” não “caiu do céu”, mas é o resultado de um conjunto de acontecimentos na sociedade local e na América Latina; além de uma conjuntura de lutas das quais destacamos a Revolução Mexicana (1910) e a Revolução Russa de 1917. Mas, a importância histórica do “Cordobazo” se dá pela radicalidade de suas proposições, como a gratuidade, a autonomia universitária, a liberdade de pensamento e de expressão; a instauração de um governo “tripartite” e uma “reforma profunda” do currículo, que demandaria conteúdos críticos (Novaes, 2012, p. 191-194).

A luta em Córdoba se espalhou pela Argentina, aglutinando outros estudantes, intelectuais, trabalhadores e se torna referência para inúmeras lutas na América Latina. Em 1919, estudantes da Universidade de San Marcos, em Lima (Peru), aderiram ao ideário de Córdoba, e organizaram no ano seguinte o Primeiro Congresso Nacional Estudantil, em Cuzco, onde decidiram pela criação das Universidades Populares Gonzáles Prada, onde estas Universidades Populares reuniam estudantes, operários e intelectuais, ampliando muito o raio de influência da reforma (Novaes, 2012, p. 201).

Os ecos de Córdoba chegaram ao México, entre 1929 e 1933, com os estudantes organizando diversas lutas pela autonomia, inclusive com a mudança do nome da Instituição para Universidade Autônoma do México. A defesa do acesso à Universidade, da laicidade do currículo, do financiamento público da Educação e da autonomia universitária, teve sua origem em Córdoba.

No Brasil, o processo de estruturação das Universidades se deu em momento posterior ao dos países vizinhos. Fruto de uma educação arcaica herdada do período colonial, a

---

<sup>26</sup> A Lei Rivadávia Corrêa ou Reforma Rivadávia Corrêa, foi implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659. Esta Reforma adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior. Pela Lei o governo dispensava a exigência de equiparação a uma instituição modelo de nível federal, o que favoreceu e tornou possível a criação de instituições de ensino superior pela iniciativa privada.

primeira universidade brasileira “de fato”, a Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi fundada apenas em 1920. Esta “Universidade”, no entanto, mantinha centros de pesquisa desvinculados do ensino e, de certa forma, não tinha qualquer interesse no desenvolvimento científico. Do ponto de vista da administração do ensino estatal/público, a república manteve uma continuidade em relação ao Império, apenas diferenciando-se pela laicidade.

Apenas em 1931, com a reforma Francisco Campos<sup>27</sup>, um conjunto de seis decretos, pode ser considerado um passo importante para a regulamentação da Educação brasileira em âmbito nacional. O manifesto dos pioneiros de 1932, fez a defesa de uma educação essencialmente pública, baseando-se no princípio da laicidade, obrigatoriedade, gratuidade, coeducação e unicidade da escola, esboçando as diretrizes de um Sistema Nacional de Educação abrangendo de forma articulada os diversos níveis de ensino. A reforma Capanema<sup>28</sup>, a partir de 1942 deu sequência a estrutura do sistema educacional proposta por Campos (Saviani, 2004, p. 32-38).

Os estudos sobre privatização<sup>29</sup> da educação não são novos. Da mesma forma que a defesa da uma educação estatal/pública, laica e que sirva às classes trabalhadoras sempre esteve na agenda de luta do movimento popular, movimento docente e do movimento estudantil ao longo de décadas, em incontáveis lutas no Brasil e na América Latina<sup>30</sup> (Martins, Jacomeli, 2019). Diversos trabalhos buscaram historicizar este processo, bem como compreender e identificar os inúmeros sujeitos envolvidos.

Por oportuno, é importante identificar que há décadas o debate relacionado à Escola Estatal, Escola Pública, Escola Particular e Escolar Popular foi realizado no âmbito da história da educação<sup>31</sup>. Temos plena concordância com a afirmação de Sanfelice (2005, p. 104) de que

---

<sup>27</sup> A reforma Francisco Campos foi uma reforma na educação brasileira ocorrida em 1931. Após o golpe de Vargas de 1930, no contexto do processo de integração política do país, houve um avanço no desejo de reformas educacionais e a regulamentação do ensino. Entre as medidas adotadas no âmbito dos Decretos, estão: o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos; a seriação do currículo; a frequência obrigatória dos alunos às aulas; avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal.

<sup>28</sup> Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário, que reforçavam os ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico.

<sup>29</sup> Compreendemos por privatização o processo de ampliação da rede privada por intermédio de incentivos a sua implantação através de parcerias, convênios, financiamentos, doações, subvenções, modelos de “cogestão” e, inclusive, na forma de atuação do capital privado no interior das Instituições Estatais por meio de financiamento de projetos, que, para as IES, significam “captação de recursos”, o que consideramos uma privatização por “dentro”, ou ainda uma mercantilização da educação.

<sup>30</sup> Nossa opção neste trabalho, foi o de realizar um recorte historiográfico e espacial, razão que não trataremos do surgimento de outras experiências de Universidade em outras regiões.

<sup>31</sup> Uma revisão bibliográfica acerca da temática, é feita por Davies (2016), que apresenta cinco questões discutidas pelos autores citados neste trabalho e outros tão importantes, que por hora, não aprofundados. As questões

“à luz do pensamento marxista, não nos permite equalizar escola estatal com a escola pública”. Esta discussão tem como referência a análise do texto de Marx “Crítica ao Programa de Gotha”, publicado por Engels em 1891.

Como se vê, as críticas de Marx são severas. A educação popular é realizada pela escola pública, fazendo do Estado o educador do povo. As classes altas têm outras alternativas para se escolarizarem ou se educarem em decorrência dos seus próprios recursos econômicos, mas no ensino superior podem se beneficiar de um ensino gratuito, às custas do fundo dos impostos gerais. Impõe-se também para Marx, a exigência de escolas técnicas com a observação de que deveriam ser teóricas e práticas. Mas a ênfase maior está na expressão de que a educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível. Mas não se trata de isentar o Estado de responsabilidades para com a educação. Pelo contrário, Marx enumera inclusive algumas delas, a começar pela legislação que garanta os recursos para as escolas públicas e citando até a questão da capacitação docente, entre outras. E a grande meta a ser atingida passa a ser a subtração da escola a toda interferência por parte do governo e da Igreja. E o Estado que necessita receber do povo uma educação muito severa.

São essas as razões pelas quais a educação dada pela escola pública, aquela em que o Estado é o educador do povo, não pode ser considerada pública ou popular. É a escola estatal do Estado educador do povo. (Sanfelice, 2005, p. 93).

Também Sérgio Castanho (2011, p. 87-90), buscou historicizar o que é público e o que é privado na instituição escolar, desde as concepções de Locke, Condorcet, Saviani e Sanfelice. Ponderou para o fato de que, mesmo admitindo “a escola pública, como a escola estatal, ainda que burguesa, construída na história educacional brasileira”, não descartaria “o referencial crítico tão clara e apropriadamente colocada por Sanfelice”. As metamorfoses do capitalismo e as várias formas com que se apresentam, ainda hoje, o Estado, que por sua natureza não é neutro e está à serviço de uma classe.

O capitalismo está aí triunfante e os Estados, ao longo do século XX, adquiriram diferentes formas através das quais preservaram a propriedade privada dos meios de produção e do capital, cada vez mais concentrados. É bastante provável que hoje, mais do que no século XIX, os Estados estejam muito mais diretamente subordinados aos interesses do capital. Veja-se, por exemplo, as determinações das agências multilaterais de financiamento para que se faça as reformas de Estado nos países periféricos-associados, veja-se também o consentimento dos governos no acatamento e cumprimento daquelas determinações. Do ponto de vista interno – o Brasil – observe-se o constante socorro que o Estado faz as “mazelas” do capital e da burguesia local, em detrimento das políticas sociais e dos direitos do trabalhador.

São todas essas situações e muitas outras que acabam por tornar ainda atuais as teses centrais do marxismo: o Estado é resultado da produção histórica dos homens, mediante certas condições, o Estado não é neutro, ele não se reduz as determinações econômicas, dada sua relativa autonomia; o Estado sobrepõe-se ao público

---

relacionadas, são resumidas por ele, da seguinte forma: “1) a escola estatal é espaço de confronto de interesses privados; 2) a sua burocracia marcada pelo clientelismo; 3) o importante é o seu funcionamento e uso, não a sua propriedade; 4) não se deve confundir o espaço público com o espaço estatal; 5) é preciso imprimir um caráter popular à escola estatal, sob o controle da sociedade civil”. A íntegra do artigo, intitulado “**O público, o estatal e o privado no pensamento educacional brasileiro**”, está disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/5861>. Acesso em: 08 dez. 2023.

convertendo o estatal em público; o que é estatal, chamado de público, dificulta o entendimento de que se preservam, com isso, os interesses privados. A lógica marxista propõe efetivamente converter o estatal em público quando anuncia que é o povo que deve educar o Estado (Sanfelice, 2005, p. 93-94).

Neste debate, Saviani (2005, p. 02; 2003, p. 199) apresenta “diferentes acepções assumidas pelo conceito de escola pública”, muito embora considere que “o Estado brasileiro não se revelou, ainda, capaz de democratizar o ensino, estando distante da organização de uma educação pública democrática de âmbito nacional”. Neste sentido, afirma:

Sabemos que público se contrapõe a privado e, por isso, se refere também ao que é comum, coletivo, por oposição ao particular e individual. Em contrapartida, público está referido àquilo que diz respeito à população, o que lhe confere o sentido de popular por oposição ao que se restringe aos interesses das elites. Finalmente, público está referido ao Estado, ao governo, isto é, ao órgão instituído em determinada sociedade para cuidar dos interesses comuns, coletivos, relativos ao conjunto dos membros dessa mesma sociedade (Saviani, 2005, p. 03).

Embora Sanfelice aponte que algumas “conotações acabem por sugerir o equívoco, a leitura rigorosa da história não permite tomar o estatal como algo imediatamente equivalente a público, povo, algo que é de interesse comum”, quando nos voltamos para “a história da educação no Brasil, podemos dizer que ela vem se constituindo especialmente por três caminhos: o caminho das escolas estatais, o caminho das escolas privadas e o caminho das escolas públicas” (Sanfelice, 2005, p. 95).

Por fim, também Lombardi e Colares (2020, p. 13), adentram nesta seara, apontando que a “escola pública (estatal) [...] universal, laica, obrigatória, gratuita, inclusiva e plural que almejamos e defendemos, é um produto histórico da sociedade ocidental”, defendendo que o “conceito de educação ou ensino público produzido na modernidade, ou sob o capitalismo, se refere àquele oferecido pelo Estado e financiado por meio de impostos.” Fazendo referência ao “sentido etimológico (do latim *publicus*, relativo a povo, pertencente a todas as pessoas), mas sob as condições do moderno Estado nacional”, a assim chamada escola pública (estatal), seria “uma definição suficientemente ampla para representar as diversas formas de escolas que nos desafiam a pensar sua complexidade”.

No contexto de desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista, o imperialismo entrou em crise nas décadas de 1920 e 1930. O Estado burguês adquiriu novas formas de controle do capital, para superar a crise: o *New Deal*, que abriu mão de preceitos do liberalismo clássico, garantindo também a diminuição dos tensionamentos sociais. O *Welfare State*, adotado em países escandinavos, sob orientação do economista e sociólogo Karl Gunnar Myrdal, inspirou-se no *New Deal*, e tinha como diretrizes adotar uma série de medidas

econômicas que garantissem direitos sociais como saúde, educação, emprego e previdência social. Assim, a burguesia atraía o operariado para um processo de conciliação de classes distanciando-o de uma perspectiva revolucionária radical.

Se o “Estado de Bem-Estar-Social” garantia certa estabilidade econômica e social nos países imperialistas, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, a oferta de educação, ainda estava limitada e restrita. A lógica apresentada por Vargas foi a de assumir a educação enquanto aparelho ideológico forte, a educação como formadora de mão de obra para o mercado de trabalho, dando ênfase a educação profissional e, com a Constituição de 1937, dispondo que a educação, a arte e a ciência fossem ofertadas por indivíduos e associações privadas, sendo a gratuidade e a obrigatoriedade garantidas apenas para o ensino primário e para o ensino manual em escolas normais primárias e secundárias (Paiva, 1987, p. 161). De fato, conforme Cunha:

O ensino superior no Brasil foi sempre pago pelos estudantes desde o início do século XIX. A Constituição de 1946 dizia ser o ensino superior oficial (como o médio) gratuito "para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos". Mas certos setores do Estado defendiam, já no início da república populista, a gratuidade total do ensino superior oficial. A Constituição paulista, de 1947, foi mais longe que a federal nessa questão. Se esta dizia que o ensino dos diferentes ramos seria ministrado pelos poderes públicos, sendo livre à iniciativa particular, aquela, sem ferir esse princípio, proclamava que o ensino seria ministrado primordialmente pelo governo, sendo livre, todavia à iniciativa privada, a qual o poder público ampararia quando objetivasse o ensino gratuito das "classes menos favorecidas". Além disso, a Constituição paulista determinava a gratuidade do ensino oficial nas escolas de todos os graus, sem distinguir as "classes menos favorecidas" ou aqueles que tivessem "falta ou insuficiência de recursos". O projeto de diretrizes e bases da educação nacional, elaborado pelo Ministério da Educação, em 1948, inspirado nos princípios liberais, também reconhecia como desejável a gratuidade do ensino superior. Mas, ao contrário da Constituição paulista que o instituía imediatamente, deslocava-o para uma data futura, prevalecendo, até então, o critério da isenção dos estudantes “insuficientes ou carentes” de recursos financeiros (Cunha, 2007, p. 76-77).

É importante que consideremos que a luta por uma educação pública/estatal, laica e gratuita que atravessou décadas inteiras, é atual e permanente. Há inclusive, pressões constantes e recentes para que se crie instrumentos de cobrança de mensalidade, taxas e outros instrumentos que possam justificar o fim da gratuidade nas IES estatais/públicas.

Na década de 1960, o movimento estudantil iniciou uma grande campanha por mais vagas e verbas. É neste período, que inspirada no Manifesto dos Pioneiros e na obra de Anísio Teixeira, é fundada a Universidade de Brasília (UnB). O debate em torno da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 4.924/61), cuja primeira proposta foi apresentada 1948 e o texto final foi promulgado em 1961, possibilita-nos identificar o choque de concepções sobre o caráter público e privado da educação, num contexto de crise financeira no “setor” educacional e onde o tom das discussões foi a disputa por recursos públicos pelas

escolas privadas. A prevalência dos interesses privados, da aliança do setor privado com a igreja, garantiu a “abertura de portas” para o processo de privatização que se seguiria no Regime Militar. Ou seja, a educação privada com acesso livre a recursos públicos, sob o argumento de que o Estado deveria financiar as escolas privadas para que estas se tornassem gratuitas e as famílias pudessem escolher onde os filhos deveriam estudar (Minto, 2006, p. 102-106).

O Movimento Estudantil já em 1962 defendia o “Co governo” das universidades, na histórica greve que defendia 1/3 de participação nos órgãos colegiados das Universidades. Os ecos de Córdoba, enfim, chegaram ao Brasil, na “mais representativa das greves estudantis”, onde, “pela primeira vez, os estudantes tiveram que concentrar-se num esforço coletivo de reflexão” (Forachi, 1965, p. 253 e 256). Para Fávero (2006):

Os seminários da UNE sobre a Reforma Universitária no início dos anos 60, de modo geral, colocam sempre o problema da universidade articulado com as reformas de base e questões políticas mais globais. Contudo, de abril de 1964 a 1967, as discussões no movimento estudantil passam a centrar-se sobretudo em dois pontos: a) revogação dos Acordos MEC/ USAID, e b) revogação da Lei Suplicy (Lei nº 4. 464, de 9.11.1964), pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes. (Fávero, 2006, p. 29).

Com o golpe civil-militar de 1964, no caso específico da organização do Ensino Superior, acentua-se como referência o modelo organizacional norte-americano, que já estava presente na educação brasileira, e que se acentuou com o regime ditatorial, que semeou o terreno do ensino privado, facilitando sua expansão. Outro importante fator de favorecimento da privatização foram os denominados “acordos MEC/USAID”<sup>32</sup>, que entre outras medidas, orientou um conjunto de “diretrizes” para a educação superior (Minto, 2006, p. 113-116).

---

<sup>32</sup> Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os acordos MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971). Outras informações podem ser encontradas em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), em meio aos acordos MEC/USAID, defendeu, nos anos de 1966 e 1967, uma reforma universitária que se posicionava contra a transformação das universidades estatais/públicas em fundações privadas, educação funcional para todos, nacionalização do ensino em todo o país, autonomia educacional e administrativa e abolição gradual das taxas estudantis. Concordamos com Minto (2006), ao considerarmos que a política educacional do regime militar brasileiro alterou de forma substancial as dimensões entre o público e o privado, o que favoreceu este último e afastou ainda mais o Brasil de uma educação pública/estatal, laica e gratuita (Martins; Jacomeli, 2019).

Segundo Sampaio (2011), entre 1960 e 1980 as matrículas no ensino superior tiveram um crescimento de 500%, sendo que no setor privado este crescimento foi de 800%. A década de 1980 não altera de forma significativa esse percentual em virtude de grave crise econômica que atravessa o país. As décadas de 1970 e 1980 marcam o processo de consolidação do pensamento neoliberal, ou seja, a defesa do Estado mínimo, onde o mercado, livre de qualquer regulamentação se apresenta como autossuficiente. Este processo de expansão da rede privada também é identificado por Schwartzman (1999):

As universidades públicas são as instituições mais antigas, com faculdades que datam do século XIX, ainda que as primeiras universidades só tenham se constituído formalmente nos anos 30. Na década de 30, começaram a surgir também as primeiras instituições privadas, que aumentaram rapidamente de número. A reforma universitária de 1968, apesar de consagrar na legislação o modelo universitário centrado na pesquisa e na pós-graduação, foi seguida de uma grande expansão do ensino privado, sobretudo na forma de instituições isoladas de ensino, expansão que se reduziu um pouco no período de 1973-1974, para retomar o ritmo depois. A maior parte das instituições federais, assim como das instituições estaduais paulistas, data de antes da década de 70. Nos anos 80 houve um pequeno crescimento de instituições estaduais no resto do país, e, nos últimos cinco anos, só o setor privado continuou crescendo. (Schwartzman, 1999, p. 6).

O Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e *Table Ronde des industriels* passaram a determinar em escala global as políticas educacionais. O BM determinou para os países pobres nos fóruns de Jomtien (1990) e de Dakar (2000) diversas diretrizes educacionais, aplicando as determinações do capital, transformando a educação em mercadoria (Martins, Jacomeli, 2019).

O BM passou a financiar a esfera social, por meio de empréstimos para os países pobres aplicarem em educação. Porém, o banco não é apenas um financiador, mas protagonista intelectual dos projetos que financia (Martins, Jacomeli, 2019). As diretrizes e estratégias do Banco Mundial estão explícitas: “*La educacion es un instrumento importante para el desarrollo económico y social. Es un elemento crucial de la estrategia del Banco Mundial para ayudar a*

*los países a reducir la pobreza y mejorar los niveles de vida mediante el crecimiento sostenible y la inversión en el capital humano*” (Banco Mundial, 1996, p. 21 *apud* Martins; Jacomeli, 2019). Conforme Antunes (2001):

[...] a educação e a formação são evocadas como soluções fundamentais para, por um lado, preparar uma mão-de-obra qualificada que atenda às exigências da competitividade econômica e às mutações do sistema ocupacional e, por outro, para preparar indivíduos que, a partir de uma escolaridade básica bem-sucedida, sejam capazes de continuar a aprender e a incorporar novos conhecimentos que os mantenham menos vulneráveis aos processos de exclusão social (Antunes, 2001, p. 91).

A educação brasileira foi orientada a atender às demandas do capital em forma de “capital humano” e políticas educacionais foram embasadas nas pedagogias liberais pós-modernas, denominadas por Saviani (2011) como pedagogias neoprodutivistas, que visam dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se à “mão invisível do mercado” (Saviani, 2011, p. 435 *apud* Martins; Jacomeli, 2019).

Diante da expansão imperialista, José Carlos Mariátegui, identificou o caráter semicolonial dos países da América Latina. Segundo Mariátegui, na “medida que cresça seu capitalismo, e em consequência, a penetração imperialista, deve acentuar-se este caráter na sua economia” (Mariátegui, 1972, p.87). É necessário analisar as bases econômicas da crise do imperialismo e do capitalismo burocrático e seu desenvolvimento. É preciso ir mais ao fundo dos seus fenômenos políticos na sociedade de forma geral e particularmente seus reflexos nas massas populares, em suas classes e diferentes camadas e, sobretudo, na Educação Superior, nosso objeto de estudo.

Os governos que sucederam a Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiram as mesmas tendências de favorecimento à expansão do ensino superior privado. A expansão da oferta privada no ensino superior se deu por meio de incentivos financeiros e por meio de políticas públicas educacionais. Nos Governos petistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) esse processo de favorecimento dos mercadores da educação se intensificou, apesar da implantação de políticas de expansão de vagas nas universidades públicas federais (Martins, Jacomeli, 2019). Para Souza (2014, p. 252), “Lula manteve as concepções e as ações dos organismos internacionais, por meio de política focais, afirmativas e assistencialistas e ainda desferindo um golpe na universidade estatal/pública, com a ampliação da parceria público-privada”.

Os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) seguiram a mesma agenda privatista de ataque ao Ensino Público, configurada por um processo crescente de cortes no orçamento da educação, o aprofundamento de uma racionalidade empresarial e mudança

curricular para atender os interesses do capital por meio de pedagogias empresariais-corporativas.

Esse processo será discutido nos capítulos seguintes, para entendermos o desenvolvimento cada vez mais ascendente da privatização do Ensino Superior e como esse processo se articula com o imperialismo a partir das imposições de seus organismos multilaterais.

### **3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 1995 A 2022: A MARCHA DA PRIVATIZAÇÃO**

Este capítulo pretende contribuir em relação ao entendimento das políticas educacionais para o ensino superior e as relações entre público e privado que se estabeleceu no ensino superior brasileiro no contexto das reformas implementadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, até o Governo Bolsonaro em 2022. Buscaremos identificar o papel histórico do Estado brasileiro com relação ao financiamento e à manutenção do ensino superior, a partir de suas relações com o imperialismo por meio da atuação dos organismos internacionais.

Como já discutido no capítulo anterior, as primeiras IES brasileiras foram criadas em 1808<sup>33</sup> com a chegada da família real portuguesa na colônia. Seu objetivo principal era formar profissionais liberais para ocupar espaço entre as classes dirigentes. Durante todo o período colonial não foi permitido a criação de universidades no Brasil, no entanto, alguns países da América Hispânica dispunham de universidades no período colonial, sendo a primeira delas criada no México em 1553. Conforme Martins (2002, p. 1), no final do século XIX, existiam não mais que 24 estabelecimentos estatais/públicos de ensino superior no Brasil, com aproximadamente 10.000 alunos.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1891, não havia instituições privadas de ensino superior. A constituição possibilitou que surgissem as primeiras instituições privadas. Em 1920, o país contava com aproximadamente 150 escolas isoladas e 2 universidades existentes, a do Rio de Janeiro e a do Paraná. A Reforma educacional do governo Vargas em 1931 regulamentou o funcionamento das universidades e a cobrança de mensalidades. Conforme Martins (2002), em 1933, o setor privado detinha cerca de 64,4% das IES e 43,7% do total de matrículas.

As lutas do movimento docente e do movimento estudantil, foram intensas a partir de 1945 em defesa do ensino superior estatal/público, momento de fortes disputas institucionais por recursos públicos entre o setor estatal e privado. Conforme Martins (2002), em 1960, o número de estudantes matriculados no ensino superior era de 226.218 universitários, sendo 93.202 matriculados no setor privado e outros 28.728 excedentes aprovados no vestibular para universidades públicas, mas que não ingressaram por falta de vagas. Conforme o autor, “o período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na

---

<sup>33</sup> Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (atual Faculdade de Medicina da UFBA), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública” (Martins, 2002, p. 1).

Nas décadas de 1960 a 1980, “houve uma expansão extraordinária no ensino superior, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão,  $\frac{3}{4}$  partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada” (Martins, 2002, p 3). Os dados do INEP apontam que o percentual de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas atingiu 73% ao final do Regime Militar (1985).

Para Saviani (2010), até a década de 1980 o modelo de universidade existente era o modelo napoleônico, onde prevalece a supremacia do Estado na oferta e no financiamento, mas começou a alterar esse modelo<sup>34</sup> operando-se um deslocamento em seu padrão, no Governo Sarney. “Esse deslocamento tem origem na distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino introduzida em 1986 pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel” (2010, p.11).

Conforme os dados do INEP, em 1990 e 1992 (Governo Collor), identifica-se um aumento de 2,25% no número de IES públicas e diminuição de 4,31% das IES privadas. Nesse período de dois anos houve aumento de 8,82% das matrículas nas IES públicas e uma redução de 5,75% das matrículas nas IES privadas. As matrículas nas IES entre 1993 e 1994 (Governo de Itamar Franco), tiveram aumento de 5,65% nas IES públicas e 3,12% nas IES privadas. Nesse período, houve diminuição do número de IES privadas e públicas, mas a percentagem de matrículas em IES privadas, foram superiores a 70%. A percentagem de IES privadas, que no início do governo Collor era de 76%, caiu para 74% no final do governo Itamar. A relação de matriculados nas IES privadas, que no início do governo Collor atingia os 62%, baixou para 58% no fim do governo Itamar Franco (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

Os dados demonstram que saímos do Regime Militar com um alto índice de privatização do ensino superior e mantivemos tais índices no início da chamada Nova República. Esses índices tornam-se ainda maiores nos governos seguintes, como veremos a partir do Governo FHC.

### **3.1. A mercantilização do ensino superior no Governo FHC**

---

<sup>34</sup> Para Sguissardi (2004), por orientação do Banco Mundial, a partir da Reforma Universitária no Brasil entre os anos de 1995 a 2006 o chamado “modelo europeu” ou universidades de pesquisa (modelo humboldtiano) foram progressivamente sendo substituídas pelas chamadas “universidades de ensino”. Um aprofundamento desta discussão pode ser encontrado em: SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO; Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 33-52.

FHC governou o Brasil entre 1995 e 2002, seus dois mandatos tiveram como característica assumir compromissos políticos e econômicos com a burguesia compradora e com o capital financeiro numa total subserviência ao imperialismo. No governo Collor e FHC se fortaleceu a histórica dominação e controle da economia pelo capital externo e pelo imperialismo. Sob as orientações dos órgãos multilaterais do imperialismo foi instituída a reforma do Estado, adotou-se um modelo de “administração pública gerencial”, definida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995) que orientava para a privatização dos serviços públicos, a descentralização e focalização, como explica Rothen e Barreyros (2011, p. 23):

Com a Reforma do Estado, intensificaram-se os processos de privatização de empresas estatais. As políticas sociais organizaram-se em torno de três eixos: privatização, descentralização e focalização. Nesse contexto, a educação superior foi considerada como sujeita à “privatização”. Entendia-se que a iniciativa privada poderia realizar a educação neste nível com muito maior eficiência e eficácia. A educação – um direito social – passava a ser tratada como mercadoria, o que facilitou a criação de um quase-mercado.

Busca-se o Estado mínimo gerencial, conforme justifica o próprio FHC: “mediante a flexibilização da estabilidade e da permissão de regimes jurídicos diferenciados, o que se busca é viabilizar a implementação de uma administração pública de caráter gerencial” (Cardoso, 1995, p.11). Na obra *Reforma do Estado para a Cidadania – a reforma gerencial na perspectiva internacional*, Bresser Pereira, ministro do MARE, que se destacou como teórico da reforma do Estado no Brasil, afirmou: “o Estado pode ser eficiente, desde que use instituições e estratégias gerenciais, e utilize organizações públicas não-estatais para executar os serviços por ele apoiados, recusando, assim, o pressuposto neoliberal da ineficiência intrínseca e generalizada do Estado (Pereira, 1998, p. 31).

O Plano Diretor da Reforma do Estado, lançado por FHC e pelo então ministro Bresser Pereira era justificado como “essencial” para combater a crise econômica em que vivia o país. A crise, contudo, era a crise geral do capitalismo em sua fase imperialista que atinge em maior escala os países de capitalismo burocrático, semicolonial e semifeudal como Brasil. A estratégia utilizada pelo imperialismo para implementar o liberalismo clássico com a política do *laissez faire, laissez, laissez passer*, ou seja um política econômica de não-intervenção estatal, já que o mercado seria capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado. A ideia de reforma do Estado seria uma forma de superar a crise mediante a construção de um Estado mínimo, daí a necessidade de políticas gerenciais de resultado, como nas empresas. Nesse processo de Reforma do Estado foram transferidas para

a iniciativa privada importantes setores de serviços estratégicos a “preço de bananas”, em geral, para grandes empresas estrangeiras, em alguns casos com empréstimo do próprio Estado brasileiro, o que demonstra a total subserviência do país às regras econômicas impostas pelo imperialismo. Neste sentido:

As chamadas “reformas neoliberais”, eufemismo para as imposições imperialistas, resultam da profunda crise do capitalismo em sua fase imperialista e não de uma suposta ineficiência ou tamanho do Estado, que em fases anteriores também atendia os ditames dos países dominantes. (Silva, 2017, p. 66).

Como hoje, também nessa época o Estado rapidamente injetou recursos públicos para a estabilização da economia, cobrindo os prejuízos do capital e criando as condições necessárias à lucratividade, sobrando aos pagadores de impostos, geralmente os trabalhadores, saldarem o rombo financeiro do Estado. O setor educacional também passa a ser regulado pelos princípios empresariais. A educação passa a ser tratada como mercadoria e o setor educacional como um mercado.

Em relação às IFES, logo no primeiro ano do Governo FHC, o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) apresentou um projeto de autonomia universitária que consistia em mudar a natureza jurídica das universidades públicas federais para Organizações Sociais, que se constituiriam em entidades públicas não-estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos (Traina-Chacon; Calderón, 2015). Nenhuma universidade aceitou fazer essa transformação. Mesmo assim, o governo FHC aprovou a Lei das Organizações Sociais (OS), Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização (PNP), a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por OS, e dá outras providências (Brasil, 1998, *apud* Martins; Jacomeli, 2019). No ensino superior se aplicou as regras da Reforma do Estado:

[...] o processo de reforma no governo de FHC (1995-2002) promoveu alterações na concepção e organização da educação superior ao introduzir: mudanças na legislação educacional; redução drástica de recursos para universidades públicas; incentivo à diversificação das fontes de financiamento; redução da autonomia universitária; incentivo à diferenciação institucional com ênfase no ensino; expansão do acesso ao ensino superior via, sobretudo, IES privadas; incentivo às parcerias entre universidades e setor industrial; implantação de exame de avaliação da educação superior (Provão), que implicou na criação de rankings por cursos e por instituições; facilitação nos processos de autorização e credenciamento de IES e reconhecimento de cursos no setor privado; expansão de cursos por meio do sistema de educação a distância (Ferreira; Oliveira, 2010, p. 60).

Destaca-se no governo FHC a política de avaliação da qualidade de ensino e

controle de qualidade no oferecimento do ensino superior por instituições públicas e privadas. Já no governo de Itamar Franco foi criado o Programa de Avaliação Institucional (PAIUB), com a finalidade de supervisão, regulação e controle centradas na autoavaliação institucional das comunidades acadêmicas e de forma voluntária (Cunha, 2003). Após a aprovação da LDB em 1996, se estabeleceu a renovação periódica de autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento e recredenciamento de Instituições de Ensino Superior. No PAIUB se avaliava a instituição, na política de FHC passam a ser avaliados os cursos com a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC) ou “provão”, que foi um exame em larga escala onde todos os cursos de graduação deveriam ser avaliados.

Apesar da previsão da avaliação in loco por especialistas, o “Provão” foi o instrumento de avaliação por excelência, tanto pela ênfase que lhe foi dada pelo Ministério da Educação, como por sua repercussão na imprensa, bem como pelo uso mercadológico dos resultados por parte das instituições de educação superior privadas. No espírito da Reforma do Estado, a principal característica do “Provão” era a emissão de conceitos simplificados: uma escala de 5 níveis (de “E” a “A”), que permitia estimular a concorrência entre as instituições de educação superior.<sup>3</sup> O “Provão” era concebido no sentido de dupla regulação do sistema: pelo Ministério e pelo mercado consumidor de educação. As instituições que não obtivessem bons resultados nos exames seriam fechadas pelo Ministério, ou pela “mão invisível do mercado”. (Rothen; Barreyros, 2011, p.24).

O ranqueamento das universidades, por essa política de avaliação, possibilitou que as instituições privadas se utilizassem dos seus resultados para fazer marketing de seus cursos, o que possibilitou o crescimento desse setor. Para incrementar e fortalecer a lógica privatista dessa política de regulação, o Decreto nº 2.207, de 1997 (Brasil, 1997), estabeleceu a diferenciação institucional na educação superior regulamentando a criação dos centros universitários, de faculdades integradas, de faculdades e de institutos ou escolas superiores, contribuindo para uma grande expansão privada no ensino superior (Traina-Chacon; Calderón, 2015). Vejamos:

**Tabela 1. Evolução do número de instituições de educação superior por dependência administrativa no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
<b>1995</b>	894	57	76	77	684
<b>2002</b>	1 637	73	65	57	1 442
<b>1995/2002 (%)</b>	83.1	28.1	-14.5	-26.0	110.8

Fonte: (Traina-Chacon; Calderón, 2015, com dados do MEC/INEP/SEEC, 2012).

Nota-se que houve um crescimento total de 83,1% no número de Instituições de Ensino Superior no gerenciamento de FHC, com destaque para a expansão de 110,8% de instituições privadas, enquanto a rede federal cresceu apenas 28,1% e as estaduais e municipais diminuíram. Em relação ao número de matrículas, no Governo de FHC quase dobrou, com 97,8%, sendo que essa expansão foi nas privadas, que cresceu 129,3%, quase a soma percentual de todas as IES públicas como demonstramos abaixo na tabela 2:

**Tabela 2. Evolução da matrícula em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa no Brasil, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).**

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
<b>1995</b>	1 759 703	367 531	239 215	93 794	1 059 163
<b>2002</b>	3 479 913	531 634	415 569	104 452	2 428 258
<b>1995/2002 (%)</b>	97.8	44.7	73.7	11.4	129.3

Fonte: (Traina-Chacon; Calderón, 2015, com dados do MEC/INEP/SEEC, 2012).

Conforme Sguissardi (2006, p.1028), em 1994 das 851 IES existentes 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) eram privadas. Em 2002, do total de 1.637 IES existentes, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas. Em um período de oito anos, as IES privadas saltaram de 77,5% para 88,1%. A expansão das IES privadas também é constatada na evolução progressiva do número de matrículas, que vão do percentual de 60% em 1995, para, ao final do Governo de FHC (2002) à marca de 88% (Inep, 2006). De acordo com o Censo do Ensino Superior (MEC/INEP), no ano de 2003, as matrículas presenciais e a distância correspondiam a 29,9% (setor público) e 70,1% (setor privado).

O Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES) foi criado por FHC por meio da medida provisória MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. O FIES foi institucionalizado pela Lei nº 10.260/2001 e se consolidou como uma das principais políticas de privatização nos anos seguintes.

Os dados apresentados demonstram que houve uma duplicação do número de matrículas entre 1995 e 2002 e que esse crescimento foi graças aos incentivos oferecidos pelo Governo ao setor privado. No setor público houve o incremento das parcerias público-privada, criação de fundações privadas no âmbito das instituições públicas de ensino superior.

O país altera nesse período o modelo de universidade até então existente. Saviani (2010, p. 11), considerou que o que prevaleceu no Brasil, “apesar da tendência à privatização

que se esboçou no final do império e ao longo da Primeira República, até a Constituição de 1988” foi o “modelo napoleônico caracterizado pela forte presença do Estado na organização e regulação do ensino superior, em especial no caso das universidades”. Esse modelo foi abandonado e a privatização foi o caminho trilhado a partir de então, com amplo apoio e subsídios públicos para o setor privado.

[...] conseguiram o apoio governamental para seus empreendimentos: imunidade fiscal, garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, mediante bolsas de estudo distribuídas pelo poder público, e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais de criação e/ou ampliação de escolas, para disporem de uma espécie de reserva de mercado. Mais do que isso, as instituições educacionais receberam incentivos fiscais para financiar diretamente seus empreendimentos (Cunha, 2007, p. 812).

Os sucessivos governos após 1994, aplicaram o princípio da racionalização do financiamento público, e estimularam a captação de verbas de fontes alternativas de financiamento, abalando a natureza das universidades tradicionalmente comprometidas com o ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de produzir “[...] universidades ditas “de excelência”, com sua crescente desfuncionalização para outros fins, assoladas pela panacéia do eficientismo e dos artifícios da administração gerencial, que não são mais do que formas de produzir sua subserviência ao capital [...]” (Minto, 2011, p. 215). Essas mudanças, conforme Ferreira e Oliveira (2010, p. 62-63), se estenderam à todas as atividades da universidade:

[...] diversificação das fontes de financiamento (Estado, sociedade civil, famílias); diferenciação e competitividade entre as instituições; gestão profissionalizada; agências de avaliação e acreditação; convergência de Nuances: estudos sobre percursos acadêmicos com mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores; flexibilidade e diminuição da duração dos cursos; aprendizagem ao longo da vida e novos paradigmas de aprendizagem.

O ensino superior passou a acompanhar os ajustes fiscais, o governo passou a exigir das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): [...] ser eficiente, economizar recursos, modernizar hábitos (punir os “exageros” e premiar o mérito), estimular a competitividade, produzir rankings e fazer comparações, hierarquizando as IES e criando tipos diferenciados de escolarização, criar indicadores de qualidade etc. (Minto, 2007, p. 241). O ensino superior deixa de ser um direito a ser oferecido pelo Estado e se torna uma mercadoria.

O processo de privatização do Ensino Superior no governo de Cardoso tiveram continuidade nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2001-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022), que buscam atender aos ditames dos órgãos multilaterais do imperialismo, pela condição do Brasil como país de

capitalismo burocrático.

### **3.2. As políticas de desmonte do ensino superior nos governos petistas (2003 -2016)**

No governo de Lula, ampliando a proposta de avaliação em larga escala de FHC criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), “constituído de um ciclo de avaliação de três anos, nos quais, alunos, cursos e instituições eram avaliados por três meios”, através do “Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), a Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)” (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

Seguindo os princípios privatistas de FHC, logo no início do mandato Lula publicou o Decreto nº 5.205/2004, regulamentando as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, incentivando a captação de recursos privados para financiar as atividades de pesquisa; promulgou a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004), conduzindo as universidades públicas para as “parcerias” com empresas; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) - Lei nº 11.096/2005, que deu isenção fiscal para as IES privadas em troca de vagas para alunos de baixa renda; além de criar uma política de educação superior a distância (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

O Decreto nº 5.205/2004, que estabeleceu as parcerias entre as universidades públicas federais e as fundações “de apoio” ou de direito privado foi um passo importante no processo de privatização, conforme explica Roberto Leher (2004, p. 871):

A crença de que o mercado é mais capaz de prover as necessidades individuais e sociais que o Estado é um dogma do governo de Lula da Silva. O Projeto de Lei que dispõe sobre as PPP (PL n. 2.546/2003) é apresentado socialmente como um divisor de águas: após sua aprovação, novos empreendimentos terão lugar em praticamente todos os setores da economia. Liderado pelo setor privado, o crescimento econômico conhecerá índices que colocarão o país entre as nações mais ricas e poderosas. Como forma, a PPP é apresentada como uma genial ideia: em troca de algumas garantias, o setor privado irá aportar um grande volume de recursos nos setores de infraestrutura, educação, ciência e tecnologia etc.

Conforme o autor, “essa mesma avaliação é compartilhada pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo FMI”. Informa que o governo brasileiro acertou com a chefe da Missão do FMI, Teresa Ter-Minassian, que o Projeto das PPPs (Parceria Público-Privada), o PL de Inovação Tecnológica e o de Lei de Falências deveriam ser as prioridades da pauta do Parlamento nacional. (Leher, 2004, p. 871). Conforme essa lei, a PPP atinge amplamente todos os setores da administração pública, inclusive o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades.

Para Leher (2004), além da PPP, estão o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o PL de Inovação Tecnológica, no primeiro projeto, por meio de gigantesca renúncia fiscal, que ao ser criado teria o custo de R\$ 2,0 bilhões/ano, montante equivalente a mais de 1/3 do orçamento de todas as instituições federais de ensino superior, em que o Estado deve comprar vagas do setor privado, metamorfoseando-as em vagas “públicas”. Da mesma forma, em relação a Lei de Inovação tecnológica, teve a intenção de inserir as universidades no “moinho satânico da reprodução do capital”, conforme Leher (2004, p. 875-876):

A outra face dessa diluição da fronteira entre o público e o privado é o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica, originalmente de autoria de Cardoso e redimensionado pelo atual governo. As universidades serão inseridas no moinho satânico da reprodução do capital, colocando à disposição laboratórios, equipamentos e principalmente, pessoal para iniciativas empresariais, como se as empresas locais estivessem demandando a produção de tecnologias e, ainda mais inverossímil como se as inovações tecnológicas nascessem nas universidades. Em troca, as instituições receberiam alguma compensação econômica por parte das empresas, desde que abram mão de seu caráter público e não-mercantil. Em suma, é a institucionalização do “capitalismo acadêmico”.

O estabelecimento dessas parcerias público-privadas na educação teve fortes implicações nos anos seguintes, ampliando a esfera privada em detrimento da esfera pública. Leher (2003), destaca que o discurso anti estatal foi amplamente empregado com o objetivo de substituir as empresas públicas pelas entidades não-públicas, como OSs, cujos contratos de gestão com o Estado se subordinavam à lógica dos serviços competitivos. Peroni (2015, p. 3), também reforça os argumentos apresentados:

Neste momento constatamos várias formas de privatização do público: ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.096/2005, favoreceu ainda mais as IES privadas, já que garantia o financiamento de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica (Traina-Chacon; Calderón, 2015), tornando-se um grande programa de privatização do ensino superior.

Art. 8º: A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005) I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II - Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido, instituída pela Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 (Brasil, 2005).

Como vimos acima, às IES que aderiram ao programa foi oferecida, em contrapartida, a isenção de impostos. O PROUNI, foi criado para atender estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede particular, selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (Traina-Chacon; Calderón, 2015). Os benefícios fiscais às instituições privadas com o PROUNI provocaram um crescimento nunca antes visto em matrículas de ensino superior privado, com a criação de novas faculdades e novos cursos. Leher, em 2004, já denunciava o que seria o PROUNI:

O PROUNI vem ao encontro dos mais ambiciosos sonhos das instituições filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais de educação superior. Após décadas de isenções fiscais e da contribuição patronal para a Previdência Social (superior a 20% do custo da folha de pagamentos), benefícios que correspondem a um subsídio público de 25% em seus gastos totais, aporte que equivale à cerca de R\$ 840 milhões ao ano, as instituições filantrópicas, que reúnem grande parte das maiores instituições de ensino superior do país, poderão fazer associações com empresas estrangeiras – a exemplo do que ocorre hoje entre o Pitágoras do ministro Walfrido Mares Guia e a Apollo International (Rosenburg, 2002) –, vender patrimônio adquirido com isenções fiscais, como aviões, prédios, terrenos etc., remunerar os seus sócios, distribuir lucros e deixar o patrimônio como herança, tudo isso sem deixar de continuar a receber magnânimo apoio do Estado: mesmo na condição de instituições empresariais, gozarão de completa isenção de impostos, o que reduz em cerca de 15% os seus gastos em troca de modestíssimas vagas [...]. Caso todas as instituições privadas venham a aderir ao PROUNI, haverá um subsídio superior a R\$ 2,0 bilhões/ano aos empresários, isso sem contar os cerca de R\$ 1 bilhão do FIES. É importante destacar que o número de vagas é muito inferior às metas originalmente estabelecidas. (Leher, 2004, 877-878).

Leher (2004, p. 879) questionava:

Lula da Silva está convencido de que as privadas são socialmente mais democráticas. Contudo, essa crença, conforme o IBGE, é falsa. A renda dos estudantes das instituições privadas, comparando curso a curso, é superior à dos estudantes das públicas[...]. Se o motivo não é a justiça social alegada, como justificar essa medida?

A renúncia fiscal por parte do governo federal para custeio das bolsas de PROUNI entre os anos de 2008 a 2017 demonstra que bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos, como observamos na tabela abaixo.

Tabela 3: **Renúncia fiscal e bolsas ocupadas do ProUni ao ano (2005-2017) Valores de 2020 corrigidos pelo IPCA. Fonte dos dados: RFB e MEC**

Ano	Renúncia (R\$ milhões*) [a]	Bolsas (milhares) [b]	1.000×a/b
2005	598,3	95,6	6.259,3
2006	604,7	109,0	5.548,3
2007	578,1	105,5	5.478,1
2008	688,1	124,6	5.524,3
2009	1.002,5	161,3	6.217,2
2010	1.195,7	152,6	7.834,8
2011	922,3	170,7	5.404,7
2012	1.244,0	176,7	7.041,8
2013	1.202,7	177,2	6.787,0
2014	909,0	223,4	4.069,1
2015	1.379,1	252,7	5.464,5
2016	1.643,0	238,9	6.875,6
2017	1.603,1	240,6	6.661,6

Fonte: Almeida e Lourenço (2022, p. 7).

Esses valores foram aumentando a cada ano. Em 2017 o total da renúncia fiscal<sup>35</sup> foi de R\$1.326.988.094, em 2018: 1.376.875.698, em 2019: 2.167.713.503, em 2020: 2.664.332.190, em 2021: 2.692.183.215 e em 2022: 2.614.160.377. (Novaes; Oliveira; Gonçalves, 2022, p. 15 e 16). Em relação ao FIES não é diferente. Em 2010, o FIES mobilizou cerca de R\$ 2 bilhões; em 2016, a incrível soma de R\$ 34,4 bilhões, enquanto 63 universidades federais juntas tiveram menos de R\$ 10 bilhões em recursos de custeio e investimentos (Leher, 2021, p. 728).

Ao privilegiar o setor privado, era preciso criar um pequeno equilíbrio em relação a expansão da rede pública, dessa forma, no segundo mandato, o governo Lula lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte do Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo do REUNI era o de ampliar o acesso e permanência na educação superior (Brasil, 2007). Conforme o artigo 1° “a meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano”.

<sup>35</sup> Segundo Romero (2017) a renúncia fiscal por meio do FIES fez a “alegria de dezenas de empresas do setor de ensino e por que escolas estrangeiras e fundos de ‘private equity’ vieram aportar no Brasil desde 2011”. Ver: ROMERO, Cristiano. O escandaloso custo fiscal do Fies. **Valor econômico**, v. 17, n. 4305, 26/07/2017. Brasil, p. A2. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/537564>. Acesso em 20 abr. 2024

Ao definir meta, se optou pelo modelo de controle de resultados. A ampliação ocorreu principalmente nos cursos noturnos e na ocupação de vagas ociosas. Os recursos foram distribuídos ao longo dos anos do programa e poderiam ser gastos com “construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa; compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação” (Traina-Chacon; Calderón, 2015; p. 89).

No governo Lula, houve a expansão da universidade pública da rede federal. Foram criadas 14 universidades, a maioria por desmembramento de outras universidades já existentes e novos campi<sup>36</sup>.

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições. (Saviani, 2010, p. 14).

Em virtude da implantação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), ocorre um processo de expansão de vagas nas IFES. De 2003 a 2010, conforme dados do MEC/INEP/SEEC (BRASIL, 2012), o número de matrículas nas IFES, saltam de 4% para 41,4%. Contudo, se houve expansão das instituições públicas, houve uma ainda maior expansão das instituições privadas. O aumento de instituições públicas federais, no período do governo de Lula (2003 - 2010), foi de 71 instituições, enquanto no setor privado, foram criadas 448 instituições. O percentual de matrículas em IES privadas no governo Lula foi de 71%, no início do primeiro mandato e 73%, ao final do segundo (Traina-Chacon; Calderon, 2015).

Já o PROUNI, conforme Barros (2015, p. 374), “tem como objetivo principal a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência do estudante na Educação Superior, no nível de graduação, bem como o melhor aproveitamento da estrutura física e dos

---

<sup>36</sup> A maioria das IFES criadas pelos governos de Lula e Dilma foram resultado do desmembramento de universidades existentes. Como exemplo, temos a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), criada por desmembramento da Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), desmembrada da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Em 2018, Temer seguiu o mesmo esquema, criando a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), desmembrada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), desmembrada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Já Bolsonaro, criou a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), desmembrada de dois campi da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que era um projeto do período do governo Dilma.

recursos humanos” existentes “nas universidades federais”.

Traina-Chacon e Calderon (2015, p. 96), ao comparar os dados da expansão do ensino superior privado nos governos de FHC e de Lula, afirmam que “no governo de FHC a expansão do número de matrículas em IES privadas não foi decorrente de bolsas de estudos estatais”; sendo que no governo Lula, “aproximadamente 40% do crescimento das matrículas em IES privadas foi patrocinado pelo programa PROUNI, ou seja, financiado por recursos públicos, via isenção de impostos e contribuições”. Concluem, portanto, que o “Governo Lula foi o grande ‘patrocinador’ das IES privadas por meio do PROUNI”. Os autores ainda consideram que, o “governo de Lula, como o de FHC, preservou o princípio adotado pelo regime militar na Reforma Universitária de 1968, isto é, o atendimento da demanda por educação superior por meio da expansão do setor privado”, da mesma forma em que nos dois governos:

[...] tornaram-se hegemônicos os princípios da administração pública gerencial e as orientações das principais agências multilaterais, que acenam para a necessidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, no tocante ao fornecimento de serviços públicos, por meio de uma prática gerencial baseada em metas e desempenho e parcerias entre os setores público e privado (Traina-Chacon; Calderon, 2015, p. 96).

Com o apoio incondicional do Estado, o FIES<sup>37</sup> passou a responder “por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER), 44% da Kroton (KROT), 40% da Estácio (ESTC) e 38% da Anima (ANIM)”. (Umpieres; 2015 *apud* Sguissardi 2015a, p. 881).

Em se tratando de expansão há que se ressaltar que nesse período ocorreu um grande aumento da educação a distância, especialmente nas instituições privadas. Nas instituições públicas também ocorreu aumento a partir de 2006, com um Decreto presidencial (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006) que instituiu a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que contribuiu para a expansão da EAD no país.

Durante o governo Dilma, houve também a expansão da educação superior mediante ampliação das universidades federais e dos Institutos Federais (IFs), além do Prouni e do FIES destinado às instituições privadas. Também foi instituída a Lei de Cotas em 2012 (Lei nº 12.711), garantindo a reserva de 50% das matrículas por curso e turno na rede federal para alunos oriundos integralmente do ensino médio público e que, no preenchimento destas

---

<sup>37</sup> O FIES representou um “incremento” significativo na lucratividade dos mercadores da educação. Contudo, ambicionando ainda mais lucros, a fraude também faz parte do “jogo”. Segundo Camargo (2023), uma investigação da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União, identificou que 20 faculdades privadas se beneficiaram de uma fraude que causou aos cofres públicos um prejuízo de 21 de milhões. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/fies-pf-e-cgu-investigam-20-faculdades-que-se-beneficiaram-de-fraude-prejuizo-e-de-r-21-milhoes/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

vagas, 50% (cinquenta por cento) devem ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. A Lei de Cotas possibilitou a maior participação dos jovens de classes populares adentrarem ao ensino superior público.

Dilma seguiu vinculando a expansão de vagas no ensino superior através do PROUNI e do REUNI. No Ensino Superior “o objetivo era expandir e interiorizar os institutos e universidades federais mediante a organização multicampus, principalmente nos municípios populosos e com baixa renda *per capita*” (Damasceno, 2021, p. 246).

A política para educação superior do governo Dilma Rousseff demonstrou a continuidade do programa do governo Lula da Silva em relação à expansão da rede federal e à importância de novos papéis para as universidades, consonantes com as demandas econômicas. Prova de tal postura foi o acento dado à área de ciência e tecnologia e a criação e fortalecimento de programas já existentes, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Prouni, o Fies e o Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF). (Damasceno, 2021, p. 257).

No Governo Dilma, foi promulgada a Lei nº 12.688/2012 (Brasil, 2012), que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), que estabeleceu critérios para que as IES privadas renegociassem suas dívidas com o Governo Federal. No âmbito da administração pública federal o governo Dilma criou, mediante o Decreto nº 7.478/2011, a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), do Conselho do Governo, a fim de formular políticas e medidas específicas para racionalizar os recursos públicos, com vistas a melhorar os padrões eficazes da gestão de resultados reduzindo custos e racionalizando processos (Ferreira; Oliveira, 2014, p. 200).

Nesse contexto, as IES públicas foram progressivamente se enquadrando ao modelo de gestão gerencial, por meio do “controle do trabalho acadêmico, na redefinição de seus objetivos, programas, políticas de manutenção e desenvolvimento comprometidos cada vez mais com os parâmetros do mercado”, transformando a gestão universitária e acadêmica numa gestão de negócio (Damasceno, 2021, p. 152). A autora explica que “o processo de racionalização no governo Dilma” estava estreitamente vinculado “ao processo de financeirização e mercantilização da produção científica”.

A crise político-econômica se aprofundou no governo Dilma em 2014, que se expressou pelas políticas de cortes e bloqueios no orçamento das IFES. Contudo, na mesma época “os gastos com o FIES e o PROUNI não foram impactados”, como nas universidades públicas. Ao contrário, o governo aumentou as verbas para as IES privadas, o que levou, à época, “o grupo Kroton-Anhanguera a torna-se o maior conglomerado de ensino privado do mundo, tendo mais de 70% de seu orçamento provindo do FIES”, sendo a “empresa que mais

recebeu recursos do governo federal, superando a Embraer e a Odebrecht”. (Damasceno, 2021, p. 253). Após sua criação, no governo FHC, o FIES foi reformulado no governo Lula e Dilma, por meio da Lei nº 11.552/ 2007, que alterou a Lei de 2001, o que deu condições de financiamento também para alunos de mestrado e doutorado, reforçando o repasse de subsídios públicos para as instituições privadas<sup>38</sup>. Jacomeli (2011), sintetiza o que representam estas políticas:

Todas essas políticas para a educação brasileira convergem para chegarmos a algumas conclusões:

1. Que vivemos um momento de construção de um consenso em torno das bandeiras sociais da ideologia neoliberal e as políticas educacionais são ferramentas nesse processo;
2. Que o Estado brasileiro, tal qual todos os estados sob o capitalismo, desenvolvem e implementam as políticas públicas sociais, visando o interesse de determinada classe social, qual seja, aquela que detém o controle dos meios de produção e de poder político;
3. Sob o discurso de implantação de uma educação de qualidade que visa emancipar os “cidadãos”, está a implementação de atividades econômicas que subsidiam a iniciativa privada, portanto, é dinheiro público, que vem do povo, da gente comum, financiando e solidificando as empresas capitalistas. Nada mais injusto numa sociedade que prega a igualdade entre todos (Jacomeli, 2011, p. 121).

A lógica privatista se consolidou, ainda, por meio da vinculação da produção científica ao processo de “tecnologia e inovação” quando é promulgada a Lei nº13.243/2016 do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCT&I), materializando o “empreendedorismo acadêmico” a fim de gerar novos produtos e serviços inovadores, como explica Damasceno (2021, p. 256):

Tal fato materializa o “empreendedorismo acadêmico” em que o professor/pesquisador é um agente captador de recursos via concorrência por editais e defesa aberta de venda de produtos e serviços desenvolvidos pelas IES e demais instituições públicas de pesquisa [...]. O Marco Legal da Ciência e Tecnologia estabelece que União, Estados e municípios e agências de fomento deverão apoiar alianças entre as Instituições Científicas Tecnológicas (ICT) e as empresas privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando gerar novos produtos e serviços inovadores. A Ciência aplicada em tal perspectiva se transforma em produto tecnológico que vira inovação. Tal ideia se fortalece por meio da perspectiva de que é necessário capacitar tecnologicamente as empresas para enfrentar o mercado internacional e subordinar a produção científica às demandas do mercado com a justificativa de melhorar a performance do país nacional e internacionalmente.

Mesmo com o avanço avassalador da privatização da educação superior nos

---

<sup>38</sup> O FIES sofreu alterações com a Medida Provisória (MP) nº 785/2017 do governo Temer, posteriormente convertida na Lei nº 13.530 de 7 de dezembro de 2017, que revogou todas as Leis e Medidas Provisórias anteriores. Já em 2022, com a vitória de Lula, o mercado financeiro já criava expectativa quanto a um “novo FIES” que poderia – segundo o banco Bradesco BBI – a “ajudar na reavaliação das ações do setor educacional na Bolsa” (Abreu, 2022).

governos petistas, houve aumento do número de vagas nas IES públicas federais e de recursos para pesquisa e extensão<sup>39</sup>, embora haja profundas críticas quanto a precarização do trabalho docente e a uma expansão que comprometeu a qualidade.

### **3.3. Os governos Temer e Bolsonaro: asfixia, desestruturação e privatização do ensino superior**

Após o impedimento de Dilma Rousseff, classificado como golpe, assume o presidente Michel Temer em agosto de 2016. No governo Temer ampliou-se o corte de verbas para manutenção da expansão das IES, do ensino, da pesquisa e da extensão, além de enxugamentos da contratação de pessoal via concursos públicos e intensificação da oferta de cursos aligeirados e a expansão da EAD.

A Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 (Novo Regime Fiscal), instituiu o assim chamado “teto dos gastos públicos”, estipulando limite para as despesas do governo federal. Essa EC congelou os valores destinados à educação, saúde e custeio da máquina pública por vinte anos. Michel Temer e seus aliados lançaram o programa *Uma ponte para o futuro*, que segundo Mancebo (2017, p. 880), foi um programa político-econômico que objetivou aprofundar o papel do Estado mínimo; incrementar a participação da iniciativa privada; flexibilizar o mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional; possibilitando a venda do patrimônio nacional.

Logo no início do governo Bolsonaro (2019-2022) foi anunciada a medida de contingenciamento de recursos destinados às universidades e institutos federais de educação, que passou a vigorar por meio do Decreto nº 9.741/2019, sob a justificativa de necessidade de redução de gastos do governo. Em seguida, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também sofreu cortes de bolsas, o que impactou substancialmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Os ataques ao ensino superior foram intensificados, inclusive com elementos do campo ideológico, numa clara evidencia de difusão do pensamento obscurantista e de negação da ciência. Bolsonaro passa a tratar a universidade brasileira, lugar de produção de ciência por excelência, como lugar de “Balbúrdia”. Em julho de 2019, foi proposto o PL-3076/2020

---

<sup>39</sup> Há uma disputa de narrativa em relação a esta questão. Para parte da intelectualidade que apoia as políticas compensatórias do gerenciamento petista, a expansão da “rede federal” por meio do REUNI atrelada a outras políticas como a de cotas e, pasmem, até a expansão via PROUNI, significou uma suposta democratização do acesso ao ensino superior ou de uma reparação às “classes populares”. No caso do REUNI, contudo, o aumento do número de matrículas não foi acompanhado pelo orçamento necessário e nem pela ampliação suficiente do quadro docente, ocasionando precarização do trabalho, adoecimento e ao mesmo comprometendo as atividades de Pesquisa e de Extensão. Sobre esta discussão ver: Maués (2010) e Bessa Léda e Mancebo (2009).

(*Future-se*) que tinha como objetivo “dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recurso”. O *Future-se* intencionava estruturar o financiamento do ensino superior público com o objetivo de ampliar os recursos privados e as parcerias entre instituições públicas e privadas, estimular a captação de recursos próprios, para possibilitar a “autonomia” financeira das universidades públicas. O PL foi arquivado após muita pressão das universidades e da sociedade brasileira.

A partir de 2019, ocorreu avanço da intervenção explícita do governo nas universidades. O Governo publicou o Decreto nº 9.794/2019, com o objetivo de exercer o controle dos reitores das universidades públicas federais. A medida contrariava a autonomia universitária para designar vice-reitores, pró-reitores e outros cargos de gestão, uma vez que o decreto determinava que as indicações seriam condicionadas à aprovação pelo governo.

No mesmo caminho foi a MP nº 914/2019, que normatiza a não nomeação do candidato mais votado pela comunidade acadêmica e encaminhado nas listas tríplexes pelas instituições federais ao MEC. No ano seguinte, foi elaborada a MP nº 979, publicada em 9 de junho de 2020, com o objetivo de viabilizar ao presidente a escolha e nomeação de reitores, independentemente da participação da comunidade acadêmica na elaboração da lista tríplex. Devido à forte pressão e mobilização das universidades, ambas medidas provisórias foram revogadas.

A política de privatização das IES e de subsídios para as instituições privadas seguiu de forma profunda a partir de 2016. Em 2018, 88,2% das instituições de ensino superior (IES) eram privadas e 75,4% dos universitários brasileiros estavam matriculados em instituições particulares (Inep, 2019), a grande maioria em cursos noturnos ou à distância (EAD).

Em 2021 houve um aumento da modalidade EAD no Brasil, onde “o número de ingressantes em cursos superiores de graduação a distância aumentou 474%, enquanto que a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%”, totalizando 62,8% das matrículas nessa modalidade. Os dados ainda apontam que do total de IES, 87,6% eram privadas e concentravam “76,9%<sup>40</sup> no total de matrículas de graduação”, enquanto a “rede pública, portanto, participa com 23,1%”. Do total de concluintes em cursos de graduação (1,3 milhão de estudantes), “83,5% dos estudantes são da rede privada e 16,5% são da rede pública” (INEP, 2022)<sup>41</sup>. Esse percentual está muito distante do que foi estabelecido na Meta 12 do PNE

---

<sup>40</sup> Em Rondônia, em 2021, as IES privadas concentravam 84% das matrículas em cursos de graduação, percentual acima da média nacional, conforme demonstraremos no capítulo 5.

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/11/crece-o-numero-de-matriculadas-no-ensino-a-distancia-aponta-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 20 de fev. 2023.

2014-2024 (lei 13.005/14), de que 40% das novas matrículas deveriam ser “no segmento público”, garantindo “qualidade da oferta e expansão”.

#### 4. O CAPITAL ESPECULATIVO E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Uma das personagens essenciais do projeto imperialista inglês, o magnata Cecil Rhodes, afirmara certa vez que o “mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado”, expressando um desejo de anexar “os planetas, se pudesse”. (Rhodes *apud* Huberman, 1982, p. 273). Rhodes fez história, não só por rasgar a África com estradas de ferro, mas como peça chave no domínio colonial britânico naquele continente, no massacre de povos nativos<sup>42</sup>, na guerra do Bôeres (1880-1881 e 1899-1902), garantindo o monopólio da exploração de ouro e diamantes na atual África do Sul. Rhodes foi descrito como “um empreendedor implacável e até mesmo cruel, munido de um exército de tropas particulares” utilizando sua fortuna oriunda da pilhagem de “ouro e diamantes para expandir as posses do Império Britânico” (Silva, 2020, p.163) e fundou a *Debeers*<sup>43</sup> que até a atualidade monopoliza o comércio de diamantes em escala mundial.

Escolhemos o exemplo de Rhodes, ao iniciar esse capítulo, apenas como uma ilustração do que é a máxima capitalista da busca incessante por acumular mais capital. Porém, Rhodes morreu cedo demais, ironizou Huberman (1982, p. 273), apontando que já na década de 1930 haviam experimentos ingleses que tinham como perspectiva as viagens espaciais. Contudo, décadas após a corrida espacial no contexto da Guerra Fria, o capital privado de um “homem de negócios” bem sucedido, aponta a perspectiva e interesse de explorar economicamente outros planetas: Elon Musk<sup>44</sup>, o fundador da SpaceX e da Tesla.

---

<sup>42</sup> Na chamada Guerra dos Matebeles, Rhodes organizou um exército de mercenários que, equipados pela primeira vez com metralhadoras esmagaram os guerreiros daquele povo, sem condições para resistir a armas de fogo modernas. Rhodes desempenhou um papel de destaque na implantação do racismo na África do Sul e, quando fora primeiro-ministro da colônia foi um precursor do apartheid. Em 2020 com a expansão do Movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), vários protestos no Reino Unido exigiam a retirada de estátuas que homenageavam comerciantes de escravos, racistas e responsáveis por genocídio, entre eles Cecil Rhodes, homenageado na Universidade de Oxford. Sobre esta mobilização ver: <<https://pt.euronews.com/2020/06/09/racistas-e-escravagistas-sem-pedestal-publico>>. Acesso em 11 nov. 2022.

<sup>43</sup> A atual companhia *De Beers*, à época de Rhodes dominava 90% do mercado internacional de diamantes. Na atualidade os números oficiais apontam que ela controla “apenas” 44% do mercado e atua em todas as categorias da indústria de mineração de diamantes: a céu aberto, no subsolo em larga escala de aluvião, no mar profundo ou em encostas. Suas minerações tem lugar em Botswana, Namíbia, África do Sul e Canadá. O site da Companhia apresenta sua “responsabilidade social”, sua visão de “preservação ambiental” à exemplo de outras companhias como a Vale, responsável pelos desastres de Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019). A propaganda para passar a boa imagem da companhia pode ser encontrada em seu site: <https://www.debeersgroup.com/>.

<sup>44</sup> A origem familiar de Musk é inglesa, migraram para a África do Sul no período de domínio britânico à época de Rhodes e é fato que tanto a exploração colonial como o regime de Apartheid naquele país produziram riquezas e “grandes homens” de negócio. Além de fundar a Tesla, empresa especializada em carros elétricos, armazenamento de energia e fabricação de painéis solares, Musk também foi dono da Paypal (empresa de pagamentos online), a SpaceX (fabricante estadunidense de sistemas aeroespaciais, transporte espacial e comunicações) entre outras. A SpaceX tem andamento um megaprojeto chamado Starlink que tem por objetivo ter uma internet global com o lançamento de 40.000 satélites, que orbitarão todo o planeta Terra. Também é da

Longe de ser apenas um interesse de qualquer magnata, as potências imperialistas também disputam o controle espacial, não apenas visando o controle militar, mas também o interesse de exploração de recursos minerais e fontes de energia. A corrida espacial promovida no contexto da Guerra Fria, entre as décadas de 1950 e 1970, protagonizada pela União Soviética com o lançamento do Sputnik (1957), obrigou as potências ocidentais por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) a criar, em 1959, o Comitê para o Uso Pacífico do Espaço (COPUOS), visando articular o desenvolvimento de pesquisas para a exploração espacial<sup>45</sup>. Na atualidade, o interesse das potências imperialistas e suas agências espaciais tem tornado público o desenvolvimento da indústria aeroespacial, visando a exploração de recursos minerais na lua e outros corpos celestes. Uma nova corrida espacial visa a exploração de matérias-primas de asteroides como ferro, níquel, ouro, diamantes, água e outros metais nobres. Atualmente, as potências imperialistas visam a exploração também do Hélio-3, tido como "combustível do futuro" por causa de seu uso para fusão nuclear<sup>46</sup>.

Neste cenário de disputa do espaço por potências imperialistas, a exemplo do que ocorrera no século XIX, vemos a ação coordenada de Estados e magnatas como Musk. Não é por mera coincidência que o principal cliente da SpaceX seja a Nasa e estes "gênios" no Vale do Silício produzem fortuna com investimentos de recursos públicos, a exemplo da quase falência desta empresa em 2008 e a intervenção da Nasa em aportar recursos para salvá-la (Matos, 2022)<sup>47</sup>. Boa parte do que são os grandes monopólios em diversos setores econômicos, tiveram (e ainda tem) o apoio e financiamento do Estado.

Os Estados semicoloniais e seus gerentes de turno aplicam por meio das ações estatais nas diversas áreas econômicas, sociais e políticas as determinações do imperialismo via acordos de cooperação ou agências multilaterais, a exemplo das determinações do Banco

---

SpaceX as pesquisas e desenvolvimento de lançamento de foguetes para viagens espaciais com o objetivo comercial e exploração econômica da Lua e de Marte.

<sup>45</sup> Posteriormente foi assinado o Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes. Foi assinado por grandes potências imperialistas como EUA, Rússia, Reino Unido e por outros países como o Brasil, entrando em vigor em 10 de outubro de 1967 e atualmente ratificado por mais de 100 países. Sobre o tratado ver: ONU. Assembleia Geral. *Tratado Sobre os Princípios Reguladores das Atividades do Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico e Demais Corpos Celestes*, aberto à assinatura em 27 de janeiro de 1967 em Londres, Washington e Moscou.

<sup>46</sup> Amplamente divulgada na imprensa global, foi a assinatura, em abril de 2020, de Donald Trump a uma ordem executiva referente à exploração comercial dos recursos naturais da Lua e outros corpos celestes. O documento frisou que Washington não vê o espaço exterior como um bem comum global. Naquele mesmo ano, em outubro, os EUA, Austrália, Canadá, Itália, Japão, Luxemburgo, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido assinaram um pacto com regras internacionais para a exploração e extração de recursos da Lua, sobretudo o Hélio-3. Os chamados Acordos de Artêmis não contaram com a participação da Rússia e da China.

<sup>47</sup> Sobre este é importante aprofundar-se em: MATOS, Patrícia de Oliveira. *New space e poder monetário: os Estados Unidos no setor espacial pós-crise financeira de 2008*. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 287-498, 2022.

Mundial, Organização Mundial do Comércio e outros organismos. No caso das políticas para a Educação Superior, segue-se a mesma lógica, adaptando a legislação que visa atender o imperialismo e os mercadores da educação.

Todos os governos da chamada Nova República buscaram atender – em maior ou menor grau – os interesses privados na educação brasileira, editando normas que seguiam a agenda dos órgãos multilaterais do imperialismo, impondo progressivamente a privatização, para atender os interesses do grande capital.

#### **4.1. Monopólio, oligopólio e capital financeiro na educação**

Antes de adentrarmos o processo de domínio do capital financeiro na educação, é preciso que possamos retomar sua conceituação e a natureza desse fenômeno. Ora, Marx já afirmava que havia uma “tendência histórica da acumulação capitalista”, cujo processo de “expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais.” (Marx, 2013, p. 1002). No processo de acumulação primitiva do Capital, Marx já observava que a dívida pública dos Estados foi uma das “alavancas mais poderosas”, onde “uma boa parcela de cada empréstimo estatal” serviu como “um capital caído do céu” impulsionando “as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem” e promovendo “o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 2013, p. 1003). Para Marx:

Desde seu nascimento os grandes bancos, condecorados com títulos nacionais, não eram mais do que sociedades de especuladores privados, que se colocavam sob a guarda dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de emprestar-lhes dinheiro (Marx, 2013, p. 1003).

Marx observava, no Livro I do Capital, que esse processo contribuiu para o aparecimento repentino do que ele caracterizou como uma “malta de bancocratas, financistas, rentistas, corretores, *stockjobbers* [bolsistas] e leões da Bolsa” (Marx, 2013, p 1004). Também no Livro III d’O Capital, Marx observou que o movimento de excedente de capital, com excesso de população e o processo de queda da taxa de lucro, força a massa de pequenos capitais fragmentários a sucumbirem diante da concentração do grande capital em momentos de crise. Neste contexto de expansão das sociedades por ações que passam a concentrar ainda mais o capital, criam uma “nova especulação” com a burocracia dessas empresas, com o “mero pretexto para o saqueio dos acionistas e o auto enriquecimento” (Marx, 2017, p. 349-351). Marx observou nesse movimento

[...] a supressão do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que anula a si mesma e se apresenta *prima facie* como simples fase de transição para uma nova forma de produção. Seu modo de manifestação é também o de uma contradição desse tipo. Em certas esferas, ela estabelece o monopólio e, com isso, provoca a ingerência estatal (Marx, 2017, p 598).

Esta “nova forma de produção”, em nosso entender, é o processo crescente de influência do que foi chamado anteriormente de capital financeiro. Marx não teve tempo de analisar esse fenômeno, no próprio Livro III d’*O Capital*, Engels, o responsável pela sua organização e publicação, apontou nas “*Notas suplementares*” observando a “seção V, em especial do capítulo 27” que a Bolsa de Valores passou a ter uma “importância consideravelmente maior” convertendo-se em “representante mais conspícua da produção capitalista” (Engels *apud* Marx, 2017, p 1185). Engels, nas *notas suplementares* faz um breve histórico de como se deu esse processo a partir de 1865, quando “a Bolsa era um lugar onde os capitalistas trocavam entre si seus capitais acumulados” e que, com a crise de 1866, diversos ramos da siderurgia, indústria, bancos, terras, comércio, investimentos no exterior e até a colonização, passam de forma gradativa em “empresas por ações” e negociada na Bolsa (Engels *apud* Marx, 2017, p 1186-1188). Ou seja, Engels assinala que naquele momento histórico os bancos - apoiando-se na imensa capacidade em oferecer garantias - passam a assumir a função de agentes principais, uma vez que o crédito do comércio vai sendo substituído pelos créditos bancários, passando a adquirir funções e dimensões novas. Neste sentido, concordamos com Lombardi, que considera:

Como hoje, também nessa época o Estado rapidamente injetou recursos públicos para a estabilização da economia, cobrindo os prejuízos do capital e criando as condições necessárias à lucratividade, sobrando aos pagadores de impostos, geralmente os trabalhadores, saldarem o rombo financeiro do Estado. (Lombardi, 2010, p. 29).

É atribuída a Rudolf Hilferding – austríaco e dirigente da social-democracia alemã e da II Internacional – a primeira formulação do conceito de capitalismo financeiro com a publicação da obra *O capital financeiro* em 1910. Lenin (2011, p. 116), considerou a obra “uma análise teórica extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, apesar do erro de Hilferding “quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo”. Não iremos aqui aprofundar o debate acerca das posições centristas de Hilferding no período que antecede a primeira grande guerra, nem a crítica às posições que são atribuídas a ele enquanto um defensor da teoria do “capitalismo

organizado” e sua apologia ao capitalismo monopolista de Estado<sup>48</sup>. A riqueza da formulação feita por Hilferding está em analisar o processo de interesses dos bancos e fundos no controle acionário das empresas conforme se aumentava o volume de capital monetário nelas investido, identificada por ele como “tendências resultantes da essência do desenvolvimento capitalista” (Hilferding, 1985, p. 271). Naquele período, segundo Hilferding:

Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas. (Hilferding, 1985, p. 283).

O capital financeiro associa-se aos Estados imperialistas criando “um forte impulso para a exportação de capital” (Hilferding, 1985, p 303). Da mesma forma, a “união pessoal” dos bancos com a indústria completa-se com a “união pessoal”, de umas e outras sociedades com o governo (Lenin, 2011, p. 153). Este processo de internacionalização do capital financeiro, reduzem a capacidade dos Estados semicoloniais – submetidos ao domínio econômico das potências imperialistas e seus monopólios – de controlarem suas políticas fiscais e monetárias, o que geram instabilidade econômica, especulação desenfreada, e submetendo as economias subordinadas à uma permanente ameaça de crise com fuga de capitais.

Sem dúvida, quem melhor analisou e sintetizou o desenvolvimento do capital financeiro e o papel desempenhado pelos bancos foi Lenin. Para ele, “se não levamos em consideração o papel dos bancos, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, reduzida, do efetivo poderio e do papel dos monopólios” (Lenin, 2011, p. 137). Neste processo de desenvolvimento dos monopólios, os “grandes estabelecimentos”, sobretudo os bancos, “não só absorvem diretamente os pequenos, como os ‘incorporam’, os subordinam, os incluem no ‘seu’ grupo, no seu ‘consórcio’”, passando a controlá-los “por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.” (Lenin, 2011, p. 140).

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas

---

<sup>48</sup> Segundo Bottomore: “Hilferding via a subordinação do Estado ao capital financeiro e o intervencionismo a que o Estado fora forçado pelos trustes como os fundamentos de um sistema que, mais tarde, chamou de ‘capitalismo organizado’ e que poderia ser prontamente tomado e aproveitado, sem transformação, pelo proletariado. Foi isso, acima de tudo, que marcou as divisões políticas entre Hilferding e Lenin” (Bottomore, 2013, p. 87).

correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (Lenin 2011, p. 144).

Para Bottomore (2013), “o capital financeiro tem duas características centrais: a primeira é a formação pela estreita integração do capital de financiamento, nas mãos dos bancos, com o capital industrial; a segunda é que só surge em uma etapa definida do capitalismo” (Bottomore, 2013, p. 84). Este processo de organização dos monopólios capitalistas é a “sequência lógica e histórica do processo de concentração e centralização”, uma vez que a “livre concorrência cede lugar, cada vez mais, à limitação da concorrência e à formação de gigantescas economias que monopolizam a totalidade do mercado nacional.” (Bukharin, 1984, p.58). Lenin (2011) resume em três principais períodos a história dos monopólios:

1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório. 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (Lenin, 2011, p. 126 e 127).

Para Lenin, os “países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo, mas o capital financeiro também conduziu à partilha real do mundo” e por conseguinte é “parasitário” uma vez que os rendimentos dos rentistas eram “cinco vezes maior” do que à época era o “país mais comercial”. Esta é a “essência do imperialismo” (Lenin, 2011, p. 187 e 233). Esse fenômeno de centralização de capital, por meio de fusões e aquisições monopolistas, fez-se expandir física e monetariamente os bancos num processo de mundialização do capital que contou com o financiamento estatal das economias imperialistas.

Vários elementos teóricos apontados por Hilferding, Bukharin e Lenin estão presentes em outros autores que discutem o imperialismo na atualidade ou os que teorizaram outras análises sobre o desenvolvimento econômico a partir do Século XX, que buscaram interpretar a economia mundial e os impactos nos países de economia atrasada. Contudo, nossa análise até aqui, se limitará a discutir o conceito de monopólio e oligopólio e sua relação com nosso objeto de pesquisa. O autor Sandroni (1999), conceitua **monopólio** e **oligopólio** como:

Forma de organização de mercado, nas economias capitalistas, em que uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto. O

monopólio puro é raro, sendo mais comum o oligopólio, no qual um pequeno grupo de empresas detém a oferta de produtos e serviços, ou a concorrência imperfeita, na qual uma ou mais características de monopólio estão sempre presentes. Uma comissão de investigações inglesa criada em 1948 enquadrava na categoria de monopólio toda empresa ou grupo de empresas que controlassem mais de um terço do mercado. Quando o mercado é dominado de forma monopolista, a entrada de outras empresas no setor é barrada pela impossibilidade de estas últimas conseguirem custos de produção competitivos (ou a colocação dos produtos junto ao público consumidor) com as empresas monopolizadoras. Estas, ao mesmo tempo, por sua condição, podem adotar práticas restritivas à concorrência, ficando livres para fixar preços que lhes propiciem maiores lucros (preços de monopólio). A legislação da maioria dos países proíbe o monopólio, com exceção daqueles exercidos pelo Estado — produtos estratégicos (como petróleo e energia elétrica) e serviços públicos (correios, telecomunicações) — e dos monopólios temporários garantidos pela posse de patentes e direitos autorais. **Contudo, a tendência comum das empresas é exercer práticas monopolistas por meio de expedientes, como os “acordos de cavalheiros”, pools, cartéis, consórcios, trustes e outras formas de disfarçar o domínio do mercado** (Sandroni, 1999, p. 409-410, grifo nosso).

O mesmo autor, define **oligopólio** como:

Tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado. O oligopólio é uma tendência que reflete a concentração da propriedade em poucas empresas de grande porte, pela fusão entre elas, incorporação ou mesmo eliminação (por compra, dumping e outras práticas restritivas) das pequenas empresas. [...] Se algumas poucas empresas dominam um mercado, elas podem dividir entre si a área de atuação, limitando os custos de concorrência e fixando preços que ampliem muito a margem de lucro. Os defensores do oligopólio argumentam que, devido ao grande porte das empresas, elas teriam maior capacidade de investimento na pesquisa por produtos novos e melhores e, devido à economia de escala, poderiam oferecer preços mais baixos. Um membro de um oligopólio, contudo, dificilmente baixa seus preços, pois sabe que será imediatamente seguido pelos demais, ficando então com a mesma fatia do mercado e lucros menores. **A competição tende a estabelecer-se mais no plano do marketing.** Na prática, há uma tendência ao oligopólio nos setores que exigem grande volume de investimentos. [...]. A tendência ao oligopólio também se verifica no caso de novos processos tecnológicos, como ocorreu na área dos computadores. (Sandroni, 1999, p. 431)

Engels (2017, p 1188), escrevera que “um ramo após o outro sucumbe a seu destino” de ser controlado pelas sociedades por ações e todos os ramos de atividades econômicas passarem pelas mãos dos grandes grupos empresariais. E por fim, o “monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (Lenin, 2011, p. 175). Ao identificarmos que o mercado financeiro ao longo dos séculos XX e XXI se estabeleceu como o orientador da economia global e o definidor das políticas macroeconômicas nacionais, neste capítulo centraremos em analisar como esse processo se deu, de forma particular, ao nosso objeto de pesquisa, razão que não iremos aqui aprofundar esta análise.

## 4.2. O “nada de novo” (neo)liberalismo e seu receituário privatista

A reforma universitária de 1968 foi um “consenso privatizante”, onde se institucionalizou a linguagem tecnicista na educação, implantou um controle rígido na gestão universitária, no mesmo momento em que a autonomia universitária foi apresentada. A autonomia defendida pelo regime militar era o de que o Estado não se responsabilizasse na manutenção e funcionamento das universidades, estimulando-as a buscarem recursos no setor privado. O currículo deveria aproximar a educação do “setor produtivo”, a ideologia era a teoria do capital humano e o maior consenso no regime, era o de garantir o controle e a repressão ao movimento estudantil (Minto, 2006, p. 122-125). A lógica de aproximar a educação superior ao “setor produtivo” ganhou mais fôlego nas décadas seguintes, na chamada redemocratização, com os governos que adotaram a chamada doutrina neoliberal, a defesa do Estado mínimo e, conseqüentemente, favorecer a expansão da iniciativa privada.

O chamado neoliberalismo “não apresentando nada de novo” (Sanfelice, 2003, p. 10). A lógica neoliberal é a mesma do liberalismo clássico e tem por objetivo a acumulação de capital. Neste contexto, a educação, compreendida não mais como um direito, mas um serviço, passa a ser um dos alvos principais das políticas neoliberais que, por meio do sucateamento, garante a formação de mão de obra barata, além de estimular a privatização do ensino estatal/público (Sanfelice, 2003). É a mesma coisa para as expressões “Globalização” ou “mundialização do capital”, tidas como “eufemismos daquilo que Lenin classificou como Imperialismo, o estágio superior do capitalismo” (Freitas, 2012, p. 42). Neste contexto, no “Brasil e na maioria dos países ocidentais, diretrizes das políticas educacionais, sob a égide do neoliberalismo e do discurso de globalização da sociedade capitalista, foram e são ditadas por organismos multilaterais” (Jacomeli, 2017, p. 122).

Podemos afirmar que o desmonte estatal brasileiro teve um salto no governo de FHC, com a *Reforma do Aparelho do Estado*, através do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado Brasileiro (MARE), criado especificamente para esta tarefa. Nas palavras do ex-ministro de FHC, foi o “o primeiro a iniciar a Reforma Gerencial”, na busca de “sistemas de gestão baseados na motivação positiva dos servidores públicos” para alcançar “metas ou apresentam melhores desempenhos” (Bresser Pereira, 2008, p. 148).

As iniciativas de “reforma” estatal no Brasil, segundo Adrião, se caucionavam na doutrina de “boa governança”, difundida a partir dos “documentos de agências internacionais, especialmente do Banco Mundial” que recomendavam uma “certa revisão das orientações anteriores de cunho liberalizante e na percepção da necessária presença do Estado como agente indutor do desenvolvimento e da equidade” (Adrião, 2009, p.51).

Ao longo dos governos FHC, a propaganda estatal buscou difundir uma hipotética melhora da educação superior, camuflando e tratando com desídia o desmonte da universidade estatal/pública. O discurso panglossiano tinha por objetivo enaltecer e angariar apoio as “reformas” do Estado. O debate sobre o caráter estatal/público do ensino superior, foi soterrado com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996 (Minto, 2006, p. 147-154).

O “remédio” prescrito pelos órgãos multilaterais do imperialismo – como os documentos *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), do Banco Mundial e o Relatório *Delors* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – foi aplicado de forma exata pelos governos brasileiros (Minto, 2006, p. 155-156). As imposições de desmonte do Estado, via organismos internacionais, além do caráter privatista, também incutem uma ideologia. Esses organismos, portanto, são o “[...] cérebro das políticas neoliberais, construindo uma grande trama de redes para obter o consentimento da população em relação às suas propostas” (Santomé, 2003, p.19). Todo receituário dos organismos multilaterais do imperialismo foram progressivamente sendo implementados, isto não significa que não houvera resistência para conter a marcha da privatização e manter as conquistas históricas. Contudo, apesar das resistências, esta marcha se ampliou:

Essa ampliação foi realizada através de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos "serviços educacionais"; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Estes dois elementos estavam presentes no documento *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994 pelo BM no qual foram apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira previa a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos, sob o pressuposto da necessidade de existência de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância.

A diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas apresentou-se como a segunda estratégia. Para tanto, o BM defendeu a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades consideradas "não relacionadas com a educação" (alojamento/moradia estudantil e alimentação/bandejão); assim como a utilização de verbas privadas advindas de doações de empresas e das associações dos ex-alunos, dos cursos de curta duração, dos cursos pagos e da venda de "serviços educacionais", como consultorias e pesquisas. Esses "serviços" deveriam ser administrados através de convênios firmados entre as universidades públicas e as empresas, mediados pelas fundações de direito privado, concebidas como estruturas administrativamente mais flexíveis. (Lima, 2011, p. 86)

A promulgação de uma nova legislação garantiu as condicionantes jurídicas para possibilitar o processo de privatização em áreas sociais, especialmente a saúde e a educação: a Lei das Organizações Sociais (OS), Lei nº 9.637, promulgada em 1998; a Lei Federal nº 9.790/1999 que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip); a Lei Federal nº 9.801/1999 que aprovou a exoneração de servidores públicos por excesso de despesa; a Lei Complementar nº 101/2000 ou Lei de Responsabilidade Fiscal que limitou os gastos com pessoal em todas as esferas públicas e fortaleceu a política de contratação de empresas terceirizadas (Martins; Jacomeli, 2019). Para Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), as OS foram “criadas pelo poder público e já nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público”, enquanto as Oscip, “já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias” (Peroni; Oliveira; Fernandes, 2009, p. 769).

Nos dois primeiros governos de Lula (2003-2010), nova legislação também seguiu o receituário privatista: a Lei nº 10.861/04 que instituiu o SINAES; o Decreto Presidencial nº 5.205/04 que regulamentou as parcerias entre as IFES e Fundações de direito privado; a Lei nº 11.096/05 que instituiu o PROUNI; a Lei nº 10.973/04 de Inovação Tecnológica; a Lei nº 11.079/04 que possibilitou as chamadas Parcerias Público-Privadas (Martins, Jacomeli, 2019). Tratou-se, pois, de dar “feições empresariais e mercadológicas” às IFES, dando prosseguimento a uma “reconfiguração do conceito de público”, que já vinha sendo implantado desde a Reforma do Aparelho de Estado, lançada por FHC em 1995, com a ideologia do “público não-estatal” (Maués, 2011, p. 04). Para Gentili (2002, p. 99), a expansão da rede privada foi beneficiada, sobretudo, pela crise vivida na Universidade Pública e aportes de recursos resultante do lobby empresarial:

O crescimento da oferta privada tendeu a se beneficiar triplicamente da crise que atravessa a universidade pública: por um lado, canalizando e captando para si boa parte do aumento da demanda pela educação superior; por outro, desfrutando das vantagens oferecidas por administradores que, mediante regulação pseudoliberalizadora, autorizaram a criação de dezenas de novas instituições, transformando a educação superior em um verdadeiro (super)mercado de títulos e de cursos; finalmente beneficiando-se, do que respeita a algumas dessas instituições, de recursos financeiros diretos ou indiretos, concedidos por governos que sistematicamente demonstram mais generosidade com o lobby empresarial que controla a educação superior privada, do que com os reclamos da comunidade acadêmica que atua nas instituições públicas (Gentili, 2002, p. 99).

Desde FHC, se propagandeou que era necessário deixar o Estado “mais eficiente”. Para os neoliberais e os organismos multilaterais do imperialismo, o sinônimo de eficiência chamava-se privatização. Entre as estratégias adotadas para a consecução desse objetivo, ocorreram a venda de setores e empresas estatais para a iniciativa privada, a difusão de “formas

de gestão ancoradas na lógica de mercado”, o que aprofundou as “concepções privadas de gestão”, que precederam a “noção de quase-mercado” (Sousa; Oliveira, 2003, p. 876-877).

Com “o quase-mercado, a propriedade permanece estatal, mas a lógica de mercado é que orienta sua gestão”, pois, em tese, “o mercado é mais eficiente e produtivo que o Estado”. Com as Parcerias Público-Privadas (PPPs) difundiu-se essa ideologia não apenas na educação superior, mas também na educação básica, com a defesa cada vez maior da “proposta do público não estatal”, já que “o sistema público acaba assumindo a lógica de gestão proposta pelo setor privado ao instituir os princípios da chamada administração gerencial ou nova gestão pública” (Adrião; Peroni, 2009, p. 110).

#### **4.3. Empresariamento da educação: Todos pela Educação ou poucos lucrando com a educação?**

Nos últimos anos, o empresariamento da educação tem se intensificado em todos os países dominados pelo imperialismo. A interferência do movimento empresarial na educação possui um marco importante que foi o chamado *Consenso de Washington*, ocorrido em 1989, em que uma Mesa Redonda Europeia dos Industriais apresentou um relatório com as necessidades de vincular a educação às necessidades da indústria (Maués, 1995, p. 14). Esse objetivo foi pautado na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, ocorrida em março de 1990, em Jomtien (Tailândia), como explica Souza; Soares (2018, p. 119):

Essa conferência foi o marco inicial das reformas socioeducacionais implantadas nos países semicoloniais, inclusive no Brasil. Após a Conferência de Jomtien, a UNESCO convocou especialistas de todo o mundo para compor a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenada pelo seu presidente, o francês Jacques Delors. Nasce, assim, o *Relatório Jacques Delors: Educação*, um tesouro a descobrir (1998). Esse relatório complementou e aprimorou as diretrizes propostas pelos organismos internacionais, fortaleceu as bases teóricas das pedagogias pragmáticas, servindo para fundamentar as políticas educacionais em curso na atualidade. O documento básico do Banco Mundial elaborado para a Conferência Mundial sobre Educação para Todos expressa com objetividade que a educação deve difundir ideologias e um comportamento individual definido pelo centro de inteligência do imperialismo, que, dentre outras questões, destaca os hábitos de consumo e de adaptação às tecnologias que possam garantir uma maior extração de lucros das semicolônias. Para isso, a educação deve formar capital humano para atuar num sistema produtivo reestruturado, conforme as novas técnicas de exploração do trabalho.

A partir de 1990, conforme os autores, “as políticas educacionais passaram a observar as diretrizes impostas pelo imperialismo por intermédio das suas agências multilaterais, em especial, o Banco Mundial, a UNESCO e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)” que orientam para uma educação guiada pela lógica de mercado:

Essas orientações são guiadas pela lógica de mercado e controladas por meio de avaliações e de definições de prioridades e estratégias, na formulação de legislação, no investimentos/financiamento de programas que se articulam ao ideário pós-moderno, fundado nas pedagogias pragmáticas norte americanas do “aprender a aprender” que foram propagadas e hegemônicas no Brasil a partir desse período (Souza; Soares, 2018, p. 120).

Freitas (2014), explica que a primeira onda neoliberal dos anos 1990 possibilitou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para orientar um sistema de avaliação nacional de larga escala e amostral, a difusão de métodos tecnicistas e processos de gestão verticalizados que permitem elevar o grau de controle sobre os profissionais da educação, a título de garantir a obtenção de metas e índices nas avaliações externas, definindo os objetivos, a avaliação, a forma e o conteúdo da escola (Freitas, 2014, p. 1092).

Para Piolli; Sala (2022, p. 2), “as estratégias empresariais buscaram se efetivar pela adesão gradual, desde os anos 1990, de amplos setores da sociedade e de parte expressiva do espectro político que vai desde a extrema direita à centro-esquerda”. Conforme Saviani (2007, p. 1243), com “a ascensão do PT ao poder federal, sua tendência majoritária realizou um movimento de aproximação com o empresariado, ocorrendo certo distanciamento de suas bases originárias”. Freitas (2016, p. 313) descreve esse processo:

A vitória de Luiz Inácio/PT no pleito eleitoral de 2002, não significou qualquer interrupção ou mudança nas relações do país com o imperialismo, principalmente estadunidense. Esta vitória ocorreu não sem antes este mesmo candidato e partido assumir através de um documento escrito, a Carta ao Povo Brasileiro, o compromisso de não mexer um milímetro na política econômica de seu antecessor. Portanto, nestes 13 anos em que o Brasil vem sendo administrado pelo governo do PT, o que de fato ocorreu foi o aprofundamento das chamadas reformas neoliberais, confirmando a fidelidade aos compromissos com o imperialismo, assumidos na Carta ao Povo Brasileiro. Dentre estas reformas, encontram-se as da educação. Consideramos a educação como parte da superestrutura do Estado, logo subordinada às relações de produção que se estabelecem em sua estrutura. Sendo nosso país dominado por um tipo de capitalismo atrasado, submetido aos interesses imperialistas tendo no capital financeiro e no latifúndio seus principais pilares de sustentação, também a educação fica refém de seus interesses

A abertura para a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo, foi proporcionada pelo Ministério da Educação, momento em que se criou um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de empresas e de seus “institutos”. O movimento empresarial adentrou no MEC pelas mãos do próprio Ministro da Educação Fernando Haddad, que também

figura como “associado fundador” do TPE<sup>49</sup>, estando licenciado por estar em cargo público. Dessa organização nasceu o Movimento Todos pela Educação (TPE)<sup>50</sup>.

A aliança do governo Lula com o movimento empresarial foi marcada pelo projeto “Compromisso Todos pela Educação” e pela realização “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”,<sup>51</sup> realizado em Salvador em 2006 que reuniu empresários com o Ministro da Educação Fernando Haddad (Souza; Soares, 2018, p. 122). O TPE propôs o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” por meio do Decreto nº 6.094/2007, assinado pelo presidente Lula obrigando os estados e municípios “a assumirem o compromisso com a implementação das 28 diretrizes estabelecidas e realizarem um “Plano de Ações Articuladas” (PAR), sem o qual não podem participar nem receber financiamento de programas e projetos no âmbito das políticas educacionais”. Nesse mesmo ano, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE como “a maior vitória do TPE, pois foi por meio do PDE que se incorporaram os objetivos e metas empresariais na educação brasileira, que possibilitou novas políticas de controle empresarial das escolas, como a criação do IDEB que interfere no planejamento das escolas, balizado por índices quantitativos, aferíveis pela avaliação centralizada” (Souza; Soares, 2018. p. 122).

Nos anos seguintes, várias políticas foram formuladas pelo TPE e implementadas pelo governo, com destaque para Reforma do Ensino Médio (Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017), a Base Nacional de Formação de Professores – BNC-Formação (Resolução

---

<sup>49</sup> A lista completa de associados está disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em 15 jan. 2024.

<sup>50</sup> O TPE foi criado, em 2006 e sintetiza a agenda do capital para a educação: a formação de competências e habilidades dos trabalhadores para servirem aos interesses do mercado, definição de metas de desempenho da educação básica por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e avaliação institucional. Organizada pela Fundação Lemann, o movimento Todos pela Educação (TPE) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que se propõe ser “apartidário e plural”, reunindo representantes de diferentes setores da sociedade. É composto pelas empresas mantenedoras e parceiras. As mantenedoras do TPE são as seguintes fundações e empresas: DPaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, Gerdau, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Gol linhas Aéreas, Instituto Votorantin, Instituto Cyrela e Fundação Vale. Com maior ou menor protagonismo, estão entre os “parceiros”: os bancos Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, as empresas Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Instituto Inspirare/Porvir, o Instituto Península, Instituto Ayrton Senna, J. Walter Thompson Brasil (responsável pelo marketing da Coca Cola, Cargill, Bayer, Avon, Nestlé, Unilever, etc.), Grupo ABC, DM9DDB, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Friends Audio, McKinsey Brazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Futura, Editora Saraiva, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, PATRI - Políticas Pública, Luzio, Itaú Cultural, Falconi, Google, etc. (Souza; Soares, 2018, p.120).

<sup>51</sup> Foi organizado pelo Instituto Gerdau e pelas Fundações Jacobs e Coleman (ambas com sede na Suíça). O evento resultou em planos e metas para educação que se consolidaria num pacto nacional pela educação brasileira, uma “aliança intersetorial” com os representantes do governo federal, estadual e municipal. O movimento passou a dirigir e coordenar ações de implementação das metas, monitorar ações e avaliar resultados (Souza; Soares, 2018).

02/CNE/2019), dentre tantas outras normativas que fazem parte do pacote de políticas educacionais direcionadas pelos organismos multilaterais do imperialismo, fundamentadas teoricamente na teoria do Capital Humano, que se desdobram nas pedagogias liberais pós-modernas, como forma de controle ideológico. Freitas (2014, p. 1091), analisa essa motivação:

O que motiva, portanto, esta nova investida dos empresários é resolver a contradição entre a necessidade de padronizar e liberar um pouco mais de acesso ao conhecimento sem com isso perder o controle político e ideológico da escola. E, neste sentido, consideram a si mesmos a própria solução do problema: nada melhor do que eles mesmos assumirem a direção do processo educativo.

Ao longo desse período acentuaram-se os processos de privatização da educação pública em diversos níveis:

Aos poucos, foi se implementando todo um marco regulatório que preparou o terreno para a ampliação dos processos de privatização, tanto endógenos como exógenos. Ou seja, tanto para a maior abertura dos serviços públicos educacionais para o setor privado com a flexibilização das parcerias público-privada e para as privatizações (privatização exógena), como para a importação para o setor público educacional do ideário empresarial, seus métodos, técnicas e práticas (privatização endógena) (Piolli; Sala, 2022, p. 2).

Concordamos com José Rodrigues (2007), no que se refere à apropriação capitalista da educação escolar, onde os empresários à encaram da forma “educação-mercadoria ou mercadoria-educação”. Para o autor:

Se um capital em particular estiver buscando sua valorização a partir da venda de serviços educacionais, tais como o capital investido em instituições de ensino, sejam elas escolas ou universidades, esse capital comercial tenderá a tratar a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado. Em outras palavras, o serviço educacional, como um curso de graduação prestado por uma universidade (em geral, privada) é o caso típico da educação-mercadoria. Se por outro lado, a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias, como sói ser no processo produtivo, o capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como uma mercadoria-educação (Rodrigues, 2007, P. 5-6).

As ações do movimento empresarial não são um fenômeno que ocorre apenas no Brasil, mas em todos os países dominados pelo imperialismo. Em vários países da América Latina foram criadas organizações empresariais similares ao TPE. Conforme Souza; Soares (2018, p. 121): “Essas organizações estão articuladas em rede sob o comando do Banco Mundial. Em 2011, foi criada a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA), que atua em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é formada por organizações sociais de 15 países latino-americanos”.

Da mesma forma, os fenômenos do empresariamento e da financeirização<sup>52</sup>, tem “intensificado as contradições em torno da lógica especulativa, incentivando investimentos em novos segmentos de mercado”, por meio da “oferta privada de serviços, como educação, saúde, previdência social, que eram predominantemente providos pelo Estado” (Souza; Chaves, 2023, p. 7) e passaram a ser de forma progressiva controlada pelo movimento empresarial. Para Freitas (2014, p. 1091):

Uma das mais conhecidas formas de privatização, na educação superior no Brasil, se dá por meio dos *vouchers* ou “bolsas” que permitem aos alunos estudarem nas escolas privadas e que, em termos de Programas Governamentais se deram pelo PROUNI, no Ensino Superior e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, no Ensino Médio, ambos de transferência de recursos públicos para o setor privado (Freitas, 2012, p. 386).

O processo de privatização e controle da educação se expressam nos índices de matrícula. No caso do ensino superior, atualmente, o número de matrículas concentra 75% do total, em instituições privadas. O processo de privatização incide na formação da juventude e no projeto de nação que envolve toda a sociedade brasileira.

Diante disso, em que pese o compromisso clássico das universidades com a participação, a democratização e a universalização do conhecimento, deve-se, além disso, considerar o comprometimento das IES com os grandes temas atuais, como humanização, decolonização, democratização e diversidade, bem como a postura crítica frente às demandas internacionais ou políticas que visam unicamente manter os interesses hegemônicos de natureza capitalista (Nunes; Martins, 2022, p. 3).

Nossa luta é para tornar a educação muito mais do que essa instrução técnica, o que devemos defender é uma educação que cria novas relações sociais e abre possibilidades para o conhecimento crítico que contribua para transformar a realidade em que vivemos. A universidade é um local que deve nos proporcionar acesso ao acúmulo do conhecimento histórico produzido pela humanidade, o *locus* da produção de ciência e de formação numa perspectiva emancipadora.

---

<sup>52</sup> O termo é frequentemente utilizado como sinônimo da circulação de ativos nas grandes praças de negociação de títulos de propriedades, as bolsas de valores. Também é comum encontrar o conceito sendo utilizado para distinguir capitais de natureza rentista, não produtiva, dos capitais produtivos, os que participariam diretamente da produção social da riqueza. No primeiro caso, o termo financeirização aparece retirado de seu contexto mais amplo e complexo, limitando-se sensivelmente e perdendo a maior parcela de sua capacidade explicativa. Essa forma de defini-la desconsidera, por exemplo, que a emissão de títulos é apenas um momento da concentração e centralização de capitais e, ainda, que esse processo não é necessariamente uma deliberação autônoma e positivada das empresas. Todo um sistema social se constitui em razão de organizar os fluxos de capitais monetários socialmente disponíveis para tanto, além de concentrá-los, centralizá-los e colocá-los nos espaços de valorização do valor. No segundo caso, essa antinomia entre capitais rentistas e capitais produtivos, embora possa parecer elucidativa em um primeiro momento, acaba por produzir confusões de grandes proporções (Seki, 2021, p. 52).

## 5. O ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA: O AVANÇO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E O CONTROLE DOS MONOPÓLIOS

### 5.1. Contextualização histórica

O estado de Rondônia, criado pela Lei Complementar N° 41, assinada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 22 de dezembro de 1981, tem sua origem a partir de terras pertencentes ao Território Federal do Guaporé<sup>53</sup>, oriundas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso. A história de Rondônia e sua atual configuração econômica e política é o resultado de ciclos econômicos que impactaram o ambiente e os povos originários. Estes ciclos, foram resultados das “necessidades e demandas da expansão do capital” e que “obedeceram à lógica de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalista” (Soares, 2017, p. 39).

Os diversos ciclos econômicos<sup>54</sup> que efetivamente influenciaram o espaço geográfico do atual estado de Rondônia podem ser sintetizados nos períodos históricos descritos a seguir. No período colonial, destacam-se a exploração das “Drogas do Sertão” (busca por especiarias, ouro, peles e couro de animais, incluindo-se também a captura de indígenas) e o Ciclo do Ouro (1716 – 1765) que iniciou com a descoberta e exploração de lavras nos afluentes do rio Cuiabá expandindo-se, para o rio Guaporé e seus afluentes. No Século XIX, fim do Brasil Império e início da República, o Primeiro Ciclo da Borracha (1877-1910)<sup>55</sup> resultou na exploração e escravização de indígenas e migrantes nordestinos nos seringais amazônicos; no segundo ciclo da borracha (1942-1945), por meio dos Acordos de Washington<sup>56</sup>, onde o Brasil,

<sup>53</sup> O Território Federal do Guaporé foi criado em 13 de setembro de 1943 durante o Estado Novo e, posteriormente, teve seu nome alterado para Território Federal do Guaporé, em 17 de fevereiro de 1956.

<sup>54</sup> Os ciclos da exploração mineral em Rondônia, sua vinculação com processos migratórios, o papel do Estado em favorecer o capital e uma revisão bibliográfica sobre outros trabalhos que tratam da temática são melhores abordados por LINHARES, J. M. da S.; RODRIGUES, W. B.; MARTA, J. M. C. Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. *Fronteiras*, [S. l.], v. 19, n. 33, p. 43–69, 2017. DOI: 10.30612/frh.v19i33.6764. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6764>. Acesso em: 4 jan. 2023.

<sup>55</sup> O chamado primeiro ciclo da borracha tem em seu contexto o interesse do imperialismo norte-americano no controle da região amazônica, por meio da Doutrina Monroe. Exemplo disso, ainda no Brasil Império, a pressão ianque pelo controle da navegação na bacia amazônica, a chamada “Questão Acreana”, o controle do processo produtivo da exploração de látex e, já na República, o controle do Grupo Farquhar em empreendimentos em todo o país, incluindo portos e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Um breve histórico desse período pode ser encontrado em: DA FONSECA, Dante Ribeiro. A Madeira-Mamoré e o imperialismo na Amazônia. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 17, n. 1, 1998. Disponível em: <https://revistasdemo.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/issue/view/1768>. Acesso em 04 jan. 2023.

<sup>56</sup> Os chamados “Acordos de Washington” foram assinados entre Brasil e Estados Unidos, que já seguiam negociações desde 1940. Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial e a ruptura diplomática do Brasil com os países do Eixo, os partidários do nazifascismo perderam influência no Estado Novo. Os acordos previam a instalação de bases militares no Nordeste brasileiro, além de recursos estratégicos como metais preciosos e a borracha extraída da Amazônia. O governo americano financiava a compra de borracha e outros insumos e o

dirigido por Vargas, forneceu borracha aos aliados na II Guerra Mundial; o ciclo da exploração de cassiterita (1952-1970), período que representou a entrega das riquezas minerais para grandes grupos econômicos como “a Mineração Brasileira S/A, Companhia de Mineração Jacundá S/A (Grupo Shell), Mineração Oriente Novo (Grupo Itaú), DRAMIN do Brasil S/A, Mineração Taboca S/A - Grupo Paranapanema” (Souza; Pessoa, 2010, p. 157).

Ao longo de todos esses ciclos econômicos, após a dizimação de milhares de indígenas, uma massa de trabalhadores foi iludida por promessas de melhores condições de vida e trabalho e, em vários casos, forçados a se estabelecerem como mão de obra escrava ou semi-servil na região amazônica. Durante os ciclos da Borracha, chegaram nas terras onde hoje é Rondônia, trabalhadores de inúmeras nacionalidades que construíram a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré<sup>57</sup> (EFMM). Muitos morreram, vítimas de malária, disenteria, condições degradantes de trabalho, explorados pelo magnata norte-americano Percival Farquhar. Se juntaram à massa de trabalhadores os “indesejados”<sup>58</sup> da república, que tinham como pena o trabalho em seringais, na EFMM e no trabalho braçal na Comissão Rondon. No segundo ciclo da borracha, a promessa do Estado Novo de Vargas para os nordestinos era que estes seriam “soldados da borracha”. Pelos Acordos de Washington, deveriam ser “50.000 homens em idade produtiva, aptos a todos os trabalhos em um seringal”. Foram enviados aos chamados campos de pouso, onde recebiam disciplina militar e treinamento para o trabalho. Os campos de pouso eram locais que “possuíam guarda externa armada, para impedir fugas ou invasões, guarda interna para a disciplinarização dos abrigados” (Domingues Teixeira, 2020, p. 205-207).

Após a segunda guerra mundial e a conseqüente decadência dos seringais, entre os anos de 1958 e 1970, “toda a economia local se desenvolvia à sombra da exploração de cassiterita”, chegando em 1970 a atingir o pico de produtividade com “4.721 toneladas de

---

Brasil garantia a produção de látex. Também foi previsto como contrapartida para utilizar o território, o envio de armas e munições para as forças armadas brasileiras e linhas de crédito para viabilizar a infraestrutura para a extração de recursos naturais. Sobre os acordos de Washington, ver: MARTINS GUILLEN, Isabel Cristina. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 09, p. 95-102, dez. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

<sup>57</sup> Duas obras que fornecem inúmeras informações acerca da construção da EFMM são: FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981 e HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>58</sup> Esses “indesejados”, tidos como criminosos, partiram do Rio de Janeiro para Santo Antônio do Madeira a bordo do navio Satélite, e constam como 105 ex-marinheiros, que participaram da Revolta da Chibata ocorrida no Rio de Janeiro em 1910; 298 criminosos “comuns” e 44 mulheres. Segundo, Marinho (2011) – tendo como fonte o Relatório do comandante Carlos Brandão Storry, capitão do navio – 09 ex-marinheiros foram executados no trajeto e a “carga” de prisioneiros, ao chegar ao destino, foi entregue à Comissão Rondon e outros tantos foram deixados nos seringais. Domingues Teixeira (2020, p. 203), descreve que, entre outros abusos, ocorreu um leilão de prisioneiros em 1912, algo parecido do que ocorreu no período escravocrata brasileiro, onde “a chefia de polícia do município de Santo Antônio do Madeira, em nome do governo nacional, leiloou 400 homens”.

minério de estanho” e, ao final da década de 1970, o Território Federal de Rondônia representar “quase 70% da produção nacional” (Amaral, 2012, p. 99). As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma intensa migração para a região Norte do país. Em um contexto de Colonização Dirigida<sup>59</sup> pelo regime militar brasileiro, inúmeros “migrantes rumavam para o norte do país, enganados pela propaganda governamental de que havia terra para todos”, quando na verdade se criava “um dos cenários mais dramáticos da história recente, em virtude do grande número de conflitos e assassinatos existentes no campo” (Martins, 2009, p. 44). Esta “procissão” de retirantes que aqui chegava, era em sua maioria formada por camponeses sem-terra, meeiros, arrendatários e posseiros; expulsos da terra do centro-sul do país em virtude da concentração fundiária e da mecanização do campo que lá ocorriam.

É importante registrar que o autoritarismo e a forte influência militar em Rondônia, remonta ao período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Mais precisamente, pode-se dizer que, no século XX, vai se estruturando com a Comissão Rondon, que entre 1907 e 1915 instalou a linha telegráfica Cuiabá X Santo Antônio do Madeira; posteriormente em 1931 com a “nacionalização” da EFMM que passou a ser “subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e a Inspeção dos Contingentes Especiais de Fronteira subordinada ao Ministério da Guerra”, tornando-se “células do estado nacional no extremo Oeste”; e, por fim, com a criação do Território Federal do Guaporé que significou “para o governador Maj. Aluizio Ferreira, a materialização dos trabalhos iniciados pela Comissão Rondon” (Souza, 2003, p. 76). Ainda, segundo Souza, as “elites civis e militares se compartilhavam na colonização, visto o apoio local à política ministerial”, uma vez que a “medida federal, acompanhada de verba específica, oficializou a ‘ocupação/intervenção’ na região pelo governo federal” (Souza, 2003, p. 38).

Esta simbiose entre militares e classe dominante ascendente vai marcar de forma permanente a educação em Rondônia, que à primeira vista deixavam de fora os trabalhadores e com raríssimas exceções foram oferecidas à população local como um todo. De fato, há poucas referências à história da educação em Rondônia, sobretudo sobre a educação básica. As poucas fontes encontradas são dos chamados “memorialistas”<sup>60</sup> que enaltecem os esforços de militares e da igreja como baluartes do desenvolvimento regional.

---

<sup>59</sup> Para Souza (2006, p. 30), A colonização dirigida visava “aliviar as tensões sociais” e, a partir do lançamento do Programa de Integração Nacional – PIN (Decreto Lei 1.106 de 16/06/70), marcou o “início da campanha ufanista do governo militar que dizia ser necessário ‘integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros’. Na verdade, era uma forma de encobrir a verdadeira intenção do governo que era regularizar e facilitar a aquisição de terras aos estrangeiros e grupos agropecuários, além de permitir a entrega dos recursos naturais da região” a esses grupos.

<sup>60</sup> Para Souza (2003, p. 62 e 110), “não são poucos os memorialistas de Rondônia que se confessam adeptos” da máxima do filósofo escocês Thomas Carlyle ‘A história do mundo é apenas a biografia de grandes homens’ e “procuravam incorporar e projetar aquilo que precisavam do herói no seu presente”. Souza (2003, p.183) ainda

Como não é nosso objetivo realizar neste trabalho um estudo aprofundado sobre a história da educação de Rondônia, optamos apenas por utilizar algumas fontes que possam descrever o surgimento da educação formal, que constituirão as bases para a compreensão do desenvolvimento da Educação Superior em nosso estado. As primeiras referências sobre a educação formal, são sem dúvida, a do memorialista Vitor Hugo<sup>61</sup>. O ensino em Rondônia<sup>62</sup> nas primeiras décadas do Século XX não saía do âmbito familiar. Entre as classes populares, apenas as famílias “barbadianas”<sup>63</sup>, em sua maioria, com adultos escolarizados, alfabetizava seus filhos em casa (Hugo, 1998, p. 48).

Ainda, segundo Hugo (1998), apenas em março de 1913 que “foi instalada na região a primeira escola que, a partir de 4 de junho, funcionava em edifício estadual apropriado” no município de Santo Antônio do Alto Madeira<sup>64</sup>. A educação escolar, que era reivindicação constante dos munícipes, tanto de “escolas públicas ou particulares” quer seja ao poder público ou aos administradores da EFMM. Outra escola foi fundada em 1914, em Abunã (vilarejo de uma estação ferroviária e hoje distrito de Porto Velho, às margens da BR 364) e, em “10 de

---

conclui que “Estes memorialistas tentaram construir uma memória homogênea e coesa em sua discursividade, mas que comporta muitas contradições, ambiguidades e silêncios”.

<sup>61</sup> Para Souza e Dantas (2005), Vitor Hugo era dono de uma grande erudição e conhecimento, versando sobre áreas de ciências humanas, além da sua experiência de seminarista e padre salesiano na Amazônia, que contribuíram para uma “visão abrangente e ímpar da história regional”; e sua obra *Desbravadores* (com o primeiro volume publicado em 1959), “possui caráter de crônica histórica pelo viés institucional da missão salesiana”. Ainda para Souza e Dantas (2005), Vitor Hugo se colocava como “interlocutor” dos valores da “sociedade moderna” uma vez que “fazia parte da classe dominante local”.

<sup>62</sup> Nos referimos a Rondônia enquanto espaço geográfico. Contudo, até 1943, parte de sua superfície pertencia aos estados do Amazonas e do Mato Grosso.

<sup>63</sup> Trabalhadores pretos trazidos para a construção da Madeira-Mamoré das Antilhas. Falavam fluentemente o inglês, o que facilitava a comunicação com engenheiros e outros chefes da companhia ferroviária. Foi dado o direito a esses “negros ingleses imigrantes das Antilhas de buscar seus familiares”. Os investidores “trouxeram das Antilhas algumas centenas deles, oriundos de Trinidad, Martinica, Granada, São Vicente, Guianas, Jamaica, Barbados, etc. e aqui, na grande Babel reinante foram apelidados de ‘Barbadianos’”. (Blackman; Arena; Brabo, 2020, p. 03).

<sup>64</sup> O local já era conhecido pelos colonizadores, quando da última expedição de Antônio Raposo Tavares entre os anos de 1648 e 1651, que criou *a posteriori* uma rota de abastecimento de Belém do Pará para Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da capitania do Mato Grosso. É nesta localidade que se localizava o primeiro acidente geográfico (encachoeirado) no Madeira. Na localidade de Santo Antônio do Alto Madeira, ainda no ano de 1728, foi instalada inicialmente uma missão jesuítica dirigida pelos padres João Sam Payo e seu adjunto Manuel Fernandes. A missão foi destruída pela resistência do povo Mura em 1742 e foi abandonada, tornando-se apenas uma referência geográfica, para ser um dos portos da rota fluvial. Ponto inicial escolhido para iniciar a construção das primeiras tentativas de se construir uma ferrovia no século XIX, o povoado se desenvolveu e, em 1908, foi elevado à categoria de Município de Mato Grosso pela Lei nº 494, tendo ocorrido sua instalação em dois de julho de 1912, com o nome de Santo Antônio do Alto Madeira, tendo como primeiro intendente (prefeito), o Médico da Comissão Rondon Joaquim Tanajura, filho do também médico e político José de Aquino Tanajura. Santo Antônio progressivamente entra em decadência em razão da transferência do canteiro de obras da EFMM para um antigo porto abandonado por militares, sete quilômetros rio abaixo, local em que, no entorno da área da ferrovia, se desenvolve outra vila que dará origem à cidade de Porto Velho. O município de Santo Antônio do Alto Madeira foi extinto pelo Decreto-Lei nº 7.740 de 17 de abril de 1945 e sua superfície foi integrada ao município de Porto Velho.

março de 1915 foi aberta a ‘Escola Pública Mista Municipal’ da Vila de Porto Velho”, tendo como professora a filha do primeiro superintendente local. Hugo faz referências à abertura de “escolas particulares” pela iniciativa privada a partir de 1916, para “fins educacionais” e no período de 1920-1922, o funcionamento de uma escola mantida pela EFMM para os filhos dos funcionários. “Funcionando precariamente desde 1923”, o grupo escolar Barão do Solimões recebe uma sede provisória em 1925 e terá uma nova sede apenas em 1940 em razão da visita de Getúlio Vargas. Este grupo escolar, na verdade, “tomou o lugar da escola pública municipal criada em 1915” e “parece ter sido inaugurado três vezes: 1915, 1923 e 1925” (Hugo, 1998, p. 48-49).

Os “conflitos revolucionários e políticos do início dos anos 30 motivaram grande evolução do ensino no país”, mas tal “evolução” demorou a impactar a região, razão que, para o autor, contribuiu para a igreja católica, por meio de suas prelazias e ordens religiosas, iniciar a oferta de educação primária. Em Guajará-Mirim<sup>65</sup>, “Dom Rey abriu 32 obras, entre escolas e centros de formação” e, no mesmo período, as Ordens Religiosas Salesianas abriram escolas para meninas e para meninos. Ao todo, em 1943, haviam 28 “unidades escolares”, 39 professores, 1.318 matrículas gerais, 527 matrículas efetivas e uma frequência média de 31% de alunos. Contudo, o autor não descreve quais seriam mantidas pelo poder público, pela Igreja ou particulares (Hugo, 1998, p. 50-53).

Criado o Território Federal do Guaporé em 1943, leva-se “um ano para ser inaugurada” a primeira escola, denominada Getúlio Vargas. Já era uma escola que “funcionava desde 1940 no atual bairro do Caiari” e o então primeiro governador do Território, Aluizio Pinheiro Ferreira, “propôs(!) a encampação daquela escola, de forma bastante persuasiva”. No ano de 1947, é criado em Porto Velho o Curso Normal Regional, com o nome de Carmela Dutra que passa a funcionar em 1948 e atender alunos e alunas de todo o Território Federal. A maioria do corpo docente era formado por professores leigos de diversas localidades, muitos que haviam estudado na escola criada pelo prelado de Guajará-Mirim, Dom Rey. A escola não aceitava deficientes físicos e mulheres adultas (casadas, mães solteiras ou solteiras sem filhos), sendo que estas só poderiam frequentar quando fosse ofertado o curso em período noturno. Já funcionava também, desde 1941 um curso de formação de professores mantido pela prelazia católica (Hugo, 1998, p. 54).

---

<sup>65</sup> Em 12 de julho de 1928 foi elevado à categoria de município e comarca com área desmembrada do município de Santo Antônio do Rio Madeira, tomando o nome de Guajará-Mirim, já usualmente designado pela população. O município foi oficialmente instalado em 10 de abril de 1929. Guajará-Mirim e Porto Velho vão permanecer como únicos municípios de Rondônia até 1977.

Segundo Hugo, no ano de 1950, alunos e integrantes da “União dos Estudantes Secundaristas - UES” que participavam de um congresso de estudantes em Belo Horizonte, deslocam-se à capital federal reivindicando o ensino secundário junto ao deputado federal à época, Aluizio Pinheiro Ferreira, que “desprovido de sensibilidade educativa” argumentou que seria melhor oferecer bolsas para estudarem na capital, uma vez que aquele deputado estabelecera “algum compromisso com D. Pedro Massa” que fora administrador da prelaquia de Porto Velho e tinha interesse em “abrir o curso científico de 2º grau” no colégio salesiano Dom Bosco (Hugo, 1998, p. 57 e 78). O autor perpassa as décadas de 1950 e 1970 fazendo referências à inúmeras “autoridades” e “pioneiros” da educação em Rondônia, na instalação do Serviço Social da Indústria (SESI) e outras iniciativas do Governo do Território Federal.

Sobre o Ensino Superior, Hugo (1998) dedica um capítulo e descreve duas referências: uma de que “havia em Porto Velho uma escola de introdução à Universidade”, não detalhando o que seria tal escola; e uma outra referência do ano 1968 de um editorial do jornal Alto Madeira apontando a necessidade de cursos superiores. Aponta que houvera na década de 1960 iniciativas do governo do Território Federal em enviar “bolsistas aos estados do sul” para cursos de “inspeção escolar” e “outros bolsistas [...] que regressavam com o curso de supervisão escolar”. Posteriormente, o Governo do Amazonas concedeu “seis bolsas ao Território Federal de Rondônia” para cursar em Humaitá-AM, um curso de Licenciatura curta em Pedagogia, oferecido mediante convênio entre o governo daquele estado e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, de Bauru-SP (Hugo, 1998, p. 83).

Na década de 1970, a oferta de ensino superior em Rondônia se deu através de convênios firmados para cursos de licenciatura curta, oferecidos pela UFRGS, UFAC e UFPA e em 1975 foi criada em Porto Velho a Fundação Universitária do Município de Porto Velho<sup>66</sup> (Hugo, 1998; Albuquerque; Maia, 2008; Sousa; Morosini, 2006). Ainda na década de 1970, tendo em vista a necessidade de habilitar para o magistério inúmeros professores leigos<sup>67</sup>, foi implantado o Projeto Logos II, através do parecer nº 699/72 do Ministério da Educação (MEC),

---

<sup>66</sup> A Lei Municipal Nº 108 de 08 de julho de 1975 autorizou o funcionamento da Fundação Universitária do Município de Porto Velho – FUNDACENTRO. Posteriormente, por meio da Lei Municipal Nº 125, de 01 de dezembro de 1976, passou a ser denominada Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO. Entre outras finalidades, esta Fundação deveria “I - promover o ensino superior de graduação, extensão, e pós-graduação na região”. A lei de criação ainda estabeleceu autorização para o Executivo Municipal transferir bens móveis, imóveis e a abrir “crédito adicional, especial, até a importância de Cr\$-1.000.000,00” (PORTO VELHO. **Lei nº 108, de 08 de julho de 1975**. Autoriza a instituição da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia e dá outras providências. Porto Velho: Câmara Municipal, [1975]. Disponível em: [https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1975/4351/lei\\_108\\_08-07-1975.pdf](https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1975/4351/lei_108_08-07-1975.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023.

<sup>67</sup> Segundo Sousa e Morosini (2006, p. 24), no contexto de rápida migração à Rondônia, “os próprios migrantes improvisaram escolas” e dada “a deficiência de profissionais habilitados na área da educação” quem tinha mais escolaridade acabava assumindo a regência de salas de aula.

onde o “planejamento do projeto foi financiado pelo MEC e os estados e prefeituras municipais ficaram com a responsabilidade de custos relativos ao funcionamento do mesmo” (Sousa; Morosini, 2006, p. 24). O quadro da oferta de educação superior nessa década é assim descrito por Sousa e Morosini:

Em 1973, objetivando a habilitação dos professores em nível superior, o governo do território de Rondônia assinou um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A UFRGS, neste mesmo ano, instalou os cursos de licenciatura curta de Estudos Sociais, Ciências, Letras e Artes Práticas, em Porto Velho, capital do Estado.

No ano de 1976 são firmados convênios com as Universidades Federais do Acre (UFAC) e do Pará (UFPA). A UFAC instalou o curso de licenciatura curta de Pedagogia em Guajará-Mirim e reservou vagas para alunos bolsistas de Rondônia nos cursos de Enfermagem, Construção Civil, Heveicultura (cultivo da borracha), Topografia e Estradas em sua sede em Rio Branco (AC). (Sousa; Morosini, 2006, p. 25).

A política de interiorização da UFPA, de qualificação de professores e técnicos, chega aos Territórios Federais, coordenada e executada pelo Centro de Educação da UFPA, e em Rondônia, “além da capital Porto Velho, são criadas extensões desse núcleo nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Pimenta Bueno, Cacoal e Ariquemes”, e no período entre 1979 e 1981, estende-se ao Município de Vilhena, onde são ofertadas diversas licenciaturas curtas e plenas. A FUNDACENTRO, criada em 1975, que contava com dotação orçamentária e um quadro nomeado de gestores, só teve efetiva autorização de funcionamento, cinco anos depois, “mediante o parecer no 1.672, de 7 de dezembro de 1979, do Conselho Federal de Educação e Decreto Presidencial no 64.896, de 12 de maio de 1980” que autorizou os “cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração (Sousa; Morosini, 2006, p. 26).

O contexto em que se vislumbra a oferta do ensino superior em Rondônia é paralelo também a dois fatos históricos importantes: a transição “lenta e gradual” da ditadura civil-militar para o período da redemocratização e a transformação do então Território Federal em Estado. Neste sentido, a criação de uma Instituição Federal de Ensino Superior também entrava no rol de “feitos” e de propaganda para o Governo do Território, bem como para os seus apadrinhados políticos. Tido por Hugo (1998, p. 83-84), como “mecenas” que dirigia um “grupo inteligente e intelectual”, o advogado Odacir Rodrigues Soares tornou-se o primeiro presidente da Fundacentro no período entre 1975-1978, sendo sucedido pelo engenheiro agrônomo Euro Tourinho Filho. Estes dirigentes da Fundacentro faziam parte da estrutura política e econômica do então Território Federal na antessala da sua transformação em Estado.

Não por acaso, Odacir Soares<sup>68</sup>, escolhido como primeiro presidente da Fundação, se estabelecera em Rondônia para ocupar diversos cargos, tornando-se peça chave no cenário político local. Foi beneficiado por concessões de radiodifusão e fundou uma das primeiras faculdades privadas de Rondônia.

Ainda sem instituição de ensino superior funcionando em Rondônia, com uma Fundação Municipal que deveria prover tal finalidade, a oposição política do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na pessoa do então deputado federal Jerônimo Santana, apresentou à Câmara Federal a proposição de Projeto de Lei nº 2.747-A, no ano 1976, de criação da Universidade Federal de Rondônia. O projeto, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, onde a maioria de deputados do Partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), votaram pela inconstitucionalidade e seu arquivamento. À época, entre os argumentos sobre a necessidade de se criar a Universidade, o Deputado Jerônimo Santana denunciava que a Fundação Universitária do Município de Porto Velho, não fora de fato instituída “apesar de ter um conselho que já ganha polpudo salário, sem ter a Fundação nem sequer instalações, muito menos alunos”. (Brasil, 1977, p. 460).

Na visão dos militares e seus partidários, seria inaceitável um projeto de um opositor ser aprovado, ainda mais em se tratando de um deputado<sup>69</sup> que derrotara os candidatos da ARENA por duas vezes e ocupava a única vaga pertencente ao Território Federal na Câmara Federal. A criação da Universidade Federal, deveria seguir pelas mãos dos militares, da mesma forma como estava ocorrendo a criação do estado de Rondônia, de forma que beneficiasse, inclusive a eleição de uma bancada para fortalecer as posições do Partido Democrático Social - PDS (antiga ARENA) na transição e no processo de abertura, tutelada pelos militares. Conforme Souza (2003, p. 124):

O objetivo dos militares para Rondônia era aumentar a bancada do PDS no Congresso Nacional para se contrapor às bancadas de oposição e eleger o candidato que representasse a “linha-dura”. Para isso, era necessário emancipar o Território até o

---

<sup>68</sup> Segundo contas na biografia disponibilizada no sítio da Câmara Federal, Odacir Soares foi repórter da revista *Manchete*, ocupou os cargos de Secretário de Estado de Segurança Pública em Rondônia no período entre 1967-1970; Chefe de Gabinete do Governo do Território (1973); Consultor Jurídico do Estado (1974-1975); Presidente do Conselho Territorial de Trânsito (1968); Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD (1969); Assessor Jurídico da Prefeitura de Porto Velho/RO (1970), primeiro presidente da Fundacentro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131780/biografia>. Acesso em 12 de jan. 2023. Odacir Soares também foi prefeito nomeado em Porto Velho entre os períodos de 1963-1965 e 1969-1972. No primeiro mandato era filiado ao PSD e no segundo mandato à ARENA. Assumiu o cargo de Senador da República tendo sido eleito 2 vezes consecutivas em 1982 e 1990 cumprindo 16 anos de mandato no senado federal.

<sup>69</sup> Jerônimo Santana (MDB) por três vezes seguidas foi eleito deputado federal (1971-1975, 1975-1979, 1979-1983), eleito prefeito de Porto Velho em 1985 e governador de Rondônia em 1986. Nas eleições de 1978 foi aberta mais uma vaga de Deputado Federal, que possibilitou a eleição de Isaac Newton pela ARENA, que posteriormente renunciou ao cargo e assumiu o suplente Odacir Soares.

final de 1981, este ato criaria três vagas para o Senado Federal e seis vagas para a Câmara Federal.

De fato, com a reforma partidária e a articulação do Governador Coronel Jorge Teixeira de Oliveira<sup>70</sup>, as eleições de 1982 garantiram que o PDS ocupasse 05 das 08 cadeiras de deputado federal e as 03 vagas de senadores. Os candidatos do PMDB foram derrotados e, entre eles, estava Jerônimo Santana. Assim, a missão atribuída à “Teixeirão” de “assegurar que o partido do governo elegeesse a maioria dos Senadores e Deputados Federais na disputa de 1982”, se concretizou (Nascimento, 2019, p. 46).

Em 08 de junho de 1982, por meio da Lei 7.011 foi criada a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), absorvendo o “patrimônio do Centro de Ensino Superior de Rondônia, mantidos pela Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO)” e onde já funcionavam desde 1980 os “cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, frequentados por 410 alunos com 150 vagas ofertadas” (Leite Neto, 1993, p. 110).

A necessidade de se ter uma universidade pública também serviu como meio de propaganda política do Coronel Jorge Teixeira, fato que já ocorria desde as primeiras turmas oferecidas pelo Centro de Ensino Superior de Rondônia, onde a aula inaugural de forma pomposa foi proferida pelo próprio governador no auditório da escola salesiana Maria Auxiliadora. Naquele momento, fora também anunciado a liberação de recursos federais para aquisição de livros, material permanente e equipamentos (Cruz, 2011). Neste sentido, concordamos com Sanfelice (2006), quanto ao fato de que cada instituição tem uma origem peculiar e, uma vez revelada, apresenta várias surpresas:

[...] as instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade escolar surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confeccionais ou de empresários. A origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas (Sanfelice, 2006, p.23).

---

<sup>70</sup> Jorge Teixeira de Oliveira, o “Teixeirão”, assumiu como governador do Território em 10 de abril de 1979 foi nomeado governador do Território Federal de Rondônia e foi reempossado como Governador do estado de Rondônia em 29 de dezembro de 1981. Segundo Nascimento (2019, p. 31), o “deslocamento do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, então Prefeito da Capital do Amazonas, para o território” tinha como finalidade “assumir seu governo e prepara-lo para a alteração de seu *status* constitucional. Essa incumbência foi dada diretamente pelo Presidente General João Batista de Figueiredo e pelo então Ministro do interior, Mario Andreazza. Consequentemente, o futuro estado de Rondônia teria sua origem vinculada a uma decisão tomada no âmbito da ditadura militar, visando à consecução de dois objetivos: (1) ocupar as regiões de fronteira para garantir a integração nacional e (2) assegurar a condição majoritária do partido do governo, a Arena, no Congresso Nacional. Pode-se dizer que este segundo objetivo era o mais relevante àquela altura, pois iniciava-se, de maneira titubeante e repleta de precauções, aquele que seria o lento e gradual processo de transição democrática no Brasil. Nesse contexto, sem dúvida, Rondônia poderia prover o governo do suporte partidário necessário para o controle político do Parlamento e, por extensão, da eleição Presidencial”.

Hugo considerou que o processo de criação da UNIR “nasceu por certo, e com pueril atraso, sob a égide do Acordo MEC-USAID”, que era “um acordo antecipadamente destinado ao fracasso”, sendo a trajetória de sua criação marcada pela concepção de “empresarialismo”, para servir não à sociedade, mas “aos grupos dirigentes da sociedade”. Quando da criação da UNIR, quem a dirigia eram “dois membros do maior grupo empresarial de Rondônia”. (Hugo, 1998, p. 87).

De certa medida, a história da UNIR está marcada pelo autoritarismo, ingerência político-partidária local e nacional, com interventores e reitores “*pró-tempore*” impostos pelo Ministério da Educação (Marques, 1995, p. 28 e 37), que é “reflexo de uma cultura de ligações e interesses políticos alienígenas às reais necessidades da sociedade” (Leite Neto, 1993, p. 107).

De certa medida, a história da Universidade Federal de Rondônia, sobretudo a luta de resistência de seus três segmentos, deve ser objeto de pesquisa aprofundada. Nas décadas de 2000 e 2010, a UNIR foi agitada por inúmeros movimentos que exigiam maior democratização, denunciavam seu sucateamento e os desmandos de grupos políticos locais que faziam da universidade um balcão de negócios lucrativo e teve como ápice a histórica greve de 2011<sup>71</sup>. Esta greve, pelo seu amplo espaço de politização, radicalização e justiça de sua pauta rompeu os muros da Universidade, teve grande repercussão regional e nacional<sup>72</sup> e foi o auge de um grande ciclo de lutas, sobretudo, do movimento docente e do movimento estudantil da Universidade Federal de Rondônia.

## 5.2. O Ensino Superior em Rondônia nas décadas de 1980 e 1990

As décadas de 1970 e 1980 serão o período de maior expansão populacional em Rondônia, como resultado do processo de migração na colonização regional. Em 1970 a população de Rondônia correspondia a 111.064 residentes, ao passo que em 1980 esse total chega a 491.069 residentes (IBGE, 1975 e 1982). O censo de 1980 aponta que “44,20% da população de Rondônia não era escolarizada”, dado “bastante superior ao observado para o total

<sup>71</sup> Um breve histórico destas lutas e da greve de 2011 na UNIR pode ser encontrado em: SOUZA, Marilsa Miranda de; MARTINS, Márcio Marinho. A greve de 2011 da Universidade Federal de Rondônia: Balanços e perspectivas. **Universidade e Sociedade**. Brasília, v. XXII, p. 12-19, 2013.

<sup>72</sup> Esta histórica greve durou mais de 77 dias, sendo que destes, 56 dias de ocupação estudantil do prédio da reitoria que foi totalmente fechado. A radicalização do movimento estudantil, fruto de sua direção consequente, rompia na prática com a posição hegemônica de correntes que foram a base de sustentação dos governos petistas e suas “mobilizações” despolitizadas e “carnavalescas”. Rompia também com a prática de greves de pijamas e “ocupações” pseudo-radicais, muito usual até os dias de hoje. Sobre a combatividade desta luta ver matéria disponível em: <https://anovademocracia.com.br/ro-estudantes-saudam-os-10-anos-da-vitoriosa-greve-da-unir-confira-a-programacao/>. Acesso em 23 de nov. 2023.

do país, que é de 35,80%. Em termos regionais, apenas o Acre superava Rondônia (Leite Neto, 1993, p. 80).

Com rápido crescimento populacional, predominavam “as habilitações clássicas de Contabilidade, Magistério e Secretariado” e a habilitação de professores era matéria não resolvida em Rondônia, uma vez que ainda, em 1983, “de um total de 22.010 (vinte e dois mil e dez) professores em exercício na escola de 1º grau urbana”, apenas “52,90% são considerados habilitados” (Leite Neto, 1993, p. 97-98). Com a criação da UNIR em 1982, suas atividades se concentravam em Porto Velho, e apenas em 1988, iniciará o processo de interiorização com uma estrutura multicampi.

Na década de 1980, o cenário de Instituições de Ensino Superior em Rondônia é quase que inalterado, uma vez que a UNIR, a única Universidade Pública – em que pese seu processo de implantação<sup>73</sup> de seus *campi* – era praticamente a única Instituição de Ensino Superior existente. É apenas na segunda metade desta década que terão autorização de funcionamento outras IES privadas. Contudo, não encontramos nenhum trabalho de pesquisa sobre este período, com apenas poucas referências esparsas sobre uma outra instituição que tentava se instalar no Estado. Hugo (1998, p. 94-95), faz referências à 06 IES privadas – sem mencionar períodos ou datas de credenciamento e autorização de funcionamento – que iniciaram seus trabalhos em Rondônia. Houve, portanto, a necessidade de realizar pesquisa com base em dados disponibilizados na plataforma E-Mec, publicações de Decretos de autorização publicados no Diário Oficial da União, publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e consulta às publicações do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com base na pesquisa realizada temos o seguinte quadro:

**Quadro 1. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 1980 - 1990**

Nome da IES	Município	Ato Regulatório
UNIR – Universidade Federal de Rondônia	Porto Velho	Credenciamento: Lei Federal Nº 7.011 de <b>08 de julho de 1982</b> .
UNESC – Faculdade de Educação de Cacoal	Cacoal	Credenciamento: Decreto Nº: 94.703 de <b>28 de julho de 1987</b> .

<sup>73</sup> Segundo consta no histórico da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), “Inicialmente funcionando no centro de Porto Velho, na Avenida Presidente Dutra, em fevereiro de 1988 as atividades acadêmicas passam a ser realizada no atual campus central da UNIR, na BR-364, também em Porto Velho”. A “interiorização da UNIR” teve *campi* instalados nas cidades de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena em 1988 e posteriormente em Ariquemes (2007) e Presidente Médici (2009). Disponível in: <https://www.unir.br/pagina/exibir/77>. Acesso em 10 de jun. 2023. Com a exceção do campus de Ji-Paraná e Ariquemes, os demais campi foram instalados fora da área urbana, seguindo a lógica da estrutura de campi longe de centro, muito embora já criados na chamada transição democrática, seguiu a mesma linha do regime militar brasileiro de colocar a universidade pública distante dos centros, do povo. Enquanto egresso da UNIR acompanhei o problema recorrente, permanente e ainda atual, a dificuldade dos estudantes de chegarem ao campus José Ribeiro Filho em Porto Velho, localizado a 12 km de distância da zona urbana.

<b>FARO</b> – Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia	Porto Velho	Credenciamento: Decreto N° 96.577 de <b>24 de agosto de 1988.</b>
<b>CEULJI/ULBRA</b> – Faculdade Jiparanaense de Educação	Ji-Paraná	Credenciamento: Decreto N° 97.430 de <b>05 de janeiro de 1989.</b>
<b>AVEC</b> – Associação Vilhenense de Educação e Cultura	Vilhena	Credenciamento: Decreto N° 97.648 de <b>12 de abril de 1989.</b>
<b>FIAR</b> – Faculdades Integradas de Ariquemes	Ariquemes	Credenciamento: Decreto N° 99029 de <b>05 de março de 1990.</b>

Fonte: Sistema E-MEC

Org: o autor.

Este primeiro momento de expansão de IES privadas em Rondônia tem em sua maioria os municípios de maior densidade demográfica, e ao mesmo tempo, a oferta de cursos serão na área de formação de docentes. O Decreto nº 94.703, de 28 de julho de 1987, por exemplo, que autoriza o credenciamento da Faculdade de Educação de Cacoal (atual UNESC – Ser Educacional), prevê o funcionamento do curso de “Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e em Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus”.

Contudo, em termos de número de matrículas, estas IES no período de 1985-1990, em que pese sua expansão, ainda não superarão o número de matrículas da Universidade Pública. Contudo, já é visível a tendência de crescimento de matrículas que salta de 11% em 1988 para 37% em 1990, conforme tabela abaixo.

**Tabela 4. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1985/1990**

	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	847	100%	1.285	100%	1.289	100%	1.492	100%	2.743	100%	3.264	100%
Pública	847	100%	1.285	100%	1.289	100%	1.332	89%	2.191	80%	2.044	63%
Privada	-	0%	-	0%	-	0%	160	11%	552	20%	1.220	37%

Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação

Org: o autor

Em Rondônia, a criação e funcionamento das primeiras IES privadas, em sua maioria, contaram com as benesses de entes públicos, não apenas nos dispositivos legais e políticas nacionais, mas também por incentivo do poder público local. Dentre as primeiras IES, duas são resultado de expansão de outras regiões: 1) A faculdade Jiparanaense de Educação que era uma unidade criada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), com sede em Canoas/RS e 2) a Associação Vilhenense de Educação e Cultura (AVEC), pertencente ao grupo Rede Gonzaga de Ensino Superior – REGES, que tinha como proprietário o senhor José

Gonzaga da Silva Neto<sup>74</sup>, que até 2021 era dono de 05 faculdades instaladas no interior do Estado de São Paulo e 01 no município de Realeza/PR.

A inicialmente denominada Faculdade de Educação de Cacoal – FEC (hoje UNESC) tinha como mantenedora a Associação Educacional de Cacoal e foi criada pelo senhor Juarez Américo do Prado<sup>75</sup>. Quando fora homenageado pela Assembleia Legislativa de Rondônia em 2014, Juarez Prado, traçando um histórico de seu empreendimento, diz ter vindo à Rondônia a convite do Juiz Sulaiman Miguel Neto<sup>76</sup>, para montar a faculdade. Afirmou que, ao se “aposentar como delegado de Ensino de São Paulo”, e chegar em Cacoal, teve o apoio do Prefeito Josino Brito, que “nos deu um barracão” onde “havia funcionado o INCRA” e “já estava com uma outra construção” para então, “iniciarmos uma faculdade”. Ainda em seu discurso, Juarez Prado enalteceu o presidente General Costa e Silva, o à época ministro de Estado da Educação Tarso Dutra, que a partir de 1968 contribuíram para “a valorização do curso superior das instituições e muitas e muitas Faculdades e Universidades surgiram” (ALE-RO, 2014, p. 2.016).

A segunda faculdade privada que teve autorização de funcionamento em 1988, foi a Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia (FARO), que se instalou em Porto Velho e tinha como proprietário o então senador Odacir Soares (Ex-ARENA, PDS e à época no PFL). Pelos Decretos Nº 96.577 e Nº 96.578, datados de 24 de agosto de 1988, tem autorizado o funcionamento, respectivamente, dos cursos de Contabilidade e Direito. Conforme

---

<sup>74</sup> José Gonzaga da Silva Neto ainda tentou uma expansão de seus negócios em Rondônia, criando a Faculdade de Educação de Colorado do Oeste (FAEC) em 2008 no município de Colorado do Oeste. José Gonzaga da Silva Neto, foi réu na “operação Porto Seguro”, onde 24 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal de São Paulo, por esquema que favorecia particulares perante Administração Pública. Uma das denunciadas na operação era Rosemary Noronha, que fora chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, durante os governos Lula e Dilma. Sobre as denúncias, ver em: [https://www.mpf.mp.br/sp/migracao/sala-de-imprensa-unidadeprsp/noticias\\_prsp/14-10-13-2013-operacao-porto-seguro-2013-mpf-pede-desmembramento-de-denuncia-sobre-esquema-que-favorecia-particulares-perante-administracao-publica](https://www.mpf.mp.br/sp/migracao/sala-de-imprensa-unidadeprsp/noticias_prsp/14-10-13-2013-operacao-porto-seguro-2013-mpf-pede-desmembramento-de-denuncia-sobre-esquema-que-favorecia-particulares-perante-administracao-publica). Acesso em: 21 de jan. 2023.

<sup>75</sup> Segundo consta em cerimônia que o homenageou com o Título Honorífico de Cidadão do estado de Rondônia, Juarez Prado fora “professor normalista, Pedagogo, Administrador de Empresas e Bacharel em Direito. Aposentou-se como Delegado de Ensino em São Paulo, fundou e instalou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Ministro Tarso Dutra em Dracena no ano de 1968”; foi “vereador por dois mandatos em Dracena, São Paulo” [na verdade consta nos arquivos da câmara daquele município que fora suplente na 5ª e 6ª legislatura daquele município] e “mudou-se para Rondônia em 1984”. A solenidade foi presidida pelo deputado estadual Ribamar Araújo (PT) e prestigiada por inúmeros membros de Lojas Maçônicas. Além da UNESC, Juarez Prado também expandiu seus negócios ao fundar posteriormente em Porto Velho a “Faculdade de Educação de Porto Velho – UNIPEC e a Faculdade Interamericana de Porto Velho – UNIRON. Em Jaru fundou a Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO e em Ji-Paraná a Faculdade Panamericana de Ji-Paraná – UNIJIPA” (ALE-RO, 1994, p. 2015). Juarez Prado faleceu em 06 de janeiro de 2021, na cidade de Dracena-SP, vítima de Covid-19.

<sup>76</sup> Atualmente é Desembargador do TJ-SP. Outros dois irmãos de Suleiman, são desembargadores do TJ-RO: Alexandre Miguel e Raduan Miguel Filho, este último atual presidente do Tribunal. A família é da região denominada Nova Alta Paulista, região onde residia Juarez Prado.

registro em solenidade promovida pela Assembleia Legislativa de Rondônia em 2006, foi entregue à Faculdade uma moção de louvor. As aulas foram ministradas, inicialmente, em um espaço da paróquia São Cristóvão, centro da capital e, posteriormente, nas escolas municipais Antônio Ferreira da Silva e Maria Izaura da Costa Cruz, ambas na região central de Porto Velho. A FARO funcionou nos primeiros anos sem biblioteca e com alunos vivendo “sob tensão” sob a expectativa de vir uma supervisão do MEC que poderia fechá-la (ALE-RO, 2006, p. 535). Naturalmente, que a influência política de seu proprietário, garantiram que isso não ocorresse.

A FARO tinha como mantenedora a Associação de Ensino Superior da Amazônia – AESA, que atualmente tem como nome “SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA Ltda” e continua com CNPJ ativo e com o endereço no mesmo local da faculdade. Inicialmente de propriedade do Senador Odacir Soares, a FARO foi vendida em 1998 aos empresários Pedro Daltro Gusmão da Silva e Gervasio Meneses de Oliveira<sup>77</sup>, donos da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) da Bahia, vinculados ao falecido Senador Antônio Carlos Magalhães. A partir de 2008, a Instituição é supostamente “adquirida” pelo advogado Neórico Alves Brasil Serafim de Souza que, através da Mantenedora “Instituto João Neórico” assume aquela IES.

O caso da FARO é bem emblemático quando o assunto é a busca por informações de seus proprietários e mantenedoras, uma vez que são poucas referências a respeito e poucos documentos disponibilizados, o que necessariamente não é um caso isolado, uma vez que várias dessas IES em dado momento tiveram algum nível de favorecimento ilícito, tráfico de influência ou mesmo sonegação de informações para aumentar sua lucratividade. Isto torna o trabalho de pesquisa ainda mais difícil, uma vez que a “história oficial” dessas IES, apresentadas em seus documentos e canais de comunicação omitem esse “lado oculto”.

Buscando identificar qual grupo era, de fato, proprietário da FARO, encontramos Decisão de Processo de penhora de bens<sup>78</sup> do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

---

<sup>77</sup> Segundo o Jornal Extra, o empresário que também foi “comprador de um apartamento do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) no Rio”, em 2020, “já foi acusado, em processos diferentes, de corrupção ativa, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e de fraudes em licitações”. Ainda segundo o Jornal, em “um dos processos a que responde na Justiça, Gervásio é acusado de ter pago propina a uma desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para obter uma decisão que suspendesse o pagamento das parcelas do passivo trabalhista Da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)” e o valor “das dívidas da FTC somava mais de R\$ 96 milhões.” Ele também foi acusado em 2010 “de fazer parte de um esquema de fraudes em licitações de serviços de segurança e limpeza na Bahia. A denúncia contra ele foi feita após a Operação Jaleco Branco, da Polícia Federal. As investigações da PF, iniciadas em 2005, apontaram que o esquema, envolvendo empresários do setor de serviços, acontecia há mais de uma década em licitações federais, estaduais e municipais; o prejuízo aos cofres públicos, estipulado pela corporação na época, foi de R\$ 625 milhões”. A matéria completa pode ser encontrada em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/empresario-que-comprou-apartamento-de-flavio-bolsonaro-no-rio-ja-respondeu-por-corrupcao-lavagem-fraude-25048384.html>. Acesso em 26 de jan. 2023.

<sup>78</sup> A decisão do TRT - 5ª Região refere-se ao Processo nº 0051000-59.2009.5.05.0034 RT - Processo principal do procedimento de penhora unificada do Grupo FTC e pode ser acessado em:

contra os empresários Pedro Dalto Gusmão da Silva e Gervasio Meneses de Oliveira, donos do Grupo FTC. Analisando a referida decisão, observa-se que “as empresas mantenedoras da Faculdade de Tecnologia e Ciências encabeçam o ranking dos maiores devedores trabalhistas no Estado da Bahia” e, conforme despacho, é uma “autêntica rede de proteção patrimonial, travestida de legalidade, mas em cujo cerne há autêntica fraude contra credores ou fraude à execução, da qual participam sócios, seus familiares, empresas patrimoniais e terceiros comumente identificados como ‘laranjas’”(Brasil, 2014, p. 02 e 03). Dentro dessas empresas laranjas estão as mantenedoras da FARO, conforme é descrita de forma minuciosa:

Nas declarações de imposto de renda de Pedro Dalto Gusmão da Silva e Gervásio Meneses Oliveira consta participação societária na ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA (AESA), sendo do primeiro sócio 20% das quotas e do segundo 80%. Pesquisa na internet dá conta de que a FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DE RONDÔNIA (FARO), entidade mantida pelo Instituto João Neórico, funciona no mesmo endereço.

Curioso é notar que no SERPRO não há qualquer indicação do nome dos sócios Gervásio Meneses de Oliveira e Pedro Dalto Gusmão da Silva. No contrato social a que tivemos acesso após prestativo auxílio prestado pelo Juízo de Cooperação do TRT 14 constatamos que desde 2006 figuram como sócios Sebastião Pinto e Neórico Alves de Souza. No endereço eletrônico <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/sebastiao-pinto-assume-controleacionarioe-agora-e-proprietario-da-faro/16036#.VCkCRIfJmo> consta matéria com o seguinte título: *Sebastião Pinto assume controle acionário e agora é proprietário da FARO*. Dentre os fatos noticiados recortamos o seguinte: *Sebastião Pinto, é natural de Porto Velho, graduado em Direito, Economia e Administração de Empresas. [...] Na área profissional, Sebastião foi gerente em várias empresas privadas, diretor administrativo e financeiro do Ministério Público, Chefe de Departamento e Diretor do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Rondônia. Em 2000 com a venda da FARO para um mega empresário baiano, foi escolhido para Diretoria Geral cargo que exerceu com serenidade, dedicação e muita competência levando a Faculdade a se consolidar como uma referência em educação superior em Rondônia.*

Mais adiante segue a reportagem: *“O Professor Sebastião Pinto assume o controle acionário da FARO. Após quinze dias de negociações em Salvador foi selado o negócio que transfere a Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia ao seu atual Diretor Geral que agora passa a ser o proprietário da Instituição. Os termos do negócio não foram revelados, Sebastião disse apenas que a transferência de participações em empreendimentos que detinha na Bahia foi a base das negociações que permitiu a aquisição da FARO. Acrescentou que o importante é que ‘a FARO, que já é uma Instituição do povo de Rondônia passa agora a ser uma Faculdade de um filho de Rondônia e dirigida por um filho de Rondônia para servir os filhos de Rondônia’”. Rondônia, 29 de setembro de 2014’*. (p. 56-57)

Como se explica que alguém que já consta como sócio de 50% das cotas da AESA/FARO comemore a compra de suas próprias cotas, anos depois? Se o próprio Gervásio Meneses de Oliveira declarou no imposto de renda que era sócio da AESA, o empresário baiano em questão, certamente, é ele. AESA/FARO integra o mesmo complexo econômico. Não se perca de vista que o mantenedor da FARO é o Instituto João Neórico. Até mesmo a estrutura criada imita a triangulação FTC, SOMESB, IMES – AESA, FARO, INSTITUTO JOÃO NEÓRICO.

Curioso é notar que no SERPRO não há qualquer indicação do nome dos sócios Gervásio Meneses de Oliveira e Pedro Dalto Gusmão da Silva. Só consta o nome dos

presidentes e diretores atuais e anteriores, a exemplo de Neórico Alves de Souza, Sebastião Pinto, respectivamente presidente e diretor atuais, além dos anteriores Maria Aparecida Pereira Brasil, Solange Maria Soares Mota, Suzy Mara Aidar Pereira, Joel Bombardelli e Hamilton Pinto Sobrinho. (Brasil, 2014, p. 56-58, sublinhado nosso).

A decisão do TRT, ainda é enfática, ao considerar que não se trata de empresas “sem atividade econômica, sem lucratividade, porque as unidades da FTC estão em pleno funcionamento” e, portanto, “não honram os compromissos financeiros porque não querem!”. Por integrarem o Grupo Econômico FTC, foram incluídos no polo passivo da ação a “AESA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA - CNPJ de nº 04.098.638/0001-68 e o INSTITUTO JOÃO NEÓRICO – (FARO) FACULDADE DE RONDÔNIA CNPJ: 08.155.411/0001-68 (MATRIZ)”. (Brasil, 2014, p. 04, 62, 126 e 128).

Em 05 de janeiro de 2021, a Portaria Nº 1 da SESu/MEC indeferiu a participação de diversas mantenedoras no processo seletivo do PROUNI referente ao primeiro semestre de 2021 e instaurou Processo Administrativo para apurar eventual descumprimento das normas estabelecidas na legislação do Prouni. Entre as penalizadas constava o Instituto João Neórico, mantenedora da FARO. Em 04 de agosto de 2022, por meio de comunicado, a FARO informou que estava encerrando suas atividades acadêmicas.

A Associação Vilhenense de Educação e Cultura (AVEC) foi credenciada pelo Decreto Nº 97.648 de 12 de abril de 1989. Conforme consta no e-Mec, a AVEC tinha autorização de funcionamento dos cursos superiores de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia e Redes de Computadores, sendo que estes últimos foram extintos. Em dezembro de 2021, a Rede Gonzaga de Ensino Superior (REGES), de propriedade de José Gonzaga da Silva Neto, fez a transferência de manutenção para o Sicoob Credisul/Cooperativa Educacional de Vilhena (Coopevi). Em novembro de 2022 ocorreu a alteração da denominação da AVEC para “Faculdade Favoo coop”. A atuação da Sicoob Credisul/Coopevi<sup>79</sup> no segmento educacional já ocorria na oferta da educação básica e passou, com a aquisição, a atuar na educação superior.

A Faculdade Integrada de Ariquemes (FIAR) foi credenciada pelo Decreto Nº 99.029 de 05 de março de 1990, iniciando suas atividades com a oferta de vagas nos cursos Ciências e Pedagogia, e seu proprietário e fundador, Miguel Requena Filho, contou com a “ajuda política” no setor público, iniciando as aulas “no ano de 1990, no prédio da Escola Municipal Migrantes (cedido pela Prefeitura Municipal)” em “período noturno”, prestando

---

<sup>79</sup> A Sicoob anunciou que a aquisição da AVEC criou a “primeira faculdade cooperativista da Região Norte”, conforme publicação disponível em sua página: [https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredissul/noticias/-/asset\\_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/97246037](https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredissul/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/97246037). Acesso em 25 de nov. 2023.

“seus serviços educacionais naquela escola até o ano de 2001, quando se mudou para o prédio próprio [...]. (Utzig, 2012, p. 91).

A “ajuda” da prefeitura de Ariquemes, para que a faculdade privada FIAR funcionasse por 11 anos em uma escola pública não desonerava seus alunos, uma vez que a “mensalidade era um pouco menos de meio salário-mínimo (0,4715 de um salário)” e, em inúmeros casos, o pagamento de mensalidades, ocorria via prefeitura – como a Prefeitura de Machadinho D’Oeste, um município vizinho – que efetivou pagamentos por meio de recibo, sem qualquer outro documento que atestasse eventual convênio entre aquela prefeitura e a faculdade. A FIAR, ainda, recebeu de doação da prefeitura um terreno para construir sua sede própria (Martins *et al*; 2023, p. 09).

Apesar da “ajuda” pública, a partir do ano de 2003 a FIAR passou por “uma forte crise financeira”, seguindo o “caminho mais seguro e natural” de trocar “a mantenedora”, “gestores financeiros” e “uma gestão mais ‘profissional’”, objetivou uma expansão de cursos (Utzig, 2012, p. 92). Conforme consta no e-Mec, a mantenedora da FIAR é o “CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARIQUEMES (CESUAR)”, inscrita no CNPJ: 14.605.984/0001-49, possui Natureza Jurídica de “Associação Privada” e figura como representante legal o Sr. Flavio Alexandre Motta<sup>80</sup>. Uma busca pelo CNPJ, contudo, aponta que são sócios da CESUAR a Sr.<sup>a</sup> Ana Beatriz de Assis Pacheco Andrade e o Sr. Nildo Roberto de Andrade<sup>81</sup>.

A FIAR a partir de 2013 entrou em crise financeira. O suposto “profissionalismo” dos novos gestores da FIAR ou “Nova FIAR” foram alvos de inúmeras denúncias relacionadas a atraso de pagamentos de funcionários, fornecedores e não entrega de diplomas<sup>82</sup>. A situação jurídica da FIAR é semelhante à da FARO. A cada momento novas personagens surgem, o que dificulta nossa melhor compreensão. O Grupo Vanguard tem seu CNPJ baixado e seus sócios

---

<sup>80</sup> O sr. Flavio Alexandre Motta, tido como representante legal da mantenedora da FIAR é réu em AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com pedido de tutela de urgência, movida pelo Ministério Público Federal (MPF). A ação que tem como base o Inquérito Civil nº 1.29.010.000048/2018-62, que identificou oferta irregular de cursos superiores e um “esquema fraudulento que atua em todo o território brasileiro”. A íntegra da Inicial movida pelo MPF pode ser encontrada em: [https://www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/acp/santo-angelo/mpf-ajuiza-acao-contra-faculdade-santo-augusto-por-oferta-e-diplomacao-irregular/at\\_download/file](https://www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/acp/santo-angelo/mpf-ajuiza-acao-contra-faculdade-santo-augusto-por-oferta-e-diplomacao-irregular/at_download/file). Acesso em 21 de jul. 2023.

<sup>81</sup> O Sr. Nildo Roberto de Andrade é réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por estelionato, conforme consta in: [https://sistemas.trf1.jus.br/edj/bitstream/handle/123/261802/Caderno\\_JUD\\_MG\\_2017-08-18\\_IX\\_151.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://sistemas.trf1.jus.br/edj/bitstream/handle/123/261802/Caderno_JUD_MG_2017-08-18_IX_151.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 20 de jul de 2023. Nildo também é citado em matéria que denuncia venda de diplomas falsos da faculdade FIFASUL: Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/fifasul-e-processada-por-venda-de-diploma-desde-2003-02-21-2008>. Acesso em 20 jul. 2023.

<sup>82</sup> Em 28 de agosto de 2015, uma audiência pública da Assembleia Legislativa do estado de Rondônia debateu a situação jurídica e acadêmica da FIAR. Na ata é possível identificar que a FIAR foi adquirida pelo grupo Educacional Vanguard, que tem sede em Brasília/DF. A transcrição da ata pode ser encontrada em: [https://transparencia.al.ro.leg.br/media/arquivos\\_diario/Edicao\\_nr\\_164\\_de\\_01-10-2015.pdf](https://transparencia.al.ro.leg.br/media/arquivos_diario/Edicao_nr_164_de_01-10-2015.pdf). Acesso em 20 de julho de 2023.

e responsáveis legais enfrentam inúmeras ações judiciais por emissão de diplomas irregulares em várias Unidades da Federação<sup>83</sup> e também outras IES mantidas foram descredenciadas por medida de supervisão.

No ano de 2019, consta no e-Mec a alteração de denominação da FIAR para “Faculdades Integradas de Ariquemes - NOVA FIAR”, por meio da “Portaria 010/2019” assinada pelo sr. Aparecido Vinícius Anacleto Quadros<sup>84</sup>, Diretor Geral da Faculdade. Diante de inúmeras irregularidades, a Portaria nº 532, de 15 de março de 2022 da SERES/MEC, descredenciou a “NOVA FIAR” mantida pelo Centro de Ensino Superior de Ariquemes.

Segundo Alves (2009, p. 45), a instalação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Ji-Paraná ocorreu inicialmente a partir da construção de uma escola em 1984, com a doação de uma área de 52.250m<sup>2</sup> por um empresário local, “onde seria oferecido o ensino fundamental e médio”, a construção da estrutura física foi financiada em 50% “pela *Evangelische Zentralstelle*, da Alemanha” e o restante “arrecadado pela Igreja Evangélica Luterana (IELB) e pela comunidade Evangélica Luterana São Paulo, de Canoas” e, a partir disso, em 1986, foi criada a Associação Jiparanaense de Educação e Cultura (AJEC), primeira mantenedora da futura faculdade.

Em julho de 1986, teve início a Associação Jiparanaense de Educação e Cultura (AJEC). Mais tarde, passou a ser chamada de Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná (ILES/ULBRA). Entretanto, hoje, possui a nomenclatura de Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI/ULBRA). A ULBRA de Ji-Paraná foi autorizada para funcionamento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1989.

Quando de seu início, as Faculdades Jiparanaenses possuíam os cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia. Em março de 1990, houve a transferência de mantenedora, da Associação Jiparanaense de Educação e Cultura (AJEC) para a Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo (CELSP) e esses cursos passaram a integrar o elenco da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). (Alves, 2009, p. 45).

<sup>83</sup> Uma ação Civil Pública Cível, movida pelo Ministério Público Federal, na 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Araguaína-TO, tem como réus FUNEB e Grupo Vanguard por oferta ilegal de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado profissional). A petição inicial e outros documentos podem ser encontrados em: <https://www.mpf.mp.br/to/sala-de-imprensa/docs/FaculdadeBicodoPapagaio.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2023.

<sup>84</sup> Aparecido Vinícius Anacleto Quadros também é identificado como “Diretor Geral” da Faculdade do Vale (FAV), com sede no município de Redenção, no estado do Pará e que consta como empresa do “Grupo Quadros”. Conforme consta no e-Mec a referida faculdade foi descredenciada por inúmeras irregularidades constantes no PARECER CNE/CES Nº: 250/2023 aprovado em 15/03/2023, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2023-pdf/249211-pces250-23/file>. Acesso em 21 de jul de 2023. Contudo, ainda em Ariquemes, está em pleno funcionamento um “polo” da FAV na mesma quadra e a poucos metros em que se localiza a “Nova FIAR”, na qual Aparecido Vinícius Anacleto Quadros, também é “Diretor Geral”. Ainda sobre possíveis irregularidades, o Conselho Estadual de Educação – CEE/RO, publicou a Portaria n. 012/21- CEE/RO, de 31 de agosto de 2021 nomeando comissão para apurar in loco, “suspeitas de irregularidades para a oferta do Curso Técnico em Enfermagem” ofertadas pela “Faculdades Integradas de Ariquemes – FIAR” e “Grupo Educacional Quadros” em Ariquemes, objeto do “Processo n. 020/20-CEE/RO”. Disponível in: <https://diof.ro.gov.br/data/uploads/2021/09/doe-01-09-2021.pdf>. Acesso em 21 de jul de 2023.

A ULBRA já na década de 1990 apresentava crise financeira que só se ampliou nas décadas posteriores. Escândalos de corrupção, denúncias de sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e dívidas trabalhistas tornaram-se públicas<sup>85</sup> ao longo dos anos e se arrastam até 2023. Em 2022, a Aelbra, mantenedora da ULBRA foi assumida pelo grupo “Rede Evolua de Educação”, que administra 10 unidades de educação básica, 12 de ensino superior e polos de EAD em 19 estados nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, mas que não conseguiu sanar a grave crise financeira e o passivo trabalhista<sup>86</sup>. Em 2018, as unidades da ULBRA em Ji-Paraná e Porto Velho foram leiloadas para pagar dívidas trabalhistas. Inicialmente anunciado que fora adquirida via leilão pelo grupo *Glory Top* de Hong Kong, mas teria desistido das unidades de Rondônia, que foram adquiridas no mesmo ano pelo Centro Universitário São Lucas<sup>87</sup> de Porto Velho (Faculdade São Lucas) pela quantia de R\$115 milhões e 552 mil.

O conjunto destas primeiras IES privadas descritas acima irá expandir sua oferta de cursos e matrículas ao longo das décadas seguintes. A FARO expandirá sua atuação com novos cursos, mas não buscará criar novas faculdades em outros municípios. A AVEC e a FIAR expandiram unidades para outros municípios, mas posteriormente suas novas faculdades foram extintas. A UNESC expandiu sua atuação criando a UNIPEC (1995) e UNIRON (2001), em Porto Velho; UNICENTRO (2001), em Jaru e UNIJIPA (2007) em Ji-Paraná. Por fim, se instala em Vilhena em 2009, como UNESC-Vilhena e em 2012 cria outra IES em Porto Velho com a denominação UNESC-Porto Velho.

### **5.3. O Ensino Superior em Rondônia e o avanço da privatização**

A pesquisa que realizamos buscou identificar dois movimentos: o de expansão da rede privada em Rondônia e o aumento proporcional de número de matrículas que acompanharam esse movimento. O período correspondente aos anos de 1991-2000, tem-se a autorização de credenciamento de 06 novas IES privadas. Ao analisarmos os documentos de cada uma delas que tivemos acesso, pudemos identificar que eram instituições isoladas, com uma característica de negócio “familiar”. Algumas destas, no período posterior, irão fazer parte

---

<sup>85</sup> Uma linha do tempo relacionada a crise financeira desta IES, além de outras matérias estão disponíveis em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2019/05/linha-do-tempo-a-crise-que-levou-a-ulbra-a-pedir-recuperacao-judicial-cjve43nqs01oc01mao7viw57f.html>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>86</sup> Sobre a situação atual da Ulbra, ver matéria disponível em: <https://www.osul.com.br/procuradoria-da-fazenda-nacional-denuncia-fraudes-lesao-aos-credores-e-ao-fisco-na-polemica-recuperacao-judicial-da-ulbra/>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2018/10/justica-homologa-venda-de-instituicoes-da-aelbra-em-rondonia/>. Acesso em 25 de nov. 2023.

de um segundo momento de expansão da rede privada, uma vez que os donos e empresas mantenedoras irão criar outras IES em outros municípios.

**Quadro 2. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 1991 - 2000**

<b>Nome da IES</b>	<b>Município</b>	<b>Ato Regulatório</b>
Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia - <b>FATEC</b> (atual UNIRIO)	Porto Velho	Credenciamento: Decreto S/N de <b>19 de dezembro de 1994</b> .
<b>Faculdade de Educação – UNIPEC</b>	Porto Velho	Credenciamento: Decreto S/N de <b>08 de dezembro de 1995</b> .
Faculdades Integradas Maria Coelho Aguiar - <b>FIMCA</b>	Porto Velho	Credenciamento: Portaria N° 2.066 de <b>31 de outubro de 1997</b> .
Faculdade de Educação de Colorado do Oeste – <b>FAEC*</b>	Colorado do Oeste	Credenciamento: Portaria N° 227 de <b>06 de março de 1998</b>
Faculdade São Lucas - <b>FSL</b>	Porto Velho	Credenciamento: Portaria N° 1.714 de <b>03 de dezembro de 1999</b>
Faculdade de Pimenta Bueno – <b>FAP</b>	Pimenta Bueno	Credenciamento: Portaria N° 1664 de <b>29 de novembro de 1999</b> .
Faculdades Associadas de Ariquemes – <b>FAAR</b>	Ariquemes	Credenciamento: Portaria N° 928 de <b>29 de junho de 2000</b> .

**Fonte:** Sistema E-MEC

**Org:** o autor.

\* Esta IES foi extinta em 2018.

No período compreendido entre 1991 e 1996 não se identifica um aumento significativo percentual em termos de matrículas em cursos de graduação das IES privadas, com uma variação em termos percentuais que vão de 41% em 1991 a 45% em 1996. É importante se observar, conforme constante no quadro abaixo, há uma expansão no número de matrículas tanto na rede privada quando na Universidade pública, razão que em termos estatísticos não se observa grandes alterações. De fato, até 1996 apenas duas IES são credenciadas: a FATEC em 1994 e a Faculdade de Educação – UNIPEC.

A Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia (FATEC) foi fundada pelo ex-delegado da polícia federal e juiz aposentado Marco Antônio de Faria<sup>88</sup>. Mesmo sendo a segunda IES privada a se instalar em Porto Velho, há poucos registros históricos sobre seu funcionamento, para além dos dados disponibilizados no Sistema e-Mec e poucas informações esparsas colhidas a partir da imprensa virtual local. Esta IES oficialmente ainda está em funcionamento, agora com a denominação de “UNIRIO” e sua mantenedora atual, o Centro Universitário Rio Madeira - CEURMA Eireli, com o CNPJ: 31.484.341/0001-03 e representante legal a senhora Barbara da Silva Gusmão.

<sup>88</sup> Foi delegado da Polícia Federal no então Território Federal de Rondônia e, com a criação do estado em 1982, ingressou na primeira turma de magistrados do Poder Judiciário do estado de Rondônia, foi o quinto presidente da Associação dos Magistrados do estado de Rondônia (AMERON). Se aposentou em 1993 no cargo de Juiz de Direito de 3ª Entrância da Magistratura do estado de Rondônia e durante o primeiro mandato do Governador Confúcio Moura (2011-2014) tornou-se secretário chefe da Casa Civil do estado de Rondônia.

Não há como se referir à FATEC-RO sem relacioná-la à figura do seu fundador, influente pelo seu *status* social e suas relações enquanto magistrado, maçom e “pioneiro” no Estado, que renderam a ele, inclusive, as homenagens<sup>89</sup> de “Medalha do Mérito Marechal Rondon”, alta comenda oferecida pelo Governo do Estado em 2015 e a de “cidadão honorário” de Porto Velho no ano de 2021. Contudo, pouco se menciona em relação ao escândalo que envolveu a FATEC-RO – quando Marco Antônio de Faria era Secretário Chefe da Casa Civil no primeiro mandato do Governador Confúcio Moura – que alugou ao governo do Estado parte da faculdade para abrigar salas de aulas para atender “provisoriamente” alunos de uma escola que estava em reforma, bem como outros contratos que se sucederam. À época, a representante legal da empresa era Maria de Lourdes Wascheck de Faria, esposa de Marco Antônio e, rendeu, segundo denúncias<sup>90</sup>, R\$1,3 milhão de reais, apenas nos contratos de aluguel para abrigar a escola estadual.

Nos chamou atenção ainda, na análise de documentos, que esta IES utilizou de forma simultânea dois CNPJ: ASSOCIAÇÃO RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR – ARES – CNPJ 34.737.163/0001-73 (criado em 03 de novembro de 1989) e ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS REUNIDAS RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR – CNPJ 63.623.490/0001-00 (criado 11 de junho de 1991), este último utilizado para celebrar contratos de locação de sua estrutura com diversos órgãos do Governo de Rondônia e também junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO<sup>91</sup>, para abrigar a reitoria no ano de 2011. Pelo levantamento que realizamos este CNPJ esteve ativo até 12 de setembro de 2018.

No ano de 2020, a FATEC é representada por Francisco Josivan Ferro Ferreira em processo de transferência de manutenção por meio de “Termo de responsabilidade”<sup>92</sup> cadastrado no e-Mec, onde figura como nova Mantenedora adquirente a Unidade de Serviço de Ensino

---

<sup>89</sup> O registro das homenagens pode ser encontrado na página oficial do Governo de Rondônia e no Site da Associação dos Magistrados de Rondônia: <https://rondonia.ro.gov.br/com-medalha-do-merito-marechal-rondon-governo-homenageia-desbravadores-de-rondonia/> e <https://ameron.org.br/%E2%80%8Bmagistrados-rondonienses-sao-contemplados-com-o-titulo-cidadao-honorario-de-porto-velho/>

<sup>90</sup> A denúncia pode ser encontrada no site de notícias: <https://www.rondoniagora.com/geral/secretario-da-casa-civil-fatura-r-1-3-milhao-alugando-predio-para-educacao>, o Extrato do contrato pode ser encontrado em: [https://diof.ro.gov.br/doe/doe\\_13\\_12\\_11.pdf](https://diof.ro.gov.br/doe/doe_13_12_11.pdf).

<sup>91</sup> Disponível em: <https://compras.dados.gov.br/contratos/doc/contrato/1581485000022011>. Acesso em 21 jan. 2023.

<sup>92</sup> No termo de responsabilidade que transfere a manutenção da FATEC disponível no e-Mec consta apenas a primeira e a última página do documento. Ao final do documento, na cláusula sexta- do foro, Francisco Josivan (Cedente) e Bárbara Gusmão (Cessionária), atestam que “6.1. Fica eleito o foro da cidade de Crato-CE, **residência dos CEDENTES E CESSIONÁRIOS** para dirimir quaisquer situações referentes a ESTE termo de cessão”. Mais estranho ainda é que o sítio da IES está fora do ar ([www.unirio-edu.com.br](http://www.unirio-edu.com.br)) e o telefone cadastrado 69 999 693 888 tem eu seu perfil de WhatsApp a identificação: “CONSELHO NACIONAL DE PROFESSORES-CNP /CRP” e a frase “Pátria Amada BRASIL”.

Superior em Ciências da Saúde, Administração e Tecnologia EIRELI – UNIFATEC - CNPJ: 31484341/0001-03, representada por Bárbara da Silva Gusmão e no mesmo ano a IES é transferida de endereço, onde funciona uma escola privada de séries iniciais (Escola Cora Coralina). Em 10 de janeiro de 2021 tem sua denominação alterada de “FATEC” para “UNIRIO”. Mesmo não sendo mais representante legal, Francisco Josivan Ferro Ferreira, assina em documentos como “Presidente do Conselho Superior” e “Diretor Geral” desta IES e, além disso, conforme dados no e-Mec, é coordenador dos cursos de Bacharelado em Administração, Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Sistemas de Informação e de Tecnólogo em Sistema para Internet. Todas estas funções não são descritas na Plataforma Lattes, uma vez que Francisco Josivan Ferro Ferreira sequer tem currículo naquela plataforma. Em 06 de junho de 2023 nova alteração de denominação é feita para “Faculdade Abranges” e em 25 de julho de 2023 nova alteração para “Faculdade Uniabrange”. Por fim, em 20 de dezembro de 2023 é publicada no e-Mec a transferência de manutenção mediante um termo de responsabilidade em que consta como nova Mantenedora “INSTITUTO ABRANGE DE SERVICOS E ENSINO SUPERIOR LTDA” com CNPJ 19.002.937/0001-24<sup>93</sup> e representante legal Elídio Rodrigues Neto.

A Faculdade de Educação (UNIPEC) percorreu um longo caminho até seu credenciamento em 1995. Juarez Prado tentou criá-la ao mesmo tempo em que fundava sua faculdade em Cacoal, mas, segundo ele, não encontrou “receptividade” na capital rondoniense. Analisando o Relatório nº 171/97, da Coordenação Geral de Análise Técnica da SESu/MEC, é possível identificar os elementos impeditivos que o fizeram esperar autorização de funcionamento em Porto Velho. O processo original que tramitou no MEC é o de nº 23001.000916/86-26 e tinha como interessado o INSTITUTO PORTO VELHO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (IPEC), criado em 1986 e, que no mesmo ano, apresentou pedido para funcionamento do curso de Pedagogia com as habilitações em “Administração Escolar de 1º e 2º graus; Supervisão Escolar de 1º e 2º graus; Orientação Educacional; Inspeção Escolar de 1º e 2º graus e Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau” e em 05 de junho de 1987 a “Secretária Executiva do extinto Conselho Federal de Educação encaminhou ao Instituto algumas diligências, a serem cumpridas no prazo de 60 dias”, prorrogado até 11 de setembro do mesmo ano, por solicitação da interessada.

---

<sup>93</sup> Além de Elídio Rodrigues Neto a empresa também tem como sócia a sra. Fabrizia Mota Veiga. O “Instituto Abrange” tem como atividade principal “Educação superior - Graduação e pós-graduação” e como atividades econômicas secundárias “Serviços de prótese dentária”, “Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos”, “Atividade odontológica” entre outros. Informações disponíveis em: <https://intelligen.com.br/empresa/instituto-abrange-de-ensino-superior-instituto-abrange-de-servicos-e-ensino-superior-ltda-19002937000124>. Acesso em 26 de dez. 2023.

Evidencia-se ao ler o Parecer, que à época, o referido Instituto, tinha dificuldades em atender as exigências solicitadas. Mesmo assim, conforme o histórico relatado, o processo teve seu prosseguimento em 1988, uma vez que os mantenedores assumiram por meio de “carta-compromisso” a construção de um prédio em área de 7.743m<sup>2</sup> e um “desembolso inicial previsto de Cz\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados) para instalação do curso”. Sem atender a todas as exigências, novas diligências feitas pela Delegacia Regional do MEC (DEMEC/RO), constataam “não haver mais, por parte dos responsáveis pela Instituição, interesse na autorização de funcionamento do curso”. O Conselho Federal de Educação, então, solicita em 1992 manifestação formal da desistência de tramitação do processo. (Brasil, 1997, p. 02-03).  
Contudo,

A indagação do CFE recebeu como resposta o Ofício de 17/11/92, do Instituto Rondoniense de Educação e Cultura, ou seja, mantenedora diversa daquela que figura como interessada nos autos. A divergência quanto à mantenedora foi questionada pelo CFE mediante o Ofício n° 1.872 e somente se esclareceu em 1995, quando o Instituto Porto Velho de Educação e Cultura, após nova solicitação do CFE [...] manifestou àquele Colegiado seu interesse na continuidade da tramitação do processo.

Foi, então, designada Comissão Verificadora, mediante a Portaria SESu/MEC n° 361/95, que realizou os trabalhos no período de 17 a 22/12/95 e apresentou relatório conclusivo, favorável à autorização para funcionamento do curso pleiteado.

A Instituição encaminhou também os dados atualizados do corpo docente indicado para o primeiro ano do curso, em atendimento ao Ofício Circular n° 100/96-SESu/MEC.

Esta Secretaria, em fax datado de 4/10/96, solicitou indicação de professores para algumas disciplinas não contempladas no quadro de docentes e requereu o contrato de cessão de imóvel que até então havia sido firmado entre a Instituição e o SESI.

Em atendimento, a interessada enviou a informação relacionada aos docentes e, em documento posterior, requereu à DEMEC/RO que fosse efetuada a vistoria das instalações do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, uma vez que a Mantenedora havia celebrado contrato de locação com o diretor desse estabelecimento de ensino. A inspeção foi realizada e a DEMEC/RO, no Ofício n° 1.269, de 6/11/96, constatou a adequação da área para o objetivo específico do funcionamento do curso. Contudo, evidenciou a necessidade de se adotarem providências relacionadas à biblioteca e aos laboratórios. [...]

A DEMEC/RO, pelo Ofício n° 60, de 15 de janeiro de 1997, informou que o prédio onde funciona o Colégio Tiradentes é de propriedade do Governo do Estado de Rondônia, e que o contrato de comodato só poderia ser celebrado com a Procuradoria Geral do Estado. Também se verificou que o curso de Ciências, com habilitação em Biologia, decorridos 13 meses de sua autorização, ainda não está em funcionamento, acrescentando-se a isso o fato de não existirem espaços físicos adequados para instalação da biblioteca e dos laboratórios. (Brasil, 1997, p. 04-05).

A autorização de funcionamento do curso de Pedagogia só foi aprovada em 08 de julho de 1997, após a mantenedora informar que o curso seria instalado na escola privada “Colégio Visão”, que funcionava à época na rua Gonçalves Dias, n° 1066, bairro Olaria. Observa-se que o CFE fez “vistas grossas” ao que a instituição apresentava como atendimento das exigências no que se refere à qualificação do quadro docente, que apenas atendia “ao mínimo exigido pela Resolução CFE n° 20/77”, apostando no empenho da faculdade “em

implementar um plano de carreira que fomente o aperfeiçoamento” e que esta destinasse “recursos para financiar a qualificação dos docentes” (Brasil, 1997, p. 07). A UNIPEC foi o embrião para a instalação da UNIRON, criada posteriormente. A criação das IES privadas impactou pouco no número de matrículas no período compreendido entre 1991-1996, que variou em termos percentuais entre 41% e 45%, conforme tabela a seguir:

**Tabela 5. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1991/1996**

	1991		1992		1993		1994		1995		1996	
	Nº	%										
Total	4.381	100%	4.505	100%	4.571	100%	5.553	100%	5.506	100%	7.196	100%
Pública	2.586	59%	2.965	66%	2.802	61%	3.272	59%	3.596	65%	3.944	55%
Privada	1.795	41%	1.540	34%	1.769	39%	2.261	41%	1.910	35%	3.252	45%

**Fonte:** INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação

**Org:** o autor

A Faculdade de Educação de Colorado do Oeste (FAEC), criada em 1998 solicitou descredenciamento voluntário em 2018, conforme atesta Portaria Nº 1.220, de 20 de novembro de 2018. A cidade em que estava instalada, Colorado do Oeste/RO, segundo os censos do IBGE, decresceu sua população que era de 38.993 em 1991, para 21.892 em 2010, chegando a 15.747 residentes em 2022. Contudo, o principal fator de encerramento de atividades, está na expansão de oferta de cursos na modalidade EAD de outras IES privadas que passaram a atuar naquela microrregião, conforme demonstrou, em sua justificativa para o pedido, constante no Parecer CNE/CES nº 404/2018, da Câmara de Educação Superior do CNE:

#### Dos Fatos

A Faculdade de Educação de Colorado do Oeste (FAEC), por meio de um ofício especial, protocolado no sistema SEI/MEC, datado de 31/1/2018, endereçado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), solicita o seu descredenciamento, com base nos seguintes argumentos:

*[...] Entretanto, nos últimos seis anos, a Faculdade de Educação de Colorado do Oeste vem sofrendo com a baixa procura de interessados nos seus cursos presenciais, uma vez que, em Colorado do Oeste, se intensificou a existência de vans e microônibus escolares para o transporte de alunos para a cidade vizinha de Cerejeiras, nos polos de educação a distância presentes naquela localidade, onde os alunos devem se fazer presente "uma única vez por mês". [...]* (Brasil, 2018, p. 02, itálico no original)

Apenas a partir do período 1997-2002, mais precisamente a partir de 1998, é que a rede privada irá superar a Universidade pública em Rondônia em número de matrículas, chegando ao percentual de 52% e, atingindo em 2002, último ano de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o percentual de 61% de matrículas em graduação nas IES em Rondônia.

Esta expansão, acompanha um movimento ascendente nacional, uma vez que o decreto nº 2.207, de 1997 estabeleceu a diferenciação institucional das IES, já contempladas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), onde “se concretizou com a criação dos centros universitários, das faculdades integradas, das faculdades e dos institutos superiores ou escolas superiores, o que favoreceu a expansão da educação superior realizada pelo setor privado” (Traina-Chacon; Calderón, 2015, p. 86).

**Tabela 6. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 1997/2002**

	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	7.945	100%	9.306	100%	9.989	100%	15.651	100%	17.078	100%	22.219	100%
Pública	4.256	54%	4.481	48%	4.506	45%	8.118	52%	7.887	46%	8.707	39%
Privada	3.689	46%	4.825	52%	5.483	55%	7.533	48%	9.191	54%	13.512	61%

**Fonte:** INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação  
**Org:** o autor

Em nossa análise, a evolução de matrículas em IES privadas constantes na tabela acima correspondem à criação da FIMCA (1997), São Lucas (1999), FAP (1999) e FAAR (2000). As duas primeiras, instaladas em Porto Velho, tem sua origem comum, mas tornaram-se grandes concorrentes na disputa pelo “mercado educacional” na oferta de cursos. O que há em comum entre a FIMCA e a Faculdade São Lucas é que inicialmente os proprietários de ambas, atuaram no chamado “Centro de Estudos Maria Coelho Aguiar”, que até 1998 funcionou à rua Duque de Caxias, 758, Bairro Caiari, zona central de Porto Velho e atuava com cursos de especialização na área de odontologia.

A partir de tal Centro de Estudos é criada as “Faculdades Integradas Maria Coelho Aguiar – FIMCA” em 1996 e, seu credenciamento autorizado no ano seguinte para oferta de Bacharelado em Odontologia. Inicialmente, a FIMCA tinha como sócios da “Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar”, os senhores Maria Eliza de Aguiar e Silva, Jaime Gazola, Aparício Carvalho de

Moraes<sup>94</sup> e Maria Sílvia Fonseca Ribeiro, mas em desentendimento entre as partes a sociedade foi desfeita, uma disputa judicial<sup>95</sup> se instaurou, cessando apenas no ano de 2001.

Mesmo antes da derrota judicial, Maria Eliza de Aguiar e Silva e Jaime Gazola iniciaram o processo de criação da Faculdade São Lucas, que fora credenciada pela Portaria MEC nº 1.714, de 3 de dezembro de 1999, que também autorizou o funcionamento do seu primeiro curso: Turismo. Tanto a FIMCA como a SÃO LUCAS irá expandir seus cursos, como estenderão sua atuação a outros municípios do interior, incorporando unidades de outras IES privadas que detalharemos mais adiante neste capítulo.

A Faculdade de Pimenta Bueno – FAP, foi credenciada pela Portaria MEC nº 1.664, de 29 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de novembro daquele ano e tinha como mantenedora a “Sociedade Pimentense de Educação e Cultura Ltda – SOPEC” e como fundadores o casal Hildon de Lima Chaves e Ieda Chaves. Atuando de forma discreta<sup>96</sup>, uma vez que Hildon era Promotor do Ministério Público de Rondônia até 2013. Ao longo dos anos, os Chaves expandiram seus negócios criando o grupo Athenas Grupo Educacional, que passou a atuar nos estados do Acre (Unimeta Centro Universitário), Mato Grosso (FAPAN - Faculdade do Pantanal, em Cáceres) e em Rondônia com outras duas IES: Faculdade São Paulo (FSP) em Rolim de Moura e Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA), esta última adquirida da UNIRON (Grupo UNESC). Em 2020, Yduqs/Estácio anunciou a aquisição do grupo Athenas pelo valor de R\$120 milhões<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> Aparício Carvalho, à época era vice-governador de Rondônia (1995-1999). Médico formado em 1976, assumiu cargo de confiança como subsecretário de saúde Porto Velho (1979-1980), foi vereador da capital (1989-1993 e deputado federal (1993-1995). Buscando sempre vincular-se às estruturas políticas, ele e a esposa Maria Silvia, projetaram seus filhos na política. A filha, Mariana Carvalho foi deputada federal por 02 mandatos (2015-2018 e 2019-2022), sendo derrotada por outro apoiador de Bolsonaro na disputa do senado em 2022. O filho Maurício Carvalho, em Porto Velho foi vereador (2017-2020) e vice-prefeito (2021-2022); sendo eleito no último pleito à deputado federal. Maurício Carvalho tornou-se anfitrião de Flávio Bolsonaro em suas constantes visitas à Porto Velho em 2021, auxiliando o amigo com seu carro em provocação à manifestantes. Sobre este incidente ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/tipo/videos/flavio-bolsonaro-faz-gesto-de-arma-e-provoca-manifestantes-pro-impeachment/>.

<sup>95</sup> Em acordo homologado pela 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, findou a disputa e Maria Eliza de Aguiar e Silva e Jaime Gazola se retiraram-se da Sociedade, conforme informado no relatório do Parecer CNE/CES 0217/2003 (Brasil, 2003, p. 06 e 07).

<sup>96</sup> Hildon Chaves tornou-se conhecido a partir da eleição de 2016, já que se apresentava como empresário bem sucedido e ingressante na política, sendo chamado de “João Dória de Porto Velho”: o empresário rico com discurso antipolítico, que convenceu o eleitorado a elegê-lo. Contudo, o sucesso nos negócios e fama veio acompanhada da publicidade na revista Veja da punição sofrida por misturar “público e privado” em favorecimento de seus empreendimentos e por “engavetar processos” quando atuava no MP-RO: por misturar público e privado: <https://veja.abril.com.br/politica/doria-de-porto-velho-ja-foi-punido-por-misturar-publico-e-privado/>. Hildon não só foi reeleito em 2020, como garantiu que sua esposa Ieda Chaves fosse eleita como deputada estadual em 2022.

<sup>97</sup> A matéria do G1 detalha a negociação: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/04/yduqs-adquire-athenas-grupo-educacional-por-r-120-milhoes.ghtml>.

A “Faculdades Associadas de Ariquemes – FAAR”, credenciada em 2010 é uma das poucas IES analisadas até aqui que não conseguiu avançar em termos de expansão para outros municípios. Mantida pela Fundação Assistencial e Educativa Cristã de Ariquemes-FAECA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, consta no sistema e-Mec o nome da IES como “Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR” e teve como primeiros cursos os Bacharelados em Administração e Direito. Os sócios, representantes e gestores desta IES são de uma única família, que pelo currículo analisado são evangélicos com especialização em Teologia. A oferta de ensino até a realização da pesquisa era na modalidade presencial.

Nos primeiros 06 anos do governo Lula, a trajetória ascendente do número de matrículas em IES privadas em Rondônia saltou de 57% em 2003 para o percentual de 82% em 2008, conforme demonstrado no quadro abaixo. Esta expansão de vagas, acompanhou a tendência nacional de expansão das IES privadas, que foram favorecidas pelos programas Programa Universidade para Todos (PROUNI) – criado em 2004 e implantado em 2005 – e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), denominado pelo governo petista como “Novo FIES”<sup>98</sup>.

**Tabela 7. Rondônia - Matrículas presenciais em Ensino Superior – Graduação 2003/2008**

	2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Nº	%										
Total	29.528	100%	31.387	100%	33.954	100%	34.016	100%	35.680	100%	35.927	100%
Pública	12.721	43%	12.131	39%	9.795	29%	8.995	26%	8.729	24%	6.432	18%
Privada	16.807	57%	19.256	61%	24.159	71%	25.021	74%	26.951	76%	29.495	82%

**Fonte:** INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação  
**Org:** o autor

As IES privadas, apresentando visíveis sinais de esgotamento, com vagas ociosas e inadimplência, tiveram no “incentivo” dado pelo Governo Federal, sobretudo por meio de renúncia fiscal via ProUni, a salvação de eventuais falências e contribuindo para seu impulsionamento e fortalecimento financeiro. Só no período de 2006 a 2009, a título de exemplificação, o governo renunciou a “mais de R\$ 1 bilhão para a consecução dos objetivos atribuídos ao programa” (Fávero; Bechi, 2017, p. 97).

O reflexo desta política em Rondônia será melhor exemplificado e analisado a partir dos quadros e tabelas abaixo. Nossa opção foi por identificar em Rondônia as IES credenciadas

<sup>98</sup> “O Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, criado em 1999 por Medida Provisória, posteriormente convertida na Lei nº 10.260/2001”. [...] “O Fies passou por vários aprimoramentos ao longo de sua existência, que redundaram na promulgação da Lei nº 12.202/2010”. [...] As mudanças introduzidas no Fies em 2010 redundaram no expressivo crescimento do número de financiamentos contratados, que alcançaram, em 2014, mais de 660 mil estudantes (BRASIL, 2014a, p.58).

em intervalos de 10 anos, seus proprietários e os grupos econômicos e políticos vinculados a estas. Ao mesmo tempo, buscamos compreender como se deu seu processo de surgimento, expansão de ofertas de cursos e o estado atual em que se encontram: pertencentes aos mesmos proprietários/grupos, extintas ou adquiridas por grandes grupos econômicos.

**Quadro 3. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 2001 - 2010**

Nome da IES	Município	Ato Regulatório
Faculdade de Educação de Jaru ( <b>UNICENTRO</b> )	Jaru	Credenciamento: Portaria Nº 563 de <b>22 de março de 2001.</b>
UNIRON - Interamericana	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 1019 de <b>17 de maio de 2001.</b>
Faculdade de Porto Velho – <b>FIP</b> *	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 991 de <b>17 de maio de 2001.</b>
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – <b>FACIMED</b> (atual UNINASSAU)	Cacoal	Credenciamento: Portaria Nº 2810 de <b>13 de dezembro de 2001.</b>
FACULDADE METROPOLITANA - <b>UNNESA</b>	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 2.074 de <b>18 de julho de 2002</b>
Faculdade de Rolim de Moura – <b>FAROL</b>	Rolim de Moura	Credenciamento: Portaria Nº 2960 de <b>22 de outubro de 2003</b>
Faculdade Metodista de Teologia e Ciências Humanas da Amazônia - <b>FATEO-PVH</b> *	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 3800 de <b>14 de novembro de 2004.</b>
Faculdade de Tecnologia São Mateus – <b>FATESM</b> *	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 2924 de <b>20 de setembro de 2004.</b>
Faculdade de Informática de Ouro Preto D'Oeste – <b>FIGURO</b> (UNE OURO)	Ouro Preto D'Oeste	Credenciamento: Portaria Nº 3329 de <b>26 de setembro de 2005.</b>
<b>FCR</b> – Faculdade Católica de Rondônia	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 174 de <b>13 de fevereiro de 2007.</b>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – <b>FAEMA</b>	Ariquemes	Credenciamento: Portaria Nº 483 de <b>21 de maio de 2007.</b>
Faculdade Panamericana de Ji-Paraná – <b>UNIJIPA</b>	Ji-Paraná	Credenciamento: Portaria Nº 481 de <b>21 de maio de 2007</b>
Faculdade São Paulo – <b>FSP</b>	Rolim de Moura	Credenciamento: Portaria Nº 1083 de <b>21 de novembro de 2007</b>
Faculdade Marechal Cândido Rondon – <b>FAMAR</b> *	Ji-Paraná	Credenciamento: Portaria Nº 886 de <b>17 de setembro de 2009</b>
UNESC-Vilhena (atual UNINASSAU – Vilhena)	Vilhena	Credenciamento: Portaria Nº 1223 de <b>23 de dezembro de 2009</b>

**Fonte:** Sistema E-MEC

**Org:** o autor.

\* Fateo-PVH - Descredenciada por medida de supervisão em 25 de março de 2020; \* FATESM – Descredenciamento voluntário em 21 de novembro de 2018; \* FAMAR – Descredenciamento voluntário em 23 de outubro de 2020; \* FIP – Descredenciamento voluntário e extinção por unificação de mantidas em 16 de abril de 2019.

A década 2000-2010 representou o período de maior expansão em termos de credenciamento de novas IES privadas. Do total das 14 IES criadas até 2009, 05 foram no segundo mandato de FHC e as outras 09 foram criadas nos mandatos de Lula, um exemplo do impacto “positivo” das políticas educacionais que favoreceu os mercados da educação. O que identificamos em nossa pesquisa documental é a de que esse foi o período em que as IES privadas locais passaram a expandir sua atuação em outros municípios, criando novas IES isoladas e passando a disputar espaço.

A Faculdade de Educação de Jaru (UNICENTRO), autorizada a funcionar em 2001, tem como mantenedora a “Sociedade Rondoniense de Ensino Superior Dr. Aparício Carvalho

de Moraes Ltda” e, como o próprio nome aponta, é atualmente de propriedade de Aparício Carvalho, da rede FIMCA. Em termos legais, esta é uma IES isolada e uma sociedade empresária limitada, mas utiliza a marca FIMCA em seu marketing<sup>99</sup>, já que os donos são os mesmos. Inicialmente, esta IES era de propriedade do Grupo UNESC, de Cacoal, de Juarez Prado, conforme consta em homenagem na Assembleia Legislativa de Rondônia.

Autorizada pela portaria de 22 de março de 2001 do Ministério da Educação, a Faculdade Unicentro iniciou suas atividades em abril de 2001 com o curso de Administração Rural e Urbana e Administração Pública primeiramente na Escola Municipal, Menézio de Victor, no Bairro Jardim dos Estados em Jaru. Em janeiro 2002, iniciou o curso de Pedagogia e em julho de 2002 o de Ciências Contábeis. (ALE-RO, 2014, p. 1020).

A faculdade iniciou suas atividades com a abertura do curso de bacharelado em Administração no ano de 2001 e, atualmente, oferta 19 cursos, um deles com status Sub Júdice, o curso de Medicina, uma vez que a partir de 2018 a disputa por essa “fatia” muito lucrativa colocou em embate os grupos empresariais locais e os demais grupos que passaram a disputar os cursos na área da saúde. Como observamos na citação acima, o empresário Juarez Prado recebeu também em Jaru, a mão visível do Estado para garantir sua lucratividade inicial nos primeiros anos, funcionando sua IES em uma escola municipal até a inauguração do campus, no ano de 2004.

Não há informações sobre a transação que possibilitou que o grupo FIMCA adquirisse esta IES, constando apenas uma ocorrência de que a partir de 2016, as negociações iniciaram com um “termo de cooperação técnica”<sup>100</sup> entre as duas IES. Atualmente o nome da mantenedora foi alterado e responde pela empresa como sócio administrador o senhor Aparício Carvalho. No último ano, o MEC, por meio da PORTARIA Nº 916, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022, homologou o Parecer nº 317/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES/CNE e autorizou o credenciamento da UNICENTRO para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

A faculdade “UNIRON – Interamericana” foi credenciada no ano de 2001 e representa também uma expansão de um grupo local constituído (Grupo UNESC, de Cacoal, de propriedade de Juarez Prado). Para disputar espaço na Capital e concorrer com os grupos já instalados em Porto Velho, o grupo dirigido por Juarez Prado cria a UNIRON em sociedade

---

<sup>99</sup> No site da IES é possível identificar isso, como também identificar que Aparício Carvalho e sua esposa, Maria Silvia, são os que constam como diretores dessa IES. <https://jaru.fimca.com.br/estrutura-organizacional/>. Acesso em 04 de fev. 2023.

<sup>100</sup> Informação disponível em: <https://www.fimca.com.br/fimca-unicentro-o-comeco-de-uma-nova-historia-para-jaru/>. Acesso em 04 de fev. 2023.

com Rodrigo Calvo Galindo (Grupo Iuni). Conforme consta em seu site institucional<sup>101</sup>, UNIRON e UNIPEC “sempre foram parte do mesmo projeto educacional, usufruindo dos benefícios da mesma administração e projeção de futuro”, funcionando inicialmente em uma escola privada, posteriormente ocupou o prédio da unidade estadual de saúde “Policlínica Oswaldo Cruz – POC” no ano de 2002. Em 2009 é formalizada a fusão da UNIRON e UNIPEC e no ano de 2016 a UNIRON passa a ser controlada pela UNINORTE, IES privada do Acre que também tinha como sócios o Grupo Iuni<sup>102</sup> e o latifundiário Fábio Ricardo Leite<sup>103</sup>. Em 2022 foi anunciada a fusão<sup>104</sup> da UNIRON, UNINORTE (Centro Universitário Uninorte) e a faculdade SAPIENS, como uma “união de Marcas”, mas sem aquisições.

A Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal - FACIMED foi credenciada pela Portaria Nº 2810 de 13 de dezembro de 2001 e tinha como mantenedora a “Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda”. Em seu quadro de sócios, a FACIMED reunia empresários e políticos locais<sup>105</sup>, como Sandra Maria Veloso Carrijo Marques, Marcos Vieira Marques, Edson Takashi Akaki, Nelson Manguiera Rodrigues de Souza, Divino Cardoso Campos, entre outros. Em 2020, o Parecer CNE/CES Nº 296/2020 aprovado em 16 de junho, autorizou o credenciamento do Centro Universitário Educare (UNIEDUCARE), por transformação da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED). Em 06 de agosto do mesmo ano, a

<sup>101</sup> Disponível em <https://www.uniron.edu.br/institucional>. Acesso em 05 de fev. 2023.

<sup>102</sup> O Grupo Iuni, de propriedade da família Galindo, foi a primeira grande aquisição do grupo Kroton em 2011. O grupo tinha controle parcial da UNIRON e UNINORTE (Acre), que ficaram fora da aquisição da Kroton.

<sup>103</sup> É um dos donos da União Educacional do Norte – UNINORTE, fundada em 2001, com sede em Rio Branco (AC). Além do fundador Ricardo Leite, figuram entre sócios: Francelina Barreiros Amaral Gurgel, Patricia Farhat Lucena, Roque Reis Barreiros Junior, Altamiro Belo Galindo entre outros. Mas engana-se quem acredita que a IES seja a principal atividade econômica das famílias Leite e Barreiros Amaral Gurgel. O principal ramo das famílias é o “agro”, com denúncias que vão desde o **trabalho escravo** em fazendas (Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/08/mpf-ac-denuncia-mais-um-pecuarista-por-pratica-de-trabalho-escravo/>. Acesso em 06 de fev. de 2023) à **assassinatos de posseiros** (Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/em-novo-cerco-policia-mata-3-integrantes-da-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia/>. Acesso em 06 de fev. de 2023.). A fazenda Santa Carmem, de propriedade da família Leite é fornecedora da JBS. As vítimas de execução sumária foram: Amarildo Aparecido Rodrigues, Kevin Fernando Holanda de Souza e o adolescente Amaral José Stoco Rodrigues. Ricardo Leite e outros sócios da UNINORTE, integraram a comitiva de 102 empresários do “agro” que acompanharam Lula em visita à China em abril de 2023. (Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/veja-a-lista-completa-de-empresarios-do-agro-que-vaio-a-china-na-comitiva-de-lula.shtml>. Acesso em 10 de jul. de 2023).

<sup>104</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/08/12/uniron-sapiens-e-uninorte-anunciam-fusao-e-criam-grupo-de-educacao-superior-em-ro.ghtml>. Acesso em 05 de fev. 2023.

<sup>105</sup> Sandra Marques foi Secretária estadual de Educação no mandato do governador José de Abreu Bianco (1999-2003) e após a venda da Facimed continuou atuando em empreendimentos na Educação básica. Edson Takashi Akaki é médico com participação societária em várias empresas na área da saúde em Cacoal. Nelson Manguiera Rodrigues de Souza é empresário nos ramos da Construção Civil e de Cooperativas de crédito. Divino Cardoso, empresário e pecuarista, foi prefeito de Cacoal por dois mandatos (1989-1992 e 1997-2000). Divino Cardoso responde no Tribunal de Contas da União por irregularidades em sua segunda gestão no município (Disponível in: [https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:12:::NO:RP,12:P12\\_COD\\_RESPONSAVEL:39881](https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:12:::NO:RP,12:P12_COD_RESPONSAVEL:39881). Acesso em 10 de fev. de 2023).

SER EDUCACIONAL anunciou a compra da FACIMED (ou UNIEDUCARE) pelo valor de 150 milhões de reais<sup>106</sup>. Em 2022, conforme consta no sistema e-Mec, o então chamado “Centro Universitário Unifacimed” tem sua denominação alterada pela sua controladora como “CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE CACOAL”.

A Faculdade Metropolitana, credenciada em 2002 é parte integrante do Grupo Aparício Carvalho (FIMCA). Contudo, sua mantenedora é diferente das demais: UNNESA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA OCIDENTAL S/C LTDA, inscrita no CNPJ: 03.653.762/0001-85, como Empresa de Pequeno Porte (EPP) e tem como Representante Legal, Maria Silvia Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes, matriarca da família Carvalho. A FIMCA e a Metropolitana funcionam no mesmo endereço, compartilham a mesma estrutura e o que as separa são apenas a natureza empresarial e seu cadastro junto ao MEC e órgãos de controle externo.

A Faculdade de Rolim de Moura – FAROL, foi credenciada no MEC em 22/10/2023, e tem como mantenedora a “Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda”. Na pesquisa documental que realizamos foi possível identificar que esta IES teve 20 CNPJs<sup>107</sup> ao longo de sua existência e que atualmente na plataforma e-Mec consta o CNPJ: 04.767.589/0001-09. A Farol era tida como de propriedade de Benta Idavina Ferreira Pepinelli Peres, sócia-administradora, que era professora aposentada da rede pública e proprietária de uma escola privada no município de Rolim de Moura. Benta Idavina, faleceu em 2021, vítima de COVID. A Faculdade, desde a sua fundação, tem como sócios 03 grupos familiares: os Peres, os Bettiol<sup>108</sup> e os Raupp.

Os Raupp fizeram carreira política na região da Zona da Mata de Rondônia, iniciando sua trajetória a partir da eleição de Valdir Raupp de Matos como vereador em Cacoal, posteriormente foi eleito Prefeito de Rolim de Moura (1984-1988 e 1993-1994), Governador de Rondônia (1994-1998) e Senador da República por dois mandatos (2003-2019). Valdir Raupp também foi acompanhado pela esposa, Marinha Célia Rocha Raupp de Matos, eleita 06 vezes como deputada federal por Rondônia (1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019) e atualmente é assessora parlamentar do Senador Welington Fagundes

---

<sup>106</sup> Disponível in: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/08/06/ser-compra-faculdade-de-ciencias-biomedicas-de-cacoal-por-r-150-milhoes.ghtml>. Acesso em 10 de fev. de 2023).

<sup>107</sup> A mesma razão social “SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA” foram encontradas em vários CNPJs diferentes, em cidades diferentes, com os mesmos sócios. Alguns CNPJs estão ativos e outros baixados. Contudo, não há nenhum registro de expansão de novas unidades da FAROL em outros municípios ou qualquer referência no sistema e-Mec. As informações estão disponíveis in: <https://transparencia.cc/dados/socios/462311/cristhiane-rocha-raupp-de-matos/> Acesso em 14 de fev. 2023.

<sup>108</sup> O patriarca da família, Dirceu Bettiol, foi secretário de estado da Educação no Governo Raupp. Sua esposa e filhos, à época de nossa pesquisa, eram sócios da FAROL.

(PL/MT)<sup>109</sup>. A história política dos Raupp vai desde a promoção da ação que culminou com o assassinato de camponeses na fazenda Santa Elina, em Corumbiara, no ano de 1995<sup>110</sup>, ao envolvimento em denúncias de corrupção<sup>111</sup> e acumulação recorde de patrimônio<sup>112</sup> financeiro no período em que atuaram na vida pública. Em agosto de 2023, Valdir Raupp solicitou ao STF retomada de pagamentos de pensões vitalícias<sup>113</sup> pelo exercício do cargo de governador de Rondônia. Não conseguimos identificar o capital injetado pelos Raupp para a criação da FAROL.

A Faculdade de Informática de Ouro Preto D'Oeste (FIOURO), tem como mantenedora a “Escolas unidas de Ouro Preto D'Oeste – UNEOURO”, sendo inicialmente credenciada em 26 de setembro de 2005. É uma IES de pequeno porte na cidade de Ouro Preto do Oeste/RO. Posteriormente, foi adotado como nome fantasia dessa IES a sigla UNEOURO, que agrupa além da faculdade, uma escola em diversos níveis de ensino e a oferta de cursos técnicos, conforme disposto em sua página institucional<sup>114</sup>. Apresenta uma única representante legal, Senhora Flaviane Liberato Ferreira. Em 2020, a UNEOURO expandiu sua atuação à Manaus-AM, ao tornar-se mantenedora da “Faculdade Regional do Amazonas – FAM”, anteriormente denominada “Faculdade Cosmos de Manaus”, que tinha como mantenedora o “Instituto Cosmos de Educação Superior LTDA”. No sistema e-Mec, a transferência de Manutenção foi publicada em 29 de março de 2021, sendo que no ato, era representante da UNEOURO, o sr. Pedro Cardoso dos Santos Júnior, qualificado no documento como “presidente”.

<sup>109</sup> Ver: <https://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/1173/pessoal/?local=gabinete&ano=2021>

<sup>110</sup> Sobre o conflito na Fazenda Santa Elina, ver: MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado). Disponível in: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1103?locale=en>.

<sup>111</sup> Entre várias denúncias destacamos as contidas in: <https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2023/07/ex-integrante-da-gestao-de-valdir-raupp-tenta-se-livrar-de-debito-avaliado-em-mais-de-r-21-milhoes-no-tce-de-rondonia.165102.shtml> e <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8633802>. Um dos envolvidos nos escândalos é José de Almeida Júnior, advogado e ex-chefe da Casa Civil do Governo Raupp e que é irmão de Marinha Raupp. Os Raupp também tiveram participação ativa na defesa de José Januário Amaral, reitor da UNIR que renunciou ao cargo em 23 de novembro de 2011. Valdir Raupp chegou a propor que a greve se encerrasse com um “pedido de férias de Januário”, o que foi amplamente denunciado e refutado por estudantes e professores em luta.

<sup>112</sup> Informações detalhadas podem ser encontradas em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/um-ano-apos-eleicao-patrimonio-da-sra-raupp-mais-que-dobrou-e-r-300-mil-em-especie-apareceram/>.

<sup>113</sup> Segundo matéria da revista Veja, Raupp alega que “a pensão é sua única fonte de renda e suspensão do pagamento prejudica ‘subsistência’”. A matéria completa pode ser lida em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/mais-um-ex-governador-pede-ao-stf-retomada-de-aposentadoria-vitalicia>. Acesso em 11 de set. 2023.

<sup>114</sup> Disponível in: <https://faculdade.uneouro.edu.br/sobre/>. Acesso em 15 de fev. de 2023.

A Faculdade de Porto Velho (FIP) foi credenciada em 17 de maio de 2001, no ano de 2009 muda a sigla para “Faculdade de Porto Velho/PORTO” e, posteriormente, foi extinta por unificação de mantidas em 16 de abril de 2019. A IES, de propriedade da família Pelúcio, foi incorporada pela Faculdade Sapiens. O grupo se estruturou por meio de sua atuação na rede privada de ensino através da escola Einstein<sup>115</sup>, passou a utilizar a franquia da rede Objetivo e em 2018 passou a ser chamado Colégio e Curso Sapiens.

Duas IES credenciadas em 2004, no boom de expansão privada proporcionadas pelas políticas do Governo Lula, posteriormente foram extintas. A Faculdade de Tecnologia São Mateus (FATESM), solicitou descredenciamento voluntário em 21 de novembro de 2018. Esta IES era de propriedade do mesmo grupo empresarial que criou a Faculdade São Lucas (FSL) e mantinha o mesmo vínculo, e funcionamento parecido com o grupo concorrente e rival (Grupo FIMCA e Metropolitana). Esta IES tinha como mantenedora a “SOCIEDADE EDUCACIONAL DA REGIAO AMAZONICA – SERA”, sendo incorporada pela Faculdade São Lucas quando esta muda o status para “Centro Universitário”. A outra IES credenciada em 2004 foi a Faculdade Metodista de Teologia e Ciências Humanas da Amazônia (FATEO-PVH) que tinha como mantenedora o “Instituto Metodista da Amazônia – IMA” com um único curso autorizado, o de teologia. Segundo levantamento que realizamos junto ao sistema e-Mec, o credenciamento possibilitou a essa “IES” a adesão ao FIES e ao PROUNI até o seu descredenciamento por penalidade em 25 de março de 2020.

A primeira IES privada credenciada no ano de 2007 foi a “FCR – Faculdade Católica de Rondônia” por meio da Portaria N° 174 de 13 de fevereiro de 2007. Funcionando até agosto de 2023 em uma estrutura da arquidiocese de Porto Velho, onde outrora abrigava um Seminário vocacional religioso, potencializou seu marketing enquanto uma IES “católica”<sup>116</sup>. Atualmente, esta IES inaugurou sua nova sede com uma grande estrutura em área nobre da cidade e tem autorização de funcionamento de 09 cursos de graduação presenciais e em EAD. Conforme informações do sistema e-Mec, esta IES tem como Categoria Administrativa “Privada sem fins lucrativos” e tem como mantenedora a “Associação de Assistência à Cultura na Amazônia Moacyr Grechi – AASCAM”, uma homenagem a um arcebispo de Porto Velho. Contudo, analisando os dados de registro da referida associação (CNPJ: 09.529.939/0001-12),

---

<sup>115</sup> As informações foram extraídas do site institucional disponível em: <https://colegiosapiens.com/institucional/>. Acesso em 16 de fev. de 2023.

<sup>116</sup> Em matéria difundida em 04 de setembro de 2023, é possível identificar sua estratégia de marketing: “Fundada em 2007, a FCR é um sonho de um grupo de atores da sociedade civil, educacional e católica de Rondônia, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a fundamental contribuição de Dom Moacyr Grechi e Dom Antônio Possamai, idealizadores e fundadores do projeto”. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/noticia/geral/2023/09/04/avanco-faculdade-catolica-inaugura-novo-campus-e-lanca-cursos-ead-em-rondonia.html>. Acesso em 07 set. 2023.

constatamos que é uma Associação Privada de propriedade do casal<sup>117</sup> Fabio Rychecki Hecktheuer e Marcia Abib Hecktheuer, demonstrado que a Faculdade Católica “não é tão católica” como se apresenta.

A Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA), instalada em Ariquemes/RO, foi credenciada em 21 de maio de 2007 e tem como mantenedora a “Unidas Sociedade de Educação e Cultura Ltda”. Pelos dados que levantamos é um empreendimento de “Sociedade Empresária Limitada” e seu quadro societário é de empresários locais, profissionais liberais e professores do magistério superior, destacando-se a prof.<sup>a</sup> Neide Iohoko Miyakava, docente aposentada da UNIR, onde exerceu o cargo de Vice-Reitora. Com credenciamentos realizados em 2013 e 2019, a partir de 2020 é autorizada a ofertar cursos à distância que vão contribuir para o seu credenciamento como Centro Universitário em 2021. Os dados de Pessoa Jurídica desta IES apresentam uma variedade de atividades além da oferta de Educação Superior, sua atividade principal, para outros níveis de ensino (educação básica, cursos preparatórios, etc.) ao comércio varejista de produtos farmacêuticos. Os proprietários, em dezembro de 2022, criaram, por meio de outra empresa de pequeno porte, a “Sociedade de Educação e Cultura do Vale do Jamari LTDA” (CNPJ: 48.962.214/0001-75) que tem como nome Fantasia “Faculdade de Medicina do Vale do Jamari”. Contudo, não encontramos nenhuma referência ou notícia da oferta de um curso de medicina naquele município.

Credenciada em 2007, a “Faculdade Panamericana de Ji-Paraná – UNIJIPA” representou um processo de expansão do grupo inicial UNESC/UNIRON no segundo maior município de Rondônia. Em 2013 foi adquirida pelo grupo Athenas Educacional. Expandiu sua atuação em duas unidades no município e posteriormente, no ano de 2019, com a aquisição do grupo Athenas pela Yduqs/Estácio, passou a se chamar Faculdade Estácio UNIJIPA de Ji-Paraná. A expansão de ofertas de vagas e cursos, por meio da modalidade EAD, no ano 2020, cimentou a transformação da Faculdade em Centro Universitário no ano de 2022.

A Faculdade São Paulo (FSP), instalada em Rolim de Moura e tendo seu credenciamento aprovado em 2007, passou a disputar espaço com a Farol. A instalação da FSP marcou movimento semelhante de outros grupos locais em expandir seu raio de atuação regional, uma vez que esta pertencia ao grupo Athenas Educacional, que à época pertencia a Hildon e Ieda Chaves. Esta IES também foi abocanhada pela Yduqs/Estácio na mesma

---

<sup>117</sup> Ambos, em 2020, abriram a empresa “Falupe Participações”, descrita como “Holding de instituições não-financeiras”. Disponível in: <https://cnpjdb.com/cnpj/39487150000107>. Acesso em 07 set. 2023.

transação<sup>118</sup> que envolveu a aquisição da UNIJIPA e FAP, além de outras duas unidades do grupo em outros Estados.

Dos grupos de IES constantes no Quadro 07, a Faculdade Marechal Cândido Rondon – FAMAR, credenciada em 2009 e com sede na cidade de Ji-Paraná, foi a que teve uma existência mais curta, tendo solicitado descredenciamento no ano de 2020. Também pertencente ao casal Chaves e, conseqüentemente, ao grupo Athenas, esta IES tinha como mantenedora a “SOCIEDADE EDUCACIONAL JI-PARANA LTDA – EPP” e não entrou no rol de unidades negociadas com a Yduqs/Estácio.

A última IES credenciada como apontamos no Quadro 07 é a UNESC-Vilhena (Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena), credenciada em dezembro de 2009. Uma expansão do grupo UNESC de Cacoal, que à época chegava ao cone sul de Rondônia objetivando disputar mercado, sobretudo com as disputas e lobbies criados em torno da implantação de cursos na área da saúde. Adquirida em 2020 pela Ser Educacional (Yduqs), em 2022 alterou a denominação para “Faculdade Uninassau Vilhena”.

Na descrição que fizemos de cada instituição, tivemos a preocupação em investigar o nome do proprietário e/ou sócios. A maioria dos proprietários exerce ou exerceu mandatos no parlamento federal ou estadual, no executivo estadual ou se vincula a algum político por relações de parentesco. Esses políticos estão ligados ao agronegócio, ao mesmo tempo em que adentraram no mercado educacional.

A década 2000-2010 foi o período que mais IES privadas foram credenciadas, significou o aumento progressivo destas em termos de número de matrículas, como podemos observar no quadro a seguir. A partir de 2012, conforme demonstrado abaixo, a participação das IES privadas aumentou ainda mais, com a expansão da EAD em Rondônia.

**Tabela 8. Rondônia - Matrículas em Ensino Superior – Graduação 2009/2014**

	2009		2010 <sup>1</sup>		2011 <sup>2</sup>		2012		2013		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	35.406	100%	40.134	100%	55.995	100%	58.599	100%	64.852	100%	71.089	100%
Pública	7.261	21%	7.381	18%	10.031	18%	9.798	17%	9.729	15%	10.231	14%
Privada	28.145	79%	32.753	82%	45.964	82%	48.761	83%	55.123	85%	60.858	86%

**Fonte:** INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação  
**Org:** o autor

<sup>1</sup> soma, a partir deste ano, de matrículas da UNIR e IFRO

<sup>2</sup> A partir de 2011 incluídas matrículas presenciais e em EAD

<sup>118</sup> Ver detalhes da aquisição em: <https://www.suno.com.br/noticias/yduqs-yduq3-finaliza-compra-grupo-athenas/>  
Acesso em 24 de fev. de 2023.

Mesmo com a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão do IFRO, as matrículas nas Instituições Públicas corresponderam a apenas 14% do número total e é reflexo do avanço das matrículas na modalidade a distância nas IES privadas.

#### 5.4. A expansão dos monopólios na rede privada de ensino superior em Rondônia

O Quadro 4 contém os dados das IES privadas credenciadas em Rondônia no decênio 2011-2022. O levantamento que realizamos identificou o surgimento de novas IES privadas no bojo da expansão propiciada pelas políticas governamentais e, sobretudo, com a expansão da EAD, os grupos locais passaram progressivamente a ser incorporados pelos grandes grupos educacionais, conforme o detalhamento de cada uma das IES listadas abaixo.

**Quadro 4. Instituições de Ensino Superior credenciadas entre 2011 - 2022**

<b>Nome da IES</b>	<b>Município</b>	<b>Ato Regulatório</b>
Faculdade de Machadinho do Oeste – FAMAC*	Machadinho do Oeste	Credenciamento: Portaria Nº 301 de <b>25 de março de 2011.</b>
Faculdade Santo André – FASA**	Cacoal	Credenciamento: Portaria Nº 1098 de <b>15 de agosto de 2011.</b>
Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho (UNESC)	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 1279 de <b>19 de outubro de 2012.</b>
Instituição de Ensino Superior de Cacoal (FANORTE)	Cacoal	Credenciamento: Portaria Nº 122 de <b>27 de fevereiro de 2013.</b>
Faculdade Santo André – FASA	Vilhena	Credenciamento: Portaria Nº 662 de <b>01 de julho de 2015.</b>
Faculdade Marechal Rondon - FARON	Vilhena	Credenciamento: Portaria Nº 183 de <b>05 de abril de 2016.</b>
Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná – FAJIPA	Ji-Paraná	Credenciamento: Portaria Nº 363 de <b>06 de maio de 2016.</b>
FIMCA Vilhena	Vilhena	Credenciamento: Portaria Nº 132 de <b>02 de fevereiro de 2017.</b>
Faculdade Sapiens	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 637 de <b>17 de maio de 2017.</b>
Faculdade Maurício de Nassau de Porto Velho (Faculdade da Amazônia)	Porto Velho	Credenciamento: Portaria Nº 286 de <b>06 de março de 2017.</b>
Fundação Escola Lince Kempim – FELK	Seringueiras	Credenciamento: Portaria Nº 56 de <b>14 de janeiro de 2020.</b>
Faculdade de Medicina de Ji-Paraná – IBMEC Educacional	Ji-Paraná	Credenciamento: Portaria Nº 123 de <b>25 de fevereiro de 2022.</b>

Fonte: Sistema E-MEC

Org: o autor.

\*FAMAC - Descredenciada Presencial por Penalidade em 18 de outubro de 2019.

\*\* FASA (Cacoal) - Descredenciada por medida de supervisão em 31 de outubro de 2018.

\*\*\* FAJIPA - descredenciada por medida de supervisão pelo MEC, através da Portaria Nº 1102 publicada em 21 de dezembro de 2022.

No Quadro 4 (acima) a primeira IES credenciada no período 2011-2022 foi a Faculdade de Machadinho do Oeste (FAMAC), que tinha como mantenedora a “Ceducar - Centro de Educação e Cultura de Ariquemes Ltda”, de propriedade de Flávio Alexandre Motta, e configura-se como uma tentativa de expansão do grupo empresarial investigado no Inquérito

Civil nº 1.29.010.000048/2018-62 do MPF/Procuradoria da República no Município de Santo Ângelo/RS. Contudo, no e-MEC, consta como representa legal (Diretor Geral) o sr. Jamilton Neres de Oliveira, que em uma rápida pesquisa realizada<sup>119</sup>, figura como réu/polo passivo em inúmeras ações judiciais que vão desde estelionato à atividade ilícita (jogo do bicho). As principais atividades econômicas do sr. Jamilton, concentram-se em Senador Canedo/Goiás, onde este é proprietário do “Instituto de Tecnologia e Educação de Goiás – ITEG” e ofertava indevidamente Educação Básica, além de outras irregularidades identificadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/GO<sup>120</sup>. Por fim, a FAMAC foi descredenciada por penalidade pelo MEC em 18 de outubro de 2019.

No inquérito citado anteriormente, também consta relacionada a Faculdade Santo André (FASA), com sede em Vilhena/RO, que fora credenciada pela Portaria Nº 662 de 01 de julho de 2015. Contudo, consta uma outra Faculdade Santo André – FASA, com sede em Cacoal/RO, credenciada anteriormente pela Portaria Nº 1098 de 15 de agosto de 2011. Com mantenedoras e CNPJs diferentes, sofreram penalidades, conforme consta na Portaria nº 777, de 31 de outubro de 2018<sup>121</sup>. A FASA de Cacoal (Sociedade Educacional Cacoal Ltda. – EPP / código e-MEC nº 3286) foi descredenciada e a FASA de Vilhena (Mantenedora Associação Multidisciplinar de Rondônia – MULTIRON / código e-MEC nº 13224) foi impedida pelo prazo de dois anos de protocolar novos processos de credenciamento e teve arquivamento de processos de credenciamento que já haviam sido protocolados. Ainda, conforme a Portaria 777/SERES, de 31 de outubro de 2018, a FASA Cacoal tinha outra mantenedora, denominada “Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia S/S Ltda – EPP” (código e-MEC 797), que conforme pesquisa no e-Mec, tinha outra IES como mantida, a Faculdade do Sertão – UESSBA<sup>122</sup>, descredenciada pela Portaria nº 691/SERES, de 17 outubro de 2018.

Atualmente, a FASA de Vilhena tem como Diretora a professora Margarida Arcari<sup>123</sup>, que consta como sócia principal da atual mantenedora desta IES (Instituto

---

<sup>119</sup> <https://www.escavador.com/nomes/jamilton-neres-de-oliveira-f95a687837>. Acesso em 23 de dez de 2023.

<sup>120</sup> O detalhamento das irregularidades pode ser encontrado no Parecer CEE/CEB N. 6 6 6 /2019 do CEE/GO, disponível em: <https://goias.gov.br/cee/wp-content/uploads/sites/20/2023/11/2019-666-ceb-parecer.pdf>. Acesso em 23 de nov. 2023. O CEE/GO também divulgou nota que proibiu a oferta de educação básica do grupo educacional, que pode ser encontrada em: <https://contee.org.br/sinpro-goias-conselho-estadual-de-educacao-proibe-oferta-de-educacao-basica-incluindo-educacao-profissional-por-parte-do-grupo-iteg/>. Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>121</sup> A íntegra da Portaria encontra-se em: <https://www.santosjunior.com.br/Legislacao/portaria77731102018.pdf>. Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>122</sup> A UESSBA também foi denunciada por esquema de venda de diplomas e oferta irregular de cursos, conforme consta em notícia divulgada em: <https://www.caraiasfm.com.br/2020/10/02/uessba-fecha-as-portas-e-deixa-alunos-sem-diploma-grupo-prestou-queixa/>. Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>123</sup> É docente aposentada da UNIR, do campus de Ji-Paraná. Além das atividades acadêmicas, quando ainda era do quadro ativo permanente, a professora foi candidata a vice-governadora no ano de 2006 pela “Frente de

Multidisciplinar de Rondônia Ltda – Multiron). A FASA de Vilhena foi recredenciada em 2023 e oferta cursos presenciais de graduação em Direito, Pedagogia e Enfermagem, além de 102 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Aparentemente esta IES superou os entraves criados em 2017<sup>124</sup> em torno da oferta irregular de cursos. A diretora da FASA Vilhena também atua em outros “empreendimentos” relacionados à educação, sendo proprietária da empresa Amazônia Educação e Cultura Ltda (AEC), inscrita no CNPJ: 30.512.332/0001-16. No mesmo endereço também funciona outra empresa que atua no mesmo “mercado”: o IPE - Instituto de Pesquisa Educacional em Ensino Superior e Pós-graduação Ltda, inscrito no CNPJ: 17.928.040/0001-09, que tem como Sócio Administrador, o sr. Manoel Mariano da Silva<sup>125</sup>. Os proprietários de ambas as empresas já realizaram outras atividades em conjunto, oferecendo cursos de pós-graduação *stricto sensu* com IES estrangeiras desde o ano 2016, conforme publicidade dada pelo grupo<sup>126</sup> e que foi alvo de investigação do MPF-RO por meio do procedimento: 1.31.003.000127/2016-42 que apurou possível oferta irregular de curso de Pós-Graduação, em convênio com a IES estrangeira Visión Educacional Chile - VEC<sup>127</sup>. O Conselho Regional de Enfermagem – COREN/RO, também denunciou que o grupo atuava na oferta de cursos de enfermagem na modalidade EAD sem a devida autorização<sup>128</sup>. A mais recente atuação do grupo foi a constituição de um novo “empreendimento” educacional denominado “Amazônia Educação e Cultura Eireli” que seria representante de uma IES com sede no Estado da Flórida (EUA) de nome “Amazonia University INC” e que é alvo de inquéritos civis<sup>129</sup> promovido pelo MPF/RO.

---

Esquerda” (PSOL) ao lado do também professor da UNIR, Adilson Siqueira de Andrade. Disponível in: <https://psol50.org.br/candidaturas-da-frente-de-esquerda-brasil/>. Acesso em 24 de nov. 2023.

<sup>124</sup> Ver: <https://www.rondoniagora.com/cidades/mec-suspende-atividades-de-faculdade-que-atua-em-rondonia>. Acesso em 24 de nov. 2023.

<sup>125</sup> Manoel Mariano da Silva abriu e fechou empresas com o mesmo nome fantasia ou a mesma finalidade, objetivando a venda de cursos (UMESAM, IPE, CONSAE). Em uma delas, o e-mail cadastrado é da professora Margarida Arcari. Disponível in: <https://inteligem.com.br/socio/manoel-mariano-da-silva-551952>. Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>126</sup> Disponível em: <https://www.gentedeopinio.com.br/educacao/umesam-traz-a-rondonia-mestrado-em-varias-areas-de-conhecimento> e <https://www.ariquemesagora.com.br/noticia/2016/11/29/umesam-celebra-conv-nio-com-a-uds-a-umesam-e-a-uds-assinaram-convenio-de-coordenacao-academica.html#:~:text=O%20Convenio%20representa%20uma%20alian%C3%A7a,como%20Doutores%20com%20trajet%C3%B3ria%20internacional>. Acesso em 23 nov. 2023.

<sup>127</sup> As informações podem ser encontradas em: [https://www.mpf.mp.br/o-mpf/conselho-institucional/documentos-e-publicacoes/pautas\\_distribuicao/extraordinaria/2018/1a-sessao-extraordinaria-2018-cimpr.pdf](https://www.mpf.mp.br/o-mpf/conselho-institucional/documentos-e-publicacoes/pautas_distribuicao/extraordinaria/2018/1a-sessao-extraordinaria-2018-cimpr.pdf). Acesso em 23 nov. 2023.

<sup>128</sup> Disponível em: <https://www.coren-ro.org.br/nota-de-esclarecimento-iesmig-nao-tem-autorizacao-do-mec-para-ofertar-curso-de-enfermagem-na-modalidade-ead-em-rondonia/>. Acesso em 24 de nov. 2023.

<sup>129</sup> Ver: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf-e/2023/DMPF-EXTRAJUDICIAL-2023-12-14.pdf>, <https://www.extraderondonia.com.br/2023/08/23/mpf-ro-apura-possivel-oferta-irregular-de-mestrado-e-doutorado-por-parte-de-instituicao-de-ensino/>. Acesso em 20 de dez. 2023.

A UNESC Porto Velho iniciou atividades por meio da Portaria nº 1.279/2012, com a autorização do curso de Engenharia Civil. Expandiu sua oferta de cursos presenciais focando nas áreas das engenharias. Posteriormente, após a venda para o grupo Ser Educacional, alterou sua denominação no ano de 2021 de “Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho” para “Faculdade Unesc-Unama”.

A Instituição de Ensino Superior de Cacoal (FANORTE), com sede na cidade de Cacoal/RO, teve seu credenciamento publicado por meio da Portaria Nº 122 de 27 de fevereiro de 2013. Esta IES tem como mantenedora a “UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL "PS" LTDA – ME” e seu representante legal o sr. Ronaldo Pereira Silva. Os controladores desta IES são da mesma família e atuam também, conforme informações disponibilizadas, no ramo educacional e imobiliário de Cacoal<sup>130</sup>. A FANORTE teve como foco inicial a oferta de cursos voltados à área da saúde e atualmente tem em seu portfólio 12 cursos de graduação e 28 especializações *lato sensu*.

Outra IES controlada por um grupo familiar local é a Faculdade Marechal Rondon (FARON), com sede na cidade de Vilhena, extremo sul de Rondônia, credenciada em 2016. A FARON tem como mantenedora a “Associação Educacional Modotte”, com CNPJ 17.466.646/0001-61, cujos proprietários são Carlos Alberto Pereira Modotte e Carlos Alberto Moreira Modotte, respectivamente, pai e filho. Em consulta ao e-Mec, identificamos que esta IES oferta cursos de graduação em Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Engenharia Civil. Os proprietários também compõem o quadro docentes desta IES<sup>131</sup> e nos chamou a atenção de que o ramo econômico principal dos Modotte é a pecuária<sup>132</sup>, o que justificaria a opção da FARON por ofertar cursos da área de ciências agrárias.

Faculdade de Educação e Cultura de Ji-Paraná (FAJIPA), também foi credenciada no ano de 2016 e representava também uma expansão do Grupo UNESC<sup>133</sup>. A FAJIPA ofertou apenas um curso de graduação em seu curto tempo de existência: Engenharia Civil. Esta IES foi descredenciada por medida de supervisão pelo MEC, através da Portaria Nº 1102 publicada em 21 de dezembro de 2022.

---

<sup>130</sup> Informações constantes em: <https://ronaldopereirasilva.com.br/biografia.html>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>131</sup> Disponível em: <https://faron.edu.br/professores>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>132</sup> Disponível em: <https://fazendamodotti.com.br/>. Acesso em 25 de nov. 2023. Os Modotte são associados atuantes do “Sindicato dos Produtores Rurais de Vilhena” e também foram autuados pelo IBAMA por crimes ambientais, conforme apontou a Agência de notícias **A Pública** e a ONG **Fiquem sabendo**, que disponibilizaram planilhas obtidas pela Lei de Acesso à Informação e que estão disponíveis em: <https://fiquemsabendo.com.br/meio-ambiente/data-fixers-as-maiores-multas-ambientais-de-2022-no-brasil> e <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/11/planilha-1-multas-filtradas-19-10.xlsx>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>133</sup> Desde 2020 os grupos locais FACIMED e UNESC foram adquiridos pelo monopólio Ser Educacional.

A FIMCA VILHENA ou “Faculdades Integradas Aparício Carvalho Vilhena – FIMCA” é uma expansão do grupo controlado pela Família Carvalho e teve seu credenciamento autorizado na cidade de Vilhena em 2017 e atualmente oferta 13 cursos presenciais de graduação distribuídos nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. A expansão para Vilhena se deu em um momento de disputas pela hegemonia na oferta de cursos da área da saúde, sobretudo de medicina, que à época tinham como concorrentes regionais o Grupo FIMCA, a UNESC e a Faculdade São Lucas.

Em março de 2017 foi credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Porto Velho, mantida pela Ser Educacional e tinha à época a sigla “FMN Porto Velho”. Em junho do mesmo ano altera sua denominação para “UNAMA Faculdade da Amazônia de Porto Velho”. Atualmente, essa IES oferta 17 cursos de graduação e nos chamou a atenção o processo de sua criação, que se deu não por aquisição de uma rede local, mas como uma expansão de um grande grupo empresarial a se instalar em Rondônia.

A Faculdade Sapiens credenciada em 2017 é o resultado da mudança de denominação/marca do que fora a “Faculdade de Porto Velho – FIP” ou “Faculdade de Porto Velho/PORTO”, pertencentes ao grupo Pelúcio, já citadas anteriormente neste trabalho. Como consta no e-Mec, em 2023 alterou sua denominação para “Faculdade Unisapiens – SAPIENS”, expandindo sua atuação com a criação do “Hub educacional” com a UNIRON. Ambas as IES, compartilham a mesma infraestrutura em dois *campi*. Ao que tudo indica, não se trata apenas de uma “parceria” de negócios, mas caminha-se para que as duas IES caminhem para uma fusão com a Uninorte do Acre. Em 2022, UNIRON e SAPIENS anunciaram uma “fusão de atividades educacionais”<sup>134</sup> com a Uninorte e, em 2023, passaram a difundir o nome UniSapiens ao que aparenta ser um processo de transição e consolidação de uma marca.

A “Fundação Escola Lince Kempim – FELK” credenciada no ano de 2020 é uma Instituição que foge à regra das demais IES privadas criadas nos últimos anos em Rondônia. Localizada no pequeno município de Seringueiras, na região do vale do Guaporé, que conta com pouco mais de 11 mil habitantes segundo o último censo do IBGE (2022), a FELK basicamente é uma Instituição privada, criada em 2009, para a oferta de cursos técnicos e que conseguiu autorização para a oferta do curso de Enfermagem naquele município. Além do bacharelado em enfermagem, esta IES oferta especializações *lato sensu* e cursos de nível médio técnico. Os proprietários da FELK são a técnica de enfermagem Maria do Carmo Stevanelli e

---

<sup>134</sup> Em matéria divulgada pelo site fusões e aquisições, em evento realizado em 11 de agosto de 2022, “s mantenedores das três faculdades Sapiens, Uniron e Uninorte anunciaram a fusão de suas atividades, tornando-se um dos maiores conglomerados de educação do ensino superior na região norte”. Disponível em: <https://fusoesaquisicoes.com/acontece-no-setor/faculdade-sapiens-uniron-e-uninorte-anunciam-fusao-de-atividades-educacionais/>. Acesso em 26 de dez. 2023.

o Sr. Antonio dos Santos. Consultando o CNPJ da mantenedora, observamos que os mesmos sócios criaram outras empresas (escolas) com a mesma sigla em outros pequenos municípios rondonienses: São Francisco do Guaporé no ano de 2016, Alvorada D'Oeste e Espigão D'Oeste, ambos em 2021. A atividade econômica constante nessas outras unidades, além de cursos técnicos, é a oferta de Educação Superior (graduação e pós-graduação). Contudo, no e-Mec<sup>135</sup>, não consta nenhuma IES nestes municípios e apenas o pedido em análise para a oferta de EAD, bem como o credenciamento da FELK no município de Seringueiras. Não consta nenhuma autorização de credenciamento no sistema e-Mec para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Ao contrário, o CNE indeferiu solicitação feita pela FELK para a oferta do bacharelado em Farmácia<sup>136</sup>.

A última IES credenciada no período pesquisado foi a “Faculdade de Medicina de Ji-Paraná”, no ano de 2022, que tem como mantenedora a IBMEC Educacional (Grupo Yduqs). Esta é uma IES criada, que não foi fruto de um processo de aquisição de um grupo local. Em 2023, foi incorporada a sigla FAMEJIPA na denominação desta IES. A organização acadêmica desta IES é feita pelo IDOMED<sup>137</sup>, que reúne 17 escolas médicas em várias Unidades da Federação e visa verticalizar a formação de médicos, do bacharelado às especialidades, da pós-graduação *lato sensu* às residências médicas. O Grupo Yduqs, mantém 02 cursos de medicina funcionando na cidade de Ji-Paraná em IES diferentes: a FAMEJIPA e o Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná.

No Quadro 04 observamos que das 11 (onze) IES privadas credenciadas em Rondônia entre 2011 e 2022, 09 (nove) foram criadas até o ano de 2017 e as outras duas restantes, credenciadas respectivamente nos anos de 2020 e 2022. Se compararmos a participação no número de matrículas ofertadas constantes no Tabela 9 (abaixo), podemos constatar que nos anos de 2018 e 2019 houve uma estagnação desta participação, que só volta a crescer no ano de 2020. Este período coincide com a ampliação do Ensino a distância (EAD) que segundo o INEP<sup>138</sup>, cresceu 474% entre 2011 e 2021.

<sup>135</sup> As informações podem ser verificadas em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MjE5MzU=>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>136</sup> O Parecer CNE/CES 414/2020 que negou a autorização do curso pode ser encontrado em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=57&data=25/08/2020&captchafield=firstAccess>. Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>137</sup> Informações podem ser encontradas em: <https://www.idomed.com.br/sobre-o-idomed>. Acesso em 23 fev. 2023.

<sup>138</sup> Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>. Acesso em 23 de nov. 2023.

Tabela 9. Rondônia - Matrículas em Ensino Superior – Graduação 2015/2020

	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	Nº	%										
Total	73.654	100%	75.688	100%	76.561	100%	78.182	100%	78.883	100%	79.033	100%
Pública	10.672	14%	11.185	15%	12.899	17%	12.382	16%	12.545	16%	11.066	14%
Privada	62.982	86%	64.503	85%	63.662	83%	65.800	84%	66.338	84%	67.967	86%

**Fonte:** INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior (vários anos) e IBGE/Anuários estatísticos: Educação

**Org:** o autor

O processo de instalação de polos da EAD e sua consequente expansão foi viabilizada no governo Temer por meio do Decreto nº 9057 de 25 de maio de 2017 e da Portaria Normativa Nº 11 publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2017<sup>139</sup> que regulamentou o referido decreto. A justificativa apontada pelo MEC<sup>140</sup> – dirigido à época por Mendonça Filho – era “ajudar o país” a atingir a Meta 12 do PNE, que determinava a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos. Esta medida garantiu às IES privadas já credenciadas para esta modalidade a autonomia para a criação de polos de EAD sem a prévia autorização do MEC. Assim, as IES privadas que possuíam Conceito Institucional (CI) 3 poderiam criar até 50 polos por ano, as com CI 4 até 150 polos e as com CI 5 até 250 polos por ano.

O Censo da Educação Escolar de 2022 disponibilizado pelo INEP, aponta que 05 IES privadas concentram 27% do total de matrículas (somadas EAD e Presencial) de graduação em todo o Brasil. Contudo, é justamente na EAD que Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (do grupo Cogna), Centro Universitário Leonardo da Vinci, Universidade Cesumar, Universidade Estácio de Sá e Universidade Paulista somam mais de 2,3 milhões de alunos nessa modalidade, ou 91% do total de seus estudantes.

A concorrência por matrículas com incremento de ofertas de vagas em EAD por meio da criação de polos presenciais, secretarias e parcerias locais contribuíram para que os grandes grupos empresariais que exploram esta fatia do mercado pudessem avançar em Rondônia. Ao realizar a nossa pesquisa identificamos um exemplo típico de como as grandes corporações educacionais que exploram a oferta de EAD se instalam por aqui. A título de exemplo, uma empresa de cursinhos<sup>141</sup>, que já existe há 17 anos em Rondônia, sedia também polos da faculdade Estácio em todas as suas unidades, nos 04 municípios onde está instalada.

<sup>139</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category\\_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 23 de nov. 2023.

<sup>140</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/50451-mec-atualiza-regulamentacao-de-ead-e-amplia-a-oferta-de-cursos>. Acesso em 23 de fev. 2023.

<sup>141</sup> O cursinho Excelência, empresa de cursos preparatórios, em sua página na internet diz apresentar “soluções educacionais próprias ou em parceria com outras instituições de ensino”. Em suas unidades nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena é possível ver que a “parceria” é duradoura, uma vez que em todas elas

Identificamos que até o ano 2022 foram credenciadas 39 (trinta e nove) IES privadas em Rondônia, que ao longo das páginas deste trabalho pudemos analisar seu processo de desenvolvimento, extinção, permanência no mercado enquanto IES isolada ou adquirida pelos grandes conglomerados educacionais que monopolizam o Ensino Superior em nosso país. Analisando os dados mais recentes disponibilizados pelo INEP<sup>142</sup>, existem 30 IES privadas credenciadas em Rondônia, distribuídas em 14 municípios.

Cruzando os dados de matriculados em cursos Presenciais e EAD, constatamos que as matrículas estão distribuídas em 33 municípios e, destes, 19 municípios absorvem matriculados através da oferta de polos de EAD. Os dados disponibilizados pelo INEP registraram que em Rondônia o número total de matrículas presenciais e em EAD no ano de 2022 eram de 85.485 estudantes. Deste total, 12.743 (14,9%) estavam matriculados nas IES públicas (UNIR e IFRO) e 72.742 (85,1%) estavam matriculados nas IES privadas. Para melhor compreendermos o impacto e a presença das IES privadas, organizamos o quadro abaixo:

**Quadro 5. Polos de EAD de IES privadas e presença nos municípios de Rondônia**

<b>IES PRIVADAS</b>	<b>Municípios</b>	<b>Polos</b>
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	25	28
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	19	26
Universidade Estácio de Sá – ESTÁCIO	18	20
Centro Universitário Fael - UNIFAEEL	19	19
Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSSELVI	15	16
Centro Universitário UNICESUMAR	12	14
Centro Universitário UNIFATECIE	10	13
Centro Universitário Internacional UNINTER	06	06
Centro Universitário CLARETIANO	06	06
Universidade Santo Amaro – UNISA	06	06
Centro Universitário – UFBRA	05	05
Universidade Paulista - UNIP	04	05
Universidade ANHANGUERA	03	03
Centro Universitário das Américas – FAM	03	03
Wyden Educacional	03	03
Universidade Anhembi Morumbi	01	04
Centro Universitário – FMU	01	01
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE	01	01
Universidade Metodista de São Paulo	01	01
Universidade La Salle	01	01
Fasul Educacional EAD	01	01
Universidade Santa Cecília – Unisanta	01	01

Fonte: Páginas oficiais da IES privadas acessadas em 2023. Última atualização: jan. 2024.

funcionam os polos de EAD da faculdade Estácio. Disponível em: <https://www.ieex.com.br/nossas-unidades>. Acesso em 24 de nov. 2023.

<sup>142</sup> Sinopse Estatística da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 25 de nov. 2023.

Org: o autor

O quadro acima, exemplifica a presença consolidada da oferta de EAD pelas IES privadas, mesmo que um número considerável das listadas acima não tenham qualquer credenciamento de IES presencial em Rondônia. Os grandes grupos empresariais que disputam a aquisição de grupos locais, também disputam mercado nesta modalidade de ensino. A UNOPAR, empresa do grupo Cogna/Kroton, possui 26 polos de EAD ficando atrás apenas da Cruzeiro do Sul Educacional. Contudo, se somarmos os 03 polos da Universidade Anhanguera, que também pertence ao grupo Cogna/Kroton, a disputa entre ambas fica mais acirrada. A Estácio, que se apresenta com 20 polos e a Wyden Educacional, que tem 03 polos, pertencem ao grupo Yduqs. Se somarmos os polos educacionais da UNIASSELVI e UNICESUMAR, veremos que o grupo educacional que concentra o maior número de polos de EAD em Rondônia é o grupo Vitru Educação, que controla ambas as IES dedicadas à oferta desta modalidade de ensino.

### **5.5. A educação a distância é o carro chefe da privatização do Ensino Superior**

Os dados apresentados demonstram que educação superior em Rondônia é majoritariamente privada e por meio de EAD. Esse fenômeno ocorre em todo o país. Segundo Soares (2021, p. 103), o histórico da EAD, por vezes, remonta “as experiências a partir da década de 1940, como as radiofônicas, do Instituto Universal Brasileiro, da formação técnica do Sistema S, etc.”. Contudo, para este autor, “o que havia até a década de 1990 eram predominantemente experimentos não formais que os distinguem completamente do que presenciamos agora, novo tempo no qual os interesses da EAD estão fundamentalmente assentados na educação formal” e, a nosso entender, de modo especial, nos cursos superiores de graduação. Conforme Giolo (2018, p.73), o sentido do termo “educação a distância” se aplica “ao fenômeno recente e à volumosa presença da modalidade a distância na educação formal, usufruindo das mesmas prerrogativas que a modalidade presencial”.

Para Soares (2021, p. 103), “os primeiros dados da educação a distância apareceram no ano 2000” nas publicações estatísticas do INEP e “se referiam exclusivamente às instituições públicas”. É apenas em 2002, que são identificados dados da iniciativa privada, com qual se conclui que “as bases para que esse processo adquirisse corpo” foram lançadas a partir da década de 1990 (Soares, 2021, p. 103). Tivemos nesta década, iniciativas de ordem legal, como é o caso da LDB, do Decreto nº 2.494/1998 (este com algumas correções feitas pelo do Decreto

nº 2.561/1998) e da Medida Provisória nº 1.477-39/1997<sup>143</sup>. Mas tivemos também iniciativas de ordem institucional, como foram a criação da Subsecretaria de Programas de Educação a Distância, dentro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em 1995 e da criação da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 1996.

Até 1997 apenas as pessoas jurídicas sem fins lucrativos poderiam ocupar-se da educação no formato EAD (Soares, 2021). Com uma Medida Provisória de FHC (Medida Provisória nº 1.477-39/1997), as entidades com fins lucrativos também puderam atuar na Educação Superior. Isso explica, em parte, por que a iniciativa privada fez do ensino superior de graduação o terreno fundamental de seus investimentos. Isso explica também o fato de chegarmos a 2015 com as matrículas de educação a distância controladas pela iniciativa privada à razão de 90%. Até aquele momento, “a modalidade a distância era usada, principalmente, pelas instituições públicas que, em parceria com Estados e Municípios”, cuidavam de dar “formação superior aos milhares de professores que não tinham graduação e”, segundo a LDB, deveriam obtê-la até 2006 (Soares, 2021, p. 104). Em 2002, havia “milhares de pedidos de credenciamento de instituições e de autorização de cursos no âmbito do MEC. ‘À medida que foram sendo liberados, houve uma desenfreada corrida às minas de ouro recém-descobertas’” (Giolo, 2018, p. 76, *apud* Soares, 2021, p. 104).

Para Sousa (2019, p. 5 *apud* Soares, 2021, p. 105), é “a partir de 2001”, que os “fundos de investimento privado – *Private Equity* – compostos por capital nacional e estrangeiro, passam a investir no mercado da educação superior privada” que resultou em “diversos processos de fusões e aquisições que dão origem a grandes conglomerados educacionais e, pouco depois, a concentração de capital ganha novos contornos com a participação destas empresas na Bolsa de Valores, convertendo-as em empresas de capital aberto”. Conforme a autora, o processo de mercantilização do ensino se acentua nos anos 2000 por meio da ampliação de cursos e vagas nas instituições privadas, abrindo caminho para o processo de financeirização e monopolização do ensino superior por grandes empresas estrangeiras. Ainda, segundo Sousa (2019):

[...] a Educação a Distância expõe outra face da mercantilização do ensino superior, pois empresários do setor viram nesse recurso mais uma forma de potencializar seus lucros, o governo, por sua vez, regulamentou de forma insatisfatória a implantação do EAD, permitindo larga exploração desta modalidade de ensino pela iniciativa privada. **Diante disso, sustentamos que a ampliação de ofertas de cursos EAD inaugura uma nova etapa de expansão mercantil do ensino superior privado**, visto que, com a crise econômica a partir de 2014 e as alterações nos programas de subsídios (FIES e Prouni) para os cursos presenciais, a modalidade EAD tem apresentado os maiores

<sup>143</sup> A Medida Provisória nº 1.477-39/1997 foi reeditada inúmeras vezes, em virtude dos prazos legais, mantendo nas MPVs subsequentes o mesmo texto.

índices de crescimento, e entusiasmado as instituições representativas das empresas privadas de educação (Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino Superior – ABMES, Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular) (Sousa, 2019, p. 7 *apud* Soares, 2021, p. 106, grifos da autora).

Um fator importante dessa expansão diz respeito aos gastos com a educação. A educação a distância reduz os custos com prédios, equipamentos e mobiliário, com a vantagem de contratação de pessoal com menores salários, como tutores, monitores, técnicos e professores (conteudistas) com contratos intermitentes e precários (Lancillotti, 2014, p. 9). Para a autora, “a objetivação do trabalho docente permite que um mesmo professor (que realiza trabalho complexo), com o suporte de inúmeros trabalhadores de menor custo (que realizam trabalho simples), atenda a um contingente de alunos muito mais vasto do que o possível no ensino convencional” (Lancillotti, 2014, p. 10). Conforme o autor se amplia a extração de mais-valia relativa, o que faculta às empresas educacionais vultosos lucros com baixa inversão de salários.

Para Piolli; Sousa (2017, p. 146) “os trabalhadores da educação, em especial os docentes, não passaram incólumes a esse processo, pois a consolidação da expansão mercantil ocorreu com base na incorporação de princípios e fundamentos do setor empresarial, ou seja, na otimização dos recursos”. Como resultado, a “alteração nos processos de trabalho, foi apenas a expressão primeira, à qual se somaram a manipulação nos regimes de contrato de trabalho e a fragmentação da carreira docente” (Piolli; Sousa, 2017, p. 147). Para estes autores, já se tornou “corrente a expressão ‘teleprofessor’ para referir esse trabalhador que, não raro, acumula grandes jornadas de trabalho a fim de compor urna remuneração média, além de estar submetido aos mecanismos de controle e mérito típicos da nova planta organizacional das IES privadas” (Piolli; Sousa, 2017, p. 153).

A ordem econômica atual busca dar sobrevida ao capitalismo em sua fase parasitária e em decomposição (imperialismo). Para Saviani (2007), essa nova ordem econômica mundial estimula a competição, buscando maximizar a produtividade, com ênfase no trabalho morto (tecnologia) sobre o trabalho vivo, excluindo os trabalhadores do processo de produção.

Os organismos multilaterais do imperialismo, como o Banco Mundial, orientam que a universidade latino-americana, nos países de capitalismo burocrático, não deve se dedicar à produção de ciência e tecnologia, mas apenas com formação de mão de obra requerida pelo mercado, conforme explica Leher (2001, p. 9):

O Banco mundial entende que, na América Latina, por exemplo, não cabe universidade com modelo europeu. Uma universidade que emprega muita gente, que

tem um corpo permanente de professores e funcionários. Uma universidade que tem a docência, o momento de interação entre professores e estudantes, como central na formação, a produção do conhecimento novo. Segundo o Banco Mundial, esta universidade não diz respeito ao desenvolvimento de países periféricos. Daí o incentivo à diversificação das estratégias de oferta do ensino superior. Os institutos superiores de formação, os cursos sequenciais para graduação precária em uma série de carreiras, a estratégia da EAD. Tudo interessa porque aligeirizam a formação. O Banco está convencido de que a formação necessária a tais países da América Latina é a mais rápida e voltada para o mercado.

Desde 2019, o número de matrículas na EAD é superior às matrículas da modalidade presencial. Conforme dados do Inep, em 2022, foram 3.100.556 novos ingressantes na EAD, enquanto no presencial foram apenas 1.656.172 novos alunos.

Em relação a cursos de formação de professores, conforme dados do Inep, ocorreu crescimento de 64% das matrículas dos cursos de licenciatura na EAD, o que demonstra que a maior parte dos professores de educação básica do país está sendo formada por meio da educação a distância.

Uma formação precária, conforme Shiroma (2003, p. 76), tem a intenção a desintelectualização docente: “Deste ponto de vista, pode-se inferir que a decisão de se tirar a formação de professores da universidade não visa apenas a redução de custos, mas também o processo gradativo de desintelectualização do professor” A desintelectualização ocorre principalmente pelos princípios que regem os cursos de EAD, em sua maioria, que são os de aproveitar a prática do professor para realizar uma reflexão colada na empiria, afastando, assim, a formação deste de uma teoria científica, mais elaborada. Se oferece o pragmatismo e o recuo da teoria existente nesta formação e a consequente supervalorização da prática.

Um efeito notório desse procedimento – ao lado do da “desintelectualização” do professor – é a despolitização da formação docente em nome de um novo “modelo técnico”. Essa racionalidade sugere que a prática docente é “neutra” por se voltar quase que exclusivamente ao campo intraescolar. Dispensa, assim, o conhecimento como campo de inteligibilidade do mundo e desobriga, portanto, o pensamento, de considerar as determinações desse mesmo mundo. Ao fim e ao cabo, despolitiza a formação e a própria prática, pois, mesmo aceitando a ideia de conflito, restringe-o a imediaticidade das diversidades individuais, ou no máximo, das de grupos. (Moraes, 2004, p.11).

A formação precária e aligeirada não faz mais que “modelar um novo perfil de professor, competente tecnicamente e inofensivo politicamente” (Shiroma, 2003, p. 74). Eis o perfil de professor ajustado como “[...]cidadão proativo, flexível, empreendedor, aspirante ao trabalho e tolerante nos momentos em que se encontrar sem emprego” (Shiroma; Evangelista, 2003, p. 6). Conforme Malanchen (2007, p. 215), “podemos chegar à conclusão de que a democratização da formação docente por meio da EAD pretende alcançar três objetivos: o

primeiro é o de baratear o custo da formação docente; o segundo é o de capacitar tecnicamente e habilitar legalmente os professores; o terceiro é o de despolitizar essa formação”. A certificação em larga escala tem produzido profissionais com dificuldades em exercer a profissão e hoje já se sente esse resultado.

A má formação dos professores incide sobre os índices da avaliação da educação básica. Conforme dados do Inep, 6 de cada 10 professores brasileiros foram formados em cursos a distância, que têm qualidade questionada pelo MEC. O Brasil continua abaixo da média da OCDE no programa de avaliação. Essa situação culminou na Portaria Nº 2.041, de 29 de novembro de 2023, assinada pelo Ministro da Educação Camilo Santana sobrestando processos de autorização de alguns cursos superiores e de credenciamento de instituições de educação superior na Modalidade a Distância (EAD), enquanto se noticia que haverá medidas proibitórias de cursos de licenciatura totalmente a distância.

Democratiza-se o acesso, mas não se democratiza o conhecimento. O ensino oferecido pela EAD não tem garantido uma formação de qualidade. Conforme Catini (2018, p.15):

[...] o Estado contribui para universalizar o acesso à educação pela forma escolar, ao mesmo tempo em que permite uma diferenciação das classes pela qualidade e forma distinta das ofertas de serviço educativo. Universaliza-se uma forma, sem eliminar a distinção dos conteúdos, uma vez que passamos a considerar o direito pelo acesso à forma e não à formação.

Busca-se justificar essa modalidade de ensino como forma de expansão da oferta, de forma a democratizar o acesso. Em Rondônia, esse discurso tem repercutido, já que se trata de um estado amazônico com poucas oportunidades educacionais. A palavra democracia tem sido utilizada para justificar a implementação da Educação a Distância (EAD). O capitalismo em essência não tem nada de democrático. A democracia burguesa é ditadura para o povo, travestida de “ampla democracia” por meio da farsa do sufrágio universal. Conforme Lenin (1978, p. 111), o que a velha sociedade capitalista tem a nos oferecer é, “uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria”. O que se busca oferecer nessa “democratização do ensino” é apenas uma “oportunidade de certificação, o que não assegura nem inclusão, nem permanência, e muito menos, conhecimento científico” (Soares, 2021, p. 102). Conforme explica Malanchen (2007, p. 209):

[...] o discurso da democratização de acesso à educação pela EAD, além de criar uma ilusão de que todos, por meio dela, podem melhorar suas vidas, carrega outra intenção: a de formar mão-de-obra especializada para a nova fase de acumulação do capital que exige trabalhadores capacitados tecnicamente, criativos, eficientes e adaptáveis. Em outros termos, a educação passa a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento econômico, para o ajustamento dos indivíduos ao chamado mercado

de trabalho, deixando-se em segundo plano a questão da educação como instrumento de emancipação humana, de participação, de interferências nas questões políticas, de expressão de pontos de vista sobre o modo de condução da coisa pública.

Outra justificativa se assenta no uso de novas tecnologias educacionais como o caminho para a modernidade. As tecnologias têm se constituído na base fundamental da produção e reprodução das relações capitalistas no modo de produção capitalista em sua fase imperialista. Busca-se associar as inovações tecnológicas ao processo de democratização das informações que interessam às classes dominantes. O discurso de democratização do ensino superior vem desde os anos 2000, com a Reforma da Educação Superior do Governo Lula, utilizando-se da educação a distância como principal instrumento.

Há dois objetivos fundamentais nesse processo: a primeira é impor a ideologia de que pelo acesso à educação, mesmo que seja per meio de EAD, todos podem alcançar condições sociais de vida melhores; a segunda é formar um grande exército de mão-de obra requerida pelo sistema produtivo, como garantia de “empregabilidade” e “qualificação” (Soares, 2021, p. 103).

Com a pandemia do Covid-19, se fortaleceu ainda mais as políticas de EAD e sua naturalização: “A apropriação do ensino remoto passa a ser uma defesa não apenas dos que assumidamente são liberais, neoliberais e de extrema direita, mas também de uma parte dos que se consideram progressistas”. Justificando-se na necessidade de isolamento e da aparente demanda das classes populares “amplos setores do movimento docente passaram a incorporar o ensino remoto não como uma bandeira de preservação da vida, mas como algo inevitável diante do chamado “novo normal”, de um mundo mediado pela tecnologia”. (Farage, 2021, p. 228).

A pandemia da Covid-19 também contribuiu para as estratégias dos organismos multilaterais do imperialismo, ampliando suas estratégias privatistas e tecnicistas para a educação superior. A UNESCO lançou em 2020, a “Coalizão Global de Educação”, sob o discurso de defender o direito à educação durante o período de suspensão das atividades educacionais. A estratégia era “fornecer educação a distância adequada a todos os estudantes”. No mesmo ano, também o Banco Mundial apresentou o documento “COVID-19: impacto en la educación y respuesta de política pública”. O foco dos documentos é o de “apontar o ensino a distância como um imperativo para que, durante a pandemia, os estudantes tenham acesso à educação” e não percam vínculos com suas instituições. (Farage; Costa; Silva, 2021). Ao mesmo tempo, UNESCO e BM passaram a defender que o uso do ensino a distância devesse permanecer no pós-pandemia. A pandemia contribuiu para alavancar os cursos de EAD ofertados pelas IES privadas em todo o Brasil ao mesmo tempo em que pressionou à mudança de cursos presenciais para cursos híbridos. Os verdadeiros beneficiados com a EAD são as

Organizações Sociais (OS), setor privado de tecnologia, às grandes empresas transnacionais do mercado de tecnologia digital como a Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft, etc. Os dados pessoais dos alunos, professores e técnicos serão expostos aos monopólios, uma vez que nas plataformas da Google (e dos outros monopólios) tudo é monitorado e salvo para montar perfis pessoais aprofundados, que servirão para fazer marketing personalizado, políticas de comportamento de massas, campanhas eleitorais e sabe-se lá o que mais.

Em resumo, a educação a distância faz parte do plano de privatização e mercantilização da educação pública e só serve aos interesses do Banco Mundial e das grandes corporações econômicas de tecnologias.

## **5.6. Os conglomerados educacionais e suas conexões financeiras internacionais**

Ao longo deste capítulo, demonstramos que nossa pesquisa identificou que em Rondônia durante o Governo Sarney foram credenciadas 05 IES privadas; nos Governos Collor e Itamar Franco, foi credenciada uma IES privada; nos Governos FHC (dois mandatos) foram credenciadas 09 IES privadas; nos dois mandatos de Luiz Inácio foram 06 IES credenciadas; nos governos Dilma foram 05; no curto mandato de Michel Temer foram 03 credenciamentos e no governo Bolsonaro foram 02 credenciamentos.

Do total de 30 instituições privadas de ensino superior, credenciadas com ensino presencial e em pleno funcionamento no ano de 2023 em Rondônia, 17 IES (57%) estão concentradas nas mãos de 05 grandes grupos empresariais. Destas 17 IES privadas, 05 pertencem à Ser Educacional, 04 IES pertencem à Yduqs, 02 IES pertencem à Afya, 04 IES pertencem ao grupo Aparício Carvalho e 02 IES ao recém criado grupo UniSapiens. Além destas, os conglomerados Cogna, Ânima e Vitru disputam matrículas por meio da expansão da EAD.

Optamos por não realizar um histórico de cada conglomerado educacional, uma vez que há inúmeras publicações acerca destes grupos empresariais e pesquisas de fôlego que tem se debruçado sobre esse processo de expansão. Em nosso entender, é oportuno dar destaque ao trabalho “Democratização Ou Massificação? Política de expansão da educação superior no Brasil (2002-2012)”<sup>144</sup> realizado por Valdemar Sguissardi que trouxe uma análise sobre a

---

<sup>144</sup> Este trabalho está disponibilizado em formato de livro (e-book) na página de Valdemar Sguissardi e é versão revisada e corrigida em 27/10/2020. Chamamos a atenção para o capítulo 4 “Alguns elementos contextuais básicos da atual Política de Expansão da Educação Superior e a mercantilização da educação”, embora a obra como um todo forneça elementos para outros estudos. O link para baixar é: [https://vsquissardi.com.br/wp-content/uploads/2022/09/2022\\_vs-cne-ebook.pdf](https://vsquissardi.com.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_vs-cne-ebook.pdf). Acesso em 24 de novembro de 2023.

referida política no período, e identificou “características predominantes de privatização mercantilizada”, que foram pavimentadas no contexto do regime militar.

Estas políticas, foram fortalecidas pelas “determinações legais” dos anos de 1990, onde ocorrera a “substituição do Estado do Bem Estar Social ou do Estado Nacional-Desenvolvimentista, em crise, pelo chamado neoliberalismo” (Sguissardi, 2015b). Este processo, foi fruto da “adesão ideológica e política de dirigentes e empresários de nosso país” ao receituário disseminado pelo “Consenso de Washington (FMI, BM, BID, OMC, entre outros”. (Sguissardi, 2015b, p. 94-95). E justamente,

[...] são exatamente os organismos multilaterais financeiros (BM e BID) ou de coordenação mundial do comércio de serviços (AGCS da OMC) os principais articuladores e incentivadores do mercado educacional mundial. E não é por acaso que por detrás da aparência ou da “marca” das companhias ou grupos empresariais desse mercado estejam Bancos e Fundos de Investimento nacionais e, principalmente, transnacionais, assim como a própria *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial, a lhes emprestar recursos financeiros ou mesmo a adquirir suas ações, como já referido e como será melhor demonstrado adiante. (Sguissardi, 2015b, p. 94-95).

Outro trabalho que analisa à fundo o processo de concentração de capitais por meio das fusões e aquisições é a tese de Allan Kenji Seki (2020): “Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)”. Em seu trabalho, Seki, mapeou de forma abrangente a relação entre os fundos e bancos de investimentos e os capitais de ensino da Kroton, Anhanguera, Ser Educacional e Ânima Holding, que possibilitaram discutir aspectos “sobre o modo de atuação da finança no Ensino Superior brasileiro, suas vinculações com capitais internacionais e as relações de lutas sociais levadas a cabo por essas frações capitalistas na educação brasileira” (Seki, 2020, p. 17).

A mercantilização, além de acentuar a concorrência entre as instituições privadas, as põem “em movimento de transformações em suas atividades e estruturas”. Neste contexto, estas IES buscam uma “aproximação com o setor produtivo, não só devido à necessidade de ingressos orçamentários, mas, também, como parâmetro do que deve ser produzido pelas instituições de educação superior” (Silva Jr; Sguissardi, 2020, p. 252-254).

Passemos, pois, a analisar este fenômeno particular retomando a discussão realizada nos capítulos anteriores acerca do processo de concentração de capital, a partir dos monopólios, na etapa superior do capitalismo: o imperialismo. Neste estágio:

[...]tem-se o capital financeiro que é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais e, a partilha

do mundo, como transição da política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido. (Turmena; Nunes, 2022, p. 3).

Embora não seja uma novidade este processo, a fusão de capital bancário com capital industrial, sua atuação nos fundos de investimento passou cada vez mais a controlar setores inteiros. Para o capitalista, o assim chamado “mercado educacional”, é uma das últimas fronteiras a ser controlada e monopolizada. Além disso, para Seki (2020, p. 296):

A educação não é uma mercadoria qualquer. Por um lado, ela interessa como produto ou matrícula que é vendida e, também, como negócio que alcança as magnitudes das gigantescas fusões e aquisições realizadas, mas ela é, por outro lado, uma mercadoria específica pelas suas raízes na formação humana: em seus elementos de preparação da força de trabalho, das formas de consciência e da cultura brasileira.

Os fundos de investimento, atuam em diversos segmentos de forma diversificada, por meio de aquisições de participação em ações negociadas nas bolsas de valores (*private equity*). No plano internacional, segundo Turmena e Nunes (2022, p. 3):

Os três principais fundos de investimentos do mundo (BlackRock, The Vanguard Group e SSgA – com US\$ 6,52 trilhões; US\$ 5,3 trilhões e US\$ 2,5 trilhões em caixa, respectivamente) estão listados entre os dez principais acionistas diretos de empresas de setores bastante diferentes: Microsoft (software), Boeing (aeroespacial e defesa), Catterpillar (máquinas pesadas), JP Morgan Chase (banco), Coca-Cola (bebidas), Exxon Mobil Corporation (Energia), Bunge (trader agrícola), Philip Moris (cigarros), Nestlé (processamento de alimentos), Tal Education Group (Educação). Todas estas empresas são as maiores em seus respectivos setores. A SSgA não participa diretamente nas duas últimas, mas participa indiretamente por ser acionista dos dois outros fundos.

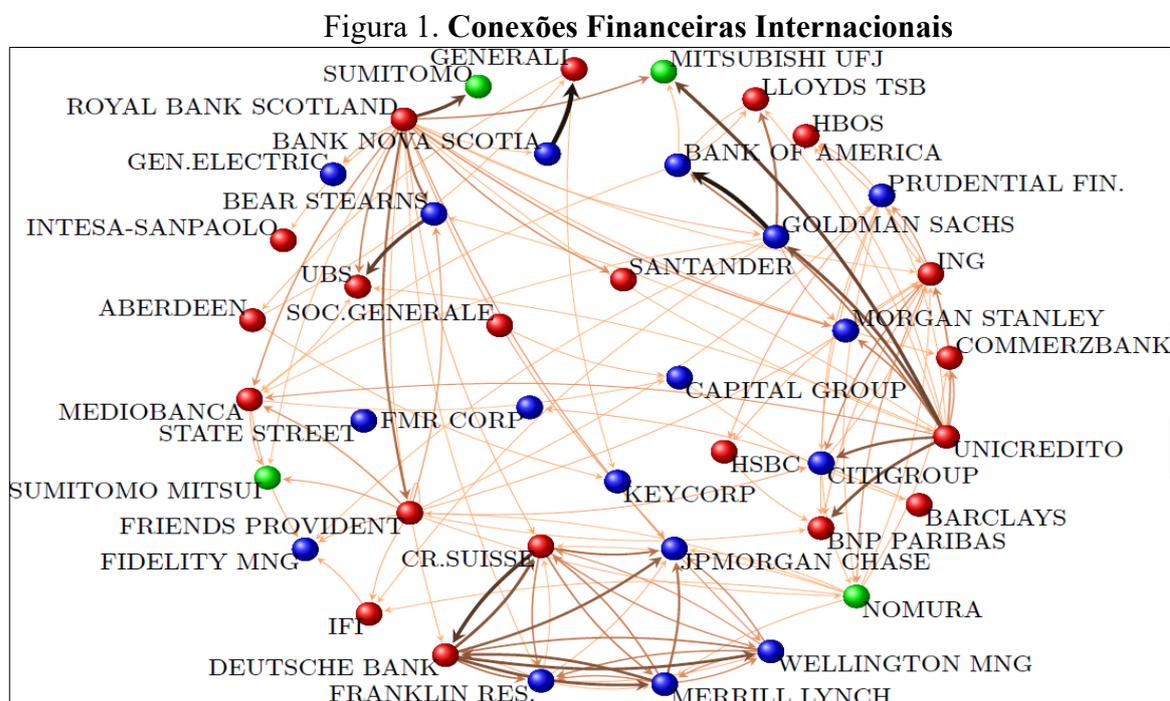
Embora haja dificuldade em realizar um mapeamento global acerca da atuação do capital especulativo, em 2011, uma pesquisa realizada pelo ETH (Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica), “iluminou pela primeira vez o sistema global nesta escala, com dados concretos”. Com o título “A Rede de Controle Corporativo Global”<sup>145</sup>, os pesquisadores “selecionaram as 43 mil corporações mais importantes no banco de dados Orbis 2007, composto por 30 milhões de empresas, e passaram a estudar como elas se relacionam”, identificando o peso econômico, rede de conexões entre elas, fluxos financeiros e “em que empresas têm participações que permitem controle indireto” (Dowbor, 2017, p. 41).

Analisando os dados apresentados pela pesquisa, é possível identificar as conexões financeiras internacionais, a elevada conectividade entre as corporações, exemplificadas

---

<sup>145</sup> Disponível em: <http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>. Acesso em 20 dez. 2023.

abaixo. As cores indicam diferentes áreas geográficas: UE (vermelho), EUA (azul), outros países (verde); a largura e a escuridão dos links mostram o seu peso e apenas os links mais importantes são mostrados.



Fonte: S. Vitali, J.B Glattfelder e S. Battiston: <https://goo.gl/9oj8no17> (Dowbor, 2017, p. 44)

Nas conexões financeiras internacionais apontadas acima, temos, entre outros bancos que estão no topo da concentração, os bancos Morgan Stanley e JP Morgan Chase. Ambos, bancos americanos, de uma mesma origem, sendo que J.P. Morgan mantém suas operações como banco comercial e Morgan Stanley atua nas operações relacionadas ao banco de investimentos. Para Dowbor (2017, p. 39):

Controlar de forma estruturada e hierárquica uma cadeia produtiva gera naturalmente um grande poder econômico, político e cultural. Econômico, pelo imenso fluxo de recursos, maior do que o PIB de numerosos países. Político, pelo da apropriação de grande parte dos aparelhos de Estado. E cultural, pelo fato da mídia de massa mundial criar, com pesadíssimas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que lhes interessa, gerando boa parte dos problemas globais que enfrentamos.

Ainda sobre o controle destas corporações que atuam no mundo, Dowbor (2017, p. 48), conclui:

Outra conclusão importante da pesquisa do ETH refere-se à fragilidade sistêmica que geramos na economia mundial. Quando há milhões de empresas, há concorrência real. Ninguém consegue “fazer” o mercado, ditar os preços e muito menos ditar o uso dos recursos públicos. Com grande número de pequenas e médias empresas, os

desequilíbrios de poder se ajustam com inúmeras alterações pontuais, assegurando uma certa resiliência sistêmica. Com a escalada atual do poder corporativo, as oscilações adquirem outra dimensão, tornam-se estruturais. A volatilidade dos preços de petróleo, em particular, com efeitos dramáticos sobre a organização da política econômica de numerosos países, está diretamente conectada a estas estruturas de poder.

O controle econômico, político e cultural dessas corporações, esmagadoramente composta por grupos europeus e americanos, acentua o processo de dominação nos países semicoloniais, com governos submetidos à cartilha dos organismos internacionais. O setor educacional sofreu esse processo de mercadorização e mercantilização<sup>146</sup> ao longo dos últimos anos. “A destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas”, tornando-as “empresas” educacionais ao mesmo tempo em que a “iniciativa privada se desenvolve utilizando o dinheiro público que deveria estar sendo aplicado na expansão da educação pública” (Freitas, 2018, p. 55-56).

No caso dos grupos educacionais brasileiros, os principais fundos que atuam nos controles acionários são: BlackRock Fund Advisors, The Vanguard Group, The Fidelity e Morgan Stanley, que além “de serem os principais fundos de gestão de investimentos do mundo”, também “são acionistas um do outro e acionistas dos maiores bancos e fundos de investimentos” (Turmena; Nunes, 2022, p. 5). No caso da composição acionária do Black Rock Fund Advisors, Inc:

O principal acionista do fundo é o PNC Bank, que detém 21,6% das ações. Em seguida aparece o The Vanguard Group, com 5,53% das ações, Capital Research & Management Co com 5,3%, a Black Rock Fund Advisors, com 3,51% das ações e a SSgA Funds Management, com 3,37%. Aqui também se verifica a participação cruzada entre os fundos, particularmente entre os três estudados. Os dez maiores acionistas detêm 48,57% das ações. (Turmena; Nunes, 2022, p. 5).

No caso do banco Morgan Stanley, o trabalho de Turmena e Nunes (2022, p. 7), aponta que os 10 maiores acionistas são *Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.*; *SSgA Funds Management, Inc.*; *The Vanguard Group, Inc.*; *T. Rowe Price Associates, Inc. (Investment Management)*; *BlackRock Fund Advisors*; *JPMorgan Investment Management, Inc.*; *Fidelity Management & Research Co.*; *ValueAct Capital Management LP*; *Invesco Advisers, Inc.*; *Citadel Advisors LLC*. Estes acionistas, controlam 51,89% das ações desse fundo. Os grupos

---

<sup>146</sup> Para Motta e Andrade (2020, p. 4) a **mercantilização** é o “processo pelo qual a educação escolar é subsumida à forma e à lógica da mercadoria” e a **mercadorização** é “processo pelo qual a educação escolar é transformada em nicho de mercado”.

educacionais de capital aberto com sede no Brasil, tem em seus quadros de acionistas bancos e fundos com sede nos países imperialistas.

Conforme o Relatório “A Educação Brasileira na Bolsa de Valores”<sup>147</sup> (2020), há oito empresas privadas de capital aberto atuando no setor educacional no Brasil: Kroton Educacional S.A. (ou Cogna), Yduqs Participações S.A., Ser Educacional S.A., Ânima Holding S.A., Bahema, Arco Educação S.A., Afya Participações S.A e Vasta Plataforma Limited.

Optamos por realizar a análise dos grupos empresariais que atuam na educação superior, razão que Arco Educação S.A. e Bahema foram excluídos. O relatório citado em tela, organizado pelo Instituto Tricontinental oferece um conjunto de elementos de todas essas IES, que podem subsidiar outras pesquisas acerca deste processo de crescente concentração do “mercado educacional” nas mãos de grandes grupos empresariais, que tem como controladores os bancos e fundos privados com sede nas potências imperialistas.

Não se trata, contudo, de que esse processo se deu apenas com base na atuação do capital especulativo internacional que passou a atuar no “mercado educacional” e na estratégia adotada por esses grupos para criar as condicionantes de sua expansão. O Estado brasileiro teve papel decisivo neste processo, conforme aponta Leher (2021, p. 12):

[...] o Estado estruturou meios poderosos de alavancagem para os negócios educacionais. A expansão privada mercantil do setor de educação superior foi, como exposto, de enorme escala e esteve lastreada por gigantescos repasses de recursos do fundo público por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies. A alavancagem do Estado prosseguiu mesmo com a crise do Fies. Com a crise, o capital buscou novos nichos de mercado que foram sendo pavimentados pelo Estado, como os cursos de graduação a distância e negócios bilionários na educação básica [...].

A estratégia desses grandes grupos esteve focada “na ampliação de cursos EAD de baixo custo operacional” e do “uso das novas tecnologias digitais”, o que caracteriza uma tendência dessas instituições em ofertar profissionais menos qualificados “para os mercados regionais demandantes”. No século XXI, a expansão do Ensino Superior brasileiro<sup>148</sup>, em percentuais gerais de matrícula, cresceu de forma “mais expressiva nas regiões Norte, Nordeste

---

<sup>147</sup> O relatório é uma publicação do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e está disponível em: [https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/10/20201015\\_Financeirizac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o\\_Web.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/10/20201015_Financeirizac%CC%A7a%CC%83o-da-Educac%CC%A7a%CC%83o_Web.pdf). Acesso em 20 de ago. 2023.

<sup>148</sup> A pesquisa sobre a expansão das IES privadas foi dirigida pelo Centro de Estudos SOU\_CiÊNCIA, um Grupo de Pesquisa multidisciplinar cadastrado no CNPq, sediado na Unifesp e composto por uma equipe de pesquisadores de todos os campi e de outras universidades, com histórico de pesquisa em Educação Superior e Ciência, Tecnologia e Inovação. A pesquisa “Expansão da Educação Superior no Brasil: análise das Instituições Privadas”, coordenada pelo professor Carlos Bielschowsky foi publicada em versão atualizada no ano de 2023, podendo ser encontrada em: <https://souciencia.unifesp.br/relatorio-eesp>. Acesso em 28 de nov. 2023.

e Centro-Oeste”, porém nas “Regiões Norte e Nordeste” as instituições públicas “tiveram perda de participação” (Bielschowsky, 2023, p. 80-81).

A Cogna Educação apresenta uma diversificação de atividades e oferece, segundo sua página na internet, “soluções e serviços tanto para o segmento B2B como para o B2C”. Em 2022, a Cogna anunciou que a Alaska Investimentos elevou sua participação acionária para 15,23%<sup>149</sup> passando a ser uma das principais acionistas em conjunto com a *BlackRoch Inc* com 9,96%, representando os que concentram maior número de ações desse conglomerado educacional. Se observarmos o quadro abaixo, é possível a dimensão da atuação desse grupo, que controla outras marcas que atuam na educação superior, educação básica e outras áreas de “serviços educacionais” e do mercado editorial.

A inserção e atuação da Cogna na Região Norte do Brasil se acentuou de forma articulada, sobretudo através da educação a distância. A atuação da Cogna em cursos presenciais se limitou aos estados do Acre, Amapá e Pará. Sendo o “ensino a distância que assegura a inserção do grupo em toda região”. Os números de matrículas em EAD, “registrados no Pará (28.695), Rondônia (10.240) e Tocantins (9.839), que juntos somam 48.974 matrículas”, representam “82,42% das matrículas EAD da holding no Norte”. (Guimarães; Silva; Nogueira, 2023, p. 18).

Ao compararmos a participação do Grupo em relação ao total de matrículas registradas no Norte, confirmamos a baixa participação em cursos presenciais (1,58%), sendo exceção o registrado no Amapá (15,36%). Regionalmente, a Cogna alcança 19,02% do total de matrículas EAD, mas há diferenças consideráveis no índice registrado em cada estado. Ainda no âmbito específico da EAD, **os maiores índices registrados são 29,10%, em Rondônia**, e 37,99%, em Tocantins. A forte atuação na EAD impulsiona a atuação do Grupo na região para alcançar quase 10% das matrículas totais, ficando apenas Amazonas (3,16%) e Roraima (2,49%), abaixo do índice regional. Por fim, observamos que **é nos estados de Tocantins, Rondônia e Amapá que a holding tem maior participação percentual no total de matrículas, com 13,68%, 12,96% e 12,32%, sendo que nos dois primeiros isso se efetiva exclusivamente em função da atuação na EaD** (Guimarães; Silva; Nogueira, 2023, p. 18-19, grifo nosso)

Em Rondônia, a Cogna não tem matrículas em IES presenciais locais, concentrando suas matrículas na EAD. A chamada Rede Cristã de Educação (Somos Educação/Cogna) ou Colégio Cristão iniciou sua atuação na educação básica em Rondônia, no ano de 2019, instalando uma unidade em Porto Velho e outra em Ariquemes no ano de 2020.

Em números gerais, até o mês de fevereiro de 2022, o Brasil tinha 35.232 polos de EAD em instituições públicas e privadas. À época, 366 polos estavam localizados em Rondônia.

<sup>149</sup> Notícia divulgada em: <https://www.seudinheiro.com/2022/bolsa-dolar/gestora-alaska-aumenta-participacao-na-cogna-cogn3-para-mais-de-15-e-acao-dispara/>. Acesso em 23 de jun. 2023.



Medicina de Ji-Paraná – FAMEJIPA (Idomed), e atualmente controlam 04 IES em Rondônia (Faculdade de Pimenta Bueno, Faculdade São Paulo – Rolim de Moura, UNIJIPA e FAMEJIPA)<sup>150</sup>.

O Rose Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia detém o controle de 14% da Yduqs, seguido da Família Zaher com 10,79% e o FMR LLC (“Fidelity”) controlam 5,5% das ações. O quadro abaixo demonstra as principais empresas que compõem o grupo, entre elas, as IES adquiridas em Rondônia.

Figura 3. Yduqs – proprietários, subsidiárias e marcas



Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pela Yduqs e o Instituto Tricontinental.

<sup>150</sup> Na página da Yduqs consta a lista de 65 IES controladas pelo grupo. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idMateria=8c16R/2ncwo0A0W4+5xS/Q==&linguagem=pt>. Acesso em 04. jan. 2024.

Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2020, p. 19), o grupo Ser Educacional foi fundado em 1993, em Pernambuco, pelo empresário Jose Janguê Diniz, iniciando sua atuação em cursos preparatórios e cursinhos pré-vestibulares. Dez anos depois foi fundada a Faculdade Maurício de Nassau, expandindo sua atuação para os estados do Nordeste brasileiro. “Em 2010, o grupo identificado pela marca Maurício de Nassau passou a ser denominada de Ser Educacional” e no ano de 2013 ingressou na bolsa de valores ofertando suas ações. Ao longo dos anos, a Ser Educacional abocanhou várias IES na região Norte, sendo que em Rondônia adquiriu os Grupos UNESC e FACIMED no ano de 2020. Os principais acionistas até 2020 eram a Oceana Investimentos Acvm Ltda<sup>151</sup> e José Janguê Diniz.

Figura 4. Ser Educacional – proprietários, subsidiárias e marcas



Fonte: Elaboração própria com informações disponibilizadas pela Ser Educacional e o Instituto Tricontinental.

<sup>151</sup> EM 2020 em um comunicado, a Oceana Investimentos anunciou a venda de ações da Ser Educacional, reduzindo a sua participação na empresa. Em 2022, a Sophos fundo de investimento em ações (PHOENIX EQUITY FIA IE), passou a controlar 58,64% das ações da Ser Educacional. Disponível em: <https://ri.sereducacional.com/news/comunicado-ao-mercado-reducao-de-participacao-relevante-da-oceana/> Acesso em 24 de nov. 2023.

Segundo consta em sua página institucional, a Afya<sup>152</sup> é o maior grupo de faculdades de medicina do país e a primeira faculdade do grupo começou a operar no Tocantins em 1999. Mas o salto desta IES privada, vai se dar com a abertura de capital no ano de 2019, com ações negociadas na bolsa de valores Nasdaq, nos Estados Unidos. O foco desse grupo empresarial é a formação nas áreas de cursos da saúde, sobretudo, no curso de medicina. Além disso, o investimento do grupo nessa área tem sido o de captar o maior número de matrículas por meio da verticalização da formação, como por exemplo, os cursos preparatórios para prova de residência médica fornecidos pela marca Afya Medcel.

Figura 5. Afya – proprietários, subsidiárias e marcas



Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pela Afya e o Instituto Tricontinental.

<sup>152</sup> Disponível em: <https://www.afya.com.br/sobre/quem-somos>. Acesso em 25 de nov. 2023.

A abertura de capitais da Afya impulsionou sua expansão<sup>153</sup>. No ano de 2020, o grupo adquiriu as duas unidades da Faculdade São Lucas (Porto Velho e Ji-Paraná), passando a disputar espaço regional no mercado da educação médica. A Afya, se propõe a ser um “ecossistema de educação em saúde” e entre os anos de 2020 e 2022 adquiriu empresas no ramo das startups de saúde, na chamada gestão de saúde corporativa, oferecendo, pós-graduação na área de saúde e, conforme sua propaganda institucional<sup>154</sup>, “educação e soluções digitais para a jornada médica, potencializando a formação, atualização, assertividade e produtividade dos profissionais da saúde”.

Os principais controladores da Afya eram o fundo Bozano Educacional (do ex-ministro da economia Paulo Guedes) e a família Esteves até o ano de 2022. Naquele ano, o controle acionário foi assumido pela Bertelsmann<sup>155</sup>, que passou a deter 37,5% das ações da empresa brasileira e 58,7% do poder de voto. A *Bertelsmann Education Group*, divisão educacional da Bertelsmann, além de ser controladora da Afya, também é controladora da *Alliant International University* (EUA) e da *Relias*, uma plataforma de treinamento online, qualificação profissional e desenvolvimento para profissionais de saúde nos EUA<sup>156</sup>.

A Ânima Holding S/A, conforme informações do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2020, p. 23), surgiu em 2003 a partir da aquisição do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte (MG). Em 2006, a Holding comprou a Unimonte, instituição sediada na cidade de Santos (SP) e em 2009 adquiriu a UniBH, consolidando sua atuação no Ensino Superior. Sua denominação inicial era Gaec Educação S.A, passando a ser designada por Ânima Holding S.A em 2018. A abertura de capital a partir de 2013, na Bovespa, impulsionou seu crescimento, contribuindo para que o grupo empresarial adquirisse a BR Educacional Fundo de Investimento em Participações (2013), Universidade São Judas Tadeu (2014), HSM (2014),

<sup>153</sup> Segundo o Portal de notícias Terra, “A oferta da Afya na Nasdaq foi liderada pelos bancos *Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, UBS, Itaú BBA, Morgan Stanley, BTG Pactual e XP Investimentos*”. Disponível in: [https://www.terra.com.br/economia/grupo-afya-de-ensino-superior-de-medicina-levanta-r-1-bi-na-nasdaq\\_0f4c3b2ba189e181befc09e31fc76ff973p6zi42.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/economia/grupo-afya-de-ensino-superior-de-medicina-levanta-r-1-bi-na-nasdaq_0f4c3b2ba189e181befc09e31fc76ff973p6zi42.html?utm_source=clipboard). Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.afya.com.br/sobre/nosso-dna>. Acesso em 25 de nov. 2023.

<sup>155</sup> A Alemã Bertelsmann, inicialmente era uma companhia no ramo de mídia, controladora da gravadora BMG e editora Penguin Random House e canais de televisão. No ano de 2016 a Bertelsmann introduziu uma nova estrutura de oito divisões: Grupo RTL (televisão e rádio), Penguin Random House (publicação de livros), BMG (direitos musicais), Arvato (serviços), Bertelsmann Printing Group (impressão), Bertelsmann Education Group (educação), e Bertelsmann Investments (investimentos). A empresa assumiu publicamente em 2002, após denúncias e investigações jornalísticas, que colaborou com o regime nazista. Segundo o jornal *The Guardian*, a editora forneceu “ao exército [alemão] cerca de 19 milhões de livros que misturavam entretenimento e doutrinação. Também aproveitou o mercado jovem e foi responsável, entre outros, pelo Livro de Natal da Juventude Hitlerista”. Disponível in: <https://www.theguardian.com/news/2002/oct/09/germany>. Acesso em 26 de nov. 2023.

<sup>156</sup> Informações extraídas da página institucional da Bertelsmann. Disponível em: <https://www.bertelsmann.com/divisions/bertelsmann-education-group/#st-1>. Acesso em 26 de nov. 2023.

Sociesc (2015), Faculdade Alis de Bom Despacho (2016), Acad - Academia de Estratégia (2016), Faculdade Politécnica de Uberlândia (2016), Faculdade Politécnica de Goiás (2016). Para Turmena e Nunes (2022, p. 15):

As atividades da Companhia estão divididas em dois segmentos: ensino superior e gestão vertical. A divisão de ensino superior concentra-se no desenvolvimento de serviços de educação formal e a distância, oferecendo cursos universitários e cursos de especialização profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão. A divisão de gestão vertical oferece congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização e in-company para profissionais, além de publicar livros e revistas relacionados à gestão e negócios. Suas instituições de ensino estão localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A Companhia opera através de diversas subsidiárias, como Minas Gerais Educação SA, Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH SA, Posse Gestão Patrimonial SA e HSM do Brasil S.A.

Os dez maiores acionistas da Ânima controlam 70,30% das ações, são eles: Daniel Faccini Castanho (16,1%) e Marcelo Batistella Bueno (10,3%), que são pessoas físicas, seguidos de Dynamo Administração de Recursos Ltda, Castanho Romulo Faccini, Atmos Capital Gestão de Recursos e o investidor estrangeiro *Massachusetts Financial Services Co.* (Turmena; Nunes, 2022, p. 16). Embora figure entre as maiores empresas de educação superior do Brasil, a atuação da Ânima em Rondônia ainda é tímida, com a instalação de polos de EAD de suas subsidiárias. A aquisição de todos os ativos do Grupo *Laureate*<sup>157</sup>, que controlava as universidades Anhembí Morumbi, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, a UniRitter e a Fadergs e o IBMR, no Rio de Janeiro no ano de 2021 encerrou uma disputa com a Ser Educacional que tinha interesse nessas IES, além de impulsionar o grupo Ânima no mercado educacional. A FMU que também pertencia à *Laureate*<sup>158</sup>, por imposição do CADE, foi negociada pela Ânima com fundo americano Farallon Capital Management<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/10/anima-educacao-anuncia-compra-de-ativos-da-laureate-no-brasil/>. Acesso em 28 de nov. 2023.

<sup>158</sup> A *Laureate* já sofria uma série de denúncias relacionadas a demissões de docentes, usos de robôs no lugar de professores em aulas on-line, precarização do trabalho docente e falsificações de documentos. As denúncias feitas pela Agência, deram sustentação para que o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo ingressasse em setembro de 2021 com uma ação civil pública para que a União, por meio do Ministério da Educação (MEC), apurasse as irregularidades. As denúncias podem ser encontradas em: <https://apublica.org/tag/laureate-brasil/>. Acesso em 29 de nov. 2023.

<sup>159</sup> Disponível em: <https://www.investidorinstitucional.com.br/sessoes/mercados/gestores/35085-gestora-farallon-compra-centro-universitario-fmu-por-r-500-milhoes.html>. Acesso em 28 de nov. 2023.

Figura 6. Ânima – proprietários, subsidiárias e marcas



Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pela Ânima e o Instituto Tricontinental.

A Vitru Educação tem sua origem com a fundação da UNIASSELVI em 1999, no estado de Santa Catarina. Em 2004 transforma-se em Centro Universitário, o que garantiu já em 2005 o credenciamento para ofertar EAD em todo Brasil. Em 2012, a UNIASSELVI é comprada pelo grupo Kroton<sup>160</sup> e em 2015 a Kroton a vende aos fundos Carlyle e Vinci<sup>161</sup>.

<sup>160</sup> Disponível in: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/05/kroton-educacional-compra-grupo-uniasselvi-por-r-510-milhoes.html>. Acesso em 27 de nov. 2023. A Kroton precisou vender a marca depois de sua fusão com a Anhanguera, por determinação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que viu concentração de mercado no segmento de EAD e determinou à Kroton que optasse por vender uma das marcas: a Unopar, a Uniasselvi ou a própria Anhanguera.

<sup>161</sup> Segundo o site pipeline (do Valor Econômico) a 23S Capital, gestora criada por Temasek e Votorantim, fechou a compra de cerca de 10% da Vitru Educação em setembro de 2023 de parte das ações detidas pela Vinci Partners, que tinha 17% da Vitru e dois assentos no conselho de administração. Disponível em:

Estes fundos, posteriormente vendem 25% das ações da Uniasselvi para a gestora americana Neuberger<sup>162[08]</sup>. Em 2021, a Vitru Educação adquiriu a <sup>163[08]</sup>, do Paraná, tornando-se a principal IES a oferecer vagas na modalidade EAD no Brasil. Em Rondônia, a Vitru concentra o maior número de polos de EAD.

Figura 7. Vitru – proprietários, subsidiárias e marcas



Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pela Vitru e Instituto Tricontinental.

<https://pipelinevalor.globo.com/negocios/noticia/temasek-e-votorantim-compram-10percent-da-vitru-educacao.ghtml>. Acesso em 27 de nov. 2023.

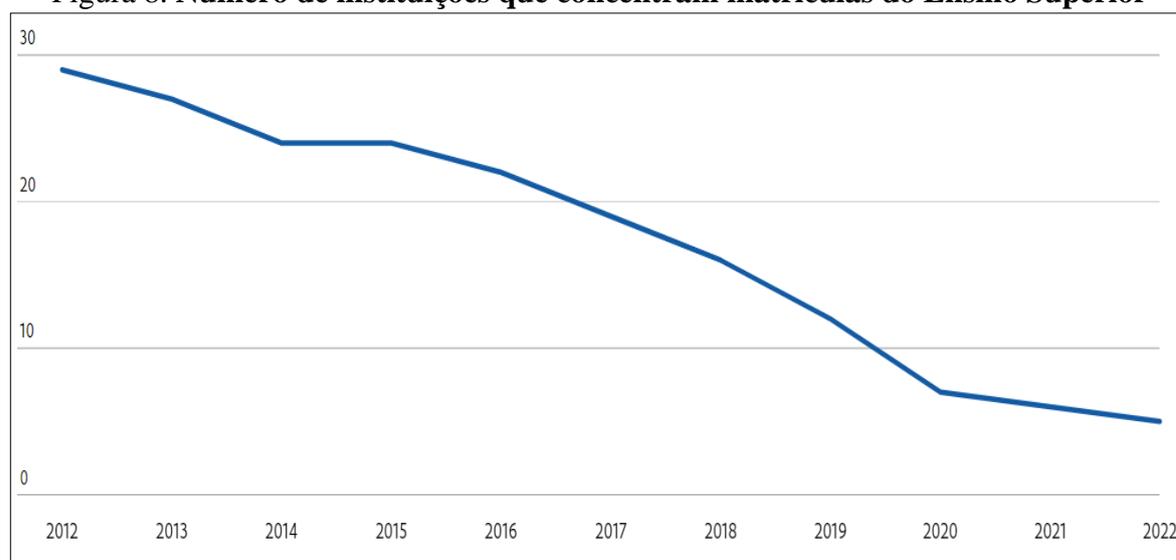
<sup>162</sup> Com a transação, o Carlyle e a Vinci garantiram 37,5% das ações cada, e o Neuberger com 25%. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2018/06/15/carlyle-e-vinci-confirmam-venda-de-parte-da-uniassevi.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 27 de nov. 2023.

<sup>163</sup> Pelo acordo na transação, os donos da UniCesumar passaram à condição de acionistas da Vitru/Uniassevi, detendo 23,6% do capital da *holding* por meio de ações. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/08/vitru-anuncia-compra-da-unicesumar-por-r-323-bilhoes/>. Acesso em 28 de nov. 2023.

Outros dois grandes grupos educacionais também avançaram na disputa por matrículas no ensino superior em Rondônia, através da expansão da EAD: a UNIP (Universidade Paulista) e a UNICSUL (Universidade Cruzeiro do Sul). A estratégia da UNIP foi a de concentrar 05 polos de EAD nos municípios mais populosos de Rondônia, enquanto a opção da UNICSUL<sup>164</sup> foi a de instalar 28 polos distribuídos em 25 municípios rondonienses. A UNIP foi denunciada formalmente em 2016 por manipular notas do ENADE<sup>165</sup>.

Chegamos a 2022 com a maior concentração de matrículas já registrada: a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (do grupo Cogna), o Centro Universitário Leonardo da Vinci (grupo Vitru), Universidade Cesumar (grupo Vitru), Universidade Estácio de Sá (grupo Yduqs) e Universidade Paulista (UNIP) somavam juntas em todo o Brasil a mais de 2,3 milhões de alunos na modalidade EAD, o que corresponde a 91% do total de seus estudantes. Segundo o Censo do Ensino Superior de 2022 do INEP, estas IES concentram 27% de todos os alunos do ensino superior do Brasil, o que em termos absolutos é 2,5 milhões do total de 9,4 milhões de matrículas (Palhares; Martins, 2023).

**Figura 8. Número de instituições que concentram matrículas do Ensino Superior**



Fonte: (Palhares, Martins, 2023). Com dados do Censo do Ensino Superior 2022/Inep.

<sup>164</sup> A UNICSUL pertence ao grupo Cruzeiro do Sul Educacional. A Origem do grupo remete aos idos de 1965 quando se constituiu o primeiro colégio. Na década de 1970 foram autorizados a funcionar os primeiros cursos superiores. Em 2012 o grupo Cruzeiro do Sul Educacional, tinha a gestora inglesa Actis como detentora de 37% do capital da Cruzeiro e os fundadores detinham 3%. A entrada da Actis impulsionou a expansão da Cruzeiro do Sul. Em 2017 o Fundo Soberano de Cingapura (GIC) comprou toda a fatia acionária da Actis, passando a ser o proprietário da Cruzeiro do Sul Educacional. Disponível em: <https://fusoesaquisicoes.com/acontece-no-setor/gic-compra-40-da-cruzeiro-do-sul/>. Acesso em 30 nov. 2023.

<sup>165</sup>Notícia disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/mec-abre-investigacao-sobre-manipulacao-de-notas-do-enade>. Acesso em 30 nov. 2023.

Este processo de concentração de matrículas é capitaneado, sobretudo, pelos grupos educacionais de capital aberto, que ao longo da última década tiveram uma “rápida expansão orgânica, combinada com a debilitação e a aquisição das instituições privadas isoladas”, levando “a um significativo aumento da participação desses grupos na proporção de alunos matriculados no ensino superior” (Guirardi; Klafke, 2017, p. 65).

O Jornal Valor Econômico publica anualmente a lista das 1000 (mil) maiores empresas do mercado brasileiro, classificadas por suas receitas líquidas. No setor Educacional, o infográfico publicado no ano de 2023<sup>166</sup>, apresentou 15 grupos educacionais (educação básica e superior), sendo que a sua maioria são empresas de capital aberto. Dentre essas, listamos abaixo, as 10 maiores empresas na Educação Superior em receita líquida, bem como sua posição no ranking geral que inclui todos os setores.

**Tabela 10. Maiores empresas educacionais (Ensino Superior) em receita líquida - 2022**

Nº	EMPRESA	RECEITA LÍQUIDA Em R\$ Milhões	Posição no ranking geral de empresas
1	Cogna	5.092,20	239
2	Yduqs	4.564,90	255
3	Ânima	3.563,20	321
4	Afya	2.329,10	440
5	Cruzeiro do Sul Educacional	2.028,30	489
6	FGV	1.748,20	548
7	Ser Educacional	1.676,30	568
8	Vitru Educação	1.317,30	667
9	PUC PR	972,3	831
10	PUC Minas	857,3	899

Fonte: Ranking das 1000 maiores empresas 2022 (Valor Econômico 2023).

A tabela acima reforça a discussão que realizamos, de que o processo de concentração de matrículas nas mãos dos grandes conglomerados educacionais possibilitou maior acumulação de capital entre os grupos educacionais de capital aberto. Com a exceção da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e das duas PUCs listadas, as demais empresas são de capital aberto e aumentaram sua receita com a venda de cursos na modalidade à distância.

A participação na quantidade e proporção de matrículas entre esses grupos de capital aberto foi apresentada por Guirardi e Klafke (2017, p. 68) em uma tabela comparativa de 2010 e 2014 por Unidade da Federação. Em todas as Unidades da Federação a participação desses grupos aumentaram. Contudo, em alguns estados, o aumento foi assustador. A liderança

<sup>166</sup> O infográfico pode ser encontrado em: <https://infograficos.valor.globo.com/valor1000/rankings/ranking-das-1000-maiores/2023>. Acesso em 30 de nov. 2023.

dessa macabra cifra é do Estado de Rondônia, que em 2010 tinha 0 (zero) matrículas concentradas nesses grupos de capital aberto e em 2014 saltou para 15.809 matrículas, um aumento de 22,2% no ano. Isso representou um **crescimento no período de 526.866,7%**. Em termos de crescimento no período, o segundo colocado é o Estado da Paraíba, com 9.518,6%. Entre os estados da região Norte, Tocantins teve crescimento de 814,3%, o Acre teve crescimento de 87,2%, o Amazonas 289,1%, o Amapá 235,1%, o Pará 422,9% e Roraima 9,2%.

Os dados disponibilizados pelo Instituto SEMESP, apontam que Rondônia é o estado que possui o maior percentual de alunos em IES privadas (86,0%) de todo o Brasil, seguido pelo Amazonas (84,7%) e Pará (84,4%); o ensino a distância representa 44,5% do total das matrículas de Rondônia, representando também 51,4% das matrículas da rede privada, do total de matrículas em EAD, 99,3% são de IES privadas (Semesp, 2022).

Este processo de concentração se deu pelas determinações dos organismos internacionais do imperialismo, sobretudo o Banco Mundial, seguido pelos sucessivos gerentes de turno do Estado brasileiro que aplicaram à risca o receituário privatista e favoreçam a expansão dos conglomerados educacionais controlados pelo capital especulativo. Por mais que considerem a necessidade de se lutar contra o capital, muitos intelectuais progressistas limitam sua análise sem conectá-la ao fato de que os capitais, as empresas transnacionais, bancos e fundos de investimento tem sua origem nas potências imperialistas.

O capital especulativo, então, não tem pátria? Peguemos como exemplo o fundo Oceana Investimentos que até 2020 se colocava como principal controlador da Ser Educacional. A Oceana Investimentos é apenas um Gestor de Fundos, enquanto o administrador é BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) e o custodiante é o banco americano BNY Mellon. A ALASKA Investimentos Ltda que tem participação na Cogna, também é gestora de fundos do BNY Mellon no mercado brasileiro. As subsidiárias do banco, BNY Mellon Ativos e a BNY Mellon DTVM, foram condenadas em 2019 por fraude fiscal o que ocasionou à época um prejuízo de R\$ 32,5 milhões ao fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalis. Na lógica dos bancos os lucros devem ser privados e os prejuízos socializados. Continua, pois, mais que atual as expressões utilizadas por Marx e Lenin, respectivamente, de que se produziu uma nova classe de parasitas, em uma etapa superior que tem como característica um capitalismo parasitário.

No que se refere ao papel das potências imperialistas em garantir sua dominação financeira na economia mundial, o Estado é peça-chave nesta engrenagem. Como observara Engels (1995), o Estado é da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante. Neste contexto, o Estado age para atender os interesses da classe que o controla.

Vejamos o contexto da crise financeira de 2008 ocasionada pela bolha imobiliária nos Estados Unidos. O Estado americano, para socorrer seu sistema financeiro, aprovou um pacote econômico de US\$700 bilhões em outubro daquele ano. Com o pacote econômico, o Federal Reserve (FED), aportou recursos do tesouro americano para comprar ações de 09 grandes bancos intervindo diretamente nessas instituições financeiras. Do montante do pacote, o governo americano também liberou 17,4 bilhões de dólares as montadoras General Motors e Chrysler que estavam em grave situação financeira diante da crise.

Em março de 2023, estourou nova crise do sistema bancário americano iniciada com a falência do Silicon Valley Bank, o maior banco do Vale do Silício. Na sequência, outras instituições financeiras também tiveram a falência decretada: *Signature Bank*, de Nova Iorque; *Silvergate Bank*, da Califórnia; e o *First Republic* que foi vendido para o banco JPMorgan Chase. O Silicon Valley Bank foi comprado pelo *First Citizens Bank* e o *Signature Bank* foi adquirido pelo *Flagstar Bank*. Novamente, o Estado americano, por meio do Federal Reserve, criou um programa especial para financiar US\$ 25 bilhões destinados às instituições financeiras em crise. Esta nova crise no sistema bancário americano, aumentou ainda mais a concentração de capitais e não apresentou sinais concretos de ter chegado ao fim.

Para o capital financeiro, tanto as matérias primas já conhecidas e as futuras a serem descobertas por novos métodos são importantes. Daí a necessidade inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e o seu território em geral ao mesmo tempo que se acirra a luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo (Lenin, 2011). Em momentos de crise financeira as contradições interimperialistas se agudizam e os conflitos bélicos se intensificam. As guerras, além de serem o palco final para a repartilha do mundo entre os estados imperialistas e seus grupos empresariais, também atendem aos interesses do capital especulativo que também lucram com esse ramo da indústria.

Se as 10 maiores empresas americanas e da Europa cresceram 7,5% no último trimestre de 2022 com a guerra da Ucrânia, garantindo aos EUA a exportação de 60% dos armamentos do mundo, então podemos afirmar que os principais financiadores dessa indústria são os Estados imperialistas. O prolongamento da guerra na Ucrânia, a guerra de agressão e ocupação colonial israelense contra o povo palestino, as tensões que envolvem disputas territoriais com a China, entre outros conflitos regionais, favoreceram inclusive, as ações dessas companhias no mercado de capitais. Empresas como a *Lockheed Martin*, *Raytheon*, *Boeing*, *Northrop Grumman*, *General Dynamics* são o destino dos recursos garantidos pelo governo americano. A título de exemplos, temos: a *General Dynamics Corporation (GD)*, tem entre seus acionistas o *Vanguard Group Inc.*, *Blackrock Inc.*, *Bank of America Corporation* e *JP Morgan Chase & Company*; a *Lockheed Martin*, tem entre seus acionistas: *Vanguard Group Inc.*

*Blackrock Inc.* e *Morgan Stanley*; entre os controladores da *Northrop Grumman Corporation* estão o *The Vanguard Group, Inc.* e *Blackrock Inc.*; entre esses acionistas da indústria da guerra, estão os mesmos parasitas do capital financeiro, controladores dos conglomerados que monopolizam o ensino superior brasileiro.

Em síntese, os grandes grupos empresariais que monopolizam o ensino superior fazem parte da totalidade das relações capitalistas e avançam cada vez mais no país, especialmente nos estados da região Norte, a exemplo de Rondônia, que hoje se destaca pela expansão do agronegócio, da exploração mineral e pelo controle político da extrema direita. É o estado brasileiro que mais fechou escolas do campo nos últimos anos e hoje apresenta o maior índice de privatização do ensino superior do país, consolidando-se como um espaço cada vez mais controlado pelos interesses do imperialismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital. (Lenin, 2011, p. 180)

Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, o Estado de Rondônia vivenciou na última década o processo de mercadorização e mercantilização da educação, em virtude do acelerado processo de privatização do Ensino Superior, com a predominância dos grandes grupos privados. A expansão dos grupos empresariais, foi reforçada pela abertura de capitais na bolsa de valores a partir do ano de 2007, contribuindo para a concentração de matrículas em grandes conglomerados educacionais.

Como parte da região amazônica, Rondônia foi incorporada à economia brasileira ao longo do século XX, resultado da expansão capitalista na agricultura, subordinando as populações locais à sanha capitalista para extrair o máximo de recursos naturais, expropriar o subsolo, derrubar a floresta para atender à “vocação agrícola” brasileira. Ou seja, a região amazônica enquanto espaço de reprodução de uma economia semicolonial produtora de matéria prima ou *commodities*, subordinando seu povo e o meio ambiente, em meio ao saque de suas riquezas.

Lenin (2011) afirmava que os cientistas e os publicistas burgueses defendiam geralmente o imperialismo de uma forma encoberta, ocultando sua dominação absoluta e as suas raízes profundas. Contudo, a burguesia também gerou, alimentou e assegurou partidos operários burgueses em todos os países, criando “para os empregados e operários respeitadores, mansos, reformistas e patrióticos os privilégios e esmolas políticas correspondentes aos privilégios e esmolas econômicos”: um lugarzinho rendoso em um ministério, no parlamento, nos jornais legais “sérios” e nos sindicatos “burgueses obedientes”. Esta é a recompensa dada pela burguesia à aristocracia operária por meio das eleições e dos espaços de representação do Estado burguês, para que arraste as massas através “de lisonja, de mentira, de vigarice, de prestidigitação com palavrinhas à moda e populares”, de inúmeras promessas de reforma e de “benefícios para os operários, desde que eles renunciem à luta revolucionária pelo derrubamento da burguesia” (Lenin, 2014, p. 13-14).

No caso do Brasil esse papel foi atribuído ao Partido dos Trabalhadores (PT), que experimentou o posto máximo no governo central por 14 anos a partir da vitória eleitoral em 2002 de Luís Inácio Lula da Silva. De antemão, Lula em 22 de junho de 2002 tratou de acalmar o capital especulativo, grandes burgueses, latifundiários, o imperialismo e seus organismos,

comprometendo-se na “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>167</sup>, se colocando como um governo de conciliação de classe, que conduziria a um modelo, de uma “ampla negociação nacional”, um “novo contrato social” que conduziria o país a uma “estabilidade”. O teor quase que completo visava apresentar-se como um governo que seguiria à risca os ditames do imperialismo e de seus organismos multilaterais. Lula e o PT ainda conclamam a criar uma política para “valorizar o agronegócio e a agricultura familiar” e uma “reforma agrária que assegure a paz no campo”.

Além de não fazer a reforma agrária, o governo Lula, ao final do primeiro mandato em 2006, tratou de falsificar os dados conforme denunciado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>168</sup>. À época, 3% das propriedades rurais do Brasil eram latifúndios e concentravam 56,7% das terras agricultáveis. Nada mais justo, segundo a lógica do governo, de destinar maior fatia de recursos do Plano Safra 2006/2007 (50 bilhões de reais) ao latifúndio e apenas 20% (10 bilhões de reais) para a agricultura familiar, embora, em termos de produtividade as pequenas propriedades concentrassem 53% das lavouras temporárias e permanentes e as grandes propriedades 12,5%. A concentração de terras é, portanto, reserva de patrimônio garantidor ao sistema financeiro (especulação), para receber incentivos fiscais e vultuosos recursos públicos. A paz no campo anunciada<sup>169</sup>, foi a segurança financeira<sup>170</sup> dada aos fazendeiros em detrimento ao número de assassinatos de camponeses, indígenas, quilombolas, sobretudo nos estados da região amazônica, que concentram ano a ano esse fatídico ranking<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> Texto completo da carta ao povo brasileiro está disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em 04 jan. 2024.

<sup>168</sup> Ariovaldo Umbelino participou da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) do primeiro Governo Lula e em 2006, denunciou que o governo não só cumpriu as metas do plano, como omitiu informações para maquiar dados. Disponível em: [https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo\\_capitalista.pdf](https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf). Acesso em 04 jan. 2024.

<sup>169</sup> O estado do Pará, em 2007, organizou o que foi posteriormente implantando em todo o país de “Operação Paz no Campo”. Órgãos de segurança pública passaram a utilizar o aparato repressivo implantando patrulhas rurais e utilizando Força Nacional de Segurança Pública (criada em 2004 no governo Lula), para criminalizar a luta pela terra no Brasil. A atual senadora Ana Júlia Carepa (PT) era à época governadora do Pará e protagonizou naquele ano de 2007 um verdadeiro teatro na fazenda Forkilha, no município de Redenção, que prendeu e torturou camponeses e foi a senha para que pistoleiros à serviço do latifúndio passassem a agir. Sobre esses acontecimentos ver: <https://anovademocracia.com.br/materias-impresas/operacao-qpaz-no-campoq-um-ano-de-terror-perseguiacoes-torturas-e-mortes-na-regiao-amazonica/>. Acesso em 05 jan. 2024.

<sup>170</sup> Mesmo com quase R\$1 trilhão devido à União em 2015, o latifúndio recebeu incentivos, perdão de dívidas e novos financiamentos. O detalhamento do relatório Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, produzido pela Oxfam, pode ser encontrado no Observatório do Agronegócio **De Olho nos Ruralistas**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/>. Acesso em 05 jan. 2024.

<sup>171</sup> Em fevereiro de 2024 a Agência **A pública** disponibilizou um mapa de conflitos fundiários na Amazônia Legal em parceria com a Comissão Pastoral da Terra. No mapa é possível identificar os conflitos por terra, água, queimadas, desmatamento, utilização de agrotóxicos, desigualdades sociais, atuação da mineração ilegal e a violência. Disponível em: <https://mapadosconflitos.apublica.org/>. Acesso em 15 de fev. 2024.

Estes dados corroboram com a nossa análise que evidenciou o papel do Estado brasileiro – independente dos sucessivos gerentes de turno – em atuar na defesa da grande burguesia, do capital especulativo e do latifúndio. Se a Amazônia é reserva utilizada para atender aos interesses econômicos das grandes corporações e do latifúndio na sanha por extrair toda sua riqueza; também sua população é vista como mercado consumidor do mais novo produto acessível: a Educação Superior. Acessível em “suaves” prestações, avalizadas e financiadas com recursos estatais. A expansão da rede privada na região Norte – e no caso analisado por esse trabalho, Rondônia – é o resultado da tendência capitalista para acumulação de capital, da mercadorização e mercantilização da educação e da estratégia dos conglomerados educacionais em expandir sua atuação em áreas não saturadas (reserva de mercado).

As eleições de 2022, muito embora tenha ocorrido uma polarização entre extrema-direita e esquerda eleitoreira, não significaram qualquer ruptura da ordem vigente. Ao contrário disso, o movimento empresarial e os organismos do imperialismo ditam a agenda do Ministério da Educação, ávidos para sugar o máximo de recursos públicos para encher os bolsos dos magnatas de *wall street*. O Programa de Governo divulgado pela chapa Lula/Alckmin já demarcava sua posição ao defender o empreendedorismo como a principal solução para solucionar o desemprego das famílias pobres.

É mera retórica a defesa de uma “educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais” contida no item 22 do referido Plano de Governo. O que se viu no primeiro ano de governo foi a mesma postura conciliatória<sup>172</sup>. Exemplo claro, é a postura do MEC sobre a revogação do Novo Ensino Médio (NEM), onde as propostas do governo, apesar dos acenos diante das exigências do movimento estudantil, movimento docente e associações nacionais de pesquisadores, não alteraram pontos cruciais que favorecem o empresariamento da educação. No apagar das luzes de 2023 o governo tentou aprovar o projeto no congresso nacional, mas recuou frente a pressão das organizações de classe<sup>173</sup>.

De forma concêntrica a tríade: capital especulativo, órgãos multilaterais do imperialismo e estado semicolonial com seus governos de turno, tem buscado aprofundar a

---

<sup>172</sup> A exemplificação mais clara dessa política de conciliação de classe é a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS), o “Conselhão” do Lula, que coloca na mesa empresários, banqueiros, representantes da aristocracia operária, de sindicatos governistas, pesquisadores e até “formadores de opinião”, indicados pelo presidente. Os mercadores da Educação contam com representação de Rodrigo Galindo (Cogna/Kroton), Priscila Cruz (Presidente do Todos Pela Educação), Débora Guerra (vice-presidente da ABMES) entre outros. A lista completa dos 246 integrantes está disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/cdess/acesso-a-informacao/membros-do-conselho>. Acesso em 26 dez. 2023.

<sup>173</sup> Sobre este embate ver: <https://campanha.org.br/noticias/2023/12/20/vitoria-da-educacao-brasileira-retirada-do-pl-52302023-da-pauta-da-camara-dos-deputados-representa-a-forca-da-comunidade-educacional-e-recuo-de-setores-avessos-ao-direito-a-educacao/>. Acesso em 26 dez. 2023.

privatização completa da educação em todos os níveis de ensino. A cada governo de turno o Banco Mundial (BM) apresenta seu receituário. Em 2017 o BM publicou o documento “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”<sup>174</sup>. O conjunto do texto é um receituário privatista a ser seguido, e em relação à Educação aponta para a necessidade de reformas para “aumentar a eficiência e a equidade, e reduzir o custo fiscal”. Em relação ao Ensino Superior, a “fórmula mágica” apresentada pelo BM é cortar gastos, introduzir tarifas escolares e facilitar o acesso aos mecanismos de financiamento para que os estudantes paguem mensalidade, expandindo o FIES que “deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais”. Seguindo os ditames do BM, o gerenciamento Bolsonaro e o seu ministro da educação lançaram o programa “Future-se”<sup>175</sup> que visava, à pretexto da “autonomia universitária”, flexibilizar a autonomia administrativa e financeira em relação ao Estado, visando a transferência de gestão para instituições externas, como as Organizações Sociais (OSs) e fundações privadas.

A aplicação de parte desse receituário sucateou o serviço público e arrouchou o salário dos trabalhadores. Não se implantou por completo porque ocorreu resistência<sup>176</sup> de norte a sul do país, obrigando os privatistas a recuarem. A ameaça de se instituir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas é recorrente e sempre pautada. Se em 2023 o deputado bolsonarista Lucas Bove (PL) apresentou projeto de Lei para cobrar mensalidades nas Universidades Públicas Estaduais paulistas<sup>177</sup>, em 2017 o deputado federal Andres Sanchez (PT/SP) apresentou o texto da PEC 366/2017, prevendo a cobrança de mensalidades em instituições públicas federais. Andres Sanchez não estava sozinho, uma vez que a proposição exigia um número mínimo de assinaturas<sup>178</sup>. Para isso, contou com a adesão de mais 30 colegas

---

<sup>174</sup> Disponível in: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/88487151196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso 20 dez. 2023.

<sup>175</sup> O “Programa Institutos e Universidades Inovadoras: Future-se” foi amplamente rejeitado pelas Universidades Federais, o que fez com que o governo Bolsonaro recuasse. Destacamos aqui um Dossiê produzido pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que serviu como importante documento para a tomada de posição de várias universidades. O documento completo pode ser encontrado em: <https://gtfuturese.paginas.ufsc.br/files/2019/08/Dossie%CC%82-FUTURE-SE-ufba.pdf>. Acesso em 29 abri. 2024.

<sup>176</sup> Em Rondônia, diversos intelectuais, movimento estudantil, docentes e representantes da UNIR e IFRO, denunciaram a falácia privatista do BM e conclamaram à sociedade a resistir ao desmonte da educação estatal/pública. Disponível in: <https://defenderoensinopublico.wordpress.com/2017/11/28/carta-aberta-em-defesa-da-educacao-publica-gratuita-e-de-qualidade/>. Acesso em 20 dez. 2023.

<sup>177</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/08/deputado-bolsonarista-propoe-cobrar-mensalidade-nas-universidades-publicas-de-sp.shtml>. Acesso em 21 dez. 2023.

<sup>178</sup> Benedita Da Silva, Erika Kokay, José Mentor, Nilto Tatto, Patrus Ananias, Vicentinho, Zeca Do PT são alguns dos signatários da bancada petista. A lista completa está disponível em:

da bancada petista, além de outras assinaturas de deputados de partidos de extrema-direita, direita, centrão e da esquerda (PC do B e até PSOL) para garantir quórum mínimo de assinaturas. Por pressão do movimento docente e movimento estudantil a proposta foi retirada.

De certa maneira, o governo Bolsonaro já tinha antecipado a lição de casa do BM, mesmo antes da pandemia, por meio da Portaria n. 2.117, de 2019 que autorizou o aumento de 20% para 40% do percentual de disciplinas remotas nos cursos presenciais. Já em 2022, em comunicado à imprensa em 12 de maio<sup>179</sup>, o BM anunciou que iria apoiar uma estratégia de recuperação da educação no Brasil por conta dos impactos da Pandemia de Covid-19. Entre as estratégias apontadas, o apoio ao desenvolvimento de “sistemas híbridos de educação” e “ecossistemas de solução Educacional” para superar “a crise de aprendizagem”. O valor de US\$ 250 milhões repassados para auxiliar as medidas, terão prazo de pagamento de 34,5 anos, com um período de carência de 5 anos, conforme anúncio.

Um dos últimos documentos do Banco Mundial é o documento “O Brasil do Futuro - Rumo à Produtividade, Inclusão e Sustentabilidade”<sup>180</sup>, publicado em 25 de outubro de 2023, apontando seu receituário para inúmeras áreas. Em síntese, no que se refere à educação básica, defende a Reforma do Novo Ensino Médio além de outras medidas. No ensino superior público, orienta para “reformas nos mecanismos de financiamento”, definir critérios baseados na renda para definir mensalidades e bolsas de estudo; financiamento estatal com base em critérios de conclusão e não de matrícula; defende programas de ensino superior de “curta duração” para atender “adultos com restrições de tempo”; defende que a progressão profissional dos docentes deva ser vinculada à produção de pesquisas e à qualidade do ensino. No conjunto de todo o documento apresenta a mesma cantilena de “ajustes” e reformas, que se não aplicadas irão estagnar o país.

A mobilização do empresariado educacional – além do lobby no Congresso e financiamento de candidatos<sup>181</sup> – também se expressa de forma orgânica em seus espaços de representação. Em maio de 2023, na cidade Alexânia/GO, ocorreu o XV Congresso Brasileiro

---

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1606938&filename=Tramitacao-PEC%20366/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1606938&filename=Tramitacao-PEC%20366/2017). Acesso em 21 dez. 2023.

<sup>179</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/05/12/banco-mundial-apoiara-estrategia-de-recuperacao-da-educacao-no-brasil>. Acesso em 06 jan. 2024.

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-future-towards-productivity-inclusion-sustainability>. Acesso em 07 jan. 2024.

<sup>181</sup> Em vários casos, são os próprios deputados que são os donos das IES privadas que se beneficiam do financiamento estatal. O deputado federal Átila Lira (PP-PI), autor do PL 2961/22 que reformula o Fies é sócio da UNIFSA - Centro Universitário Santo Agostinho. A UNIFSA recebeu no ano de 2022 o valor de R\$ 25,6 milhões do governo federal referentes ao pagamento das mensalidades de estudantes do FIES. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/empresas-de-congressistas-receberam-r-66-milhoes-da-uniao-em-2022/>. Acesso em 06 jan. 2024.

da Educação Superior Particular (CBESP). É um evento promovido anualmente pelo Fórum Brasileiro da Educação Particular que reúne associações, sindicatos e outras entidades representativas das IES privadas do Brasil. Na abertura do evento, representando o governo federal, estavam o ministro Camilo Santana; Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo, presidente do INEP e a ministra Marina Silva, que também participou de um “Talk-show”. O documento final do evento, a Carta de Alexânia<sup>182</sup>, apresenta as principais reivindicações do setor distribuídas nos seguintes tópicos: 1. Modernizar o marco regulatório da avaliação e da supervisão da educação superior; 2. Criar um novo modelo de financiamento estudantil; 3. Ampliar o PROUNI e reabrir o PROIES<sup>183</sup>; 4. Oferecer linhas de financiamento para estímulo à inovação; 5. Aprovar uma reforma tributária justa para a educação; 6. Integrar mais a educação básica e a educação superior; 7. Incluir na legislação educacional brasileira o uso dos quadrantes híbridos da aprendizagem; 8. Integrar as instituições educacionais ao mundo do trabalho; 9. Ampliar a participação do setor privado de educação nos conselhos e órgãos do governo e da sociedade; 10. Estimular a internacionalização da educação particular.

A essência das reivindicações é: receber mais financiamento público (inclusive do BNDES e FINEP); reduzir impostos; expandir a EAD, o ensino híbrido e as “plataformas digitais”; ter mais poder de decisão nos órgãos governamentais e atualizar a legislação com vistas a atender as necessidades dos mercados da educação. Em consonância com a cartilha do Banco Mundial e as reivindicações dos tubarões do Ensino Superior, o MEC criou o “Desenrola do FIES”, o FIES Social, o “pé-de-meia” e ampliou o número de vagas de direito e medicina oferecidas pelo PROUNI.

Para cada decisão estatal que favorece o setor empresarial, o capital especulativo vibra<sup>184</sup>, fazendo suas apostas nos conglomerados que mais renderão dividendos. Assim, organismos multilaterais do imperialismo mandam, os grupos empresariais fazem seus lobbys e os parasitas do mercado financeiro ditam os preços das ações. Configura-se assim a total submissão de um país semicolonial, com governos de turno, que servem aos interesses do imperialismo e do capital especulativo. Diante do exposto, é possível chegar a algumas conclusões:

---

<sup>182</sup> O documento completo está disponível em: <https://cbesp.com.br/carta-de-alexania/>. Acesso em 06 jan. 2024.

<sup>183</sup> O PROIES foi criado pela Lei nº 12.688/2012 e estabelece critérios para que as instituições particulares renegociem suas dívidas tributárias com o governo federal, por meio da conversão de dívidas em oferta de bolsas de estudo.

<sup>184</sup> Sobre o comportamento dos especuladores diante dos anúncios do MEC que beneficiam as IES privadas, ver as matérias: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2023/09/01/acao-da-ser-educacional-seer3-dispara-apos-jp-morgan-elevar-recomendacao-para-compra.ghtml> e <https://www.noticiasdabolsa.com.br/jp-morgan-ve-upside-de-77-na-anima-106147.html>. Acesso em 06 jan. 2024.

Todos os governos da chamada Nova República buscaram atender – em maior ou menor grau – os interesses privados na educação brasileira, editando normas que seguiam a agenda dos órgãos multilaterais do imperialismo, impondo progressivamente a privatização para atender os interesses do grande capital.

A segunda conclusão é que esse processo de privatização se deu por duas linhas: 1) No caso das IES públicas, transformando-as de um espaço que preconizava o primado da pesquisa, da produção do saber e da formação livre, em um espaço para atender à lógica da mercantilização, do produtivismo e da submissão completa aos interesses capitalistas; 2) As IES privadas, foram amplamente beneficiadas, por meio do financiamento estatal, dedução fiscal e alterações na legislação; o que favoreceu sua rápida expansão, ao mesmo tempo em que o Estado sucateou as IES públicas.

A terceira conclusão é a de que a origem dos diversos grupos empresariais que se expandiram nas décadas de 1980 a 2020 são o resultado da “mão visível” do Estado, por meio de financiamentos e por negócios vantajosos que impulsionaram seus capitais e que passaram a empregar seu capital, no “mercado” educacional brasileiro.

A quarta conclusão é a de que os grandes grupos empresariais educacionais que atuam no Brasil são o resultado da fusão de uma fração da grande burguesia com o capital especulativo internacional, por meio de aportes de recursos dos grandes bancos estrangeiros com sede nas potências imperialistas, via fundos de investimentos. Neste sentido, desvelamos a ilusão da concorrência nesse setor, uma vez que as mantenedoras desses grupos empresariais se submetem a controladores, cuja origem de capitais são os mesmos.

A quinta conclusão é a de que em Rondônia a expansão das IES privadas ocorreu de forma mais acelerada do que a média nacional do país, sobretudo porque aqui convergiram os fatores:

- a) **Em um primeiro momento (1980-1990):** para atender ao grande capital os governos de turno não fortalecem de forma efetiva a criação de Instituições Públicas. À época, a única universidade pública federal existente e sua limitada atuação multicampi foi fruto da pressão popular para ter acesso ao ensino superior. A demanda em diversas áreas, portanto, era reserva de mercado para o setor privado;
- b) **Em um segundo momento (1990-2010):** o lobby da classe dominante local em favorecer grupos educacionais locais, uma vez que os proprietários desses grupos são parte das oligarquias locais que atuaram e atuam nas estruturas do Estado;
- c) **Em um terceiro momento (2010-2022):** a expansão das IES privadas locais só foi possível pela capitalização ocasionada pelas políticas de financiamento do MEC e progressivamente foram absorvidas pelos grandes grupos empresariais de capital aberto. A maior

participação dos conglomerados educacionais só foi possível graças à expansão da EAD na última década.

Muito embora esse fenômeno possa parecer de total controle do Capital, o que se coloca para nós, intelectuais comprometidos com o povo e – emprestando os termos utilizados por Lombardi (2014, p. 55) – partidários do comunismo, nossa luta deve seguir na “defesa intransigente de uma educação estatal, gratuita, laica, obrigatória e universal”, que assegure “a abolição do monopólio minoritário e classista da cultura, do conhecimento, da literatura, das artes, da filosofia e da ciência”. Mao Tsé-Tung afirmara em 1946 que todos os reacionários eram tigres de papel, nas aparências terríveis, mas na realidade não tão poderosos. Em 7 de outubro de 2023, a resistência nacional palestina levantou bem alto a bandeira da luta anticolonialista e anti-imperialista e comprovou na prática que o imperialismo é um tigre de papel. Das trincheiras de combate palestinas à resistência em defesa da educação laica, gratuita, estatal e universal, seguimos o caminho da luta e não o da conciliação, rumo ao luminoso comunismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Kaype Daniel. Governo Lula 3: O potencial de um novo Fies para o mercado financeiro. **Moneytimes**. 08 nov. 2022. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/governo-lula-3-o-potencial-de-um-novo-fies-para-o-mercado-financeiro/>. Acesso em 02 jan. 2024.

ADRIÃO, Theresa. Indicações e Reflexões sobre as Relações entre Esferas Públicas e Privadas para a Oferta Educacional no Brasil. **Políticas Educativas**, v. 3, n.1, Porto Alegre, 2009, p.48-64.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

ALBUQUERQUE, Eva da Silva; MAIA, Moacyr Boris Rodrigues. **A trajetória do ensino superior público em Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 2008.

ALMEIDA, Vinícius Augusto Lima de; LOURENÇO, Francis Carlo Petterini. Uma avaliação econômica do ProUni contrastando a massa salarial dos egressos com o gasto tributário do programa. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, v. 01, Edição Especial, p. 1-28, fev. 2022.

ALVES, Claudia Marina Barcasse Moretto. **A avaliação institucional como política pública no campo da educação e o curso de direito do CEULJI-ULBRA – Ji-Paraná/RO (1995-2004)**. 97 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato do Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais. 2009.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v25i1p87-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O bernstein-debate e a indefinição da ala "ortodoxa" da social-democracia alemã. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 07-28, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/165924>. Acesso em: 2 dez. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 9 ed. Campinas, SP: Cortez, 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Ata da 11ª sessão solene da 4ª sessão legislativa da 8ª legislatura. 6 de novembro de 2014**. Diário Oficial da ALE-RO. Edição Nº 175 de 13 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/transparencia/diario-oficial/2014/edicao-nr-175-de-13-11-2014.pdf/view>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Ata da 2ª sessão especial da 4ª sessão legislativa da 6ª legislatura**. 07 de junho de 2006. Diário Oficial da ALE-RO. Edição Nº 32 de 14 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/transparencia/diario-oficial/2006/edicao-nr-32-de-14-08-2006.pdf/view>. Acesso em: 23 jan. 2023.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación: Examen del Banco Mundial**. H Street, N.W. Washington, D.C. 20433, EE.UU, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Propostas para realinhar as políticas de educação: Superando a crise de aprendizagem com equidade**. 2018. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes#educacao123>. Acesso em 29 nov. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil: Volume I: síntese (português)**. Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível in: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese>. Acesso em 20 dez 2023.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. Revista **Educação & Sociedade**. V. 36, n. 131, p. 361-390, abr/jun. 2015. Disponível:<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Tradução de Manuel Teles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BESSA LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457>. Acesso em: 6 abri 2024.

BIELSCHOWSKY, Carlos (coord.). **Expansão da Educação Superior no Brasil: análise das Instituições Privadas**. São Paulo: SoU\_Ciência, 2023.

BLACKMAN, Cledenice; ARENA, Dagoberto Buim; BRABO, Tânia S. Antonelli Marcelino. Afro-antilhanos em Porto Velho, Brasil: história, cultura e alfabetização. **Humanidades & Inovação: Educação formal e não formal, cultura e currículo II**. Palmas, v. 7 n. 7, mar./2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2479>. Acesso em: 06 jan. 2022.

BOND, Rosana. **Peru: do império dos incas ao império da cocaína**. Cooperativa de Trabalhadores em Produção Cultural e Editorial, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª Ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014**. 2014a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192) . Acesso em: 06 de fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.747-A, de 11 de março de 1977**. Cria a Universidade Federal de Rondônia, no Território Federal do mesmo nome. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11MAR1977.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. (BRASIL, 2012a)

BRASIL. **Lei nº 11.096**, 13 jan. 2005. Institui o Programa Universidade para Todos Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005. Disponível em: [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br) Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (1995). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Documentos da Presidência da República. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. **Lei das Organizações Sociais Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012**. Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)

BRASIL. **Parecer CNE/CES 0217/2003**, aprovado em 1 de outubro de 2003. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECESN2172003.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN2172003.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 105/2012**, aprovado em 16 de fevereiro de 2012. Disponível: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECESN1052012.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN1052012.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 171/2020**, aprovado em 29 de abril de 2020. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECESN1712020.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN1712020.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 404/2018**, aprovado em 4 de julho de 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECESN4042018.pdf?query=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN4042018.pdf?query=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 426/97**, aprovado em 08 de julho de 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=218391-pces426-97&category\\_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=218391-pces426-97&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Trabalho (5. Região). **Decisão**. Processo nº 0051000-59.2009.5.05.0034 RT - Processo principal do procedimento de penhora unificada do Grupo FTC. Salvador/BA, 16 de setembro de 2014. Juíza Coordenadora da Central de Execução e Expropriação Ana Paola Santos Machado Diniz. Disponível em: [https://www.trt5.jus.br/sites/default/files/www/noticias/midias/2014/SETEMBRO/34825\\_decisao.pdf](https://www.trt5.jus.br/sites/default/files/www/noticias/midias/2014/SETEMBRO/34825_decisao.pdf). Acesso em: 26 de jan. 2023.

CAMARGO, Janaina de. Fies: PF e CGU investigam 20 faculdades que se beneficiaram de fraude; prejuízo é de R\$ 21 milhões. **Money Times**. Economia. 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/fies-pf-e-cgu-investigam-20-faculdades-que-se-beneficiaram-de-fraude-prejuizo-e-de-r-21-milhoes/>. Acesso: 29 abr. 2024

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Para onde foram os sindicatos?** In: KREIN *et al.* Regulação do trabalho e instituições públicas. São Paulo, Perseu Abramo, 2013, v. 1.

CARVALHO, Cristina H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, set. 2013, vol.18, n. 54, p. 761-776.

CASTANHO, Sergio. Transformações históricas da escola pública no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

CASTRO VIEIRA DE SOUZA, Samantha; JACOB CHAVES, Vera Lúcia. Financeirização do Ensino Superior Privado-Mercantil e a atuação de Grupos Educacionais estrangeiros no Brasil: Financialization of Private-Mercantile Higher Education and the performance of foreign Educational Groups in Brazil. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7546>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da Educação e Gestão da Barbárie: Crítica da Forma do Direito** (2ª edição). São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2018

CHARLES, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de dez. 2018.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil – O PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72, out-dez 2016.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; DE CAMARGO, Maria Dayse Henriques; SOUSA, Leila Maria Costa. A Privatização da Educação Básica Superior em Tempos de Financeirização: o caso da Cogna Educação. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 13, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/127434>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CRUZ, Montezuma. Nomes que fizeram a Universidade. **Gente de Opinião**, Porto Velho, 21 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/montezuma-cruz/nomes-que-fizeram-a-universidade>. Acesso em 13 de jan. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica** - o ensino superior na República Populista. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 152-204.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

DAVIES, Nicholas. O Público, o estatal e o privado no pensamento educacional brasileiro. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2016. DOI: 10.36311/2236-5192.2016.v17n01.03. p19. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/5861>. Acesso em: 8 dez. 2023.

DE CARVALHO, Albenzio Dias. **O revisionismo albanês de Amazonas e sua crítica “demolidora” do maoísmo**. Rio de Janeiro/RJ: Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo, 2006.

DE MORAES, João Quartin. A Revolução de Outubro na história do século XX. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 381 - 412, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018381>. Acesso em: 10 out. 2021.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

DOMINGUES TEIXEIRA, Marco Antonio. Arigós em Porto Velho: a construção da ordem e da estratificação social a partir da violência institucionalizada pelo Estado. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 186–218, 2020. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i18.11180. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11180>. Acesso em: 5 jan. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas Educacionais e Reconfiguração da Educação Superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Org). **Universidade Pública: Políticas e Identidade Institucional**. Campinas/SP: Autores Associado, 1999. p. 5-22.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EARLS, John et al. Tecnología andina: una introducción. In: **Tecnología Andina: Una introducción**. 1990. p. 226-226.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FARAGE, Eblin Joseph; COSTA, Arley José Silveira da; SILVA, Letícia Batista. A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 226-257, 2021.

FÁVERO, Altair Alberto.; BECHI, Diego. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 90–113, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650577>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010

FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: HOBBSAWM, Eric J. *et al.* **História do Marxismo 2: O Marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 256-297.

FORACCHI, Marialice. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. Imperialismo e educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 9, n. 33e, p. 39-64, out. 2012. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639527>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. Imperialismo e educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 9, n. 33e, p. 39-64, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33e.8639527. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639527>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FREITAS, Francisco Mauri de Carvalho. **Lenin e a educação política: domesticação impossível, resgate necessário**. 2005. 309 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1599491>. Acesso em: 12 set. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Imperialismo e educação no Brasil: da ditadura militar às propostas educacionais da sociedade civil organizada na virada do milênio**. 2016. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Juventude rural e a busca do caminho para a sua emancipação: condicionantes socioeconômicos e culturais impostos pelo sistema latifundiário brasileiro. In: FREITAS, Luiz Carlos de et al (Org.). **Imperialismo, Questão Agrária e Educação**. Passo Fundo/RS: Acervus Editora, 2021. p. 137-194.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc. [online]**. 2012, vol.33, n.119, pp.379-404. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Acesso em: 26 nov. 2018

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085–1114, out. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo Cortez, 1994.

GARCÍA GUADILLA, Carmen. Pensadores y forjadores de la universidad latinoamericana. Visión general. In: **Pensamiento Universitario Latinoamericano**: Pensadores y Forjadores/editado por Carmen García Guadilla. Caracas: CENDES, IESALC-UNESCO, bid & co. editor, 2008.

GENTILI, Pablo. O discurso da “qualidade” como uma nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P., SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GHIRARDI, José Garcez; KLAFKE, Guilherme Forma. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014). In: MARINGONI, Gilberto (org.) et al. **O Negócio da Educação - A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. 1 ed. São Paulo: Olho d'água, 2017, v. 1, p. 55-74.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOLO, Jaime. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Vol.34 no.1 Goiânia jan./abr 2018.

GOMIDE, D. C.; JACOMELI, M. R. M. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas – PolEd, [S. l.]**, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/69759>. Acesso em: 1 abr. 2023.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de Latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUZMÁN, Abimael. **La problemática nacional**: discurso pronunciado no Sindicato de Docentes de Huamanga, Lima, Peru, 1974. Disponível em: <[http://www.blythe.org/peru-ppc/docs\\_sp/nacional.htm](http://www.blythe.org/peru-ppc/docs_sp/nacional.htm)>. Acesso em: jan. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo II**: o marxismo na época da segunda Internacional / Eric Hobsbawm ... | *et al.* j; tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. - Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. Org: Leslie Bethell. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**: (minha presença em Rondônia). Repositório. III Volume. Porto Velho: Gráfica ABG, 1998.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A Educação Brasileira na bolsa de valores**. As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-bra-sileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em: 31 out. 2023.

JACOMELI, Mara Regina Martins. As políticas educacionais da nova República: do governo Collor ao de Lula. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 119-128, 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/211>. Acesso em: 2 fev. 2023.

KAUTSKY, Karl. A Ditadura do Proletariado. In: KAUTSKY, K. e LENIN, V. I. **Kautsky: a ditadura do proletariado; Lenin: a revolução proletária e o renegado Kautsky**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 1-87.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAFAYE, Jacques. A Literatura e a Vida Intelectual na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina. América Latina Colonial**. Vol.2. São Paulo: Edusp, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. p.595-636.

LANCILOTTI, Samira Saad Pulchério. Trabalho docente na EaD. In: MIRANDA, Daniel Estevão Silva, SILVA, José Carlos (Org.), **Trabalho, Trabalhadores e Capitalismo no século XXI**. 1ª. Ed, Campo Grande: Ed. UFMS, 2014, v., p. 205-222.

LEHER, Roberto. As atuais condições da Educação Superior no Brasil. Entrevista com Roberto Leher, novembro de 2021. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.21, 727-735, jul-dez, 2021.

LEHER, Roberto. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, abr. 2021.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educação e Sociedade**, 25 (88) (2004), pp.867-891, Campinas, 2004.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trab. educ. saúde** [online]. 2003, vol.1, n.2, pp.203-228. ISSN 1981-7746. Disponível [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso: 25 de set. de 2020.

LEHER, Roberto. **Entrevista**. Rio de Janeiro: Associação de docentes da UERJ. Revista Advir (ASDUERJ), nº 14, setembro, 2001.

LEITE NETO, Clementino. **Fatores políticos condicionantes da criação e desenvolvimento de universidades brasileiras**: o caso da Universidade Federal de Rondônia. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 1993. 196f.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. O Imperialismo e a cisão do socialismo. Apresentação de Marcos Del Roio. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 51, n. 2, 2014. DOI: 10.36311/0102-5864.2014.v51n2.8229. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8229>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. O Estado e a revolução. São Paulo: Hucitec, 1978.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. A Revolução proletária e o renegado Kautsky. In: LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Edições Avante! t. 3.- Lisboa, Edições Progresso – Moscovo, 1979.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. As três fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. In: **Obras Escolhidas em seis tomos, Edições Avante!"**, 1977, t.1, pp 35-39.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. Marxismo e Revisionismo. In: **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo, 1977, t.1, pp 40-46.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. O Programa Militar da Revolução Proletária. In: **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo, 1977, t.1, pp 679-687.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. O socialismo e a Guerra. In: **Obras Escolhidas em seis tomos**. Edições "Avante!", 1986, t. 2, pp 227-267.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. Que fazer?. In: **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo, t. 1, 1977, pp 79-214.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. Brasil Debates. São Paulo: 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. 1. ed. São Paulo: Global, 1979.

LEON-PORTILLA, M. A Mesoamerica antes de 1519. In: BETHELL, L. (org). **A América latina Colonial**. V.1. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 1997.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis** [online]. 2011, v. 14, n. 1 [Acessado 19 dez 2023], pp. 86-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100010>>. Epub 08 Jun 2011. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100010>.

LINHARES, Joiada Moreira da Silva; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel Carvalho. Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. **Fronteiras**, [S. l.], v. 19, n. 33, p. 43–69, 2017. DOI: 10.30612/frh.v19i33.6764.

LOMBARDI, José Claudinei (Org). **Globalização, Pós-modernidade e educação**. História Filosofia e Temas transversais. Campinas-SP: Autores Associado, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. Crise capitalista: breves apontamentos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 27–47, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9603>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LOMBARDI, José Claudinei. Modo de produção, transformações do trabalho e educação em Marx e Engels. In: LOMBARDI, J. C.; LUCENA, C.; PREVITALI, F. S. (Org.).

**Mundialização do Trabalho, transição histórica e reformismo educacional.** São Paulo, Campinas: Librum Editora, 2014.

LOMBARDI, José Claudinei.; COLARES, Anselmo A. Escola pública, projeto civilizatório burguês versus práxis emancipadora. **Revista USP**, [S. l.], n. 127, p. 11-26, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p11-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180014>. Acesso em: 8 dez. 2023.

LUKÁCS, György. **O triunfo de Bernstein**: notas sobre os ensaios escritos em honra ao setuagésimo aniversário de Karl Kautsky. 1ª Ed: Die Internationale, VII, Nº 22 (1924). Disponível em: <https://traduagindo.wordpress.com/2020/05/18/gyorgy-lukaccs-sobre-a-aproximacao-entre-bernstein-e-kautsky/>. Acesso em: 14 dez 2021.

LUXEMBURGO, ROSA. **Textos Escolhidos**. Tradução e apresentação: Isabel Loureiro. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MADEIRA, Adriana Araújo. **A Educação Mexica: o papel das escolas oficiais no controle e organização da sociedade**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-26102012-155142/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MALANCHEN, Julia. Políticas de educação a distância: democratização ou canto da sereia? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.26, p.209 –216, jun. 2007.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação & Sociedade**, vol. 38, núm. 141, pp. 875-892, 2017.

MAO TSETUNG. **Obras escolhidas**. Pequim: Edições do Povo, 1975. t. II.

MAO TSETUNG. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. t. III.

MAO TSETUNG. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático**. 2. ed. Lima: Ediciones Alborada, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos Mariátegui. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **La tarea americana**. 1a ed. Buenos Aires: Prometeo Libros: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideologia y política**. Lima: Empresa Amauta, 1972.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidade peruana**. Lima: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARINHO, Michel Costa. A anistia aos marinheiros revoltosos e o caráter repressor do Estado brasileiro (1910-1911). 2011. 60 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanco do debate**: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MARQUES, Maria Celeste Said Silva. **Disputa de uma reitoria**: a cenografia dos discursos. 1995. 242f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem-IEL/Unicamp. Campinas/SP, 1995.

MARTA, José Manoel Carvalho; DA SILVA LINHARES, Joiada Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos. Exploração aurífera artesanal ea migração de garimpeiros para o território rondoniense. **Fronteiras: Revista de História**, v. 19, n. 33, p. 43-69, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6764>. Acesso em: 4 jan. 2022.

MARTINS GUILLEN, Isabel Cristina. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 09, p. 95-102, dez. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, 17(3), pp.04-06. São Paulo, 2002.

MARTINS, Flávia; DE GOUVEIA, Cristiane Talita Gromann; DE GOUVEIA NETO, Sérgio Candido. Uma história sobre a licenciatura curta em Ciências no Município de Ariquemes (RO) - (1990-2000). **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 9, n. jan./dez., p. 01-20, 2023. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2091/899>. Acesso em 25 de jan. 2023

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2009.

MARTINS, Márcio Marinho; JACOMELI, Mara Regina Martins. O controle do capital sobre a educação superior e a privatização em Rondônia. In: Condé, Agatha Santos, et al. (Orgs). **Anais do XI Seminário Nacional do HISTEDBR, IV Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI e I Seminário Internacional do HISTEDBR**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 3297-3312. Disponível em: [https://54c9aae0-13cb-48ec-862e-e9b6e503cfc2.filesusr.com/ugd/0d873b\\_e6a5c3d42e164f31bc132e445de39c0d.pdf](https://54c9aae0-13cb-48ec-862e-e9b6e503cfc2.filesusr.com/ugd/0d873b_e6a5c3d42e164f31bc132e445de39c0d.pdf). Acesso: 11 fev. 2023.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. livro 1, v. 1. São Paulo, DIFEL, 1985.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro 3: O processo de circulação do capital. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política, Salário Preço e Lucro e O Rendimento e suas Fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAUÉS, Olgaíses. A formação dos professores e a lógica das competências. IN: MAUÉS, O.; LIMA, R. (Org.). **A lógica das competências na formação docente**. Belém: EDUFPA, 2005.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, Editora UFPR. Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 141-160, 2010.

MELLO, Alex Fiuza de. de. Teorias do neo-imperialismo: raízes da teoria marxista do capitalismo mundial. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/411>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 01-17, epub fev. 2018.

MINTO, Lalo. Watanabe. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e ensino superior no Brasil**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, Campinas-SP, 2011.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Incertezas nas práticas de formação e no conhecimento docente. Texto para a mesa-redonda “Políticas de Formação de Professores”, **III Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Curriculares**, Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2004. (mimeo).

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e224423, 2020.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **Multipartidarismo e governabilidade em Rondônia: a configuração do sistema partidário na transição democrática**. 2019. 165f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre/RS, 2019.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de; OLIVEIRA, Rômulo Vieira de; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. As isenções fiscais do Prouni: chamariz para o setor privado da educação superior no Brasil. **Revista Cocar**. V.17 N.35, p. 1-20, 2022.

NUNES, Cesar Aparecido.; MARTINS, Leandra Felicia. Ensino Superior (1995-2018) – Das perdas e retrocessos para a retomada da perspectiva da Educação Humanizadora. **Revista de Educação da Unina**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2022. DOI: 10.51399/reunina.v3i3.173. Disponível em: <https://revista.unina.edu.br/index.php/re/article/view/173>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, Gilberto (Org.). **O negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. Federação dos Professores do Estado de São Paulo, São Paulo, Olho d'Água, 2017. p. 27-35.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-747, out. 2009.

PAIVA, Vanilda. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país. **FSP**. 17. out. 2023. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/cinco-instituicoes-particulares-concentram-27-dos-alunos-de-graduacao-do-pais.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. **37ª Reunião Anual da Anped**, Florianópolis, SC, 04 a 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-3903.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 108, out. 2009. p. 761-778.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. A reforma do ensino médio e as reformas empresariais na educação. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 62, p. e23197, 2022. DOI: 10.5585/eccos.n62.23197. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23197>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PIOLLI, Evaldo; SOUSA, Andrea L. Hadara. Expansão do ensino superior privado a partir dos anos 1990: educação mercantil e precarização do trabalho docente. In: MARINGONI, Gilberto (org.) et al. **O Negócio da Educação - A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. 1 ed. São Paulo: Olho d'água, 2017, v. 1, p.145-158

PONCE, Aníbal. A Revolução de Outubro e os intelectuais argentinos [1926]. In: LOWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel B. Domingues. O tráfico de escravos africanos: novos horizontes. **Tempo**, v. 23, n. 2, p. 290-293, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1969.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: organização escolar**. 6.ed. São Paulo, Moraes, 1986.

RODRIGUES, José. **Os Empresários e a Educação Superior**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ROMERO, Cristiano. O escandaloso custo fiscal do Fies. **Valor econômico**, v. 17, n. 4305, 26/07/2017. Brasil, p. A2. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/537564>. Acesso em 20 abr. 2024.

ROTHEN, José Carlos; BARREYROS, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: “provão” ou a reedição de velhas práticas? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, jan.-mar. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SALVADORI, Massimo L. *Kautsky entre ortodoxia e revisionismo*. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do Marxismo 2: O Marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 299-339.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**: Campinas: Outubro de 2011. pp. 28-43. Disponível in: <[https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04\\_outubro2011/05\\_ARTIGO\\_PRINCIPAL.pdf](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf)> . Acesso em 20 de abril de 2024.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006.

SANFELICE, José Luís. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J.C. **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR; Caçador/SC: UnC, 2003, p. 3-12.

SANTIAGO, Theo (Org.) **Capitalismo: transição**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Póiesis Pedagógica**, V.8, n.2, p.4-17, ago/dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 14/11/2022.

SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**, v. 5, n. 8, p. 185-201, 2003.

SAVIANI, Dermeval. A história da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) **A Escola Pública no Brasil: História e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 1-29.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D, Et. Al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1231–1255, out. 2007

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior no Brasil – 1998**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. 437 p. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2020.

SEKI, Allan Kenji. **O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)** [recurso eletrônico] / Allan Kenji Seki. – Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. Instituto SEMESP. São Paulo: 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO; Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 33-52

SGUISSARDI, Valdemar. **Democratização ou massificação?** Política de expansão da educação superior no Brasil 2002–2012 [livro eletrônico]. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015b.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.** 36(133): 867-889, Campinas, 2015a.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil, 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96, p. 1.021-1.056, número especial, out. 2006.

SHIROMA, Eneida Oto. Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor? **Intermeio**, Campo Grande, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. A mística da profissionalização docente. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga: Universidade do Minho, vol. 16, n. 2, 2003.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, Paulo Aparecido Dias da. **A falácia da educação integral sob o domínio imperialista: um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOARES, Filipe Miranda. **Ensino médio mediado por tecnologias em escolas de comunidades ribeirinhas do município de Porto Velho-RO**. 2021. 261f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2021.

SOUSA, Andrea Luciana. Mercantilização e automação do ensino superior privado: o caso da Educação a Distância. **Federação dos Professores do Estado de São Paulo**. São Paulo, novembro de 2019]. Disponível in: <https://fepesp.org.br/artigo/7078/>. Acesso em 25 dez. 2023.

SOUSA, Andrea Luciana Harada. **A educação em liquidação: mercantilização, EaD e mudanças no trabalho docente no ensino superior privado**. 2023. 1 recurso online (225 p.)

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/16755>. Acesso em: 26 mai. 2024.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; MOROSINI, Marília Costa. Parte 1: Educação Superior em Rondônia: 1991-2004. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação Superior Brasileira.1991-2004. Rondônia**. Brasília: INEP, 2006, v. 28. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/educacao\\_superior\\_brasileira\\_1991\\_2004\\_rondonia.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/educacao_superior_brasileira_1991_2004_rondonia.pdf)>. p 21-62. Acesso em: 09 jan. 2023.

SOUSA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Capitalismo, Questão Agrária e meio ambiente em Rondônia: O caso de Jacinópolis**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGRDA, Núcleo de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2006.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e Educação do Campo**. Araraquara-SP: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no estado de Rondônia a partir de 1990**. 2010. 389 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101514>. Acesso em 11 mar. 2023.

SOUZA, Marilsa Miranda de; MARTINS, Márcio Marinho. A greve de 2011 da Universidade Federal de Rondônia: Balanços e perspectivas. **Universidade e Sociedade**. Brasília/DF, v. XXII, p. 12-19, 2013.

SOUZA, Marilsa Miranda de; SOARES, Gabriel Henrique Miranda. Os mercadores da educação e as concepções empresariais presentes nos programas de educação integral. **Revista Exitus**, v. 8, n. 3, p. 113-142, 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/641>. Acesso em: 20 dez 2023.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. **Acta Geográfica**, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93446>>.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. 185 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103127>>.

SOUZA, Valdir Aparecido de; DANTAS, Hélio Costa. “História Regional: experiência, subjetividade e escrita histórica em Vitor Hugo”. **LABIRINTO** - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário Social/UNIR. Porto Velho, Ano V nº. 7, Jan-Jun 2005.

SWEEZY, Paul *et al.* **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, UNAM-IISUE/Universia, vol. VI, núm. 17, pp. 78-100, 2015. Disponível em: <https://ries.universia.net/article/view/1099/expansao-educacao-superior-privada-brasil-do-governo-fhc-ao-governo-lula>. Acesso em 11 mar. de 2023.

TUNNERMANN, Carlos. Breve historia del desarrollo de la universidad en América Latina. In: TUNNERMANN, Carlos. **La Educación Superior en el Umbral del Siglo XXI**. Caracas: Editorial CRESALC, 1998. p. 48-46.

TUNNERMANN, Carlos. **Historia de la Universidad en America Latina Latina**: de la época colonial a la reforma de Cóboba. 1 ed. San José, Costa Rica. EDUCA. 1991.

TURMENA, L.; NUNES, S. P. A financeirização da educação: os fundos de investimentos nos “grupos educacionais”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022046, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8661334. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8661334>. Acesso em: 28 dez. 2023.

UTZIG, Gilmar. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**: Desafios e Compromisso na FIAR – Faculdades Integradas de Ariquemes. 180 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, 2012.

VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.) **Capitalismo**: transição. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975, pp-35-49.

WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSAWM, Eric J. *et al.* **História do Marxismo 2**: O Marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 223-255.

## ANEXOS

**Anexo I:** cópia digitalizada da Lei nº 108 de 08 de julho de 1975 que criou a FUNDACENTRO.  
(Fonte: acervo digital da prefeitura de Porto Velho)

LEI Nº 108, DE 08 DE JULHO DE 1975 \*

Autoriza a instituição da Fundação  
Centro de Ensino Superior de Rondônia e dá  
outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PÓRTO VELHO,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - É o Município autorizado a instituir  
a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia, destinado a ins-  
titucionalização e implantação do ensino superior na região.

Art. 2º - A Fundação, cujos estatutos serão  
aprovados pelo executivo Municipal, terá sede e foro nesta Capital  
e prazo de duração indeterminado.

Art. 3º - Constituirão o patrimônio da Funda-  
ção:

1 - os bens imóveis, direitos e ações  
a ela transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais, en-  
tidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

II - as doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 4º - Os recursos da Fundação compreendem -

- I - rendas decorrentes da exploração dos seus bens ou da prestação de serviços;
- II - contribuições, subvenções e auxílios da União, Estados, Território, Municípios ou das respectivas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- III - quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 5º - São finalidades básicas da Fundação:

- I - promover o ensino superior de graduação, extensão, e pós-graduação na região;
- II - promover estudos e pesquisas que visem ao aproveitamento dos recursos da região;
- III - elaborar, executar, acompanhar e avaliar programas de formação, aperfeiçoamento e pesquisa;
- IV - articular-se com as entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando sob forma de colaboração, contrato ou convênio, a execução de programas e atividades de formação, aperfeiçoamento e pesquisa;
- V - executar programas que venham a ser conveniados ou contratados com entidades públicas ou privadas, respeitada a prioridade dos serviços a serem prestados aos órgãos de administração pública;
- VI - promover a integração entre os setores público, privado e o Centro de Ensino Superior de Rondônia;

VII - promover outras finalidades de caráter cultural, estabelecidas no seu estatuto.

Art. 6º - A estrutura básica da Fundação será estabelecida nos seus estatutos.

Art. 7º - O pessoal alocado pela Fundação será regido pela legislação trabalhista.

Parágrafo Único - Para a consecução de suas finalidades, a Fundação poderá contar com a colaboração de servidores da Administração direta e indireta de qualquer nível colocados à sua disposição.

Art. 8º - Extinta a Fundação, todos os seus bens, após liquidação de seus débitos, reverterão ao Município de Pôrto Velho.

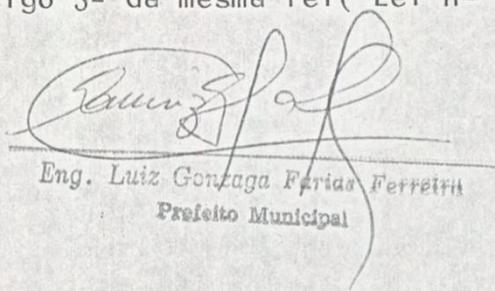
Art. 9º - O Orçamento Municipal consignará dotações à Fundação.

Art. 10º - Para os fins de que tratam os artigos 3º e 4º fica o Executivo Municipal autorizado a transferir à Fundação os bens móveis, imóveis, direitos e ações necessários a constituição de seu patrimônio, bem como abrir crédito adicional, especial, até a importância de CR\$-1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS) para fazer face às despesas de implantação e funcionamento da Fundação.

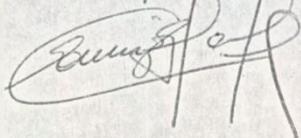
Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- a) Arqtº ANTÔNIO CARLOS CABRAL CARPINTERO  
Prefeito Municipal
- a) Tec. Adm. SÉRGIO BAFFI  
Diretor do Deptº de Administração
- a) Arqtº LUIZ ANTÔNIO DA COSTA E SILVA  
Diretor do Deptº de Planejamento
- a) Eng. Civil JOÃO OTÁVIO BARBOSA PINTO  
Diretor do Deptº de Obras
- a) HAROLDO CRISTOVAM TEIXEIRA LEITE  
Diretor do Deptº de Finanças
- a) Prof. LÍGIA DOS SANTOS VEIGA  
Diretora do Deptº de Educação e Cultura
- a) Dr. MARCOS ANTÔNIO PINTO DA SILVEIRA  
Diretor do Deptº de Saúde e Promoção Social,  
em Exercício

\* Encontram-se incorporados ao texto, as modificações introduzidas pela Lei nº 125 de 01 de dezembro de 1976, republicada de acordo com o artigo 3º da mesma lei (Lei nº 125, de 01 de dezembro de 1976).

  
Eng. Luiz Gonzaga Farias Ferreira  
Prefeito Municipal

Publique-se:



Anexo 2: Prédio da atual reitoria da Fundação Universidade Federal de Rondônia abrigou os primeiros cursos da Universidade até a inauguração do Campus José Ribeiro Filho em 29 de fevereiro 1988. No edifício histórico, funcionou o Hotel Porto Velho inaugurado em 1953.



Fonte: Acervo fotográfico da UNIR. Autor desconhecido.



Fonte: Acervo fotográfico da UNIR. Autor desconhecido.

Anexos 3: Construção do Campus José Ribeiro Filho em 1987. Primeiro Campus da Universidade Federal de Rondônia. (Acervo fotográfico da UNIR. Autor desconhecido).



Anexo 4. Prof. Paulo Freire na UNIR, em Porto Velho (RO), em 14 de março de 1997. Foto: Mario Venere

